

organizadores

Dóris Bittencourt Almeida

Frederico Duarte Bartz

Marcos Luiz Hinterholz

Sibila Francine Tengaten Binotto

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE

entre o consagrado
e o esquecido

organizadores

Dóris Bittencourt Almeida

Frederico Duarte Bartz

Marcos Luiz Hinterholz

Sibila Francine Tengaten Binotto

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE

entre o consagrado
e o esquecido



I São Paulo I 2025 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C183

Caminhos da educação em Porto Alegre: entre o consagrado e o esquecido / Organização Dóris Bittencourt Almeida... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Demais organizadores: Frederico Duarte Bartz, Marcos Luiz Hinterholz, Sibila Francine Tengaten Binotto

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-415-5

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-415-5

1. Patrimônio Histórico-Educativo. 2. História de Porto Alegre. 3. História das Instituições Educativas. 4. Memória Escolar. I. Almeida, Dóris Bittencourt (Org.). II. Bartz, Frederico Duarte (Org.). III. Hinterholz, Marcos Luiz (Org.). IV. Binotto, Sibila Francine Tengaten (Org.). V. Título.

CDD 370.9816504

Índice para catálogo sistemático:

I. Patrimônio Histórico-Educativo - Porto Alegre
Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em edição	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Marcos Luiz Hinterholz
Tipografias	Acumin, Gobold High, Sitka
Revisão	Os organizadores
Organizadores	Dóris Bittencourt Almeida Frederico Duarte Bartz Marcos Luiz Hinterholz Sibila Francine Tengaten Binotto

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 5

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrel Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal do Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegling

Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves

Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior

Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos

Domimidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis

Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos

Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo

Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva

Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira

Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio

Caminhantes Pela Cidade:
Passos, marcas, histórias 16

Apresentação do Livro.....20

CAMINHADA 1

CENTRO HISTÓRICO 25

Nota Introdutória28

PARADA 1

Alice Rigoni Jacques

Deutscher Hilfsverein (Colégio Farroupilha).....34

PARADA 2

Dóris Bittencourt Almeida

O Ateneu Rio-Grandense46

PARADA 3

Dóris Bittencourt Almeida

Escola Normal de Porto Alegre.....51

PARADA 4

Juliana Mercedes Rheinheimer

Luciane Sgarbi Graziotin

Colégio Anchieta 57

PARADA 5

Dóris Bittencourt Almeida

Liceu Dom Afonso.....64



PARADA 6

Dóris Bittencourt Almeida

Escola Complementar.....69

PARADA 7

Tatiane de Freitas Ermel

Colégio Elementar Paula Soares76

PARADA 8

Dóris Bittencourt Almeida

Colégio Gomes.....82

PARADA 9

Tatiane de Freitas Ermel

**Colégio Elementar Fernando Gomes
(Escola Ernesto Dornelles).....89**

PARADA 10

Moisés Waismann

Colégio Dores.....96

PARADA 11

Frederico Duarte Bartz

Escola da Sociedade Vittorio Emanuele 102

PARADA 12

Frederico Duarte Bartz

Escola Eliseu Reclus..... 107

CAMINHADA 2

CENTRO HISTÓRICO E BAIRRO BOM FIM..... 113

Nota Introdutória..... 116

PARADA 1

Marcos Luiz Hinterholz

**Casa do Estudante Universitário
Aparício Cora de Almeida (Ceuca)..... 122**



PARADA 2

Fabiana Pinheiro da Costa

**Casa do Estudante Universitário
da UFRGS (CEU)..... 129**

PARADA 3

Luciane Sgarbi Grazziotin

Luciana Vivian da Cunha

Colégio Júlio de Castilhos..... 137

PARADA 4

Sibila Francine Tengaten Binotto

Instituto Parobé 145

PARADA 5

Dóris Bittencourt Almeida

Faculdade de Educação/UFRGS..... 153

PARADA 6

Valeska Alessandra de Lima

Colégio de Aplicação da UFRGS 160

PARADA 7

Danielle Brum Ginar Telles

**Instituto de Educação General
Flores da Cunha..... 170**

PARADA 8

Frederico Duarte Bartz

Escola da União dos Pedreiros 180

PARADA 9

Dóris Bittencourt Almeida

Idicheschule (Colégio Israelita Brasileiro)..... 186

PARADA 10

Frederico Duarte Bartz

**Colégio Berlese e o Centro
de Alfabetização Popular 195**



PARADA 11

Lucas Costa Grimaldi

Colégio Metodista Americano..... 201

PARADA 12

Lucas Costa Grimaldi

Colégio Marista Rosário..... 210

CAMINHADA 3

BAIRRO NAVEGANTES 217

Nota Introdutória..... 220

PARADA 1

Diana Patrícia Mauer

Creche Renner 227

PARADA 2

Diana Mauer

Creche Navegantes 233

PARADA 3

Dóris Bittencourt Almeida

Colégio Navegantes 238

PARADA 4

Gabriela Kohlrausch Henkel

Ketlen Figueiró Schlotefeldt

Ginásio da Paz..... 242

PARADA 5

Frederico Duarte Bartz

**Serviço Nacional
de Aprendizagem Industrial (Senai)..... 249**

PARADA 6

Frederico Duarte Bartz

Escolas Modernas do Navegantes..... 254



PARADA 7

Sibila Francine Tengaten Binotto

Escola Primeiro de Maio 260

PARADA 8

Sibila Francine Tengaten Binotto

Ginásio Estadual Cândido José de Godói 269

CAMINHADA 4

BAIRRO NAVEGANTES 276

PARADA 1

Sibila Francine Tengaten Binotto

Colégio Santa Família 279

PARADA 2

Tatiane de Freitas Ermel

Colégio Elementar Souza Lobo 286

PARADA 3

Frederico Duarte Bartz

Escolas Polonesas - Sociedade Polônia 293

PARADA 4

Marco Antônio de Andrade Ribeiro

Escola Metodista Institucional 298

PARADA 5

Marco Antônio Andrade Ribeiro

Colégio La Salle Navegantes e São João 302

PARADA 6

Thaise da Silva

Camila Casaril Arboite

Centro de Educação São Vicente de Paulo 307



PARADA 7

Natália Gil

Colégio Concórdia 313

PARADA 8

Frederico Duarte Bartz

Gewerbeschule 321

CAMINHADA 5

BAIRROS CIDADE BAIXA E FARROUPILHA. 326

Nota Introdutória 329

PARADA 1

Frederico Duarte Bartz

**Escola Noturna do Jornal "O Exemplo"
e Atheneu Popular 333**

PARADA 2

Marcos Luiz Hinterholz

Casa do Estudante Pobre 339

PARADA 3

Luciane Sgarbi S. Grazziotin

Pão dos Pobres de Santo Antônio 345

PARADA 4

Marcos Luiz Hinterholz

**Casa Estudantil Universitária
de Porto Alegre (Ceupa) 351**

PARADA 5

Diana Mauer

Creche São Francisco de Assis 356



PARADA 6

Liliane Giordani

**Escola da Apae - Instituto
Educaional Nazareth..... 361**

PARADA 7

Tatiane de Freitas Ermel

Aula Isolada Campo da Redenção 366

PARADA 8

Dóris Bittencourt Almeida

Colégio João XXIII 372

PARADA 9

Sibila Francine Tengaten Binotto

Colégio Militar de Porto Alegre..... 380

PARADA 10

Frederico Duarte Bartz

Atheneu Operário 386

Posfácio

Um posfácio ou escritos para pensar
nos tortuosos "Caminhos da educação"
que foram/são construídos no Brasil 392

Sobre os autores 396

Índice remissivo 401



PREFÁCIO

CAMINHANTES PELA CIDADE: PASSOS, MARCAS, HISTÓRIAS

(...) O passado deixou marcas a ferro quente nos corpos, nos espíritos, nos territórios e nos objetos (Rouso, 2016, p. 19)¹

Este é um livro que, no cenário da cidade de Porto Alegre, apresenta os resultados de cinco (5) caminhadas feitas nos bairros Centro Histórico, Bonfim, Navegantes, Cidade Baixa e Farrroupilha, onde foram visitadas quarenta e sete (47) instituições educativas existentes e mesmo aquelas já demolidas. Estas caminhadas resultaram de um Projeto de Extensão realizado pela equipe autoral que atua junto ao Centro de Memórias da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mobilizaram vinte e um (21) autores.

O roteiro privilegiou uma atenção especial aos lugares onde há ou havia escolas, moradias estudantis, creches e instituições de ensino superior, portadoras de patrimônios educativos que fazem sentido a nós que passamos pelos bancos escolares. Todos esses passos estão apresentados em mapas que remetem a uma cartografia emocional da cidade, permitindo sobrepor tempos e espaços para que futuros leitores e leitoras se reconheçam nas andanças que unem emoção, movimento e ação. O vazio, a convivência, os passos e as histórias, que transladam a outros tempos,

1 ROUSSO, François. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

funcionaram como forma de conexão entre emoção, formação e educação patrimonial.

Entre capítulos, mapas, fotografias e notas de rodapé, os participantes mimetizam, neste percurso feito e, posteriormente, por escrito nas páginas deste livro, o ritual dos caminhantes que apreendem seus sentidos múltiplos e tentam articular fios secretos e descontínuos. Assim, de forma leve, mobilizam afetos por regiões e tomam contato com patrimônios, até então despercebidos no cenário da cidade.

O que este livro nos propicia a pensar? A sabedoria dos caminhantes, ora pois!

Andar a pé pela cidade é um jeito de reaprender a ver, exercitar o olhar, reconhecer a cidade e seus personagens como cenários, onde cada achado é uma forma de lembrar que ali há ainda ou já houve vida pulsante. É uma possibilidade de perceber coisas banais, mas bonitas: o grafite colorido no muro de entrada, crianças brincando no pátio de uma escola, uma erva daninha que nasce e fura a parede para se mostrar, o riso de alguém que passa, o cheiro do pão quente que vem da rua, prédios bonitos, outros abandonados. Andar a pé pela cidade, como fizeram os organizadores e participantes desse livro é, antes de tudo, um pacto com o tempo e com a história: os prédios, as pessoas, as calçadas, às vezes a poeira e mesmo o som das solas de sapatos no chão propiciam, a cada passo, outros e novos encontros. Enfim, andar a pé e olhar a vista pode parecer uma prática antiga, e até mesmo um pouco esquecida na nossa sociedade motorizada, mas que guarda a sabedoria dos que sabem que há travessias que descortinam marcas e belezas. E há passos que, mesmo pequenos, carregam dentro de si a grandeza de quem os propõem.

O livro tem o mérito de sinalizar com precisão e flexibilidade o alvo de seu interesse maior: o patrimônio educativo materializado em ambientes de caráter escolar e movido pelo desejo de evitar o

apagamento destas instituições significantes das cidades modernas. Reafirma o desejo de perpetuar, pela escrita, a materialidade dessas construções que, quando presentes, são portadoras de signos, alertando para seus desaparecimentos. Igualmente, assume a perspectiva caminhante e, ao juntar vários estilos de escritas em narrativas diferenciadas sobre o visto e o olhado, favorece e, mais ainda, propõe mostrar, sem concessão, o tortuoso e delirante caminho de nosso presente e de nosso passado educacional, cujo futuro pode ser “desejo, possibilidade ou frustração” (Koselleck, 2021, p. 35)².

Livro que traz, ele próprio, mapas e roteiros para (re)conhecer uma cidade nascida de inteligências críticas radiantes. As escritas aqui selecionadas – crônicas, descrições, narrativas problematizadas - compõem uma espécie de painel cujas peças vão se somando para evidenciar os locais narrados, muitas vezes contaminados por traços de emoção, nostalgia. Para além desses caminhos afetivos perceptíveis nos textos, há uma questão historiográfica importante a qual precisamos atentar: valorizar o lugar dessa produção na construção dos movimentos políticos para salvaguardar e preservar estes espaços a serem reconhecidos como patrimônios da cidade.

O convite fica posto para usufruir desta escrita e voltar a dar outros passos, não perdendo de vista que se trata de uma caminhada histórica, visível em sua contextualização, que aponta para a articulação de minúcias, pela formulação discursiva e pela cartografia emocional pela cidade. Escolas e outras instituições arquitetônicas a ela ligadas guardam a memória dessa cidade, são polifônicas. Olhar, imaginar, descrever, legitimar, problematizar, decodificar seus territórios e seus objetos e, assim, reter na memória, para preservá-las do esquecimento. Caminhar por estes espaços da cidade é criá-la novamente a partir de cacos e rastros. E é nesse aspecto que roteiros e mapas são fundamentais.

2 KOSELLECK, Reinhart. Uma filosofia latente do tempo/ Organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Tamara de Oliveira Rodrigues: traduzido por Luiz Costa Lima. SP: Editora UNESP, 2021

Poderia acrescentar muitas razões em favor da leitura desse livro. Prefiro concluir com um motivo que, para mim, é irresistível: o prazer de conhecer e caminhar com os autores e autoras por Porto Alegre, com olhos bem abertos para desfrutar e historiar seu patrimônio educativo.

Repleta de carga afetiva, a leitura flui como um passeio em um domingo ensolarado vendo o pôr-do-sol do Guaíba!

Maria Teresa Santos Cunha

UFSC e UDESC

Maio de 2025, entre Florianópolis e Porto Alegre

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

“Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também, e fortemente, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de ver somente a ele: como, no sentido próprio do termo, o habitar? Que destruir, que conservar, que reconstruir, que construir e como? São decisões e ações que impõem uma relação explícita ao tempo. Quem se cega a tal ponto que não consegue vê-lo?” (Hartog, 2006, p. 264).

Este livro foi idealizado a partir de um projeto extensionista desenvolvido pelo Centro de Memórias da Faculdade de Educação/UFRGS. Tal projeto busca chamar a atenção para o tema do patrimônio educativo, por meio do reconhecimento de diferentes instituições educativas em seus estratos temporais, organizadas em cinco roteiros para serem percorridos a pé. Fazer lembrar a presença dessas instituições no espaço da cidade se traduz em responsabilidades sociais, políticas e éticas, haja vista que nelas se resguardam bens culturais que, de alguma forma, pertencem a todos nós, sujeitos escolarizados. Assim, reverencia-se a memória, concebida como direito civil, fundante para o exercício da cidadania, individual e coletivamente (Escolano Benito, 2017).

O leitor notará diferenças de estilo e de aprofundamento das análises entre os textos. Isso se deve ao fato de que este trabalho mobilizou tanto jovens pesquisadores, como aqueles com maior experiência, e que há instituições sobre as quais existem pesquisas

concluídas, outras em andamento e outras sobre as quais desconhecemos se existem estudos. No caso destas instituições sobre as quais não se localizaram investigações acadêmicas, os autores realizaram um esforço para compor uma espécie de verbete, de caráter mais descritivo, muitas vezes valendo-se de fontes de caráter mais memorialístico. Além de registrar a existência desses locais ainda não pesquisados, entendemos que essa saída encontrada servirá como um estímulo a novas pesquisas, e apontam o quanto há ainda por fazer na historiografia das instituições educativas de Porto Alegre.

É preciso dizer que o Projeto “Caminhos da Educação” é fortemente inspirado em outra ação extensionista, os “Caminhos Operários em Porto Alegre”, pois ambos partilham dos mesmos postulados em torno do conceito de patrimônio nas cidades. A ideia que deu origem aos “Caminhos Operários” surgiu em 2015, mas a proposta tornou-se um curso de extensão apenas em 2019, apresentando um conjunto de caminhadas em diferentes bairros da cidade, cujo objetivo é chamar atenção para os lugares de memória da classe trabalhadora em nossa cidade. Este pressuposto de tratar de um passado esquecido e pouco valorizado, a partir de um percurso temático, foi um primeiro modelo para abordar a história das escolas.

A partir da provocação de François Hartog sobre o “habitar” as cidades, podemos pensar no quanto pode ser transformadora a experiência de andar por elas. Imersos em um tempo acelerado, tendemos a nos acostumar e a naturalizar práticas de urbanidade, distintas de outrora. Neste sentido, as ruas podem nos parecer lugares ameaçadores, o melhor é nos *encastelarmos em pequenos mundos* privados que, pretensamente, nos ofereçam conforto e segurança. Poucos são aqueles que se permitem as sensações de fruição ao percorrerem trechos urbanos, comumente vistos pelas *lentes* opacas das janelas de ônibus e de carros.

A ação de caminhar e de se deixar ser por ela subjetivado é algo singular. Os passos atentos por ruas e calçadas nos levam a



exercitar o olhar para os lugares onde há ou havia escolas, moradias estudantis, creches, instituições de ensino superior. Alguns desses edifícios sobreviveram ao decurso do tempo, resistiram às ações e omissões do poder público e das agências individuais, persistindo na cena urbana, embora praticamente absorvidos pela verticalização das cidades. Outros foram apagados da paisagem, nos restando imaginar sua existência e seu funcionamento nas dinâmicas da Porto Alegre de outrora.

Se conseguirmos abstrair o instante vivido, e, assim, desacelerar o ritmo que o cotidiano impõe, seremos capazes de refletir sobre as camadas temporais que subsistem ao tempo presente, como um “espaço de experiência”, conforme o conceito cunhado por Heinhart Koselleck (2006). Ao pararmos em frente a um edifício escolar que foi erguido na década de 1910, por exemplo, teremos a possibilidade, talvez pela primeira vez, de admirá-lo e, ao mesmo tempo, é possível que nos entristeçamos ao observar suas condições atuais, marcadas por pichações e rachaduras nas paredes, vidraças quebradas, pintura desgastada, entre tantos outros problemas visíveis.

Essas marcas podem nos dizer algo das políticas públicas em vigência no aqui/agora, podem nos dizer algo sobre o que é considerado um bem a ponto de ser patrimonializado. Mas será que o edifício foi sempre assim? Se pudéssemos retornar ao tempo em que foi inaugurado, o que a linguagem arquitetônica grandiosa representava para a população? Quem podia nele estudar? Quem está lá hoje? E no futuro, o tempo ainda não experimentado, que apenas pode ser projetado, quais serão as expectativas? O edifício sobreviverá? Continuará sendo uma escola? Entendemos que as andanças pela cidade, pelas “esquinas esquisitas”, ditas por Mario Quintana, podem conduzir o caminhante a perceber como o tempo é uma categoria presente em todos os espaços, embora pareça uma ausência. Assim, passado, presente e futuro, em outras palavras, espaço e tempo (Koselleck, 2006), urdem-se, são categorias entrelaçadas que permeiam o ato de caminhar.

É neste sentido que o livro traz roteiros de cinco caminhadas por diferentes bairros de Porto Alegre, que vêm sendo desenvolvidos desde 2023, e que têm o objetivo de provocar os participantes a observarem edifícios escolares e de outras instituições educativas, com vistas a refletirem sobre o patrimônio da cidade, problematizando as relações entre memória e esquecimento (Ricoeur, 2007), por meio da comparação entre prédios consagrados e outros pouco conhecidos.

A presente obra, inscrita no campo temático da História da Educação, divulga histórias das instituições que compõem os itinerários das caminhadas. Além disso, o livro traz textos que descrevem aspectos da história de Porto Alegre considerados relevantes, mapas dos referidos percursos e imagens das instituições. A expectativa é sensibilizar os leitores para a importância da atenção ao patrimônio educativo, tanto dos prédios que ainda existem, como daqueles que não existem mais, chamando atenção para os riscos do apagamento das memórias da educação em Porto Alegre. Para além disso, é nosso desejo que os textos sejam como *janelas entreabertas*, que possam inspirar outros pesquisadores a se arrisarem na pesquisa em História da Educação.

No tempo acelerado em que vivemos, onde tudo parece fugaz, faz-se necessário tornar o tempo habitável, isto é, reconhecer os símbolos de sua passagem, sua permanência, sua ação sobre o espaço e sobre nós. Lembrar o passado educacional da cidade produz identidade, reconhecimento e cidadania, qualificando o presente e o futuro dessa coletividade urbana. Desejamos uma ótima leitura!

Dóris Bittencourt Almeida

Frederico Duarte Bartz

Marcos Luiz Hinterholz

Sibila Francine Tengaten Binotto

REFERÊNCIAS

ESCOLANO BENITO, Agustin. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Editora Alinea: Campinas, 2017.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Varia História. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

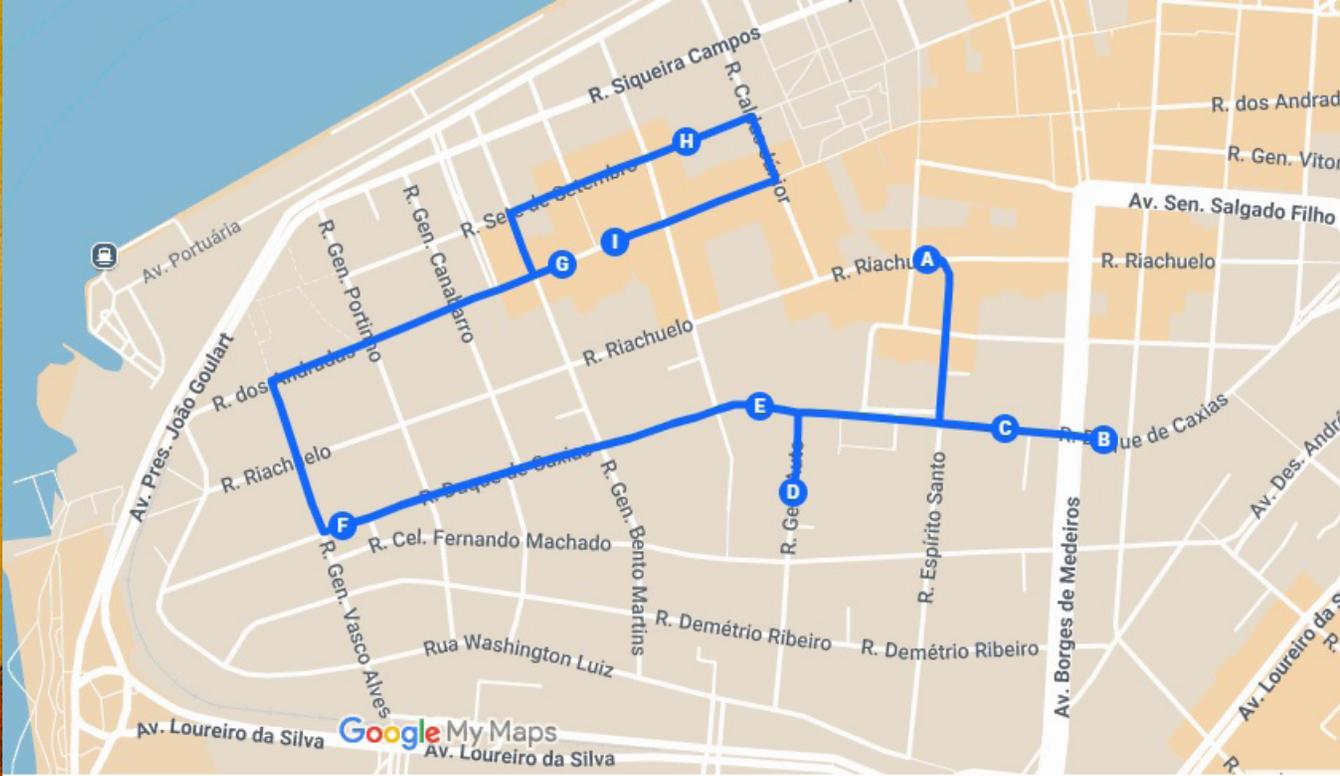
KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

Caminhada

1

**CENTRO
HISTÓRICO**



- A. Deutsche Hilfsverein - Colégio Farroupilha
- B. Ateneu Rio-grandense e Escola Normal de Porto Alegre
- C. Colégio Anchieta
- D. Liceu Dom Afonso
- E. Escola Complementar
- F. Colégio Elementar Paula Soares
- G. Colégio Gomes
- H. Colégio Elementar Fernando Gomes (Escola Ernesto Dornelles)
- I. Colégio Dores
- J. Escola da Sociedade Vittorio Emanuele
- L. Escola Eliseu Reclus



Mapa da cidade

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...*

(É nem que fosse o meu corpo!)

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...*

*Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)*

*Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso*

*Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)*

E talvez de meu repouso...

(Mario Quintana)

NOTA INTRODUTÓRIA

O início da história oficial de Porto Alegre remete à chegada de casais açorianos à região que compreende o Centro Histórico, na área entre a Praça da Alfândega e a Ponta do Gasômetro. Ali teria sido o primeiro núcleo de povoamento. Em 1752, estes imigrantes imaginavam ficar naquele lugar por pouco tempo, seu destino final seriam as terras dos Sete Povos das Missões. Assim, de modo provisório, ergueram modestos casebres, enquanto aguardavam a transferência que não aconteceu devido à Guerra Guaránítica que ocorria naquela região.

Passadas duas décadas, em 1772, o povoamento foi nomeado freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, como um desmembramento da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Em um cenário de conflitos e disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, foi alçado à capital da então Capitania³ de São Pedro no ano seguinte. Diante do seu crescimento populacional, importância econômica e administrativa, foi elevada à condição de vila em 1809 e de cidade em 1822.

No início do século XIX, a antiga freguesia de Madre de Deus começou a consolidar-se como importante núcleo urbano e portuário. Entretanto, os dez anos da Guerra Farrroupilha (1835-1845) afetaram toda a província e em Porto Alegre não foi diferente. Ao final desse período bélico, especialmente nas últimas três décadas do século XIX, Porto Alegre recuperou-se economicamente, houve um aumento populacional, embora também tenha

3

Em 1821, a nomenclatura oficial foi elevada à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.



sofrido as agruras da Guerra do Paraguai (1864-1870). Portanto, a cidade tornou-se o principal centro econômico e administrativo da província, dotada de pequenas oficinas artesanais com trabalhadores escravizados, livres e libertos. Também atraía investimentos de capitais advindos da comercialização dos produtos coloniais, manufaturados pelos imigrantes alemães, configurando-se como o maior mercado consumidor do Rio Grande do Sul. Em seu entorno, estabeleciam-se empreendimentos rurais em chácaras e fazendas.

Na segunda metade do século XIX, a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul viveu um tempo de mudanças urbanísticas, marcadas pela construção de prédios públicos imponentes, como o Mercado Público (1869), o Teatro São Pedro (1858), a reforma do Arsenal da Guerra (1855) e o Colégio Militar (1872). Na década de 1860, construiu-se o primeiro serviço de bondes ligando a região central e o Arrabalde do Menino Deus, zona sul da cidade. Na sequência, foi inaugurada a primeira ferrovia em direção à Novo Hamburgo, uma das principais colônias fundadas pelos imigrantes alemães. As melhorias no setor de serviços e de transportes foram acompanhadas por uma expansão cada vez maior das oficinas e das pequenas fábricas, que eram, muitas vezes, de propriedade de imigrantes europeus. A Proclamação da República transformaria esse primeiro impulso em um processo mais complexo de industrialização, que logo ajudaria na expansão da cidade para a zona norte.

Desde o século XVIII e avançando pelo século XIX, estabeleceu-se uma divisão social e topográfica da área central, com o traçado das principais ruas da Cidade Alta (atuais Duque de Caxias e Riachuelo), como os locais preferidos para a moradia da elite porto-alegrense, enquanto as ruas próximas à região portuária e

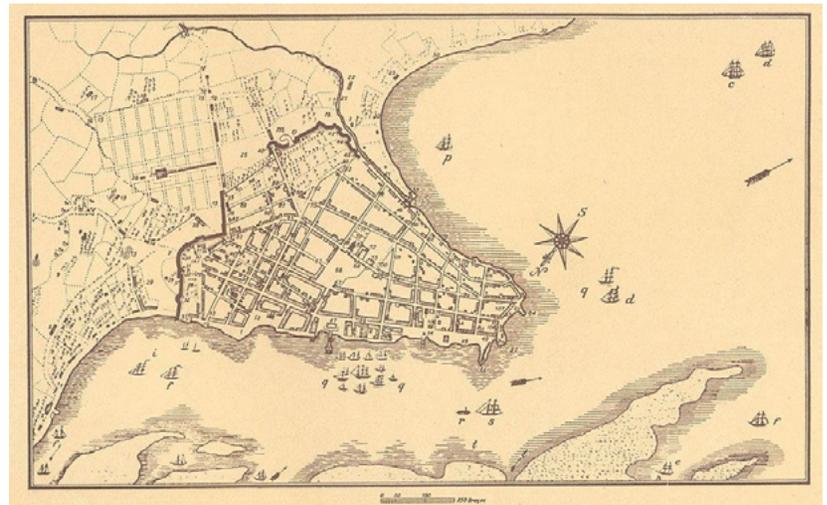


da Ponta do Gasômetro, eram o lugar de moradia de trabalhadores e de famílias pobres. De acordo com Sérgio da Costa Franco (1988), foi a partir de 1844 que houve as primeiras preocupações com o calçamento da Rua da Igreja. Efetivamente, foi em 1869 que os vereadores nomearam uma comissão para angariar donativos junto aos proprietários das residências que se localizavam entre a Igreja Matriz e a Rua de Bragança (atual Rua Marechal Floriano) para o calçamento da rua. Tratava-se, segundo o autor, “de rua nobre frequentada por estudantes do antigo liceu e pela Escola Normal e por famílias aristocráticas da cidade” (p. 143). Outro exemplo da elitização da rua, citado por Franco (1988), está no Relatório de 1869 da Companhia Hidráulica Porto-alegrense, pois, naquele ano, enquanto a grande maioria da população não contava com serviços hidráulicos em suas casas, a Rua da Igreja apresentava 121 assinantes de ligações domiciliares, apenas superada pela Rua dos Andradas.

Esta divisão acabou por impactar também o desenvolvimento dos projetos escolares, pois muitas das escolas do século XIX e primeiros anos do século XX estavam estrategicamente localizadas na parte alta da cidade, sobretudo na Rua da Igreja, ou nas proximidades. Portanto, observa-se que os investimentos públicos e de particulares para as escolas concentraram-se, naquela temporalidade, nessa região que era bastante perto das instituições do poder executivo, legislativo, judiciário e religioso da província. Entretanto, havia outras propostas de escolarização, como a Escola Eliseu Reclus, dos anarquistas, e a Escola da Sociedade Vitorio Emmanuelle, fundada por imigrantes italianos. Essas situavam-se nas áreas baixas da cidade. Aqui se delimita, de uma forma muito particular, uma fronteira entre os projetos de escola consagrados e esquecidos.

Nesta primeira caminhada pelo Centro Histórico, é possível conhecer histórias de escolas muito antigas, públicas e particulares, umas tinham prédio próprio, outras funcionaram em espaços adaptados. A experiência de percorrer a pé essa região da cidade permite que possamos refletir sobre os estratos do tempo e suas marcas nas memórias escolares. A verticalização da cidade praticamente impede que possamos enxergar as antigas escolas, contemplá-las, imaginá-las inseridas em um cenário urbano em tempos idos. Como seriam seus estudantes, professores, funcionários? A beleza e imponência da arquitetura de antigas escolas se esvanece em meio a uma ideia de urbanização em que pouco espaço há para a admiração diante do que deveria ser seu patrimônio.

Figura 1 - Mapa de Porto Alegre - século XIX



Fonte: <https://litera.mus.br/porto-alegre-seculo-19/>.

Figuras 2 e 3 - Igreja Matriz de Porto Alegre e Mercado Público - século XIX



Fonte: <https://litera.mus.br/porto-alegre-seculo-19/>.

Figura 5 - Rua dos Andradas no século XIX



Fonte: <https://litera.mus.br/porto-alegre-seculo-19/>.

Dóris Bittencourt Almeida

REFERÊNCIAS

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

KÜHN, Fabio e SCOTT, Ana Silvia Volpi (org.). **Porto Alegre**: 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos, 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Doris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

1

Alice Rigoni Jacques

DEUTSCHER HILFSVEREIN (COLÉGIO FARROUPILHA)

[...] A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é afetiva e mágica, a memória se acomoda apenas nos detalhes que a conformam; ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção [...] (Nora, 1993, p. 9).

Nos últimos anos, o estudo das instituições escolares tem se consolidado como um campo de pesquisa relevante para educadores e historiadores da educação. Inserir o Colégio Farroupilha nesta obra significa integrá-lo à tessitura viva da memória, que, segundo Pierre Nora, está em permanente transformação, sujeita a esquecimentos e revitalizações. Assim, o Colégio, fundado no final do século XIX, preserva marcas do passado que continuam ressoando no presente, não apenas nos registros documentais, mas também nas lembranças de todos que por ele passaram.

A partir da perspectiva de Pierre Nora (1993) sobre a memória como um fenômeno vivo e em constante evolução, busca-se investigar como a identidade do Colégio Farroupilha foi construída ao longo do tempo, articulando registros documentais e as lembranças daqueles que vivenciaram sua história. Dessa forma, a pesquisa contribui para a valorização da memória escolar e para o entendimento das instituições educacionais como espaços dinâmicos de significação histórica e social.

Considerando que essas instituições desempenham um papel fundamental na formação cultural, social e educacional, o estudo de sua história permite compreender as transformações no ensino, as permanências e rupturas em suas práticas pedagógicas, bem como sua influência na comunidade.

Ao apresentar o Colégio Farroupilha, não podemos deixar de mencionar a origem dessa instituição centenária da cidade de Porto Alegre que está entrelaçada com a história da imigração alemã no Brasil. No ano de 1858, surgiu em Porto Alegre a Associação Beneficente e Educacional, com o nome de *Deutscher Hilfsverein* (Sociedade Alemã⁴). Sua criação deu-se com o objetivo de dar

4

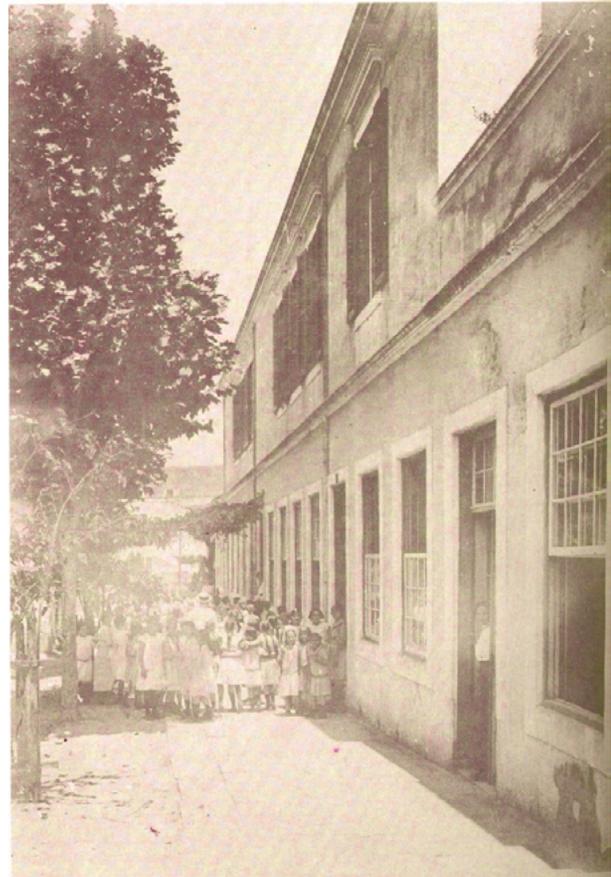
A Deutscher Hilfsverein contava com 99 sócios no ano da sua fundação, predominando os evangélicos e os Brummer (Telles, 1974, p. 29).

amparo, assistência social, colocação de empregos e orientação profissional aos imigrantes alemães e seus descendentes.

Em 1875, surge pela primeira vez o interesse da Sociedade na organização de uma escola, porém, foi no ano de 1886, que a Associação iniciou as atividades educacionais, em salas alugadas nas dependências da Comunidade Evangélica, sob o nome de *Knabenschule des Deutschen Hilfsverein* (Escola de Meninos da Sociedade Alemã). De acordo com Jacques, (2013), as instalações ficavam à esquerda do templo evangélico da Rua Senhor dos Passos. Estendia-se da frente aos fundos, onde se prolongavam para a direita, formando um "L".

Figuras 1 e 2 - imagens da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e, a seguir, dos primeiros anos do Colégio





Fonte: acervo da Comunidade Evangélica de Porto Alegre (Cepa)
e Memorial do Colégio Farroupilha.

Em 1895, a escola passa a funcionar em prédio próprio na antiga Rua São Raphael, atual Av. Alberto Bins⁵. O prédio, mais conhecido como *Velho Casarão*, denominava-se *Deustche Hilfsvereinschule*,

5

No local está situado o Hotel Plaza São Rafael.

tendo como construtor Gustav Koch, que apresentou a proposta mais acessível dentre os três proponentes⁶.

Figura 3 - Velho Casarão



Fonte: acervo do Memorial do Colégio Farroupilha.

A trajetória do Colégio Farroupilha reflete as transformações educacionais e sociais de Porto Alegre ao longo do século XX. Desde sua origem, a instituição passou por mudanças significativas de nome e estrutura, acompanhando os contextos históricos e culturais da época.

6 Julius Weise e Reinhold Thiele foram os dois outros proponentes na construção do Velho Casarão (Ermel; Jacques, 2009, p. 3).

Quadro 1 – Nomes do colégio (1886–1949)

Ano	Contextos
1886	Criação do Knabenschule (Escola de Meninos) nas dependências da Comunidade Evangélica.
1904	Criação da Mädchenschule (Escola de Meninas) funcionando nas dependências da Comunidade Evangélica.
1929	Unificação das escolas formando as turmas mistas, passando a se chamar Deutschen Hilfsvereinschule (Escola da Sociedade Alemã).
1934	O colégio adota o nome Hindenburgschule (Escola Hindenburg), em homenagem ao presidente alemão Mal. Paul Von Hindenburg.
1936	Com a criação do curso ginasial, a instituição passa a se chamar Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha.
1937	Com o Estado Novo e a campanha de Nacionalização o colégio passa a se chamar Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha, sendo simplificada mais tarde para Ginásio Farroupilha.
1949	Concessão para o funcionamento do curso colegial, alterando o nome para Colégio Farroupilha.

Fonte: organizado pela autora.

Os espaços físicos ocupados pelos estudantes no *Velho Casarão*, deixam marcas e vestígios que remetem às muitas lembranças da vida escolar. Estas recordações são abordadas nas narrativas presentes no livro “Histórias que marcam: 130 anos Colégio Farroupilha?”

Ingressei no curso primário em 1959. O colégio era na Alberto Bins em frente à Igreja São José, onde fiz minha 1ª Comunhão. Lembro do prédio antigo, imponente, com salas de aula com o pé direito alto. Lembro do pátio interno, onde nos recreios comíamos algum lanche trazido de casa e onde jogávamos bolitas de gude no chão e também junto a uma grande paineira, a qual tinha uma calha formada por suas raízes por onde rolávamos as bolitas. No corredor, havia um grande relógio de parede

7

A obra *Histórias que marcam: 130 anos Colégio Farroupilha*, foi desenvolvida por ocasião dos 130 anos do Colégio Farroupilha e contém narrativas escritas por alunos, ex-alunos, professores e pais da escola.

onde às vezes algum colega permanecia ali de castigo (Gonçalves, 2017, p. 30).

O prédio era lindo, lembro bem. Cinamomos com flores rosadas e aromáticas no pátio frontal. Em frente, a Igreja São José, com sinos som de bronze. Porta de madeira imensa e janelas altas. Uma paineira nos fundos com frutos verdes que se abriam espalhando sementes envoltas em paina aveludada, uma delicadeza nevasca que deixava um tapete branco aos nossos pés (Tessler, 2017, p. 39).

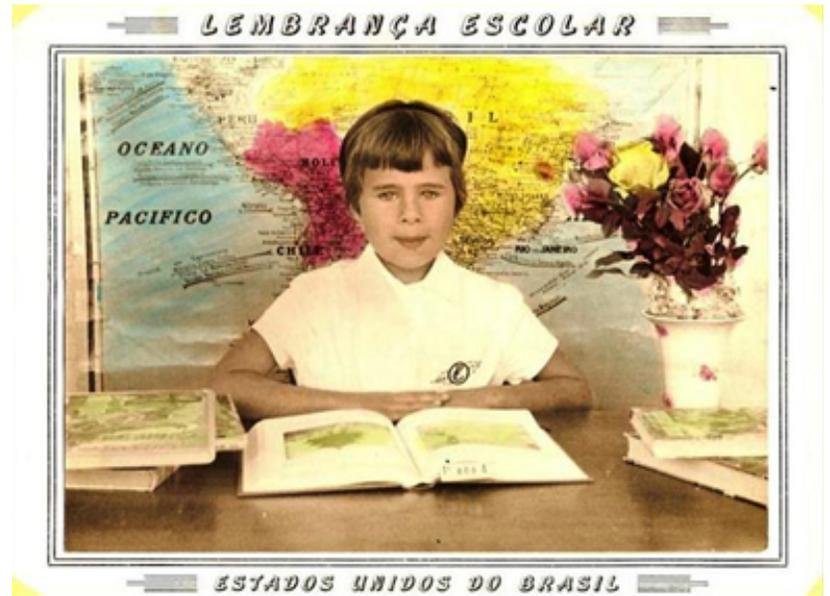
Em 1959, a Associação Beneficente e Educacional iniciou a construção de um novo educandário no Bairro Três Figueiras, que passou a funcionar em 1962. Atualmente, a escola oferece toda a educação básica e conta com mais de 3.000 estudantes, além de um corpo docente e educacional composto por mais de 400 profissionais.

Figura 4 – Turma do Curso Primário em 1955



Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha.

Figura 5 – Fotografia de lembrança escolar de estudante do Curso Primário



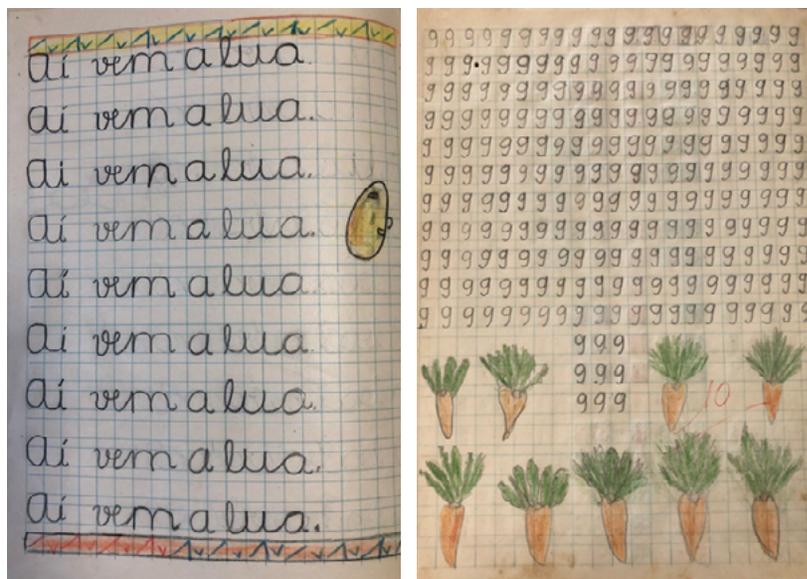
Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bastos.

Ao longo de seus 139 anos, o Colégio Farroupilha tem se dedicado à preservação e salvaguarda de seu patrimônio histórico e educativo, se manifestando não apenas em sua trajetória institucional e nas memórias de seus membros, mas também nos elementos materiais que compõem a cultura material escolar. Na perspectiva de Chervel (1990), a cultura escolar se constrói dentro da instituição e se difunde a partir dela, sendo registrada em práticas pedagógicas, documentos, mobiliário, materiais didáticos e demais artefatos que testemunham o cotidiano escolar ao longo do tempo. Nesse contexto, a cultura material escolar representa um componente essencial do patrimônio educativo, pois evidencia a materialidade da história da instituição. A criação do Memorial do Colégio Farroupilha, em 2002, reforçou a importância da preservação desses elementos, consolidando um espaço de memória que

permite a reflexão sobre a evolução das práticas pedagógicas e o papel da escola na sociedade.

Um dos artefatos da cultura material escolar preservados no acervo do memorial, que reflete as práticas educativas, são os cadernos escolares. O acervo conta com mais de 400 exemplares do Curso Primário, abrangendo o período de 1920 a 2024.

Figuras 6 e 7 – Cadernos de Caligrafia e de Matemática



Fonte: acervo do Memorial do Colégio Farroupilha.

Os cadernos escolares, a caligrafia, as primeiras letras, o uso da caneta tinteiro evocam muitas lembranças da cultura material escolar. Esses elementos são mencionados nas narrativas das ex-alunas, destacando suas experiências e memórias da escola.

Maria Helena que cursou o ensino primário no *Velho Casarão* escreve:

As classes duas a duas, com lugar para o tinteiro; do mata-borrão preso com cordão nos cadernos, encapados de azul e etiquetados, todos iguais, sem distinção, sem criatividade; boletim com a classificação/lugar em relação às turmas: as notas abaixo de 6,0 vinham em vermelho. Da minha pasta castor, com duas fivelas grandes para fechar, enorme para o meu tamanho e sempre cheia de cadernos, estojo e livros (Bastos, 2017, p. 41-41).

Susana escreve sobre esses artefatos, e sobre como esses rituais escolares contribuíram para ela se encantar com o mundo da escrita.

Nesse casarão, cheio de sombras e de longos corredores, travei amizade com as primeiras letras. Nunca entendi porque eu deveria registrar nos meus cadernos o fato de que Ivo viu a uva, mas percebi que por esse caminho poderia chegar a novos mundos. Dona Lia alfabetizou-me, exigia caligrafia caprichada. Puxada por sua mão, cheguei ao Sítio do Pica-Pau Amarelo, sonhei os sonhos de Polyana e sobrevivi ao naufrágio com Robinson Crusoe. O encanto pelas primeiras letras me levou a desbravar o mundo da escrita (Espíndola, 2017, p. 63).

O caderno escolar é uma pista privilegiada do ensino que nos leva a conhecer tanto o passado como o presente dos sistemas educativos; eles representam a pluralidade que existe nos modos de viver e ver a escola. Tomados como escritas ordinárias⁸, são ego-documentos que expressam uma memória da educação escolarizada e permitem refletir sobre a cultura escolar, os saberes e práticas desenvolvidas no processo de formação de sujeitos.

A trajetória do Colégio Farroupilha é um reflexo da própria história da educação no Brasil, especialmente no contexto de Porto Alegre, marcada por transformações culturais e educacionais ao longo de mais de um século. Ao revisitar a sua história, podemos

perceber como a instituição se adaptou às mudanças do tempo, mantendo sempre uma forte ligação com sua identidade e seus princípios fundadores.

O estudo da memória escolar, conforme proposto por Pierre Nora, nos mostra como a história do Colégio Farroupilha é uma construção dinâmica, que se reconfigura a partir das percepções e lembranças daqueles que a vivenciam.

A preservação da cultura material escolar, exemplificada pelo acervo de cadernos escolares, é fundamental para entender as práticas pedagógicas que caracterizaram o ensino ao longo dos anos. Esses artefatos não são apenas registros do passado, mas também instrumentos de reflexão sobre as transformações nas metodologias e na organização escolar.

A história do Colégio Farroupilha, fundado em 1886, está profundamente ligada ao desenvolvimento educacional e social de Porto Alegre. Ao longo dos anos, consolidou-se como um espaço de inovação pedagógica, mantendo-se fiel aos valores de excelência e formação integral. Assim, o Colégio Farroupilha não é apenas um marco na educação porto-alegrense, mas parte ativa da história da cidade, influenciando e sendo influenciado pelo seu crescimento e dinamismo.

REFERÊNCIAS

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. v. 1, n. 2, p. 177-229, 1990.

GAZETA DA TARDE. Porto Alegre, 03 set. 1895.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1, p. 115-141, jan.jun.2001.

JACQUES, Alice Rigoni; ERMEL Tatiane. O velho casarão: um estudo sobre o Knabenschule dês Deutsches Hilfsverein" (Colégio Farroupilha) em Porto Alegre (1895-1962). **Anais do XV Encontro Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação**. Caxias do Sul: UCS, 2009.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha 1858/1974**. Porto Alegre: ABE, 1974.

2

Dóris Bittencourt Almeida

O ATENEU RIO-GRANDENSE

Esta instituição de ensino secundário foi criada para substituir o Liceu Dom Afonso. Ocupou um prédio construído na Rua da Igreja, atual Duque de Caxias, esquina com a Rua de Bragança, hoje Marechal Floriano. Foi o primeiro edifício custeado pelo Estado para uma escola. As obras tiveram início em 1847, estiveram suspensas por vários anos, retomadas em 1869, sendo concluídas parcialmente em 1872, quando o Ateneu começou suas atividades. Aquela era uma construção com traços de monumentalidade, erguido ainda na época imperial, evidenciando, pela linguagem arquitetônica, a importância da escola secundária pública para a sociedade vigente. Por ser grandioso, o edifício abrigou, além do Ateneu Rio-grandense, a Escola Normal de Porto Alegre, uma Escola de Primeiras Letras e a Diretoria da Instrução Pública da Província.

Todavia, mesmo diante dos investimentos públicos para a construção da escola, o número de alunos mantinha-se diminuto, tal como acontecia com o antigo Liceu. No primeiro ano, 1872, eram tão somente 31 os estudantes, sendo que 16 permaneceram até o fim. Mais uma vez, na competitividade com os colégios particulares, a escola pública perdia. Em seu breve tempo de funcionamento, o Ateneu não teve número significativo de matriculados, mesmo o regulamento prevendo que os concluintes do curso secundário teriam preferência na ocupação de cargos públicos provinciais. Entre outros motivos que talvez expliquem o insucesso da escola, permanecia o problema da precariedade da formação de professores, o que levaria ao preparo insuficiente de estudantes que desejassem cursar o ensino superior.

Sobre a organização da escola, destaca-se que o curso de ensino secundário previa quatro anos de estudo, tendo onze “cadeiras”: Português, Latim, Francês, Inglês, Alemão, Desenho, Matemáticas, Geografia e História, Filosofia, Retórica e Ciências Naturais. Os alunos estariam divididos em três classes: os internos, os externos e os meio-pensionistas, mas o internato não chegou a se efetivar, outro motivo que prejudicou a continuidade da instituição.

Segundo Arriada (2007), tanto o Liceu D. Afonso como o Ateneu Rio-Grandense foram escolas que não conseguiram manter uma estabilidade, tendo em vista os muitos regulamentos que, a todo instante, alteravam a organização do ensino secundário ministrado. Em algumas de suas diretrizes, determinava-se quatro anos de curso, em outras cinco anos, modificava-se o currículo, sem manter uma coerência, adotavam-se novos métodos, que, por vezes, não eram conhecidos dos professores, além das tentativas fracassadas de implemento do internato. Para o autor, a ausência de

políticas de ensino provocou o fim do Liceu Dom Afonso e do Ateneu Rio-Grandense. A partir de 1873, na Província não havia nenhum estabelecimento público destinado à instrução secundária, oferecida apenas nos colégios particulares.

Assim, o Ateneu Rio-grandense teve uma existência curtíssima, embora seu nome tenha permanecido no imaginário urbano. Quando fechou suas portas, o edifício continuou sediando as outras instituições mencionadas, sobretudo a Escola Normal. No icônico mapa da cidade de 1906, o edifício em que se instalou o Ateneu comparece destacado, em meio a tantos outros prédios públicos imponentes, embora a escola já não existisse há mais de trinta anos.

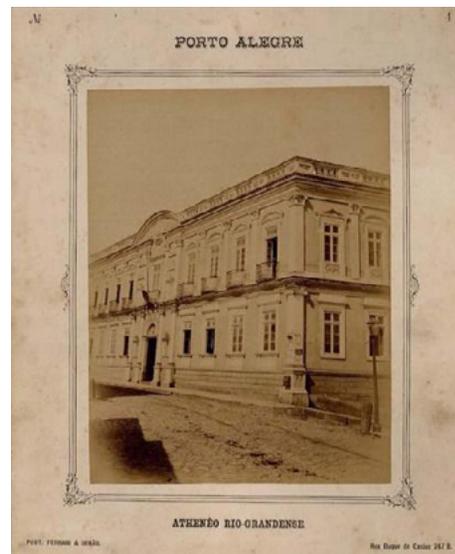
Figuras 1 e 2 - Mapa de Porto Alegre com edifícios históricos
- destaque para o Ateneu Rio-grandense - 1906





Fontes: Planta da Cidade de Porto Alegre de 1906.

Figuras 3 e 4 - Edifício do Ateneu Rio-grandense localizado na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias) esquina com a Rua de Bragança (atual Marechal Floriano)





Fonte: <https://litera.mus.br/porto-alegre-seculo-19/>.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. PUCRS, 2007.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

3

Dóris Bittencourt Almeida

ESCOLA NORMAL DE PORTO ALEGRE

Em meados do século XIX, acompanhando um movimento que acontecia em outras partes do Brasil, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul começou-se a pensar na possibilidade de constituição de uma Escola Normal para formar professores primários, entendida como uma necessidade para o serviço público, diante do aumento da demanda escolar. Trata-se de uma instituição que emergiu, alinhada ao discurso da relevância da educação escolarizada, como evidência da modernização do país, sob os princípios de higienismo e construção de um ideal de cidadania entre a população.



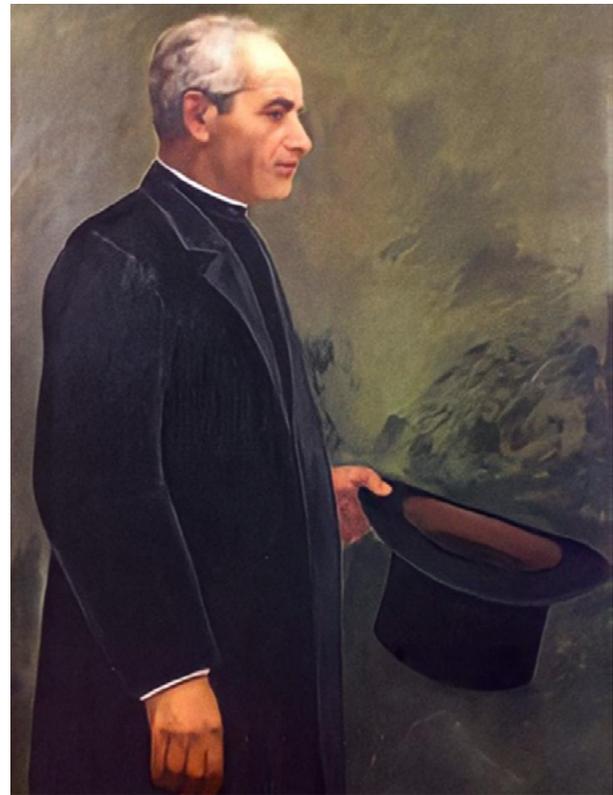
Assim, em 1860, a legislação autorizava o Presidente da Província a estabelecer na capital uma Escola Normal de instrução primária, anexa ao Liceu Dom Afonso. A instituição iniciou as atividades apenas em maio de 1869. O Padre Joaquim Cacique de Barros foi convidado pelo Presidente da Província para organizar e dirigir a Escola Normal. Além das funções da direção, também lecionava Pedagogia, Religião, Gramática e atuava como professor substituto nas aulas de História e Geografia. De acordo com Porto (2013), a Direção da Escola Normal estava intimamente ligada ao partido político que estivesse no poder. Assim, o Padre Cacique conseguiu manter-se na direção da Escola até 1873, pelas boas relações que mantinha com o Partido Conservador, que dominava a cena política na província.

O Padre Cacique também era diretor do Asylo e Colégio Santa Thereza, uma instituição que acolhia órfãs, deixadas na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Ao que tudo indica, o religioso preocupava-se com as meninas acolhidas nessa instituição, com sua subsistência na vida adulta, sobretudo com aquelas que porventura não casassem. Como estratégia de orientação profissional, enquanto esteve à frente da Escola Normal, encaminhou muitas delas para lá formarem-se como professoras. Importante lembrar que ter cursado tanto o curso secundário como a Escola Normal garantia acesso ao serviço público, como servidores em diferentes repartições ou professores. A legislação dizia que “os alunos que tiverem completado o curso da Escola Normal serão nomeados independentemente de concurso como professores públicos, salvo se concorrerem com outros em mesmas condições” (Schneider, 1993, p. 293).

Em 1870, vinte e sete órfãs frequentaram a Escola Normal e todas foram aprovadas para o ano seguinte. Nas palavras do Padre Cacique:

O Asylo de Santa Thereza proporciona à Escola, todos os anos, um bom número de educandas... As educandas têm em geral frequentado com aproveitamento o Curso Normal e algumas, na regência das cadeiras, têm dado provas de excelente vocação para o magistério. Dentro de certo tempo acontecerá que teremos superabundância de professoras habilitadas pela Escola Normal e falta de professores nas mesmas condições [Pe. Cacique, Diretor da E. Normal, fim sec. XIX] (Schneider, 1993, p. 442).

Figura 1 - Padre Joaquim Cacique de Barros



Fonte: Braga, Kenny. Padre Cacique, o pedinte sublime. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

Figura 2 – Asylo/Colégio de Santa Thereza



Fonte: Acervo de bens tombados do Iphae⁹.

Diferente do Liceu Dom Afonso, a Escola Normal aceitava a presença feminina, desde seu início. Pela manhã, as aulas eram frequentadas por rapazes e à tarde pelas moças. A escola, inicialmente, ocupava duas peças do segundo andar do sobrado em que se achava o Liceu, conforme explicado mais adiante neste livro. No primeiro ano, doze foram os alunos matriculados, seis aprovados para o segundo ano, entre eles três mulheres. Em 1872, foram diplomados

vinte “alunos mestres”, quatro homens e dezesseis mulheres. Quando o Liceu Dom Afonso foi extinto e, em seu lugar, criou-se o Ateneu Rio-grandense, ocupando o prédio na Rua da Igreja, a Escola Normal acompanhou esse movimento e dividiu o espaço com o Ateneu, entre as outras instituições citadas antes. Os alunos entravam pela porta principal e as alunas pela lateral.

Quadro 1 - Quantitativo de alunos da Escola Normal de Porto Alegre nos anos finais do século XIX

Alunos	Homens	Mulheres
1881	29	70
1889	83	169

Fonte: Schneider (1993).

Nesses anos finais do século XIX, observa-se um incremento de alunos na Escola Normal, tanto entre homens, quanto mulheres, mas estas superavam o quantitativo masculino, pertencentes, exceto as órfãs, às camadas abastadas da população. Segundo Louro (2004), uma explicação para o aumento de moças na Escola Normal seria a paulatina retirada dos homens do magistério primário, dadas às novas possibilidades profissionais que despontavam naquela temporalidade. O país ingressava em uma perspectiva de modernidade, marcada pelo início da expansão fabril, conseqüente desenvolvimento da urbanização, que levou ao aumento do setor de serviços e, conseqüentemente, de possibilidades de trabalho sobretudo para os homens.

Louro (2004) explica que, apesar de um contexto econômico que favorecia o abandono da docência entre os homens, o ingresso massivo das mulheres no magistério primário não foi um fenômeno natural, nem unânime na sociedade vigente, ao contrário, houve muitas discussões e disputas. Para alguns, mais conservadores, seria insensato permitir que mulheres escolarizassem

crianças, pois “eram pessoas despreparadas, portadoras de cérebros pouco desenvolvidos pelo seu desuso” (p. 450). Entretanto, outros discursos, alinhados à filosofia positivista, fomentaram a feminilização da docência do ensino primário, defendiam o magistério primário para mulheres, justamente apostando nas relações viscerais entre docência e maternidade, pois elas teriam “por natureza uma inclinação para o trato com as crianças, eram as primeiras e naturais educadoras” (p. 450). Assim, o magistério passou a representar uma extensão da maternidade, os alunos eram entendidos como “filhos espirituais”, expressão recorrente em muitas narrativas até meados do século XX. O exercício do magistério assentava-se no entendimento de um determinado papel social das mulheres, a docência passa a ser concebida como um ato de entrega, amor, devoção, reveste-se, por vezes, de características messiânicas, transformando as professoras, nas palavras de Louro (2004) em “trabalhadoras dóceis”, em tese, facilmente controladas pelo Estado. Segundo a autora, o magistério primário, logo nas primeiras décadas do século XX, passa a ser uma atividade quase que exclusiva de mulheres, portanto feminizado e feminilizado, situação que, considerando o contexto atual, ainda permanece.

REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla (orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PORTO, Dilza Gonçalves. **A Instrução Pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação/PUCRS, 2013.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

4

*Juliana Mercedes Rheinheimer
Luciane Sgarbi Grazziotin*

COLÉGIO ANCHIETA

Contar em breves palavras a história do Colégio Anchieta¹⁰, situado em Porto Alegre, nos leva a retroceder no tempo e trazer algumas linhas sobre a Companhia de Jesus e alguns de seus passos no Rio Grande do Sul, quando o Estado ainda se chamava Província de São Pedro, no final do século XIX.

O retorno dos jesuítas ao Brasil, de conhecimento geral, ocorreu em 1841, e a constituição da primeira instituição educativa da rede jesuíta no sul do Brasil foi em 1845, em Desterro Santa Catarina, atual Florianópolis.

10

Outros estudos referentes ao colégio Anchieta de Porto Alegre Consultar:
RHEINHEIMER, Juliana M. e GRAZZIOTIN, Luciane S., 2023; RHEINHEIMER, Juliana, 2022.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição (GNSC), em São Leopoldo, foi uma das primeiras instituições jesuíticas. Fundado em 1969, foi um precursor da pedagogia jesuítica no Estado. A escola também desempenhou um papel importante na formação de religiosos alemães, que foram enviados ao Brasil devido ao Kulturkampf de Bismarck¹¹.

O nascimento de uma instituição de ensino na capital Porto Alegre ocorreu em 13 de janeiro de 1890. Inicialmente, foi nominado de “Colégio dos Padres” e contou com os preceitos pedagógicos cristãos da Companhia de Jesus. Segundo Lutterbeck (1977), o Colégio dos Padres foi fundado como escola complementar da Igreja São José, funcionando, por alguns anos, como externato do Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo. A aquisição do espaço escolar foi efetivada pelo Pe. Francisco Trappe, a partir de uma autorização vinda de Roma, para comprar a casa da família Fialho, situada à Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), e teve o Pe. Trappe como primeiro diretor da instituição.

De acordo com as informações fornecidas pela Instituição, o Colégio passou por uma série de alterações em sua denominação. Foi o Colégio São José, o Ginásio Anchieta, até que, em 1901, por sugestão do então diretor, Pe. Conrado Menz, adotou-se o nome Colégio Anchieta, em homenagem a José de Anchieta, jesuíta espanhol conhecido como “Apóstolo do Brasil”. Lutterbeck (1977) destaca que a partir de 1908 o Colégio Anchieta tornou-se

11 Campanha de Bismarck contra a Igreja Católica na Alemanha entre 1871 e 1880, visando limitar sua influência na sociedade e consolidar o estado. O objetivo era fortalecer o poder do estado prussiano e garantir a lealdade dos cidadãos, especialmente diante do crescimento do Partido Centro Católico.

independente do Colégio Nossa Senhora da Conceição e adquiriu, ao mesmo tempo, sua equiparação ao Colégio Pedro II¹².

Figura 1 - Colégio dos Padres (1918)



Fonte: Jornal Zero Hora (Porto Alegre, 12/01/2020).

A reportagem divulgada pelo Jornal Zero Hora no dia 12/01/2020 apresenta a história do Colégio Anchieta, celebrando os 130 anos de atividade educativa na Capital do Rio Grande do Sul.

12 Primeiro colégio de instrução secundária, criado para ser referência de ensino no Brasil foi o Colégio Pedro II. Sua origem remonta ao Colégio dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739 pelo Bispo D. Antônio de Guadalupe, posteriormente chamado Seminário de São Joaquim (1766). O seminário exercia também a função de escola, funcionando como um polo de cultura na cidade do Rio de Janeiro, papel que ganhou mais relevância quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759. A partir desse episódio, a educação dos jovens se limitou à instrução doméstica com preceptores e aos seminários ligados às paróquias locais, como o São Joaquim. Por iniciativa do ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o Seminário de São Joaquim foi transformado no Imperial Collegio de Pedro Segundo, por meio do decreto de 2 de dezembro de 1837. O nome dado à instituição foi uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que naquela data completava 12 anos de idade. Com um programa de ensino de base clássica e tradição humanística, a instituição conferia a seus formandos o diploma de Bacharel em Letras, o que os habilitava a ingressar no ensino superior sem prestar exames. Por décadas, o programa estabelecido pelo Colégio Pedro II foi referência nacional para outros estabelecimentos de ensino secundário.

A Figura 1 reproduz uma fotografia datada de 1918, apresentada na reportagem, em que se vê o prédio que sediava o Colégio, composto por três andares. Com o passar dos anos, houve modificações realizadas para ampliação do espaço.

Figura 2 – Colégio Anchieta



Fonte: Arquivo Histórico da Província do BRM (Porto Alegre, 2020).

Na Figura 2, é possível identificar a ampliação da extensão do prédio, com alterações laterais, datadas de 1921 e 1923, segundo as anotações realizadas na fotografia. Essas modificações na estrutura física se justificam pela história da instituição. O *site* do Colégio destaca que, no primeiro ano de suas atividades, contava com 42 alunos, encerrando o período letivo com 80 alunos. Foram admitidos meninos entre 9 e 12 anos que dominassem a leitura, pois a preocupação máxima não era com a alfabetização, mas com a orientação moral e religiosa.

O movimento de diversas reformas pelas quais o prédio que sediava o Colégio passou no decorrer dos anos se justifica em decorrência do crescimento em relação ao número de alunos. De acordo com a rede jesuíta, o estabelecimento situado na rua Duque

de Caxias não comportava a demanda de alunos para o desenvolvimento das atividades escolares, sendo necessário escolher um novo espaço para abrigar a instituição. Lutterbeck (1977) indica o aumento no número de alunos.

Quadro 1 - Número de alunos no Colégio Anchieta entre 1903 e 1935

Ano	Alunos		Professores	
	Diurno	Noturno	Jesuítas	Leigos
1903	144			
1905	254			
1910	457			
1915	412			
1920	499		13	11
1925	593		14	10
1930	940	181	20	9
1935	945	405	17	18

Fonte: Lutterbeck (1977, p. 104).

Os dados mencionados pelo autor apresentam um panorama do crescente número de alunos e a ampliação da escolarização noturna. A partir de 1905, os dados são apresentados a cada cinco anos. Percebe-se que, entre os anos de 1903 e 1910, ocorreu o crescimento mais expressivo, aproximadamente 217% de aumento da demanda, 76% entre 1903 e 1905 e 79% entre 1905 e 1910. O decréscimo ocorreu entre os anos de 1910 e 1915, cerca de 10%. No decorrer dos anos seguintes, mantiveram-se os aumentos, porém em menores percentuais, pois, entre os anos de 1915 e 1920, houve, aproximadamente, 21% de aumento na demanda e 18% entre 1920 e 1925. A retomada de um crescimento mais expressivo aconteceu entre 1925 e 1930, com 58%. Esses dados podem estar relacionados às diversas

interferências políticas, econômicas e culturais pelas quais passou o município de Porto Alegre para seu desenvolvimento.

Outro dado que consta na tabela e suscita questionamentos é o fato de constar professores “leigos” no quadro funcional, cujas informações datam a partir de 1920. Nesse momento, torna-se fundamental destacar que, segundo Klein (2015, p. 39), “os leigos contribuem com sua experiência da vida familiar, social e política” e têm grande valor na ordem religiosa: “considerem os jesuítas a importância que têm para a mesma Companhia tal colaboração com os leigos, pois eles serão sempre para nós os intérpretes naturais do mundo moderno e assim nos prestarão uma ajuda eficaz e constante neste apostolado” (Klein, 2015, p. 79).

Com os avanços no desenvolvimento do Colégio Anchieta, em 1954, o terreno da Avenida Nilo Peçanha foi escolhido para a construção da nova sede e, em 11 de novembro de 1967, ocorreu a inauguração do novo espaço que abrigou a instituição.

Figura 3 – Colégio Anchieta (1968)



Fonte: Jornal Zero Hora (12/01/2020).

Na figura 3, publicada pelo Jornal Zero Hora, é possível identificar o atual prédio do Colégio Anchieta e a avenida Nilo Peçanha localizados no bairro Três Figueiras, no período de sua inauguração. Esta figura apresenta o atual cenário de inserção do Colégio, sendo notório o desenvolvimento da região, tanto na área residencial como comercial, pois é considerado um dos principais bairros nobres da capital. De acordo com dados publicados pelo Colégio Anchieta, a instituição conta com cerca de três mil alunos, distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e tem, em seu quadro funcional, cerca de 400 colaboradores, entre professores, funcionários administrativos e jesuítas.

Diante dessa breve contextualização sobre a criação do Colégio Anchieta, observa-se o desenvolvimento crescente da instituição no município de Porto Alegre, registrando um legado da educação jesuíta no Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

KLEIN, Luiz Fernando. Atualidade da pedagogia jesuítica. *In: Centro Virtual de Pedagogia Ignaciana*. Disponível em: p. 26. Acesso em 19 de agosto de 2020.

LUTTERBECK, Jorge Alfredo. **Jesuítas no sul do Brasil**: Capítulos de História da Missão e Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus. Revisão do texto Arthur Rabuske. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1977.

RHEINHEIMER, Juliana e GRAZZIOTIN, Luciane S. A produção e a circulação de saberes matemáticos na área da Geometria nas escolas jesuítas da Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus (1905 - 1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, p. e287-e302, 2023.

RHEINHEIMER, Juliana. **O ensino de Matemática nas instituições educacionais da Província Sul-brasileira da Companhia de Jesus: um olhar a partir dos intelectuais mediadores jesuítas, suas obras e práticas educativas (1845-1939)**. 2022. Tese de Doutorado. Unisinos, 2022.

5

Dóris Bittencourt Almeida

LICEU DOM AFONSO

O ano era 1846. Havia terminado a Guerra Farrroupilha. Em seu Relatório como Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Duque de Caxias deixou registrado o abandono que se encontrava a Educação na província, sobretudo denuncia a precariedade do ensino secundário público. Portanto, era urgente a criação de um liceu que atendesse esse grau de ensino, reservado às elites econômicas, cujos filhos estudavam em instituições particulares ou em outros lugares, especialmente na Capital do Império.

De qualquer modo, o que se tinha até então de formação secundária eram aulas isoladas de Gramática Latina, Francês, Geometria e Aritmética. A construção de um liceu reuniria todas essas disciplinas em uma mesma instituição, além de promover outras como Inglês, Geografia, Astronomia, História. O modelo pedagógico a ser adotado seria o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Assim, uma legislação

determinou que fosse erguido, na Rua da Igreja, um prédio, no lugar em que o Imperador Pedro II, anos antes, lançara a pedra fundamental. Um bom tempo passou até esse edifício escolar estar concluído.

Em 1851, começaram as aulas no Liceu Dom Afonso, primeira escola pública de instrução secundária na província, em um sobrado alugado na esquina da Rua da Ponte, atual Riachuelo, com a Rua da Ladeira, hoje Rua General Câmara, onde hoje está localizada a Biblioteca Pública do Estado. Iniciou com 61 alunos.

Contudo, este sobrado estava longe de oferecer condições adequadas para uma escola. O espaço utilizado limitava-se ao andar de cima, embaixo era um prédio comercial. Em 1869, um ofício escrito pelo Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província expôs as más condições de instalação: "A pequena capacidade do edifício onde funcionam as aulas do Liceu, e a circunstância de estarem as lojas do mesmo ocupadas por uma taberna, e quitadeiras que reúnem toda a casta de gente que, a hora das lições, fazem a maior algazarra, perturbando, muitas vezes, os trabalhos escolares" (Schneider, 1993, p. 238).

O Estatuto da instituição apresenta importantes informações sobre sua estrutura e funcionamento. Com relação ao espaço físico, previam-se sala para uma biblioteca e, em outra, um lugar para guarda de objetos de História Natural. Como estrutura de funcionamento, a escola deveria contar com um diretor, nove professores, três professores substitutos, um secretário, um bedel e um porteiro. As atividades escolares aconteciam entre às 8h da manhã, estendendo-se até às 14h. Entre os meses de maio a agosto, o horário alterava-se para às 9h, indo até às 15h. O início das atividades escolares era anunciado por um toque de sino e o fim das mesmas também. As aulas iniciavam no dia 3 de fevereiro e terminavam em 31 de outubro, após esse período aconteciam os exames de avaliação, feitos na presença dos professores, diretor e de autoridades locais, indicadas pelo Presidente da Província. Os três melhores alunos eram homenageados anualmente, em cerimônia pública, conduzida pelo Presidente

da Província. Entre as condições para a premiação, constavam as melhores notas, mas também um comportamento exemplar, considerando a responsabilidade e o comprometimento do estudante.

Ainda sobre a organização escolar, destaca-se que não havia aulas às quintas-feiras, exceto quando houvesse outro feriado na semana. A idade mínima para ingresso no Liceu era 12 anos. Para admissão, o aluno deveria apresentar um documento assinado por professor habilitado, atestando que estava em condições de cursar o ensino secundário, com domínio da leitura, escrita e das quatro operações fundamentais da Matemática. Havia a exigência de uniformes. Conforme o Estatuto, era necessário que os estudantes estivessem sempre vestidos “decentemente”: jaqueta verde escuro e colarinho da camisa virado sem gravata e boné, com algumas variações a cada ano do curso.

Sobre as práticas punitivas, o Estatuto diz que:

Os castigos seriam proporcionais à gravidade da falta e deveriam ser aplicados de modo que o aluno não ficasse privado de assistir as lições do professor. Eram os seguintes: 1 – repreensão dentro da aula; 2 – repreensão fora da aula; 3 – privação de uma parte ou da totalidade do recreio com tarefa que consistiria em copiar trechos de prosa ou verso; 4 – prisão que seria num lugar claro e fácil de ser inspecionado, onde o aluno deveria ocupar-se em trabalho próprio de ensino; 5 – proibição de sair nos domingos e dias de guarda; 6 - expulsão do liceu. Este castigo só poderia ser imposto pelo Presidente da Província (Schneider, 1993, p. 148).

Com relação aos professores, o Estatuto diz que todos aqueles que ministravam aulas em suas residências estavam convocados a integrar o corpo docente do Liceu. Seriam eles os responsáveis pela formação intelectual, moral, religiosa e cívica dos discentes. E quanto ao diretor, a ele caberia o trabalho de inspeção das atividades do Liceu, bem como o controle dos professores em aula. Deveria enviar relatórios do aproveitamento dos alunos aos pais e ao Presidente da Província. O controle das faltas de discentes e docentes era responsabilidade do porteiro. De acordo com Valle e Arriada

(2012), construía-se “uma rede minuciosamente tecida para controlar o espaço escolar. Essa combinação foi elaborada para assegurar um poder disciplinador, obediente, coercivo e vigilante” (p. 197).

Entretanto, em pouco tempo, o número de alunos diminuiu. Em 1859, eram apenas 28. Em 1871, ano de sua extinção, tão somente 24 estudantes frequentavam a instituição. Como se disse antes, eram enormes as deficiências do Liceu, que atingiam a estrutura física e pedagógica, além da falta de professores. Na prática, segundo Valle e Arriada (2012), “continuavam em grande parte sendo reunião de diversas cadeiras ministradas num mesmo espaço físico” (p. 203). O fato de não oferecer o internato também prejudicou a instituição, tendo em vista que os colégios particulares ofereciam essa modalidade de ensino. Na sequência, a Província criou, no lugar do Liceu, uma outra escola de ensino secundário, o Ateneu Rio-grandense, conforme consta em texto anterior.

Figura 1 - Rua da Ponte (atual Riachuelo), esquina com a Rua Ladeira do Ouvidor (atual General Câmara) - à direita o sobrado aonde estabeleceu-se o Liceu Dom Afonso e a Escola Normal de Porto Alegre no andar de cima



Fonte: *litera.mus.br*¹³.

Figura 2 – Teatro São Pedro e à direita outra visão do sobrado aonde esteve sediado o Liceu Dom Afonso e a Escola Normal de Porto Alegre



Fonte: *litera.mus.br*⁴.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. PUCRS, 2007.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

VALLE, Hardalla; ARRIADA, Eduardo. **O Liceu D. Afonso na Província de São Pedro do século XIX: aspectos históricos de uma cultura escolar (1846-1871).** Diálogos. Maringá, v. 16, 2012, p. 185-205.

6

Dóris Bittencourt Almeida

ESCOLA COMPLEMENTAR

A Escola Normal de Porto Alegre passou por diferentes nomenclaturas. No fim do século XIX, assumiu o nome de Escola Distrital e, em 1906, Escola Complementar, sendo seu maior objetivo a formação de candidatos ao magistério público.

O regulamento da Instrução Pública, instituído em 1906, assim como determinava o funcionamento, a estrutura da escola, as funções do diretor e dos professores da Escola Complementar, também determinava quem poderia exercer o magistério público. No regulamento que previa as condições para ingresso na escola, constava quem não poderiam frequentar a instituição:

- I. Os menores de 18 annos;
- II. Os que soffrerem de moléstia contagiosa, bem como os que tiverem defeito physico que os inhabilite para o exercicio do magisterio;

- III. Os que tiverem sido punido com expulsão de estabelecimento de ensino;
- IV. Os que tiverem sido condenados á pena de perda de emprego;
- V. Os que houverem sido condenados por sentença passada em julgado em processo por crime offensivo á moral e as leis da Republica (A Federação, 08/03/1906).

Embora o atestado de moralidade emitido pelo pároco, tão questionado no final do Império, não fosse mais exigido, as questões morais permaneciam sendo consideradas importantes para ingresso na Escola Complementar. A partir de 1907, começou a ser exigido também o exame de admissão para ingresso na Escola Complementar.

De acordo com Porto (2013), foi necessária a construção de um novo prédio para a escola, devido ao crescente número de alunas que buscavam a formação como professoras, indicativo da expansão da atividade do magistério primário entre as mulheres. O prédio da Duque de Caxias, esquina com a Rua de Bragança, não comportava mais este aumento de estudantes. Além disso, havia o problema constante de todas as salas de aula ficarem alagadas quando chovia, devido a sérios danos no telhado.

Assim, em 1908, conforme o Relatório de Obras Públicas, iniciaram-se as obras do novo edifício para a instituição, na mesma via pública, antiga Rua da Igreja, esquina com a Rua General Auto, muito próximo ao Palácio Piratini, sede do governo estadual, da Assembleia Legislativa e da Catedral Metropolitana. Tal localização indica o significado da educação pública, representada em estrutura imponente, literalmente ao lado das maiores instâncias de poder executivo, legislativo e religioso do estado.

Uma nota publicada no jornal *A Federação* apresenta informações sobre o edifício:

Constará o edificio de tres pavimentos. O primeiro é destinado a portaria, salões para o director, professores, bibliotheca, secretaria e aulas. Estas terão tres salões com capacidade para cincoenta alumnos cada uma. No andar superior ficarão os salões de honra, laboratorio de physica e chimica, museu, conselho escolar, toilette e tres para aulas, devendo conter, cada um, cincoenta alumnas. O ingresso aos salões de aulas, etc, é dado por uma galeria ladrilhada, com venezianas. No pavimento do rez do chão, há ainda, salões destinados aos exercicios de gymnastica, etc., bem como moradia do guarda do edificio e depositos. Um largo pateo para o recreio completa o conjunto. Todos pavimentos receberam ar e luz em profusão por grande numero de janellas para rua e pelas galerias interiores e são servidos por latrinas patente. Do vestibulo central parte a escadaria que dá acesso ao pavimento superior, estando áquelle directamente ligados todos os compartimentos do edificio. Este bem de frente, á rua Duque de Caxias, vinte metros e de fundo, á General Auto, 32"45. A cobertura do predio será feita com telhas de cimento e terá ventiladores, de modo a poderem ser aproveitados os sotãos ou mansardas (A Federação, 16/03/1908).

Figura 1 - Edifício da Escola Complementar



Fonte: ERMEL, Tatiane. Arquitetura Escolar e Patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. PUCRS, 2017.

A publicação no jornal evidencia a monumentalidade do edifício escolar, própria de governos republicanos, divulgada neste periódico, que era um órgão do Partido Republicano Rio-grandense. A existência de salões de honra, laboratórios, salões destinados à ginástica evidenciam a arquitetura como dispositivo discursivo que denota a importância de uma escola pública de formação de professoras alinhada a um projeto de modernização da cidade e o engrandecimento do Estado. Da mesma forma, os princípios de higienismo escolar também se fazem presentes na espacialidade do edifício escolar, expressamente na preocupação com a ventilação dos espaços, no tamanho das janelas, instalações sanitárias, metragem do pátio.

No entanto, mesmo a obra estando pronta, a transferência demorou, pois o novo edifício serviu, primeiramente, de palácio provisório da Presidência do Estado e a Secretaria de Obras Públicas, enquanto estava sendo erguido o atual prédio do Palácio Piratini. Apenas em 1921, foi instalada a Escola Complementar, ou seja, finalmente atendeu-se o objetivo de sua construção. Ao lado desta, outro edifício despontava para abrigar uma Escola Elementar, hoje Escola Paula Soares, também em um edifício dotado de monumentalidade (Ermel, 2017).

Estudos sobre a imprensa negra em Porto Alegre indicam a existência de práticas de racismo enfrentadas na Escola Complementar. Gil e Antunes (2021), ao pesquisarem nos periódicos *O Exemplo* e *A Noite*, de Porto Alegre, identificaram a publicação de casos graves envolvendo alunas da Escola Complementar, denunciados nos jornais. Em *O Exemplo*, consta “[...] o sr. Clemente Pinto determinou que as alumnas de côr não tomassem parte nas homenagens á Independencia Patria (1916, p. 1)”. No outro, “Os preconceitos na instrução”, o jornal protesta contra Clemente Pinto, diretor da Escola Complementar: “Não é possível! – pensamos



intimamente. Um educacionista que se preze e tenha integra consciência de sua missão não acolhe nem estimula preconceitos nefastos, que só podem contribuir para abrir dissensões amargas entre filhos do mesmo paiz (1916, p. 1)”. Por meio do trabalho de Gil e Antunes, percebemos a importância da imprensa negra como instrumento de defesa desse grupo étnico-racial, que, em números ainda tímidos, chegava às escolas. Um contexto em que moças e rapazes sofriam, cotidianamente, por serem pretos e pardos e estarem em lugares não pensados para eles.

Com o passar do tempo, problemas aconteceram, entre eles o fato do prédio ser constantemente assaltado, chovia no seu interior, a ponto de comprometer o reboco das paredes, além do fato do espaço físico também se mostrar pequeno diante do aumento do número de estudantes, considerando a expansão da formação docente para as mulheres. Por isso, em 1927, a Escola Complementar e a Elementar voltaram para o prédio reformado da esquina da rua Duque de Caxias com o Marechal Floriano Peixoto, mas esta não era uma solução definitiva, considerando que este edifício também apresentava problemas estruturais, não solucionados pelo Estado.

Em 1934, o interventor federal, general Flores da Cunha, ordenou a construção de outro edifício para Escola, na Avenida Osvaldo Aranha, próximo ao Campo da Redenção, identificado à ideia de grande inovação na Instrução Pública na busca por uma maior imponência e representatividade da Escola Normal. O leitor verá na próxima caminhada. O prédio onde funcionava a Escola Complementar, está servindo, provavelmente desde a década de 1950, como uma extensão da Casa Civil, vinculado ao Palácio Piratini.

Figura 2 - Grupo de alunas da Escola Complementar - década de 1930



Fonte: acervo da Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (CEME-Faced/UFRGS).

Figura 3 - Palco do Teatro São Pedro por ocasião da entrega dos diplomas às normalistas (1932)



Fonte: acervo da Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (CEME-Faced/UFRGS).

REFERÊNCIAS

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese de Doutorado, 2017. PUCRS.

GIL, Natalia de Lacerda e ANTUNES, Claudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

PORTO, Dilza Gonçalves. **A Instrução Pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869 - 1937)**. Tese De Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação/PUCRS, 2013.

7

Tatiane de Freitas Ermel

COLÉGIO ELEMENTAR PAULA SOARES

Projetado pelo engenheiro Theophilo Borges de Barros, o edifício do Colégio Elementar Anexo foi construído entre os anos 1919 e 1922, em um terreno localizado na Rua General Auto, no Centro da cidade de Porto Alegre. Localizado na chamada Cidade Alta e próximo à Rua da Igreja, a construção estava em uma das principais vias que deram início à formação urbana da cidade. A região é marcada pela existência de prédios públicos, como a Catedral Metropolitana e o Palácio Piratini, sede do governo estadual. Também é importante destacar que, em consonância com a representação emblemática dos poderes religioso e político, podemos citar a existência de outras escolas, quatro públicas e três particulares, que foram criadas no fim

do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte (Ernel, Almeida, 2025, no prelo).

Composto de um corpo principal, duas alas e um pátio central, a área total construída é de 1.200 metros quadrados, possuía originalmente 22 amplas salas para aulas, um salão para festas e gabinetes para laboratórios e pessoal docente. Também foi construído um espaçoso pavilhão para ginástica, convenientemente aparelhado para as atividades físicas (Alves, 1922). A questão higiênica é apontada como um dos requisitos fundamentais, sobretudo acerca da necessidade de um novo espaço escolar. A medicina preventiva, de cunho social, acabava por redefinir uma nova ideia da missão médica nas primeiras décadas do século XX. Era necessário ocupar-se dos sadios, evitar a propagação de enfermidades através de medidas instrutivas e a educação foi um dos principais meios para a difusão dessas ideias (Stephanou, 1999).

O prédio foi entregue à Secretaria do Interior e Exterior em 1922 e, além do funcionamento das aulas da Escola Complementar Anexa, passaram a ser realizadas no local também atividades administrativas desta Secretaria. Segundo a Diretoria de Obras Públicas, as salas onde foram instaladas esta Secretaria foram isoladas do movimento escolar, com a finalidade de que um serviço não incomodasse o outro. No momento de finalização das obras, ainda foram realizados os seguintes trabalhos: calçamento da área interna e externa do edifício, assentamentos dos portões de ferro, instalação geral da luz elétrica e esgotos, construção da escada da entrada principal em cimento armado e revestida de mármore, dentre outros (Alves, 1922). O prédio monumental foi dotado de um pórtico de entrada imponente, com duas colunas em estilo neoclássico, em conformidade com o projeto do Colégio Elementar Fernando Gomes, localizado nas proximidades do Centro da cidade de Porto Alegre. Outra característica importante consiste na

escadaria, em primeiro plano na fotografia, que dava acesso à área do Palácio do Governo.

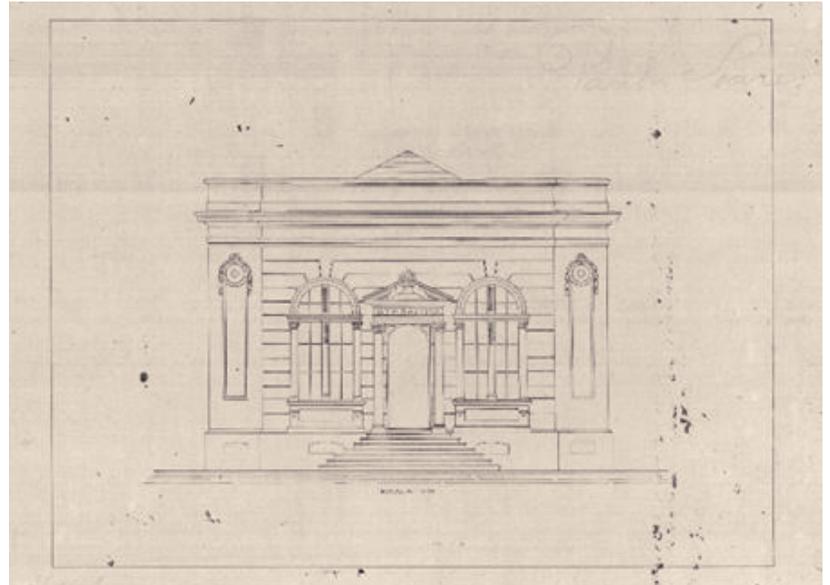
Figura 1 - Escola Complementar - Curso Elementar Anexo (1924)



Fonte: relatório da Diretoria de Instrução Pública/RS, 1924, s/p.

Em 1922, um pavilhão de ginástica estava em construção, seguindo as mesmas orientações estéticas do edifício principal, com a presença de uma escadaria e hall de entrada, depósitos, palco e sanitários. Em 1924, a diretoria de Obras Públicas executou uma série de elementos no âmbito interno, tais como: nas paredes principais e divisórias, em alvenaria de tijolo; no balcão interno, excluindo o revestimento e a balaustrada; nas tesouras de ferro do telhado; no forro de madeira e o revestimento com ruberoide; no revestimento de concreto no porão; no assoalamento geral; na escada interna e nos emboços e rebocos, calhas e canos de queda (Alves, 1924).

Figura 2 – Pavilhão de Ginástica do Colégio Paula Soares (s/d)



Fonte: mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS.

As matrículas da Escola Complementar de Porto Alegre compreendiam, até abril de 1923, um total de 2.620 alunos. A partir dos anos seguintes, a referência à Escola Complementar vem acrescida da menção ao Curso Elementar anexo, até que, em 1927, pelo despacho número 2293/3, de 21 de maio, a Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior estabelece a sua autonomia em relação à Escola Complementar. A partir de então, o antigo Curso Anexo assume nomenclatura de “Colégio Elementar Paula Soares”, em homenagem ao professor Francisco de Paula Soares (1825-1881), natural de Montevidéu, Uruguai. Suas atividades docentes foram iniciadas no Brasil, na cidade de Rio Grande/RS, como professor de Primeiras Letras e, em Porto Alegre, passou a ministrar aula no Liceu Dom Afonso, a partir de 1851.¹⁵

15 Informação disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/tex/edu02220/sem012/po2/texto282.html>. Acesso em: 10 mai. 2025.

Assim como é recorrente nas instituições de ensino, ao longo da sua trajetória o Colégio Elementar Paula Soares passou por uma série de alterações em sua nomenclatura. Em 1939, denomina-se “Grupo Escolar Paula Soares” e, em 1955, com o decreto número 13.196, de 05 de janeiro, foi criado no mesmo edifício o “Ginásio Estadual Feminino Paula Soares”, sendo o mesmo separado do Grupo Escolar. Ainda na década de 1950, por decreto número 9.432/1958, passou a denominar-se “Ginásio Estadual Pio XII” e, em 1962, a escola recebeu a denominação de “Colégio Estadual Pio XII”, funcionando em conjunto com o Grupo Escolar (decreto número 13.196). Pela portaria número 31.734, de 1981, as duas escolas foram unificadas recebendo a denominação de “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Paula Soares” até que a portaria de número 00307, dos anos 2000, alterou a designação para Colégio Estadual Paula Soares, contemplando o ensino fundamental e médio, nomenclatura que persiste até hoje (Porto Alegre, 2004). Trata-se de um bem tombando pelo IPHAE em 1986, e pelo IPHAN, nos anos 2000, sendo que desse modo está contemplado na área sob o regime de proteção, tanto no âmbito federal como estadual e quaisquer modificações necessitam passar por análises dos órgãos responsáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Protásio. **Relatório [da] Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas/RS**: 15 de agosto de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1922.

ALVES, Protásio. **Relatório [da] Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas/RS**: 30 de agosto de 1921. v. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1921.

ALVES, Protásio. **Relatório [da] Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas/RS**: 04 de setembro de 1921. v. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1922.

ALVES, Protásio. **Relatório [da] Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas/RS**: 06 de setembro de 1924. v. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

ERMEL, Tatiane de Freitas. *From the bricks to the memory tree»: interlocutions between school architecture and historical-educational heritage*. Porto Alegre/RS (1919-2016). **History of Education & Children's Literature** (HECL), V. XIII, 2, Macerata (Itália), p. 273-293, 2018.

ERMEL, Tatiane de Freitas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (no prelo). **Paradoxos entre memória e esquecimento**: espaços escolares e suas (des)conexões na cidade de Porto Alegre. Educação e Pesquisa, USP.

PORTO ALEGRE. **Relatório [da] Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas/RS**: inspetoria escolar, agosto de 2004. Porto Alegre: SENOP, 2004.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e Educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 2 V. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/83586>. Acesso em: 10 mai. 2025.

8

Dóris Bittencourt Almeida

COLÉGIO GOMES

Seguindo pela antiga Rua da Igreja, depois de passar pelo edifício ocupado pelo Atheneu Rio-grandense e a Escola Normal, caminhar em direção ao Colégio Anchieta, à Escola Complementar, chegamos a uma outra instituição de ensino primário e secundário, o Colégio Gomes, propriedade do professor Fernando Gomes. Durante o século XIX, eram muitas as dificuldades da província em promover o ensino secundário público, sendo esta etapa da escolarização praticamente reservada aos colégios particulares e, conseqüentemente, à formação das elites.

O Colégio Gomes localizava-se em um ponto estratégico da cidade alta, onde circulavam e residiam as pessoas de posses. Essa escola teve a presença de estudantes que, adultos, transformaram-se em personagens notáveis na política, como Júlio Prates de Castilhos

e Antônio Augusto Borges de Medeiros, ambos Presidentes do Estado, entre o final do século XIX e início século XX.

De acordo com Moreira (2022), justamente por Fernando Gomes pertencer a uma camada abastada da população, pode construir uma escola frequentada pelas elites econômicas. Isso explica porque, no presente, tem-se várias informações sobre este professor, enquanto a grande maioria de seus contemporâneos são pessoas esquecidas, por não terem deixado rastros de suas atividades. Neste sentido, a documentação referente aos percursos de Fernando Gomes encontra-se custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Além disso, sua bisneta, a jornalista Celia Ribeiro (2007), escreveu um livro memorialístico, intitulado "Fernando Gomes: um mestre no século XIX".

Fernando Ferreira Gomes nasceu em 1830, em Porto Alegre. Aos 15 anos ingressou no Curso de Engenharia na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, lá permanecendo até 1849, sem concluir a formação. Ribeiro (2007) explica que o abandono do curso pode estar relacionado ao falecimento do padrinho que o auxiliava financeiramente. Portanto, observa-se que era uma prática das elites econômicas enviarem seus filhos, homens, a fim de estudarem fora da província, no Rio de Janeiro ou em países como a França. Este hábito denota a precariedade da instrução pública secundária no Rio Grande do Sul.

Entretanto, antes de retornar para a Província do Rio Grande do Sul, Fernando Gomes exerceu o magistério nas proximidades de Vassouras/ Rio de Janeiro, em instituição particular. Em 1854, já em Porto Alegre, manteve-se no magistério, lecionando em instituições privadas. Em seguida, instaurou seu próprio colégio, onde também atuou como docente.

Instalado quase em frente ao Solar dos Câmara, moradia de uma família de muitas posses, o Colégio Gomes iniciou as

atividades na década de 1860. Na edição do *Jornal do Comércio* de 04/12/1867, lê-se essa chamada:

Collegio Gomes

O director d'este estabelecimento convida em geral as pessoas amantes da instrução e especialmente as interessadas na educação de seus alunos para assistirem aos exames que terão lugar no mesmo estabelecimento no dia 09, 10 e 11 do corrente das 4 horas da tarde em diante (Ribeiro, 2007, p. 51).

Destaca-se que as avaliações dos alunos eram em forma de exames públicos, realizados diante de representantes da Instrução Pública, órgão da província ao qual as escolas particulares estavam subordinadas. Um ano depois, na edição de 04 de janeiro de 1868, no *Jornal do Comércio*, o Colégio Gomes divulgou a relação dos alunos aprovados e comunicou a abertura das aulas no dia 09 de janeiro.

Segundo Ribeiro (2007) e Arriada (2007), o Colégio chegou a contar com 95 alunos internos. Para frequentar a escola, era preciso ter entre doze a dezessete anos, ser alfabetizado e dominar as quatro operações da Matemática. Sobre as disciplinas, observa-se a importância do Latim, entendido como fundamental para o aprendizado da Língua Portuguesa. Compunham o currículo as disciplinas de Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Álgebra, Geografia, História e Cronologia, distribuídas nos três anos do curso. A presença da Língua Alemã possivelmente justifica-se pela presença de imigrantes na cidade e sua importância nas atividades fabris e comerciais.

Sobre a casa em que o colégio estava instalado, observe a descrição que a neta de Fernando Gomes faz:

Convido o leitor a entrar no prédio da rua da Igreja, que cheguei a conhecer no final dos anos 1930 [...] Foi construído para moradia, nas primeiras décadas do século XIX, mas oferecia boas condições de alugar uma escola. O número 185 estava fixado ao lado da porta da rua,



que era mantida com os tampos abertos de par em par durante o dia, deixando à vista meia dúzia de degraus até um pequeno vestibulo com uma porta central que abria para o corredor interno e outra, à esquerda, com acesso direto à sala principal. Aquele longo corredor, pontuado por uma série de portas e quartos, adaptados para salas de aula, terminava no refeitório, onde havia a escada muito íngreme que conduzia ao sótão, usado como dormitório do internato. Se esse não tinha janelas para a rua da Igreja, em compensação era bem ventilado e recebia luz das aberturas para o quintal e o pátio interno em que a copa verdejante de uma figueira, vista do alto, parecia um tapete.

A casa reservava algumas surpresas. Além da área interna da figueira, havia mais outra, também de chão batido, quatro degraus abaixo do nível do soalho, com um pequeno vão aberto em forma de arco para um porão escuro. Entrar naquele espaço misterioso não decepcionava os alunos mais curiosos, que descobriam uma série de bolas de ferro de quinze centímetros de diâmetro. Eram balas de canhão, escondidas desde a Guerra dos Farrapos (Ribeiro, 2007, p. 52).

O Colégio Gomes esteve em funcionamento até 1876. Assim foi publicada uma carta aberta de sua autoria no Jornal *A Reforma*, em 24 de dezembro daquele ano:

“Collegio Gomes

O diretor deste colégio faz público que, por incômodos de família, necessita de descanso depois de uma lida trabalhosa de vinte anos, resolvendo fechar o seu estabelecimento de instrução primária e secundária no fim deste anos. A causa é uma satisfação devida ao público e, em particular às pessoas que sempre honraram o colégio com sua confiança. Uma prova exuberante desta é a maioria dos alunos que acabam de concorrer aos exames de preparatórios na delegacia de instrução pública da corte.

Declara, por último, que se retirando da vida laboriosa que exige o internato e um curso completo de estudos

preparatórios como mantinha, não deixa de continuar no magistério: um curso de instrução primária, dirigido pelo anunciante, substituirá o colégio que ora se fecha. Nas horas vagas, dará, além disso, o abaixo-assinado, lições particulares de preparatórios. Em anúncio especial, serão dadas as condições para a admissão no novo curso.”

Porto Alegre, 23 de dezembro de 1876

Fernando Ferreira Gomes.

Assim, o mesmo Jornal *A Reforma* publica um anúncio da nova fase do Colégio Gomes:

“Collegio Gomes

Instrução Primária

As aulas deste colégio começarão de novo a funcionar no dia 15 de janeiro do corrente ano.” [1876]

De acordo com Ribeiro (2007), Fernando Gomes, antes de decidir pela redução de sua escola, havia conversado com o colega de profissão José Teodoro de Souza Lobo, que era professor no Colégio Gomes. Souza Lobo desejava ter seu próprio colégio. Assim, propôs que Fernando Gomes lecionasse na nova escola, de curso secundário, pois isso seria um prestígio à instituição. E assim aconteceu, Fernando Gomes permaneceu mais um tempo com a escola apenas oferecendo o curso primário e passou a lecionar na outra escola, de Souza Lobo, junto com os demais professores do Colégio Gomes.

No mesmo dia da publicação da carta-aberta de Fernando Gomes, *A Reforma* apresenta matéria editorial sobre o Colégio Souza Lobo, que logo seria instalado na cidade:

“Não podemos deixar de recomendar o Colégio Souza Lobo a toda a província como um dos melhores e mais capazes de satisfazer o preparo dos seus alunos nos preparatórios para os cursos acadêmicos. O diretor, sr. Souza Lobo, provector, ativo e habilidíssimo professor, reúne

todas as condições desejáveis para elevar o seu estabelecimento ao pé em que sempre esteve o Colégio Gomes, ao qual pode dizer-se que venha a substituir.” (p. 82)

O nome de Fernando Gomes não foi esquecido em Porto Alegre. Em 1913, inaugurou-se uma importante escola pública, o Colégio Elemental Fernando Gomes, atual Ernesto Dornelles (Ermel, 2011), localizada bem próximo do antigo Colégio Gomes, na antiga Rua da Igreja. Além disso, existe uma rua no Bairro Moinhos de Vento, região elitizada da cidade, que homenageia o professor.

Figura 1 – Casa onde localizava-se o Colégio Gomes na Rua da Igreja



Fonte: Ribeiro, 2007.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação. PUCRS, 2007.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O "gigante do Alto da Bronze": um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913-1930)**. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2011.

MOREIRA, Gabriela Portela. **Joaquim Pedro de Alcantara Dourado: um infame na Instrução Pública (Rio Grande do Sul/séc.XIX)**. 2022. Dissertação (Mestrado) - PPGEDU/UFRGS, 2022.

RIBEIRO, Celia. **Fernando Gomes: um mestre no século XIX**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

9

Tatiane de Freitas Ermel

COLÉGIO ELEMENTAR FERNANDO GOMES (ESCOLA ERNESTO DORNELLES)

A capital do Estado, além da sede física do Governo Estadual, era o centro de propagação do imaginário da construção de uma nova ordem econômica, social e cultural. Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Porto Alegre, não faltaram planos, projetos, discussões em torno da necessidade de uma reconfiguração urbana, da construção de uma cidade moderna, organizada, higienizada e bela. De acordo com Alves (2005, p. 17), "o urbanismo moderno constitui um campo específico de representações sociais sobre a cidade, imaginando o futuro coletivo, os sonhos e o projeto de uma sociedade".

A zona da cidade onde foi construído o Colégio Elementar Fernando Gomes¹⁶ era uma das primeiras áreas habitadas pela chegada dos colonizadores portugueses e, posteriormente, serviu de pórtico de entrada e permanência para imigrantes europeus em grande escala. A “ponta da península” esteve diretamente vinculada à proteção da cidade, onde se localizava, no século XIX, o Arsenal da Marinha e de Guerra e ainda o Depósito de Pólvora. O Plano Geral de Melhoramentos, de 1914, planejava uma reconfiguração daquela região, principalmente pela projeção de áreas verdes e o alargamento das ruas. A presença de um colégio de instrução primária marcaria um ponto fundamental de regeneração social, sendo a infância escolarizada vislumbrada como a construção do homem moderno, longe dos antigos hábitos e vícios que marcavam a vida dos centros urbanos.

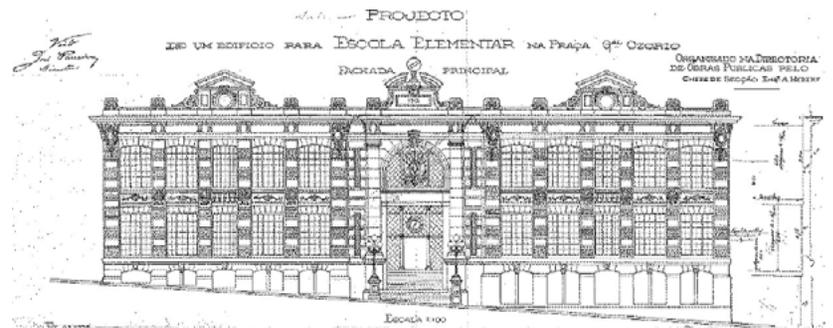
O colégio foi apresentado como modelo do Governo do Estado, já que sua construção se deu a partir dos processos considerados ideais para os espaços destinados à escola primária: aquisição do terreno, elaboração de um projeto próprio e a finalização do edifício com uma série de elementos funcionais e simbólicos, sendo que todo esse processo durou mais de uma década.

Com uma arquitetura monumental e eclética, predominando o estilo neoclássico, o Colégio se tornou a “menina dos olhos” dos dirigentes republicanos. O terreno foi adquirido pelo Estado em 1907, em uma área delimitada entre as Ruas Duque de Caxias (frente); Coronel Fernando Machado (fundos); General Portinho e General Vasco Alves (laterais), região conhecida no centro de Porto Alegre como *Alto da Bronze*. Foi projetado pelo engenheiro Affonso Hébert em 1913, com dois pavimentos e porão, sendo que o terreno está em uma zona acidentada, marcada por um longo trecho de descida em direção às margens do lago Guaíba.

16

Fernando Gomes foi professor e proprietário de uma escola particular também na rua Duque de Caxias. Sobre, ver Ribeiro (2007).

Figura 1 – Projeto da Fachada do Colégio Elementar Fernando Gomes (1913)



Fonte: mapoteca da Diretoria de Obras Públicas/RS.

A edificação, em forma de “U” invertido, compreende uma pequena área ao ar livre de acesso ao prédio, entre o portão e a porta principal, com um pórtico principal e duas portas laterais.

Figura 2 – Colégio Elementar Fernando Gomes (1922)



Fonte: Álbum Obras Públicas: Centenário da Independência.

A instalação dos banheiros é descrita com entusiasmo pelo Governo do Estado, sendo assinalado que o serviço sanitário foi estabelecido nas melhores condições higiênicas instalado em cada um dos pavimentos (Alves, 1919). Na parte exterior, os elementos que efetivamente foram concretizados na fachada principal compreendem, de cima para baixo: o globo, o brasão símbolo do Estado e um mosaico composto por figuras femininas, livros, globo, lira e as inscrições "ciências" e "artes". Ainda, como parte do conjunto do pórtico de entrada, podemos destacar duas gigantescas colunas com mais de treze metros de altura, uma suntuosa escadaria e duas estátuas de crianças em ferro bronzado, que, em conjunto com os demais elementos decorativos da arquitetura, mostram a riqueza de detalhes.

Registrado pela fotografia, o colégio está presente nos álbuns comemorativos, sendo eles o Álbum do Centenário da Independência – 1922, assim como no álbum de comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha – 1935 (figura 2). Ainda, é representado em outro álbum da cidade, Porto Alegre Álbum - 1931, ao lado de outro edifício, o hospital alemão.

Figura 3 - Colégio Fernando Gomes (1935)



Fonte: Álbum Recordações de Porto Alegre.

A partir de 1939, assim como os demais colégios elementares, passou a denominar-se Grupo Escolar Fernando Gomes. No entanto, poucos anos depois, o decreto-lei 995.45 (13/12/1945), cria a primeira escola técnica feminina da Capital e determina que a nova escola deveria ser instalada no prédio do Grupo Escolar Fernando Gomes. No ano seguinte, a escola técnica, denominada Escola Técnica Feminina Senador Ernesto Dornelles, inicia suas atividades no local e funciona até hoje, com aula para ambos os sexos¹⁷. Com a instalação da escola técnica, o Grupo Escolar Fernando Gomes é transferido para o edifício do Grupo Escolar Paula Soares, também localizado no Centro da cidade, na Rua General Auto. Uma outra escola estadual recebeu a denominação de Fernando Gomes, em homenagem ao professor, está localizada na Rua Professor Frederico Guilherme Gaelzer, n. 168, no bairro Jardim do Salso, e segue em atividade até hoje.

O edifício do antigo Colégio Elementar Fernando Gomes ainda chama atenção por sua monumentalidade, uma das principais marcas de sua construção. A composição em blocos que formam linhas verticais, “com imitações de pedras de tamanho descomuns no tratamento da argamassa”, faz com que o edifício pareça ainda mais alongado, ampliando a noção de grandiosidade (Weimer, 2003, p. 218). O edifício passou por diferentes reformas internas ao longo de sua trajetória, especialmente para acomodação de novos espaços e salas para os laboratórios da escola técnica. Muitas destas adaptações foram realizadas com divisórias de madeira, modelo bastante presente nos prédios escolares históricos, pois não alteram estruturalmente as paredes.

17 Sobre a Escola Técnica Feminina Senador Ernesto Dornelles, ver Louro (1988), Louro e Meyer (1993), Scholl (2010), Lima e Gil (2024).

REFERÊNCIAS

ÁLBUM. **Obras Públicas:** Centenário da Independência (1922). Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1922.

ÁLBUM. **Recordações de Porto Alegre.** 1º Centenário da Revolução Farrroupilha (1835-1935), Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

ÁLBUM. **Centenário da Independência.** Porto Alegre: 1922. Oficinas Graphicas d' A Federação, 1922.

ALVES, Augusto. **A construção do porto de Porto Alegre 1895 - 1930:** modernidade urbanística como suporte de um projeto de Estado. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5135> Acesso em: 10 mai. 2025.

ALVES, Protásio. Secretário de Estado dos negócios do interior e exterior (1919, 30 de agosto). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul.** Oficinas Graphicas d' A Federação, Porto Alegre, 1919. (vol. I)

ERMEL, Tatiane de Freitas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (no prelo). **Paradoxos entre memória e esquecimento:** espaços escolares e suas (des)conexões na cidade de Porto Alegre. Educação e Pesquisa, USP.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O "Gigante do Alto da Bronze":** um estudo sobre o espaço e a arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913-1930). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3679> Acesso em: 26 dez. 2024.

ERMEL, Tatiane de Freitas. Cidade e escola: a construção visual do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS - Brasil (1913-1935). **Espacio, Tiempo y Educación, Salamanca**, v. 3, n.2, p. 351-377, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2016.003.002.015> Acesso em: 26 dez. 2024.

LIMA, Ana Laura Godinho; GIL, Natalia. A formação das subjetividades em uma escola profissional feminina: análise de uma ficha social. **Revista Educação e Pesquisa**, USP, São Paulo, V.50. 1-17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450271093> Acesso em: 10 mai.2025.

LOURO, Guacira. (1988). **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

LOURO, Guacira Lopes, MEYER, Dagmar. (1993). A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, V. 87, p. 45-57. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258833/000092691.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 mai. 2025.

RIBEIRO, Célia. **Fernando Gomes**. Um mestre do século XIX. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SCHOLL, Raphael Castanheira. **Memórias (entre)laçadas: mulheres, labores e moda na Escola Técnica Sen. Ernesto Dornelles de Porto Alegre/RS (1946-1961)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3707> Acesso em: 09 jun. 2024.

WEIMER, Günter. (2003). **A vida cultural e arquitetura na República Velha (1889-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

10

Moisés Waismann

COLÉGIO DORES

A discussão sobre o entendimento de patrimônio educacional abrange um espectro amplo de bens, tanto materiais quanto imateriais, que testemunham a evolução das práticas pedagógicas, das instituições de ensino e das políticas educacionais ao longo da História. Tem importância na medida que auxilia no estabelecimento de pontes entre o que foi, o que é, é o que pode ser, auxiliando na compreensão da identidade cultural e a reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem.

Maria Helena Câmara Bastos (2005), em seus estudos sobre a história das instituições escolares, ressalta o papel das escolas como centros de produção e conservação de memória e identidade. Essa compreensão é multifacetada, abrangendo tanto os bens tangíveis quanto os intangíveis. Sua valorização é fundamental para a preservação da memória da educação, para a compreensão das

transformações históricas e para o enriquecimento do processo educativo contemporâneo. Ao reconhecer e proteger esse patrimônio, a sociedade investe na sua capacidade de aprender com o passado e construir um futuro educacional mais consciente e significativo. Neste texto, conversaremos sobre o Ginásio Nossa Senhora das Dores, atual Colégio La Salle Dores.

Na Figura 1 pode-se observar os 12 Irmãos Lassalistas pioneiros.

Figura 1 - Os Irmãos pioneiros em 1907



Fonte: <https://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia>.

Atendendo a uma solicitação da Arquidiocese de Porto Alegre, em 1907, cria-se o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs que instala a comunidade de Irmãos Lassalistas no Brasil, vindos da França. Em 3 de fevereiro de 1908, inauguram o “Ginásio Nossa Senhora das Dores”, escola primária que atendia somente meninos.

Iniciou as atividades com 27 estudantes, número que aumentou para 122 matrículas ao final do ano.

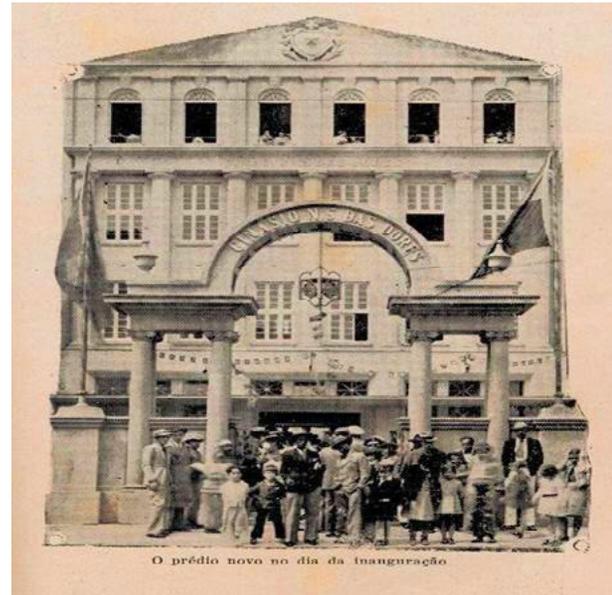
Na Figura 1, uma foto em preto e branco mostra os Irmãos Lassalistas com a vestimenta tradicional da Congregação. Observa-se a veste talar preta, abotoada na frente, com uma sobrepeliz branca. A formalidade da pose e das vestimentas sugere uma ocasião solene ou uma fotografia oficial do grupo.

Desde a sua fundação, o Colégio La Salle Dores está localizado na região central da cidade, bairro Centro Histórico de Porto Alegre, próximo à Igreja Nossa Senhora das Dores e a Usina do Gasômetro.

A proposta pedagógica é baseada nos princípios de São João Batista de La Salle, fundador da Ordem, e patrono dos educadores, declarado pelo Papa Pio XII, em 1950. Baseia-se na pessoa em si mesma e em seus relacionamentos e a continuidade, a realidade da não-plenitude, a possibilidade e a necessidade de sempre crescer mais.

Algumas marcas históricas são a fundação, em 1908, como Colégio Nossa Senhora das Dores e o ano de 1909, quando ocorre a transferência do estabelecimento para um imóvel maior, situado na rua Riachuelo, 136, atual número 800, de atrás da primeira escola, onde se encontra até hoje.

O projeto original do prédio foi encomendado ao arquiteto e artista plástico José Lutzenberger. Sua construção iniciou em 1935 e a inauguração ocorreu em 1937. A edificação se estabeleceu em um terreno que fazia ligação da escola, na Rua Riachuelo encontrando com a Rua dos Andradas. Sua arquitetura apresenta um estilo eclético, predominando a inspiração neoclássica. A Figura 2 mostra a fachada da escola na sua inauguração.

Figura 2 - Inauguração do Ginásio das Dores

Fonte: acervo histórico do Colégio La Salle Dores.

A fachada antiga do Colégio das Dores, voltada para a Rua dos Andradas representa um importante capítulo da história arquitetônica e educacional da cidade. Sua construção, inserida no contexto de expansão urbana e adoção de estilos europeus, reflete o ecletismo predominante na arquitetura porto-alegrense do início do século XX.

Observa-se o estilo eclético da fachada, caracterizado pela combinação de elementos de diferentes estilos históricos, com forte influência neoclássica, tendência comum em Porto Alegre naquele período. O ecletismo, como uma expressão da busca por uma linguagem arquitetônica que dialogue com as tendências internacionais, mas que também atenda às necessidades e aos ideais da sociedade local, é amplamente discutida por Bello (1997), que analisa como moldou a paisagem urbana da capital rio-grandense, conferindo-lhe

uma figura de modernidade e cosmopolitismo. A simetria da composição, o uso de colunas, frontões e detalhes ornamentais, típicos do neoclassicismo, buscavam evocar a grandiosidade e a tradição clássica, elementos valorizados na época para instituições de ensino.

Figura 3 – Ginásio Nossa Senhora das Dores (1937)



Fonte: Flores e Bem, 2020.

A localização estratégica na Rua dos Andradas, historicamente a principal artéria comercial e social de Porto Alegre, conferia à fachada uma grande visibilidade e a integrava ao cotidiano da

cidade. A rua era um palco da vida urbana, e a presença imponente do colégio contribuía para a sua identidade.

O edifício da escola foi restaurado entre 2013 e 2015, com auxílio de verbas do Projeto Monumenta. Atualmente, tem-se um plano para a conclusão da restauração com aprovação de projeto pelo Pró-cultura RS, com o intuito de finalizar as obras da parte interna. Desta forma, a preservação atesta o seu valor como patrimônio histórico e arquitetônico, um elo com o passado da instituição e da cidade. Ela continua a marcar a paisagem da Rua dos Andradas, testemunhando as transformações urbanas e a perenidade da missão educacional do Colégio La Salle Dores.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. Arquivos escolares: espaços de memória. In: **Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana**, 7, 2005, Quito. Anais... Quito: [s.n.], 2005.

BELLO, Helton Estivalet. **O ecletismo e a Figura da cidade** : caso Porto Alegre. 1999. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS.

FLORES, Juliane Zilio; BEM, Judite Sanson de. **A preocupação com a preservação do patrimônio**: estudo de caso do Ginásio das Dores em Porto Alegre. 2020. Disponível em: repositorio.unilasalle.edu.br. Acesso em: mar. 2025.

WAISMANN, Moisés et al. Corredor Cultural em Porto Alegre: Descobrimo as atratividades de um Centro La Salle. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 21, n. 44, 2020.

11

Frederico Duarte Bartz

ESCOLA DA SOCIEDADE VITTORIO EMANUELLE

A imigração planejada de italianos para o Rio Grande do Sul começou em 1875, dirigindo-se principalmente para a região da Serra Gaúcha, mas uma parte destes recém-chegados também estabeleceu-se em Porto Alegre. Na capital da província, formou-se, inicialmente, uma comunidade urbana, composta de operários, artesãos e comerciantes, que viviam principalmente na região central. No final do século XIX, havia, inclusive, uma “quadra dos italianos” na Rua dos Andradas, um trecho entre a Travessa Paysandu (atual Avenida Caldas Junior) e a General João Manoel, que era dominada por negócios e casas de peninsulares.

Neste contexto, a Sociedade de Mútuo Socorro Vittorio Emanuele II foi fundada, no ano de 1877, para dar auxílio e agregar



a comunidade italiana de Porto Alegre. Seu primeiro Presidente foi o fotógrafo genovês Luiz Terragno, que estava no Rio Grande do Sul desde a década de 1850 e que era um dos profissionais mais famosos em seu ramo de atividade. A sociedade foi criada por imigrantes que já estavam na capital da província fazia algum tempo, que acompanhavam de longe a unificação e o surgimento de um sentimento nacional italiano. No momento de sua fundação, os associados procuraram vincular a nova sociedade a um nome que representasse a luta pela unidade nacional, ao mesmo tempo que estivesse ligado à história local, por isso tomaram como modelo Giuseppe Garibaldi e indicaram-no como Presidente de Honra da instituição.

Em 1886, a mesma entidade abriu uma Scuola d'Instruzione em sua sede. O fato de ser a primeira e principal entidade italiana da cidade incentivou a formação de uma escola para a comunidade. Naquele período, a educação formal não estava disseminada e surgiram diversas escolas voltadas para filhos de imigrantes, o que servia também para manter viva a língua e as tradições culturais de seus países de origem. Este projeto convergia com uma política oficial do Reino da Itália, por isso a criação das escolas era acompanhada de perto pelos corpos consulares. Já em 1861, o governo italiano organizou escolas subsidiadas em Alexandria, Tunis e Constantinopla. Nas décadas seguintes, muitas outras escolas étnicas seriam criadas na África, no Oriente Médio e nas zonas de imigração das Américas.

A Escola da Sociedade Vittorio Emanuele II começou a funcionar em junho de 1886, na Rua dos Andradas. Alguns anos depois, em 1904, com a inauguração do edifício da Sociedade na Rua Sete de Setembro, n.55 (atual 729), as aulas mudaram seu endereço para a nova sede. Os primeiros diretores e diretoras foram Camilla Roncoroni, Rocco Ferraro, Sante Ceroni e Emilia Puggina.

Figura 1 – Prédio da Sociedade Vittorio Emanuele e sede de sua Escola a partir de 1904



Fonte: Rech, 2015.

Mesmo com poucas informações sobre a história da instituição, pesquisas como a de Gelson Leonardo Rech (2015), que estudou a formação de uma rede escolar italiana na capital gaúcha entre o fim do século XIX e o começo do XX, permitem compreender alguns processos que envolviam a escola. Entre 1902 e 1903, ocorreu uma grande polêmica entre o Cônsul Capelli e Adelchi Colnaghi, que era o editor do jornal *Stella d'Italia*, pois este último denunciava a falta de apoio do governo italiano para com as escolas étnicas do Estado, muitas das quais se encontravam em situação lamentável. Durante a polêmica, a Sociedade Umberto I e a Elena di Montenegro (ambas

localizadas na periferia) endossaram as críticas do jornal, enquanto a Vittorio Emmanuele ficou ao lado do Cônsul, o que pode indicar uma desigualdade na distribuição de recursos financeiros e material didático, favorecendo a última sociedade, que tinha vínculos mais fortes com a elite da comunidade. Mesmo com uma possível desigualdade de condições, a Sociedade Vittorio Emanuele II parecia ter uma boa relação com outras escolas, cedendo o amplo espaço de seu edifício para cerimônias e festividades escolares de outras sociedades italianas.

A Escola da Vittorio Emanuele II deixou de funcionar em algum momento entre os anos 1910 e os anos 1920, retornando suas atividades no final desta última década. Esta instabilidade talvez se explique pela vinculação com a comunidade italiana do centro da cidade, que tinha mais recursos materiais para matricular seus filhos em escolas consagradas da capital, diferente de operários e agricultores de arrabaldes como Bonfim, Navegantes e Tristeza, que tinham na escola étnica uma de suas poucas possibilidades de estudo.

A partir dos anos 1920, a ascensão do fascismo na Itália vai provocar uma reorganização das entidades italianas de Porto Alegre. Foi constituída a Sociedade Dante Alighieri, cuja sede ficava em um grande edifício na Rua da Misericórdia (atual Annes Dias) e acabou por concentrar as principais atividades oficiais da comunidade, tornando-se a sociedade de referência para os imigrantes e tomando o lugar ocupado anteriormente pela Vittorio Emanuele II. No começo dos anos 1930, os representantes do governo peninsular no Rio Grande do Sul avaliaram que havia uma “perda de sentimento nacional” entre os italianos da capital, redundando na reorganização da rede de escolas em 1933, que passariam a seguir de forma mais rigorosa o sistema de ensino e os valores da Itália fascista. Entre as quatro escolas da cidade, a Vittorio Emanuele II foi a que apresentou mais fragilidade, com um pequeno número de inscritos e com baixa frequência. Neste caso, além das mudanças sociais de seu público,

também havia a concorrência da Sociedade Dante Alighieri, que havia se tornado um espaço privilegiado para a difusão dos projetos do governo italiano.

Quando as determinações pela nacionalização do ensino foram promulgadas pelo Estado Novo, em 1938, a Escola da Sociedade Vittorio Emanuele II fechou suas portas de forma permanente. Se encerrava assim a história da mais antiga escola italiana da capital, que manteve suas atividades de forma irregular, refletindo as mudanças políticas na Itália, de onde vinha o subsídio para o seu funcionamento, assim como as transformações sociais e culturais do local onde estava inserida.

REFERÊNCIAS

BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do Fascismo italiano e do Integralismo no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 2, v. 24, p. 247-268, 1998.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: EST, 1993.

LUCHESE, Terciane Ângela, KREUTZ, Lúcio e XERRI, Eliana Gasparini. Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875 – 1914). **Acta Scientiarum. Education Maringá**, v. 36, n. 2, p. 211-221, July-Dec., 2014.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo**. 2015. Tese (Doutorado). - Programa de Pós-graduação em Educação da UFPEL, Pelotas, 2015.

12

Frederico Duarte Bartz

ESCOLA ELISEU RECLUS

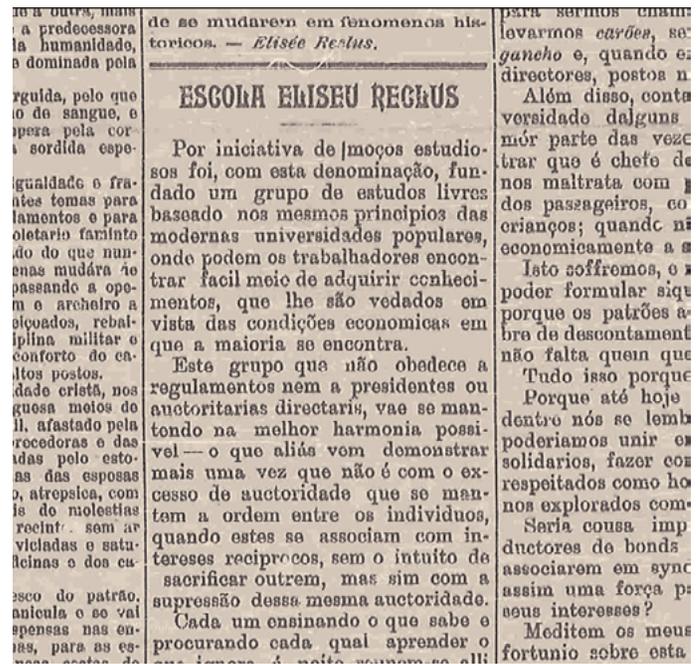
A Escola Eliseu Reclus foi a primeira escola libertária de Porto Alegre. Seu surgimento está ligado ao crescimento da militância anarquista e ao desejo de oferecer aos filhos e filhas das famílias operárias uma educação livre de preconceitos, que estimulava o pensamento crítico e o racionalismo. O nome da Escola homenageia o famoso geógrafo francês que havia sido membro da Comuna de Paris e participado da Associação Internacional dos Trabalhadores.

O surgimento da Eliseu Reclus deve ser buscado na formação de um movimento anarquista organizado em Porto Alegre, que ocorreu a partir de 1906. Neste ano, um grupo de militantes operários, entre os quais se contavam Stefan Michalski, Polidoro Santos, José

Rey Gil, Adão Pesce e Pedro Mayer, criaram o jornal *A Luta* e a Escola Eliseu Reclus. Este foi um ano importante porque, entre setembro e outubro, aconteceu a primeira Greve Geral da cidade de Porto Alegre, ocasião em que os anarquistas procuraram disseminar suas ideias entre os operários e se diferenciar dos socialistas. Entre estes pontos de diferenciação, se destacava a defesa da “ação direta”, ou seja, que os trabalhadores deveriam se organizar de forma autônoma e não através de uma representação partidária, tendo como métodos preferenciais a greve, o boicote e a propaganda. Outro elemento de grande importância era a formação cultural dos operários e operárias, com a divulgação de textos, realização de peças de teatro, festivais e a fundação de escolas.

A Eliseu Reclus começou a funcionar em setembro de 1906, em um sobrado da Rua dos Andradas, onde o imigrante polonês Stefan Michalski tinha sua alfaiataria e onde também era publicado o jornal *A Luta*. Em um primeiro momento, a Escola funcionou como um grupo de estudos sem regras muito rígidas, cujos encontros aconteciam nas terças e sextas feiras à noite, em que os associados procuravam se educar através de lições oferecidas pelos militantes, propiciando um ambiente de debates e reflexões. Nestas aulas noturnas, Adão Pesce ministrava lições de Aritmética, Álgebra, Economia Política e Mecânica; Reynaldo Frederico Geyer, de Esperanto e Ortografia; Gomez Ferro de Português, Geografia e História Social; Tito Soares de História Universal e do Brasil; Cristiano Fettermann de Português, Alemão e Francês; Nestor Guimarães de Física, Química, História Natural e Caligrafia; Frederico Kuplich de Ginástica Sueca e Artur Candal Filho e Adolfo de Araújo Correia de Anatomia Descritiva e Física Recreativa.

Figura 1 – Notícia sobre o surgimento da Escola Eliseu Reclus no jornal anarquista A Luta



Fonte: A Luta. Porto Alegre, 15/9/1906, p. 1.

Talvez perspectivando um aumento no número de alunos por conta do bom momento sinalizado pela Greve Geral, a Escola Eliseu Reclus mudou seu endereço, no início de 1907, para a esquina da Rua General Câmara com a Rua dos Andradas, mas teve de voltar para o lugar anterior no mês de junho daquele ano. Depois de algum tempo de descontinuidade, a Escola ressurgiu em junho de 1909, desta vez na Rua da Conceição, em uma pequena casa que servia de sede para a União dos Empregados em Padaria, próximo à antiga Estação Ferroviária. Esta falta de continuidade não era algo incomum para as associações operárias, que, muitas vezes, não

dispunham de recursos e ainda tinham dificuldade de buscar novos apoiadores. Neste caso, a mudança fazia bastante sentido, pois a Eliseu Reclus saía da área central da cidade e se aproximava das fábricas e dos bairros operários.

Figura 2 - Trecho da Rua dos Andradas no começo do século XX: o sobrado mais escuro no meio da quadra abrigava a primeira sede da Eliseu Reclus



Fonte: Litera. Porto Alegre sec. XX. <https://litera.mus.br/porto-alegre-seculo-20/>.

A nova sede também trouxe uma forma diferente de ensino, organizada em matérias de forma mais tradicional. As aulas ocorriam de segunda à sexta-feira, entre 19 e 22 horas, com um turno para palestras na manhã de domingo. As aulas ministradas eram de Primeiras Letras, Português, Aritmética, Desenho, Geografia, História, Física e Química. A inclusão do Desenho como disciplina, pode indicar uma demanda dos trabalhadores por um conhecimento que pudesse ser incorporado à sua formação profissional. A mudança parece ter surtido efeito, pois a Escola Eliseu Reclus funcionou nesse endereço por mais dois anos, até que se mudou para a Rua da Aurora (atual Rua Dr. Barros Cassal) em 1911.

Figura 3 – Rua da Conceição nos anos 1950: em uma destas casas, funcionou a sede da Escola Eliseu Reclus entre 1909 e 1911



Fonte: acervo Laudelino Medeiros.

Em 1911, a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que reunia os principais sindicatos do Estado e que estava sob a influência dos socialistas, passou a ser dirigida pelos militantes anarquistas. Esta mudança coincidiu com uma nova interrupção da Escola Eliseu Reclus, talvez por ela já ter cumprido seu papel de divulgação inicial da perspectiva anarquista através da educação ou porque novos projetos educacionais surgiram do seio da militância libertária. De qualquer forma, a antiga Eliseu Reclus voltou a funcionar por um breve momento no ano de 1915, sob a direção do Professor Adão Pesce, na forma de aulas noturnas que ocorriam na sede da Federação Operária sobre variados temas, principalmente com lições de línguas estrangeiras. O interessante é que Adão Pesce foi um dos organizadores da primeira escola anarquista em 1906, voltando quase uma década depois para dar uma vida nova ao antigo projeto. Talvez isso indique um compromisso deste militante em específico com a Eliseu Reclus, mas esta é apenas uma hipótese que deve ser posta à prova com novos estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARTZ, Frederico Duarte. As Escolas Libertárias em Porto Alegre: propostas educacionais e relação com a territorialidade do movimento anarquista (1906-1936). **Revista da História da Educação**. Porto Alegre, v. 29, mar. 2025.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. 1987. Dissertação (Mestrado) - PPG em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

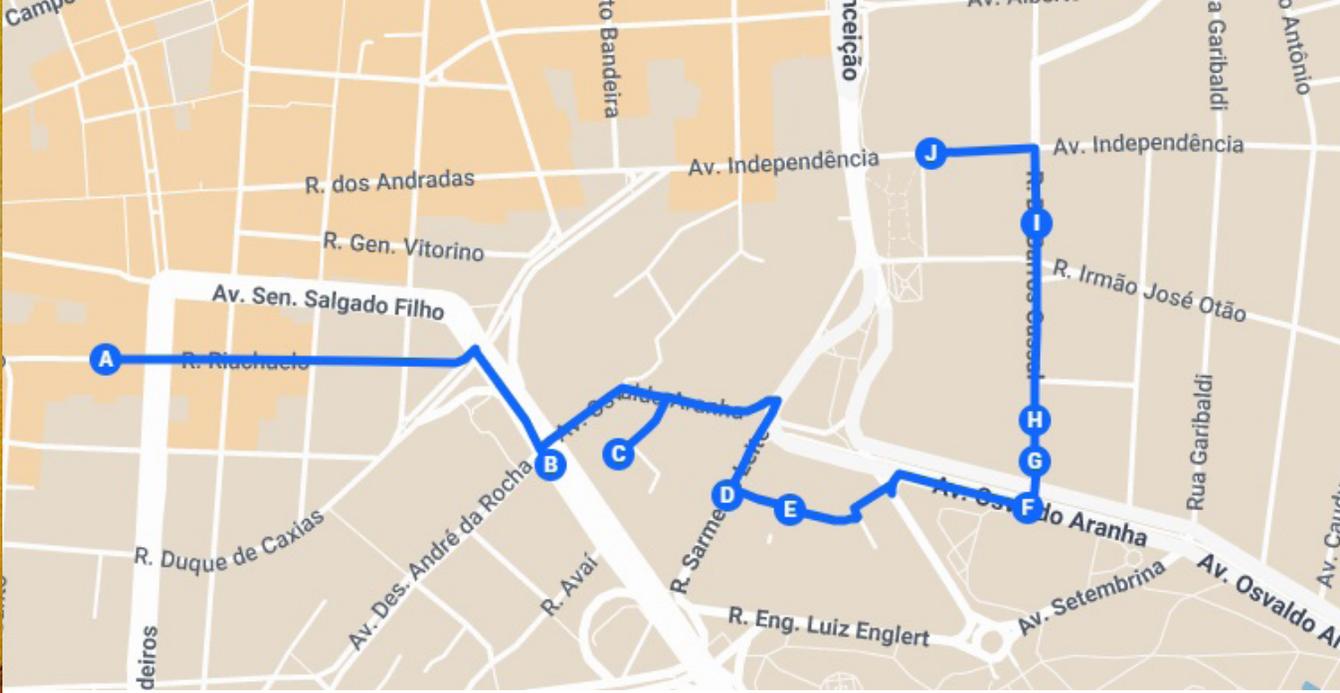
LUIZETTO, Flávio. Cultura e Educação Libertária no Brasil no início do século XX. **Educação e Sociedade**, UNICAMP, Campinas: São Paulo, n. 12, p. 61-79, set. 1982.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **"Que a União Operária Seja Nossa Pátria!"**. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

Caminhada

2

**CENTRO HISTÓRICO
E BAIRRO BOM FIM**



- A. Casa do Estudantes Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca)
- B. Casa do Estudante Universitário da UFRGS (CEU)
- C. Colégio Júlio de Castilhos
- D. Instituto Parobé
- E. Faculdade de Educação/UFRGS e Colégio de Aplicação da UFRGS
- F. Instituto de Educação General Flores da Cunha
- G. Escola da União dos Pedreiros
- H. Idicheshule (Colégio Israelita Brasileiro)
- I. Colégio Berlese e o Centro de Alfabetização Popular
- J. Colégio Metodista Americano
- L. Colégio Marista Rosário



O patrimônio é, está claro, um recurso para tempos de crise. Quando as referências se desfazem ou desaparecem, quando o sentimento de aceleração do tempo se torna mais sensível à desorientação, o gesto de separar, eleger lugares, objetos, eventos 'esquecidos', maneiras de fazer se impõem: torna-se uma maneira de se situar e de se encontrar a si mesmo. [...] Aplica-se, então, em proteger o presente para, como se proclama, preservar o futuro. Esta é a extensão recente mais considerável da noção que se torna operante ao mesmo tempo para o passado e para o futuro, sob a responsabilidade de um presente ameaçado, fazendo duplamente a experiência da perda: a de um passado e a de um presente que rói a si mesmo (Hartog, 2017, p. 45-46).¹⁸

NOTA INTRODUTÓRIA

A exemplo do itinerário anterior, este segundo percurso abrange uma diversidade de instituições educativas, das tradicionais às pouco lembradas ou mesmo desconhecidas do público mais amplo, mas que, igualmente, integram a história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Os pontos selecionados dão a ver os mais distintos atores sociais em ação, seus ideários e projetos educacionais, os desejos e as disputas políticas. Visitar estes pontos, contemplá-los, ouvir pesquisadores que se dedicaram à investigação dessas instituições é uma oportunidade de, coletivamente, reinscrever essas experiências educacionais na paisagem urbana, conferir-lhes sentidos e apropriar-se de uma história que é de todos nós.

A caminhada parte do Centro Histórico de Porto Alegre, região que, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, passa a experimentar um grande crescimento populacional, na esteira das transformações econômicas, políticas e sociais. Em nível internacional experimentava-se o contexto de duas guerras (1914-1918 e 1939-1945); no nacional, constituía-se a República, com o Rio Grande do Sul assumindo participação ativa no cenário político nacional. Em Porto Alegre, assiste-se nessas primeiras décadas a um processo de industrialização, puxado pela condição portuária da cidade e o aumento do mercado consumidor interno (acentuado pelos problemas de importação decorrentes dos dois conflitos mundiais). As administrações municipais desse período se notabilizaram pelas remodelações urbanas e obras de infraestrutura: Montaury (1897-1924), Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943). Casas comerciais, bancos e cafés ensejavam novas sociabilidades e completavam o cenário de uma cidade que crescia. Essas transformações

também se fizeram sentir, *pari passu*, com o progressivo aumento da demanda por educação.

O ponto de partida do nosso segundo caminho é o n. 1355 da Rua Riachuelo, quase na esquina com a Avenida Borges de Medeiros, no coração pulsante da cidade. No local, encontra-se um prédio de três pavimentos, de fachada discreta e cor escura, que, a partir de 1944 abrigou a primeira residência estudantil do Rio Grande do Sul: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca). Essa entidade foi uma das maiores realizações do movimento estudantil dos anos 1930, que, à época, disputava o modelo de universidade a ser implementado no estado, especialmente por meio da Federação Acadêmica. Tratava-se de um movimento inspirado nos ideais da Reforma de Córdoba (1918), sobretudo no que dizia respeito à democratização do acesso ao ensino superior — desiderato para o qual a moradia estudantil era considerada fundamental.

Seguindo pela Rua Riachuelo até o seu final, atravessando a Praça Conde de Porto Alegre e descendo pela Av. João Pessoa, chega-se a mais uma residência estudantil: a Casa do Estudante Universitário (CEU/UFRGS). Localizada em uma paisagem de intensa circulação acadêmica, a CEU constitui um importante marco na política de assistência estudantil. Planejada nos anos 1950 e inaugurada em 1971, é ainda hoje a maior casa para estudantes da UFRGS, oferecendo mais de 400 vagas. Por inicialmente receber apenas homens, sua história foi marcada pela mobilização das mulheres e do movimento feminista no início dos anos 1980, para que as estudantes tivessem direito à moradia na Casa, o que foi conquistado em 1983, quando a CEU passa a ser uma moradia mista. São disputas e mobilizações que ainda ecoam no tempo presente e não devem ser esquecidas.

A caminhada prossegue, atravessa a Av. João Pessoa e chega ao seu terceiro ponto: a antiga sede do Colégio Júlio de Castilhos, incendiada em 1951, e localizada onde hoje está a Faculdade de



Economia da UFRGS. A criação do colégio deu-se em 1900 e está ligada à história da então Escola de Engenharia (que futuramente integraria a atual UFRGS), pois seu objetivo era preparar os estudantes para essa instituição de ensino superior. O grandioso prédio no qual o Colégio Júlio de Castilhos esteve localizado é uma das expressões do monumental presentes neste roteiro. Sua arquitetura remete a um modelo de educação que, na virada do século XIX para o XX, foi marcado por ideais republicanos — especialmente aqueles propostos por Augusto Comte e sua concepção de uma república comandada por uma elite de sábios e técnicos.

Seguindo um pouco mais adiante, chega-se ao n. 425 da Rua Sarmiento Leite, o quarto ponto do nosso percurso. Ali encontra-se o edifício que abrigou uma das sedes do Instituto Parobé, fundado sob os mesmos princípios republicanos e igualmente concebido no âmbito da Escola de Engenharia. O Instituto tornou-se a principal escola técnica do Rio Grande do Sul, formando mestres e contramestres nas áreas de construção mecânica e civil, marcenaria e artes.

Cruzando a Rua Sarmiento Leite chegamos ao chamado Quarteirão 2, do campus Central da UFRGS, encontrando ali os pontos 5 e 6 dessa caminhada: a Faculdade de Educação (Faced) e o Colégio de Aplicação (CAp), instituições que por muito tempo compartilharam o mesmo prédio. Embora a Faculdade de Educação passasse a figurar como uma nova unidade de ensino da UFRGS em 1970, desde 1936 a então Universidade de Porto Alegre já atuava na formação de professores. A fundação do Colégio de Aplicação, por sua vez, data de 1954. Durante muitos anos, essas duas instituições de ensino compartilharam não apenas o mesmo edifício, mas também uma relação estreita: enquanto uma se dedicava à formação de professores e à reflexão teórica sobre a educação, a outra acolhia crianças e adolescentes em um ambiente que servia como campo de experimentação pedagógica, onde as inovações eram testadas, avaliadas e posteriormente difundidas para outras escolas.

Nossa caminhada avança para fora do núcleo urbano original de Porto Alegre, na direção do outrora Potreiro da Várzea¹⁹, que no início do século XX já era conhecido como Campo da Redenção. Ali adentramos a Av. Osvaldo Aranha, o antigo *Caminho do Meio*, núcleo básico do que viria a ser o bairro Bom Fim. Este nome, por sua vez, deriva da devoção ao Senhor do Bom Fim, que teve a pedra fundamental de sua capela ali instalada em 1867. Na dita Avenida, nos deparamos com o icônico prédio Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE). Essa instituição está ali sediada desde 1937, mas sua fundação data de 1869, como Escola Normal de Porto Alegre. A monumentalidade desse edifício e os processos pedagógicos nele desenvolvidos, alinhados ao movimento da Escola Nova, permitiram ao IE figurar, durante muito tempo, como uma espécie de vitrine das escolas estaduais.

Seguimos adentrando o Bairro Bom Fim, até o n. 790 da Rua Dr. Barros Cassal. Neste endereço (antigamente Rua da Aurora, n.168), e num prédio que já não mais existe, esteve localizada a sede da União dos Pedreiros, onde, em 1907, foi instalada uma aula operária para os associados dessa entidade e seus filhos menores. Essa iniciativa, embora remeta ao esquecido na história da educação, denota a capacidade de organização do movimento operário e os múltiplos arranjos e iniciativas educacionais daquela virada do século XIX para o XX.

Continuando o caminho pela mesma Barros Cassal, chegamos ao nono ponto da nossa caminhada, a Sinagoga União Israelita, local que sediou outra iniciativa educacional contemplada em nosso roteiro, a *IdichSchule*, ali criada em 1922 (atual Colégio Israelita de Porto Alegre). Além de ser um importante marco para a comunidade judaica, e de indicar a diversidade social presente no Bom Fim, o local também evidencia como diferentes grupos étnicos

19

PESAVENTO, Sandra Janahy. Um dia, em um outro tempo... In: OLIVEIRA, Carmem Regina de; LICHT, Flávia Boni. UFRGS 70 ANOS. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

e culturais contribuíram para a construção de uma paisagem educacional plural na cidade.

Essa pluralidade vivia lado a lado, pois, seguindo passo, ainda na Barros Cassal, chegamos ao n. 526, onde esteve sediado, a partir de 1933, o Colégio Berlese e seu Centro de Alfabetização Popular. Este visava liderar uma campanha de alfabetização voltada para a população mais pobre, principalmente para a classe operária. O Colégio era dirigido e levava o nome de Narciso Berlese, um educador, literato e defensor da alfabetização popular que, entre os anos de 1900 e 1910, fez parte do grupo de militantes anarquistas que atuavam na capital gaúcha. Assim como a União dos Pedreiros, essa é mais uma instituição educativa do passado apagada da memória e do espaço da cidade.

Subindo a lomba da Barros Cassal, o roteiro segue e adentra a Av. Independência no sentido Centro Histórico, até chegar ao Colégio Marista Rosário, décimo primeiro ponto de nosso percurso. Esse Colégio, bastante tradicional na cidade, foi fundado em 1904 e ocupou diferentes endereços até se fixar no edifício ao lado da Praça Dom Sebastião. O prédio segue uma arquitetura típica das instituições de ensino maristas. Cabe destacar ainda que foi de dentro do Colégio Rosário que se originou a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Bastante próximo ao Colégio Rosário, do outro lado da Av. Independência, encontramos nosso décimo segundo ponto da caminhada, o endereço no qual já esteve localizado o Colégio Americano. Sua criação remonta às ações evangelizadoras da Igreja Metodista a partir de 1875, que resultaram na criação de instituições educativas. Inicialmente voltado ao ensino feminino e funcionando em imóveis alugados, o colégio passou por sucessivas ampliações e mudanças de sede até se estabelecer, em 1945, no Bairro Rio Branco. Ao longo das décadas, expandiu sua infraestrutura e oferta de cursos, tornando-se referência na formação de mulheres e na diversificação

do ensino, incluindo áreas como música, secretariado, economia doméstica e magistério.

Chegando ao fim desse Segundo Caminho da Educação em Porto Alegre é possível notar como múltiplas camadas do tempo se sobrepõem, com seus matizes econômicos, sociais, políticos e culturais. Tão importante quanto conhecer e contemplar os marcos consolidados para a história da educação da cidade e do estado, é reinscrever na paisagem urbana histórias e memórias da educação esquecidas ou apagadas, mas que igualmente informam sobre o espaço de experiência de um passado educacional que nos trouxe até aqui e que é capaz de apontar para horizontes futuros.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4ª ed.. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre História**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

PESAVENTO, Sandra Janahy. Um dia, em um outro tempo... In: OLIVEIRA, Carmem Regina de; LICHT, Flávia Boni. **UFRGS 70 ANOS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Doris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007

1

Marcos Luiz Hinterholz

CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO APARÍCIO CORA DE ALMEIDA (CEUACA)

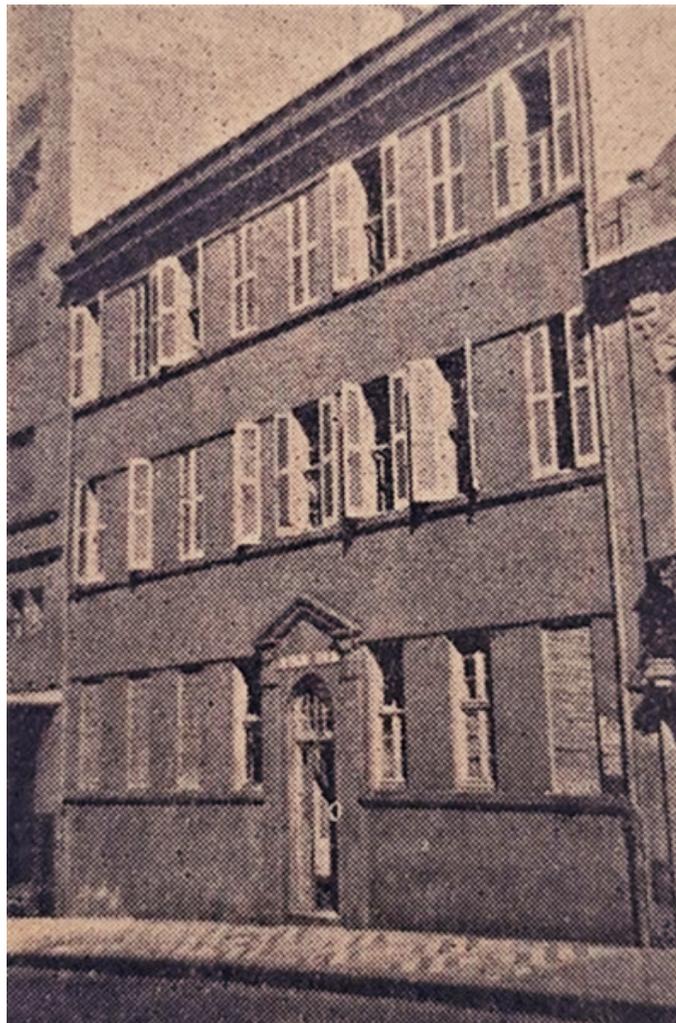
A Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuaca) foi a primeira organização de moradia para estudantes do estado, funcionando de modo autônomo e autogerido por mais de oito décadas. Espécie de cooperativa, sua criação esteve em sintonia com os ideais do Manifesto de Córdoba (1918) e as disputas em torno do modelo de universidade discutidos, na década de 1930, para o Rio Grande do Sul, especialmente no que diz respeito à função social e a democratização do ensino superior. Foi deste contexto que teve lugar o Movimento Pró-Universidade e posteriormente o Movimento

Pró- Casa do Estudante Pobre, este último liderado pelo Centro Acadêmico do Direito, em 1931.

Em 1934, após longa campanha de arrecadação de fundos, era inaugurada a Casa do Estudante, em prédio cedido por empréstimo pela prefeitura municipal de Porto Alegre. Desde seus primórdios, a Casa esteve intimamente ligada à Federação Acadêmica de Porto Alegre, tanto institucionalmente quanto fisicamente. O espaço, embora pequeno, passou a sediar uma série de reuniões e eventos universitários nas décadas de 1930 e 1940.

Em 1944, após a Casa transitar por inúmeras e precárias sedes, o casal Israel Almeida e Maria Antônia Cora, pais de Aparício Cora de Almeida, doaram ao estado gaúcho um amplo prédio de propriedade da família, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, para que ali fosse sediada aquela que então passou a chamar-se Casa do Estudante do Rio Grande do Sul. O gesto foi em homenagem à memória de Aparício, um destacado líder estudantil da segunda metade da década de 1920 e princípios de 1930. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), acabou morrendo em outubro de 1935, sob indícios de assassinato político. A transferência para o novo endereço representou um significativo incremento de vagas de moradia (chegando a 120 em seu auge), bem como a implementação de uma grande estrutura de assistência estudantil, oferecendo restaurante universitário, gabinete médico, odontológico e barbearia.

Figura 1 - Prédio doado pela família Almeida, na Rua Riachuelo, n. 1355



Fonte: Revista Feupa 1945/46.

Figura 2 - Restaurante da Ceuaca

Fonte: acervo Ceuaca/AHRS (S/D).

A Casa viveu seus anos dourados entre as décadas de 1950 e 1960, período em que recebeu os maiores aportes financeiros da Reitoria da UFRGS e do Ministério da Educação (MEC). Isso pode ser compreendido pelo papel que a Ceuaca ocupava no período, respondendo, até 1957, por toda a assistência estudantil disponível e, depois desse ano, sua atuação em caráter complementar ao que passou a ser oferecido pela Federação Acadêmica (Feurgs) e a UFRGS.

Contudo, o perfil dos estudantes por ela atendido mudaria ao longo das décadas, especialmente a partir dos anos 1970. À medida em que a UFRGS ia construindo suas próprias casas para estudantes e oferecendo ela mesma os demais serviços de assistência estudantil, o público atendido pela Ceuaca passou a ser constituído predominantemente de estudantes-trabalhadores e alunos de instituições privadas de ensino. É importante destacar ainda que durante a maior parte de sua história a Ceuaca foi

uma residência exclusivamente masculina. Após muitos debates internos, é apenas em 1987 que a Casa torna-se mista, passando a aceitar estudantes mulheres.

Figura 3 – Atendimento Gabinete Médico da Ceuaca



Fonte: acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D).

Por ser uma instituição autônoma e autogerida a Ceuaca sempre precisou buscar recursos financeiros para a sua manutenção. Recebeu, ao longo de sua história, verbas do Ministério da Educação, de emendas parlamentares, da UFRGS, além dos eventos que organizava para arrecadar fundos. Ao longo dos anos esses repasses foram se extinguindo e a estrutura da Casa foi colapsando. O prédio sede deteriorou-se a tal ponto que o prédio foi interditado e evacuado em 2014, justamente quando a instituição completava 80 anos, mediante negociação com o governo do Estado e o Ministério Público, chegou-se a um acordo sobre a reforma e os estudantes foram realocados para diversos imóveis na região central de Porto Alegre, mediante pagamento de aluguel social por parte do governo do Estado.

As promessas de reforma não se efetivaram e o Governo do Estado deixou de pagar os aluguéis dos imóveis que alocavam os estudantes, resultando em ações de despejo. Com isso, na prática, a associação se dissolveu. Antigos moradores têm se congregado no chamado *Movimento CEUACA Viva*, que reivindica as obras de restauração e devolução do prédio aos estudantes. Atualmente, a gestão do imóvel está sob responsabilidade do Departamento de Administração do Patrimônio do Estado.

A trajetória dessa entidade indica o quanto as casas de estudante são parte importante e indissociável da história das universidades e dos movimentos estudantis organizados de estudantes, na medida em que são expressão de práticas do universo acadêmico. A história da Ceuaca evidencia a relevância das políticas de assistência aos estudantes e aponta para a necessidade de uma reflexão crítica em torno das estruturas e contextos sociais nos quais os processos educativos se desenvolvem. A meio caminho do público e do privado, as residências estudantis constituem uma singular forma de habitação, na qual a função de alojamento é transcendida. É neste sentido que se pode dizer que as casas de estudante não são caixas inertes, mas espaços praticados, apreendidos, experienciados e, por essa razão, educativos.

REFERÊNCIAS

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **Entre artes de fazer e experimentações**: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.) **As Casas de Estudante da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

2

Fabiana Pinheiro da Costa

CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRGS (CEU)

Desde a sua origem, a Casa do Estudante Universitário está sob a administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua projeção remonta ao final da década de 1950 quando a instituição, sob a gestão do Reitor Elyseu Paglioli, teve a iniciativa de erigir um prédio destinado a servir de moradia para cerca de quinhentos estudantes. O esboço do projeto incluía também um restaurante universitário com possibilidade de oferecer aproximadamente duas mil refeições por dia. Na época, foi anunciado à comunidade acadêmica que a construção seria composta por dois grandes blocos, um destinado aos homens e outro às mulheres.

Segundo Silva (2004), os primeiros locais cogitados para a edificação — nos quarteirões centrais já ocupados pela Universidade

— foram rejeitados por unanimidade. Com isso, passou-se a investir na busca por terrenos que pudessem servir para o empreendimento. Por meio desse levantamento, o Reitor Paglioli soube que o Conselho Deliberativo da Santa Casa de Misericórdia colocou à venda alguns imóveis localizados na Avenida João Pessoa, em frente ao edifício da Faculdade de Ciências Econômicas. A partir de então, iniciaram-se as negociações e a UFRGS os adquiriu, embora estes fossem de uma área útil menor do que a planejada. Logo em seguida, houve a desapropriação do local que foi ampliado a partir da anexação de um terreno, adquirido em permuta com a Prefeitura de Porto Alegre, na Avenida André da Rocha.

O início das obras foi em 1959. No entanto, ao longo dos anos 1960, a UFRGS enfrentou uma grave crise financeira, o que acarretou no atraso da finalização do edifício. O primeiro espaço do empreendimento a ser disponibilizado ao público estudantil foi o restaurante, que operava com uma média de 1800 refeições diárias (SILVA, 2004). Todavia, os embargos na construção da moradia não passaram despercebidos à comunidade acadêmica, especialmente aos estudantes, que exigiam agilidade na entrega. Mesmo com pressão para que houvesse um aceleração na construção, ela só foi concluída onze anos mais tarde.

Quando terminado, o projeto da CEU tornou-se motivo de grande satisfação para a Reitoria. Em abril de 1971, a imprensa universitária divulgou em seu boletim informativo que o espaço já estava funcionando e 400 alunos se encontravam devidamente instalados na habitação — 60 oriundos da pós-graduação e os outros 340 da graduação. Também foi informada à comunidade uma prévia do regimento no qual constavam 25 itens. Este documento foi redigido com o intuito de manter o funcionamento sadio na Casa. O teor dessa listagem era basicamente organizacional, estando expressas as ordens de manutenção do local, como manter silêncio após as 22h, não depredar os móveis e objetos, zelar pela conservação do ambiente e pelo bom convívio entre os moradores.

Figura 1 – Casa do Estudante Universitário na década de 1970



Fonte: Museu da UFRGS.

Em meio a esses itens que figuravam no regulamento para uma convivência salutar entre os jovens estudantes, destaca-se o de nº 18, cuja redação informava: “É vedada a entrada de pessoas do sexo feminino nos andares residenciais da C.E.U., sendo destinado o salão do 2º andar para a recepção de visitas”. A figura das mulheres nessa Casa não era bem-vista. Na verdade, mais do que isso, era compreendida como perniciososa, comprometedora do bom funcionamento e da ordem que se esperava daquele lugar.

E diferentemente do que a imprensa notificou, o regimento oficial, aprovado em 25 de fevereiro de 1971, tornava até mesmo o segundo pavimento intransponível para elas.

E foi assim, sem qualquer vestígio da presença de mulheres, que a Casa do Estudante Universitário foi inaugurada oficialmente em 27 de julho de 1971. O festejo contou com a presença do então Presidente da República Emílio Médici, que estava em Porto Alegre por conta do encerramento do XXII Jogos Universitários Brasileiros. A assessoria de imprensa, por ocasião da sua visita, noticiou que ele ficou impressionado com a estrutura, modernidade e ótimas condições oferecidas aos estudantes. Assim, a moradia estudantil que inicialmente foi pensada para ofertar vagas aos dois sexos, passou a funcionar objetando, sob quaisquer circunstâncias, a presença feminina.

No decorrer da década de 1970, o espaço era habitado por mais de quatrocentos homens. O veto ao livre trânsito das mulheres tornou-se fonte de inúmeras disputas com a Administração Geral da CEU, que estava sob a supervisão da Pró-Reitoria de Assistência à Comunidade Universitária. Em 1974, foi organizada a Associação dos Moradores da CEU, como forma de participar mais ativamente da gestão da Casa. Dentre os seus fundadores encontrava-se o nome de José Alberto Réus Fortunatti²⁰, estudante de Licenciatura em Matemática e ativista no Diretório Central dos Estudantes. Com a organização desta associação, os embates tornaram-se mais árduos, seguindo por anos a fio. A situação ganhou contornos mais complexos após Fortunatti lesionar-se em uma partida de futebol e ser impedido de receber a visita de sua mãe por conta da extrema vigilância. A partir dessa ocorrência, uma série de comissões foram criadas para debater a intransigência e o autoritarismo vigente na UFRGS.

20

José Alberto Reus Fortunati é um político nascido no Rio Grande do Sul. Já foi vereador de Porto Alegre e deputado estadual e federal pelo estado. Foi prefeito de Porto Alegre em dois mandatos. Atualmente, é filiado ao Partido Verde.



Em 1979, as discussões adquiriram o tom da insurgência. Neste ano, uma jovem estudante de jornalismo da PUCRS, mudou-se para a CEU com a filha passando a viver com o namorado. Mesmo sem nenhum vínculo formal com a Universidade, ela tornou-se a primeira mulher a habitar esse espaço de forma efetiva. O rompimento da regra institucional acirrou os ânimos com a Reitoria que não aceitava nenhuma espécie de negociação. Na virada para o ano de 1980, os debates seguiram se intensificando. O uso da imprensa foi um artifício utilizado por ambos os lados, tanto pela Administração que desejava explicar à sociedade ampla a necessidade de manter as regras vigentes, como pelos moradores que pretendiam quebrá-las.

A tensão aumentou em março de 1980, quando uma notificação de expulsão foi dada à mulher e à criança. O incidente mobilizou os estudantes a pensar nas estratégias de resistência que adotariam frente às ordens gerais. Uma delas foi orquestrar uma mobilização massiva. Nesse ínterim, inúmeras organizações foram criadas e ocorreu uma série de reuniões mistas nas quais centenas de pessoas participaram. A partir delas, montaram-se comissões com o intuito de estabelecer um plano de ações. Além disso, algumas comitativas foram criadas para negociar com o Reitor Homero Sá Jobim.

Em 17 de abril de 1980, após a realização de uma assembleia estudantil, ficou decidido que as mulheres teriam livre acesso, independentemente das ordens da Reitoria. Organizou-se, então, uma “invasão” para o dia 29 de abril como forma de contestar as normas. Em resposta às decisões desse dia, os estudantes tiveram suas bolsas cortadas pela Universidade, que não cedia às exigências, num visível ato de represália. Homero Jobim emitiu uma nota oficial, publicada no jornal *Correio do Povo*, esclarecendo a comunidade acadêmica e o público geral que o regimento interno não permitia o ingresso feminino e a UFRGS deveria “zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais”. Ao perceber que não haveria desmobilização, outra nota foi

publicada, dessa vez convidando as mulheres para, nos dias 29 e 30 de abril de 1980, entrarem e conhecerem o ambiente da CEU.

A atitude de fazer um “convite” e “autorizar” a entrada por apenas dois dias foi interpretada como uma tentativa de esvaziamento do ato. Houve uma comoção, liderada tanto pelos moradores como por grupos feministas e tendências estudantis, para arregimentar o maior número possível de pessoas para o dia da “invasão”.

Ao meio-dia de 29 de abril de 1980, os manifestantes compareceram em massa nas imediações do prédio da antiga Escola de Engenharia, quase em frente à Casa do Estudante Universitário, onde, a postos com megafones, chamaram o público. No frontispício do prédio foram colocadas faixas com os dizeres: “Abram as grades dessa prisão” e “Sejam bem-vindas mulheres”. Na rua, os estudantes empunhavam cartazes como “Entrada feminina na CEU” e entoavam palavras de ordem como “Mulher não é boneca, mulher não é feijão, mulher luta contra a repressão”.

Figura 2 - Mulheres e homens se preparando, em frente à CEU, para a “invasão” feminina no dia 29 de abril de 1980



Fonte: acervo Pessoal Luiz Eduardo Robinson Achutti.



Das janelas da Casa, uma chuva de papeis picados caiu e tornou-se o convite para que elas entrassem. A polícia militar cercou toda a área da Avenida João Pessoa, mas o episódio ocorreu sem confrontos. As mulheres, num ato transgressor, entraram na CEU e caminharam por todos os seus corredores. Do terraço, manifestantes discursavam sobre a importância de uma moradia mista e sobre o atraso da Universidade em manter um espaço segregado. Além disso, foram organizados, por andar, diversos debates cujos temas variavam entre o papel da mulher na sociedade, homossexualidade, prostituição e família.

Mesmo com toda a ressonância que a “invasão” provocou as normas institucionais não foram modificadas e a presença delas seguiu como um tabu. Um ano após essa entrada coletiva, a Reitoria não havia chegado a uma deliberação sobre o assunto e continuava impedindo a moradia mista. Ainda assim, as regras eram descumpridas, forçando a uma mudança de atitude. Cabe ressaltar que desde o dia que ocorreu a manifestação, muitas jovens ingressaram na Casa “ilegalmente” e passaram a habitá-la. Estas eram identificadas pelos funcionários da Universidade como “clandestinas”. Em meados de 1982, um relatório do administrador da CEU dava conta que mais de 20 mulheres moravam de forma permanente e quatro de forma eventual.

O movimento para a presença feminina na CEU não tinha mais como retroceder e, ao perceber, a Universidade finalmente cedeu. Em novembro de 1982, foi apresentado um documento da Pró-Reitoria à Associação dos Moradores para que as mulheres que estavam na CEU fossem devidamente identificadas, podendo permanecer somente aquelas com vínculo formal. Nesse documento foi feita uma proposta de alteração do regimento que incluía como moradores todos os alunos de graduação e pós-graduação, sendo entendido por *todos*, estudantes do sexo masculino e feminino.

Ainda que as mulheres tenham sido autorizadas a permanecer na Casa, o trâmite burocrático para a aprovação da documentação

levou meses, tendo sido aprovado tão somente em abril de 1983. Três anos após a “invasão feminina”, as mulheres, enfim, passaram a ter o direito legal de morar na Casa do Estudante Universitário da UFRGS.

FONTES UTILIZADAS:

Boletim Informativo da UFRGS, março de 1971.

Jornal Correio do Povo, 27 de abr. de 1980, p. 12.

Jornal Correio do Povo, 29 de abr. de 1980, p. 10.

Regimento Interno da Casa do Estudante Universitário da UFRGS, fevereiro de 1971.

REFERÊNCIAS

COSTA, Fabiana Pinheiro da. **Em busca de um teto todo seu**: a presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.) **As Casas de Estudante da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

3

*Luciane Sgarbi Grazziotin
Luciana Vivian da Cunha*

COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS

Pensar as instituições escolares no tempo, no território e nas práticas instituídas, faz parte das reflexões realizadas no campo da História da Educação, sobretudo nas últimas décadas do século XX, até nossos dias.

Em 1890, a população de Porto Alegre era de aproximadamente 52 mil habitantes e os melhoramentos urbanos tornam-se mais visíveis na área central. As reformas obedeciam à nova concepção burguesa da cidade, em que o Centro deveria ser o lugar das formas de sociabilidade e conduta moral civilizada (Monteiro, 2012, p. 29). Tais mudanças ocorriam em virtude da Proclamação da República, decorrentes, portanto, da reestruturação política, social e econômica brasileira.

A história do Colégio Júlio de Castilhos²¹ funde-se ao desenvolvimento e a história de Porto Alegre, uma vez que o Colégio foi uma das primeiras instituições educacionais públicas criadas no início do século XX. Dia 23 de março de 1900 é considerada a data de fundação do que hoje é conhecido como Colégio Júlio de Castilhos, popularmente denominado de “Julinho”. O embrião do Colégio surgiu na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, que transformou em Ginásio um Curso Preparatório de apoio ao ensino de Engenharia. Funcionava, inicialmente, no térreo do edifício-sede desta Faculdade. O Regimento do *Gymnasio* foi expedido em 5 de janeiro de 1903, assinado pelo então Reitor, Engenheiro Militar Professor Manoel Theophilo Barreto Viana. Em 1905, o estabelecimento passou a designar-se *Instituto Gymnasial do Rio Grande do Sul*. A Faculdade de Engenharia, em homenagem a Júlio Prates de Castilhos, denomina o estabelecimento de *Instituto Gymnasial Júlio de Castilhos*²² no dia 07 de março de 1908.

Com a demanda crescente de alunos, ainda em 1908, decide-se dotar o Instituto de prédio próprio. Foi construído, naquele momento, uma imponente obra arquitetônica, projetada pelo Engenheiro Manoel Itaquí, situado no Centro da capital, próximo ao prédio da Engenharia. O prédio da sede própria foi inaugurado em 1911, “no conjunto escultório do prédio existiam várias referências à República e ao Positivismo” (Monteiro, 2012, p. 40).

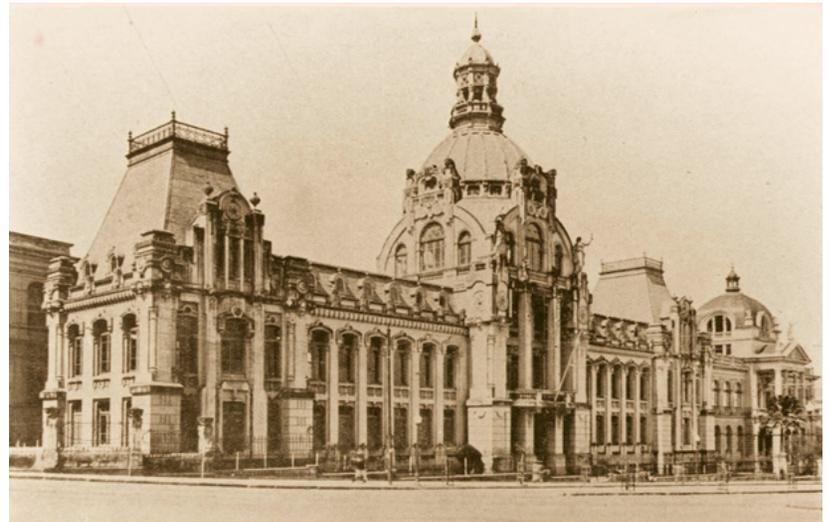
21 Pesquisas sobre o Colégio Júlio de Castilhos relacionadas a esse capítulo: Cunha (2016), Cunha e Grazziotin (2018) e Monteiro (2012).

22 Tal homenagem rendeu-se pela carreira política traçada por Júlio de Castilhos. Em 1890, Júlio de Castilhos foi eleito deputado no Congresso Constituinte Republicano, em São Paulo, defendendo o projeto de organização estatal positivista, o que lhe garantiu prestígio entre os militares. Em 1891, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos foi eleito pela Assembleia Estadual o primeiro Presidente do Estado sulino após a proclamação da República, e redigiu o projeto da Constituição Gaúcha, baseada nos princípios positivistas, e que foi promulgada nesse mesmo ano. Júlio de Castilhos faleceu em Porto Alegre, como chefe do Partido Republicano Rio-grandense no ano de 1903.

Em entrevista concedida a José Nunes Tietböhl, na obra organizada por Otávio Rojas Lima (1990), uma ex-professora da Escola declara que o prédio era:

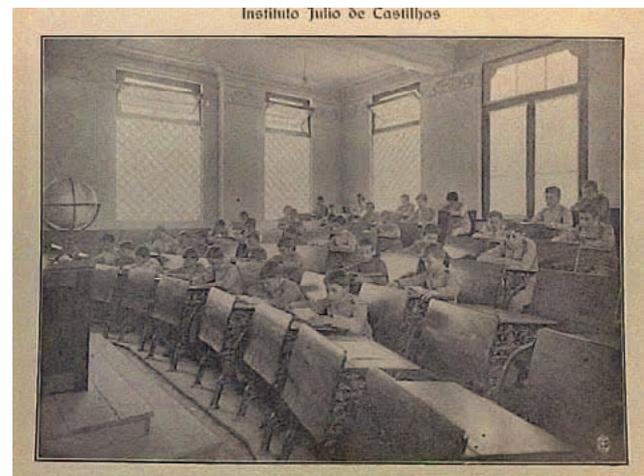
Uma imponente obra arquitetônica, um palácio, com um bloco central, ladeado por dois outros, que terminava em zimbório de telhas metálicas, encimado por um lanterim de vidros vermelhos, iluminados minutos antes das 20 horas, dando todos os dias a hora certa à população de Porto Alegre. Os blocos laterais tinham telhados em forma de troncos de pirâmides quadradas, revestidos de placas metálicas e terminados por gradil na parte superior. A monumental escadaria de mármore era guarnecida por dois grifo-leões de cobre oxidado. No patamar da escadaria estava o busto do patrono do Instituto, em bronze (Tietböhl, 1990, p. 12).

Figura 1 - Instituto Júlio de Castilhos, 1927-1928



Fonte: Acervo Museu da UFRGS (2015).

Figuras 2 e 3 - Escadarias do prédio e sala de aula



Fonte: Revista Kodak, 7 de dezembro de 1912, ano 1, número 11.

No dia 24 de março de 1923, passou a ser nomeado de Instituto Júlio de Castilhos, devido ao regulamento expedido pela Faculdade de Engenharia. Entre 1930 e 1942, ocorreram diversas alterações no sistema educacional, extinguindo, temporariamente, o Instituto. Em 1942, por meio do Decreto Estadual nº 588, de 11 de agosto de 1942, é criado o Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

No mês de novembro de 1951, um incêndio de causas desconhecidas destrói completamente o prédio do Colégio, as aulas, então, são transferidas para o prédio do Arquivo Público do Estado, situado no Centro da Capital. Do incêndio, salvaram-se os dois grifos-leões e o busto de bronze do patrono Júlio de Castilhos, que ornaram a entrada principal do prédio atual.

No dia 29 de junho de 1958, o novo e atual prédio do Colégio foi entregue à comunidade, desta vez assinado pelos renomados arquitetos Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro, localizando-se na Avenida Piratini, do Bairro Santana. Com características bem diferentes da primeira construção, observa-se nele uma arquitetura moderna, acompanhando a transformação urbana da cidade de Porto Alegre na década de 1950. A imponência do novo prédio transparece na narrativa da professora Neiva Schäffer, que rememora esse fato como algo significativo, pois junto à excelência acadêmica reconhecida na época, a arquitetura ampla, com diferentes setores do Colégio, também se destacava:

O Júlio é uma situação diferenciada, ele tem um prédio monumental, ele tem prédio que ganhou um concurso público em 58, um prédio de um arquiteto famoso – Demétrio Ribeiro e a mulher dele, um prédio que tem camarim para teatro, tem a sala para marcenaria, é um prédio para sete mil alunos²³.

23

Professora Neiva, em entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha em 2014, no processo de produção de memórias para a sua Dissertação de Mestrado.

A figura 4 registra a parte externa do Colégio, com a atual arquitetura. Nota-se a imensidão do prédio construído na década de 1950, descrito pela professora Neiva. Apesar do estilo arquitetônico modificar-se, apresentar traços retos e com menos detalhes, a infraestrutura imponente e grandiosa permanece.

Figura 4 - Prédio atual do Colégio Estadual Júlio de Castilhos



Fonte: Almanaque Gaúcho (2015).

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos, como já mencionado, foi um dos primeiros colégios públicos do Estado do Rio Grande do Sul e estabeleceu uma longa e significativa história na educação escolar gaúcha durante o século XX. Foi uma escola muito requisitada até o início da década de 1980, atraindo alunos de variadas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Uma vaga na Instituição era sinônimo de prestígio social e muitas vezes a garantia de obtenção de uma vaga nas melhores universidades.

O “Julinho” também representava um espaço de estudo e de formação política, conforme as memórias da professora Ione Osório:

Eles [os alunos] vinham do interior principalmente para poder cursar uma universidade, para se preparar intelectualmente, e aqui claro, era uma escola, que tinha alunos de todos os rincões do Rio Grande do Sul, com ideias políticas, também, não pode esquecer que São Borja foi o berço de Getúlio e têm várias outras lideranças. Brizola foi nosso aluno, saiu de Carazinho, veio estudar no Julinho²⁴.

Listamos aqui, entre tantos estudantes do Colégio, alguns que se destacaram publicamente no contexto porto-alegrense: Paixão Côrtes, fundador do CTG – Centro de Tradições Gaúchas, dando origem ao CTG 35, primeiro do Rio Grande do Sul; Lasier Martins, Senador do Estado do Rio Grande do Sul; Antônio Britto, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul; Leonel Brizola, político; Luciana Genro, política; Roberto Robaina, político; Moisés Velinho, político e jornalista; Barbosa Lessa, escritor e historiador; Moacyr Scliar, médico e escritor; Tânia Carvalho, jornalista; Caco Barcelos, Jornalista; Ibsen Pinheiro, político. Esses são, entre tantos alunos, aqueles amplamente lembrados nas memórias de quem lecionou nessa escola.

Pode-se dizer que o Colégio Júlio de Castilhos, sobretudo até a década de 1980, época talvez, de seu maior prestígio no âmbito educacional, faz parte do imaginário de uma geração.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luciana Vivian da; GRAZZIOTIN, Luciane . Aqueles tempos do Julinho: práticas no cotidiano escolar da ditadura civil-militar (década de 1970). RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, v. 4, p. 259-282, 2018.

24

Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha em 2014 no processo de produção de memórias para a sua dissertação de mestrado defendida em 2016

CUNHA, Luciana Vivian da. LIBERDADE PEQUENA: memórias no Colégio Júlio de Castilhos do período da ditadura civil-militar (Porto Alegre/ RS). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

MONTEIRO, Charles. Breve História de Porto Alegre. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

TIETBÖHL, José Nunes. O Julinho que eu vi. In: LIMA, Otávio Rojas (Org.). Memórias do "Julinho", Porto Alegre: Sagra, 1990.

4

Sibila Francine Tengaten Binotto

INSTITUTO PAROBÉ

A origem do Instituto Parobé remonta ao início das instituições profissionalizantes no Brasil, em 1837, quando uma lei provincial criou o Colégio de Artes Mecânicas, destinado à educação de órfãos e filhos de famílias carentes. A consolidação do Instituto, em sua forma moderna, ocorreu no contexto da fundação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, influenciada pelo positivismo e por um modelo educacional voltado à formação técnica de operários qualificados.

Antes dessa estruturação definitiva, diversas iniciativas buscaram estabelecer escolas técnicas, como o Atheneu Rio-Grandense, fundado em 1871, que combinava ensino clássico e profissionalizante. Entre o final do século XIX e o início do século XX, intensificaram-se os esforços para organizar a educação técnica no estado. Em 10 de agosto de 1896, cinco engenheiros militares iniciaram a criação de

uma escola de Agrimensura, como primeiro passo para a implantação da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Já em setembro daquele ano, decidiu-se implementar imediatamente a Escola, baseada nos fundamentos positivistas de Auguste Comte.

Segundo Stephanou (1990), ainda em 1896, a Escola de Engenharia solicitou autorização ao governo para utilizar algumas salas no prédio do Atheneu Rio-Grandense, onde funcionou provisoriamente. Em 1º de janeiro de 1897, foi oficialmente inaugurada como instituição de ensino técnico e profissional.

Em julho de 1898, o professor João Pereira Parobé assumiu a direção da Escola. Poucos dias depois, solicitou-se que os recursos destinados à construção do prédio do Liceu fossem redirecionados às obras da nova sede da Escola de Engenharia, então em andamento na área norte do Campo da Redenção. O pedido foi aceito pelo Conselho Municipal, que cedeu o terreno para abrigar tanto a Escola de Engenharia quanto o Liceu²⁵.

Em 1900, o prédio passou a ser utilizado pelas duas instituições, além do Ginásio do Rio Grande do Sul²⁶. Nesse mesmo ano, a Escola de Engenharia foi oficialmente reconhecida pelo Governo Federal, conforme o Decreto Legislativo nº 727, de 8 de dezembro. A construção do edifício neoclássico foi concluída em 1901.

A criação efetiva de uma escola técnica no Rio Grande do Sul ocorreu em 1906, com a fundação do Instituto Técnico Profissional (ITP), instalado nos porões da Escola de Engenharia, durante a presidência de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Com o objetivo de formar mestres e contramestres, o Instituto dedicou-se à instrução

25 O primeiro prédio da Escola de engenharia localiza-se em frente à praça Argentina e sediou a Escola de Engenharia, o Liceu de Artes e Ofício e o Ginásio.

26 Posteriormente denominado Instituto Júlio de Castilhos. O Ginásio foi criado precisamente para preparar um seletor grupo que cursaria engenharia ou outro curso superior.

de jovens de origem humilde, especialmente filhos de operários, com cursos técnicos em áreas como mecânica, carpintaria e serralheria, inclusive no turno da noite (Stephanou, 1990).

Em 1907, a Escola de Engenharia solicitou ao governo os recursos públicos previstos em lei, alegando ser a legítima sucessora das iniciativas anteriores de formação técnico-profissional. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Escola Benjamin Constant, sob direção da própria Escola de Engenharia, estruturada como um curso profissionalizante. Também em 1907, iniciaram-se as obras das instalações do novo Instituto Técnico Profissional, em resposta à crescente demanda por trabalhadores qualificados, impulsionada pelo desenvolvimento industrial e pelas grandes obras públicas em Porto Alegre e no estado.

Inicialmente funcionando em instalações provisórias, o ITP oferecia cursos noturnos de marcenaria e forja. Em 1908, com a obtenção de uma sede própria, ampliou sua grade curricular para incluir mecânica, serralheria e carpintaria, consolidando-se como a principal escola técnica do estado. Em 1909, o Instituto expandiu-se, passando a ocupar os prédios conhecidos como *Château* e *Castelinho*²⁷, onde funcionaram as seções de carpintaria, marcenaria, metais, escultura e modelagem (Lima, 1996).

Em 1915, faleceu João Pereira Parobé²⁸, que dirigia a escola desde 1898. Assumiu, então, o professor João Simplício Alves de Carvalho. No ano seguinte, em 1916, o Instituto Técnico Profissional foi rebatizado como Instituto Parobé, em homenagem a seu pioneiro. Durante a primeira metade do século XX, a instituição passou por diversas expansões e modernizações, com a criação de novos

27 Praça Argentina, s/n - Prédio Château e Castelinho. Ao lado do prédio centenário da escola de Engenharia.

28 Para maiores informações sobre João José Pereira Parobé, ver o capítulo sobre o Colégio Militar.

cursos, como soldador, e a implantação, em 1920, de uma divisão feminina dedicada ao ensino de culinária, corte e costura, bordado e jardinagem²⁹. O Instituto também promoveu intercâmbios com liceus e instituições europeias, modernizando seus currículos.

A partir de 1919, além dos alunos dos cursos diurnos, passaram a frequentar o Instituto estudantes da classe operária nos cursos noturnos. O Parobé também contava com regime de internato, atendendo estudantes de fora de Porto Alegre (Stephanou, 1993).

A instituição passou por diferentes fases como Universidade Técnica: 1896–1906: consolidação dos primeiros cursos; 1906–1911: expansão com a criação do Instituto Técnico Profissional, Instituto Astronômico e Meteorológico e Instituto Veterinário; 1911–1917: nova fase de consolidação; 1917–1921: expansão do ensino técnico-profissional elementar e médio no interior do estado (Lima, 1996).

Em 1926, foi oficializada a denominação Instituto Parobé, reafirmando sua missão de formar técnicos nas áreas de mecânica, eletricidade, construção civil e diversos ofícios. Em 1927, concluiu-se a construção do atual prédio do Instituto³⁰, inaugurado em 1928. Em 1929, os novos estatutos da Escola de Engenharia integraram o Instituto Parobé como sua 7ª seção de ensino. Em 1930, o ITP foi oficialmente transformado no Instituto Parobé (Stephanou, 1993).

Em 1931, o Governo Provisório da República autorizou a mudança de nome da Escola de Engenharia para *Universidade*

29 Com o aumento das atividades e a inclusão de meninas, o arquiteto Chrétien Hoogenstraaten, projetou uma nova sede para o Instituto, fazendo parte do denominado "prédios históricos", tendo sido a última edificação do ciclo de trinta anos de construção iniciado em 1898. A construção da edificação levou de 1925 a 1928. (Fonte: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/2018/04/21/series-predios-historicos-da-ufrgs-instituto-parobe/>)

30 Com o aumento das atividades e a inclusão de meninas, o arquiteto Chrétien Hoogenstraaten, projetou uma nova sede para o Instituto, fazendo parte do denominado "prédios históricos", tendo sido a última edificação do ciclo de trinta anos de construção iniciado em 1898. A construção da edificação levou de 1925 a 1928. (Fonte: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/2018/04/21/series-predios-historicos-da-ufrgs-instituto-parobe/>)

*Técnica do Rio Grande do Sul*³¹. Em 1932, o Instituto foi integrado aos onze institutos da Escola de Engenharia, ampliando sua importância. Em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre (Decreto nº 5.758)³², à qual a Escola de Engenharia foi vinculada.

Em 1936, os cursos superiores da Escola de Engenharia foram incorporados à nova Universidade, e o Instituto Parobé foi desvinculado da Escola. Em 1939, pelo Decreto Estadual nº 7.755-A, o Instituto passou a ser instituição estadual, denominado *Instituto Técnico-Profissional do Rio Grande do Sul*. Em 1940, tornou-se o *Liceu de Artes e Ofícios Parobé*. Em 1942, foi equiparado ao nível secundário e, em 1943, às Escolas Técnicas Nacionais, recebendo a denominação de *Escola Técnica Parobé*.

Com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, consolidou-se como centro de ensino técnico de destaque. Em 4 de dezembro de 1950, a Lei Federal nº 1.254 federalizou a Universidade de Porto Alegre, incorporando o prédio do Parobé, posteriormente vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na década de 1960, após a federalização, o Instituto foi transferido para a Avenida Loureiro da Silva. Em 1961, efetivou-se essa mudança. Com a promulgação da Lei nº 5.692 (LDB), em 11 de agosto de 1971, o Parobé foi reorganizado como Escola Estadual de 2º Grau Parobé, oferecendo cursos técnicos em mecânica, eletrotécnica, edificações, estradas e eletrônica. Com o tempo, passou a ser conhecido como Colégio Parobé, consolidando-se como uma das principais escolas técnicas do Estado.

31 O Decreto Federal nº 20.272, de 3 de agosto de 1931, autoriza a Escola de Engenharia de Porto Alegre a mudar para a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, de acordo com o Portal da Câmara dos Deputados. Esta alteração foi permitida pelo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

32 Decreto Nº 5.758, de 20 de Novembro de 1934. (publicado em Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado de 1934) Crea a Universidade de Porto Alegre. disponível em: <https://www3.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2005.758.pdf>. Acesso em: maio de 2025.

Entre as décadas de 1940 e 1970, o Parobé viveu um período de crescimento e modernização, acompanhando o avanço da indústria e a demanda por mão de obra qualificada. Novos cursos foram incorporados, como desenho técnico e eletrônica, refletindo a contínua adaptação da instituição às necessidades do mercado.

A partir da década de 1970, o Instituto Parobé consolidou-se como referência nacional em ensino técnico. Seu compromisso com a qualificação profissional e inclusão social garantiu reconhecimento em todo o Brasil. Ao longo de sua trajetória, formou milhares de profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura e da economia do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o Instituto oferece ensino médio integrado à formação técnica nas áreas de edificações, eletrônica, eletrotécnica, estradas e mecânica. Mais do que formar profissionais qualificados, o Parobé afirma-se como agente de transformação social, reafirmando sua importância estratégica para a indústria e o mercado de trabalho do estado.

Figura 1 – Instituto Parobé – Edifício do Curso Feminino (internato e externato)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

Figura 2 – Instituto Técnico Profissional – Sessão de Serralheria



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

Figura 3 – Fachada do Castelinho e com o Chateau e Observatório astronômico ao fundo



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

Figura 4 – Fachada do prédio do Instituto Parobé



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

REFERÊNCIAS

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PAROBÉ. **Parobé:** a trajetória de uma escola centenária. Disponível em: <https://www.cteparobe.com.br/>. Acesso em: jul. 2024.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Escola de Engenharia / UFRGS:** um século. Porto Alegre : Tomo Editorial, 1996. 242 p. : il.

LIMA, Raquel Rodrigues. **Os liceus de artes e ofícios do Rio Grande do Sul.** 1996. 218f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 1996.

STEPHANOU, Maria. **Forjando novos trabalhadores:** a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul: 1890-1930. 1990. 436 f. : il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório:** reitorado do Prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, [1978]. 376, [2] p. : il.

5

Dóris Bittencourt Almeida

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na década de 1970, foi fortemente influenciada pelas mudanças impostas pelo regime militar. A Reforma Universitária de 1968³³ promoveu a constituição dos cursos de pós-graduação, a extinção das cátedras, a compreensão de que ensino e pesquisa são indissociáveis, a dedicação exclusiva dos docentes à Universidade, a criação dos departamentos³⁴, entre outras ações. Naquele contexto, criaram-se diferentes unidades da UFRGS, entre elas, a Faculdade de Educação.

O edifício que sedia a Faculdade, de arquitetura modernista, com seus nove andares, foi erguido, originalmente, com o objetivo de

33 Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540, de 28/11/68 (Brasil, 1968).

34 Constituíram-se três Departamentos na Faculdade de acordo com as áreas de conhecimento afins, vigentes até a presente data. Assim, o Departamento de Estudos Básicos (DEBAS), o Departamento de Ensino e Currículo (DEC) e o Departamento de Estudos Especializados (DEE).

abrigar o Centro Regional de Pesquisas Educacionais - CRPE (1956), instituto de pesquisa vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE (1955), criado por Anísio Teixeira durante sua gestão no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP (Bastos; Quadros; Esquinzani, 2006). Ainda, a construção impediria que a ampliação de uma avenida invadisse o Campus Central da Universidade, repartindo-o, mais uma vez³⁵ (Doll; Comerlato, 2010).

O CRPE não chegou a ocupar o prédio e quem se instalou, primeiramente, foi o Colégio de Aplicação em 1966, que, há mais de uma década, sofria com a falta de um lugar adequado para seu funcionamento (Lima, 2016). A partir de 1970, os quatro últimos andares foram reservados à Faculdade de Educação que, como hoje, compreendia o Curso de Pedagogia, o oferecimento das disciplinas pedagógicas às demais licenciaturas e o Curso de Pós-Graduação em Educação, um dos primeiros deste nível na UFRGS.

Naqueles difíceis anos, professores foram expurgados na UFRGS (Mansan, 2009), autores como Paulo Freire foram banidos das aulas, vivia-se com temor constante. Nas palavras de Bordas e Andreola (2010, p. 303), “[...] aproveitaram-se questões pessoais de inveja e de discrepâncias para denunciar coisas que nem existiam... nós perdemos muita gente de valor naquela época”. Para Fernando Becker (2008, depoimento), aquele tempo deixou “marcas terríveis”. Houve “[...] vários colegas presos, inclusive um submetido à tortura. Havia um mal estar permanente, a gente sentia uma paranoia coletiva e chegávamos a dizer: em quem se pode confiar?” (Becker, 2008, depoimento). Para ele, os primeiros anos da Faculdade de Educação foram difíceis, pois era preciso “filtrar e filtrar” o que se falava. Contudo, “[...] a relação boa com os alunos [...], aquela relação impossível na sala de aula se dava no bar, ou ainda no DCE, [...] onde a gente tinha conversas

35

O Campus Central da UFRGS é composto por dois quarteirões circundados pelas avenidas João Pessoa, Eng. Luiz Englert, Paulo Gama, Osvaldo Aranha e cortado pela Rua Sarmento Leite.

significativas, políticas, de confiança, porque na sala de aula era impossível” (Becker, 2015).

A década seguinte prometia mudanças, anunciava-se um novo modelo de país e de Universidade. Naquele contexto, a Faculdade de Educação iniciou um processo de legitimação como lugar de formação docente comprometida politicamente com a educação pública. Portanto, os anos 1980 podem ser considerados um marco na história da Faculdade de Educação. Na interface com o clima de redemocratização vivido pela sociedade brasileira, professores e estudantes sentiram a necessidade de repensar o Curso de Pedagogia. Aos poucos, os brasileiros resgatavam a cidadania perdida.

De acordo com as atas de reuniões da década de 1980, três eram os princípios orientadores da Faculdade: democratização, participação e retomada do conceito de coisa pública. Parece-nos que a intenção era refletir acerca do papel da Faced, fazer uma autocrítica e, concomitantemente, construir novas perspectivas. Condenava-se o distanciamento da função social da Universidade, algo característico dos anos 1970, e a proposta era fortalecer novas políticas, aliadas a um espírito de luta, coerente com aquele contexto.

Foi naquela década que ocorreu uma reformulação curricular do Curso de Pedagogia, foram extintas as antigas habilitações, com exceção das matérias pedagógicas da Habilitação Magistério, e incluída a formação para a pré-escola e primeiras séries do Primeiro Grau de Ensino. Estas transformações parecem ter mudado aquele modelo de docente da Faculdade do período anterior. Novas professoras ingressaram por concurso público. Em comum, o fato de serem jovens e contarem com a experiência de trabalho, especialmente em escolas públicas. Chegavam a um espaço profissional que carregava as marcas do conservadorismo, próprias de uma instituição fundada em pleno regime militar. A partir daí, uma outra cultura escolar começou a se colocar, comprometida com a escola pública, engajada politicamente.

É preciso lembrar que os anos 1980 e 1990 foram tempos difíceis em termos de condições de trabalho para as Universidades públicas e a Faculdade de Educação/UFRGS não passou incólume. As tensões sociais chegavam à UFRGS que se uniu às demais Universidades públicas brasileiras em lutas por concursos, melhores salários e planos de carreira, entre outras demandas. Professores da Faced explicam que, naquelas paralisações, praticamente atingiram cem por cento de suspensão das aulas, sem a divulgação dos conceitos finais dos alunos. Tais ações constituíram-se em resistências, na tentativa de pressionar o Governo Federal, a fim de que fossem atendidos em suas reivindicações. As greves dos professores tiveram como aliados alunos e servidores técnicos administrativos que se somaram na busca por melhores condições educacionais. A década de 1980 e seus arquétipos representam uma estética que logo começou a se delinear na Faculdade de Educação, projetando os conhecimentos produzidos para além da UFRGS. Esse período marca o *extramuros* da Universidade, a busca pela inserção na comunidade. Podemos dizer que aquelas mudanças ressoaram na formação que hoje é oferecida pela Pedagogia da UFRGS.

Pensando no presente e no futuro da Faculdade de Educação, organizamos uma roda de conversa com estudantes do Curso de Pedagogia, em 2016. Perguntamos a elas o que almejavam para a Faculdade. Ideias potentes foram evocadas: a esperança de uma *Universidade aberta*, a importância da manutenção das políticas de cotas raciais e sociais, a espera por um maior reconhecimento social da profissão de professora, a vontade de ter um maior número de homens na Pedagogia. Em comum, a alegria por verem pessoas negras e indígenas nas salas de aula da Faculdade. Ainda, entendem a Faculdade como um espaço de reflexão, de luta contra o racismo e homofobia. Valorizam as possibilidades de iniciação à pesquisa, à extensão e à docência, por meio de bolsas. Entretanto, percebem a necessidade de se constituir um currículo sensível, interdisciplinar, em que possam estabelecer suas prioridades.

Como última questão a ser discutida neste texto, o sentimento de considerar a Faculdade como uma *casa*, uma associação que atravessa o tempo das gerações, se faz presente em narrativas dos mais velhos³⁶, embora não haja unanimidade, e está também nas falas das jovens estudantes. Como compreender essa recorrência? Conclui-se que estar na Faced pode ser como encontrar uma espécie de refúgio, que acolhe pessoas diferentes entre si, especialmente pensando nesta segunda década do século XXI.

E como será o amanhã da Faculdade de Educação? Fica o desejo de que aqueles três princípios que guiaram o coletivo da Faced nos anos 1980 - democratização, participação e retomada do conceito de coisa pública - não se desvançam e permaneçam como fortalezas inspiradoras para professores, estudantes e técnicos administrativos no desenvolvimento de suas atividades nesta instituição.

Figuras 1 e 2 - Edifício da Faculdade de Educação em Construção e Finalizado



Fonte: Museu da UFRGS.

Figura 3 – Vista aérea da área de Porto Alegre que compreende o Parque da Redenção e uma parte do Campus Central da UFRGS – década 1970



Fonte: Museu da UFRGS.

Figura 4 – Atual do Edifício da Faculdade de Educação – Campus Central/UFRGS



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt e LIMA, Valeska Alessandra de. (2016) Um Lugar Memorável: a Faculdade da Educação/UFRGS, entre afetos e trabalho (1970-2016). **Revista Educação & Realidade**, v. 41, p. 1347-1370.

BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI. **Luzes e sombras de um projeto**: O programa de reconstrução educacional de Anísio Teixeira no Rio Grande do Sul (1952-1964).

BECKER, Fernando. Entrevista - Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS, 2015.

ARAÚJO, Marta; BRZEZINKI, Iria (orgs). **Anísio Teixeira na Direção do INEP Programa de Reconstrução da Nação Brasileira (1952 - 1964)**. Brasília, INEP, 2006.

BORDAS, Merion Campos; ANDREOLA, Balduino Antonio. Os quarenta anos da Faculdade de Educação da UFRGS. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 299-320.

DOLL, Johannes; COMERLATO, Denise. Editorial. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 35, n. 2, p. 05-08, maio/ago. 2010. 17 jun. 2012.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)**. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

6

Valeska Alessandra de Lima

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRGS

Ao caminhar pelas ruas Sarmento Leite e Engenheiro Luiz Englert, ou mesmo pelas avenidas Osvaldo Aranha e Paulo Gama, no bairro Farroupilha, é possível adentrar no Quarteirão 2 do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse local, em meio às árvores frondosas, estacionamentos e passeios, estão situados os prédios patrimonializados da Faculdade de Medicina, da Rádio da Universidade, do Museu da UFRGS e do Centro Cultural da Universidade. Lá também estão construções de caráter modernista, realizadas após a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1950, como o prédio da Reitoria e anexos, o Salão de Atos, a Faculdade de Arquitetura e a Faculdade de Educação (FACED). Juntamente com o Quarteirão 1, a poucos metros dali, o complexo forma um verdadeiro patrimônio histórico edificado da UFRGS, a céu aberto.



Esse cenário que mistura natureza e construções de épocas e estilos arquitetônicos diferentes, desde o final do século XIX, estendendo-se ao longo do século XX, pode suscitar uma série de especulações. Quantas histórias ocorreram ali, e sobre as quais não temos conhecimento ou conhecemos apenas alguns fragmentos? Quais vestígios sobre o passado educacional da UFRGS, seus estudantes e servidores ainda existem naquele lugar? Quantas edificações foram erguidas e destruídas sem que ficassem marcas de sua existência no *campus*? Quantas e quais instituições também ali estiveram sem que, hoje, tenhamos conhecimento?

São muitas questões, entre tantas que não foram expressas, que não haveria fôlego nem espaço para tratar aqui. Desta forma, o interesse deste texto recai sobre os anos em que o Colégio de Aplicação (CAp/UFRGS) ocupou quatro sedes, no Campus Central, pois percebe-se que muito pouco há de informações sobre os espaços e as práticas ali desenvolvidas por ele.

Fundado em abril de 1954, o CAp esteve no Bairro Farrroupilha por quarenta e dois anos até ser transferido para o Bairro Agronomia, em 1996, onde lhe foi destinada uma sede própria. No ano de sua instalação, como não havia tempo hábil para a realização do Exame de Admissão ao Ginásio, a turma de primeira série ginásial foi constituída por um grupo de estudantes que não haviam sido classificados para o Colégio Júlio de Castilhos e Instituto de Educação Flores da Cunha. A turma, composta por aqueles estudantes cujas famílias assumiram de modo voluntário a proposta de um ensino diferenciado, foi instalada na sala 301, no prédio da antiga Faculdade de Filosofia, hoje Anexo I da Reitoria (Lima, 2016). Os Colégios de Aplicação, nacionalmente, respondiam ao que estava posto no Decreto-Lei 9.053/46, que estabelecia a criação de um Ginásio³⁷ de Aplicação nas Faculdades de Filosofia

37

O Curso Ginásial abrangia as séries que hoje correspondem aos quatro anos finais do Ensino Fundamental, conforme Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

do país, “destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (Brasil, 1946, *online*).

A primeira diretora foi a professora Graciema Pacheco (1910-1999), que ocupou este cargo por vinte e sete anos. Durante os primeiros vinte anos, esteve acompanhada por Isolda Holmer Paes (1911-2002), que atuava como Assistente de Direção, uma posição equivalente à de vice-diretora. Ambas as professoras estiveram envolvidas com a idealização do colégio desde o final dos anos 1940, tendo por objetivo “ministrar o ensino secundário a seus alunos; servir à prática docente e aos estágios dos alunos do curso de Licenciatura e, servir de campo de investigação pedagógica para a Faculdade de Filosofia” (Regner, 1993, p.33). Fortemente embasado nos ideais difundidos por Anísio Teixeira e nas ideias pedagógicas que pretendiam revitalizar o ensino brasileiro, buscava desenvolver a autonomia, valorizar as iniciativas, o ensino ativo, o trabalho coletivo e o estímulo à pesquisa. De acordo com a professora Isolda Paes (2000)

[...] o dr. Anísio achou nosso colégio maravilhoso. Ele queria um colégio que tivesse umas bases científicas e que a aprendizagem fosse feita não livrescamente, fosse mais em contato com a realidade, a discussão da criança em busca da verdade, à procura do elemento para justificar seus estudos (Squinsani; Paes, 2000, p. 95).

Desde o início, respaldadas pela direção da Faculdade de Filosofia, as professoras Graciema e Isolda assumiram o compromisso de transformar o CAp em uma instituição que oferecesse práticas educativas diferenciadas aos estudantes, a fim de levá-los ao melhor desenvolvimento de suas potencialidades. Uma dessas atividades que ainda não era observada nas escolas de Porto Alegre, naquele período, é a proposta do *Estudo do Meio*. Conforme Célestin Freinet, esse é um método interdisciplinar que se baseia na vivência do estudante com a realidade sobre a qual deseja estudar e, a partir dessa interação, ele produz novos conhecimentos.

Na proposta de trabalho do Colégio de Aplicação, previa-se que as turmas saíssem “pela cidade, para que eles vissem coisas, para que entrassem em contato com as pessoas” (Pacheco, 1974, p.19). Isso estimularia a criatividade e a comunicação dos alunos, pois o objetivo era formar um cidadão crítico e reflexivo e, para tanto, ele precisaria conhecer a realidade onde vive para construir argumentos e, assim, poder dialogar.

Embora os fundamentos do *Estudo do Meio* previssem os passeios educativos pela cidade, cumpre destacar um fator que parece ter contribuído para sua plena realização. Nos anos 1950, o Campus Central passava pelo período de expansão física e, como indicam as fotografias da época, havia muitas máquinas e materiais de construção nas áreas externas. Assim, os estudantes do colégio dispunham de poucos locais intramuros para a realização de suas atividades. Isso deve ter favorecido a ampliação do conceito da situação de aula, “pondo-se ao alcance dos alunos os inesgotáveis recursos oferecidos pela sua própria comunidade: a Praça da Matriz, [...], o centro da cidade, [...] o cais do porto e a doca da frutas” (Pacheco, 2004, p.14). Assim, acabou-se levando as turmas a vivenciarem uma cidade em fase de aprimoramento urbanístico, com a construção de infraestruturas, como a obra da ponte sobre o Guaíba que foi objeto de estudo dos estudantes do CAP nas aulas de Desenho e Redação.

Aquelas parecem ter sido excelentes oportunidades para que o CAP demonstrasse seu diferencial enquanto escola ginásial, fazendo com que, a cada ano, mais famílias se interessassem por inscrever seus filhos no concorrido Exame de Admissão. Contudo, a estrutura ocupada pelo colégio dentro do campus universitário não parecia condizer com a instituição que estava sendo oferecida. Além disso, havia os constantes problemas gerados pela presença das crianças no campus. Conforme a professora Isolda Paes (1983)

relatou, os professores da Faculdade de Filosofia afirmavam que “a Faculdade não é lugar para criança; descem escadas correndo e barulhando” (Paes, 1983, p. 78). As atitudes dos estudantes de 11 e 12 anos, em situações livres ou dirigidas, promoveram a ampliação da discussão sobre onde e como seria um espaço adequado ao colégio que crescia em número de estudantes, a cada ano.

Era notório que o Colégio de Aplicação já não cabia mais em duas ou três salas do prédio da Filosofia. Ele precisava de um ambiente que favorecesse suas práticas e isso fez com que as Diretoras solicitassem à Reitoria, em 1956, a reforma de um pavilhão de madeira da Divisão de Obras da Universidade, além do pedido formal de um espaço próprio e não improvisado para o colégio. A partir desse momento, a Reitoria e a Direção da Faculdade de Filosofia, buscaram empreender um acordo de cooperação com a Prefeitura de Porto Alegre para a construção ou “empréstimo de um edifício especialmente destinado ao Colégio de Aplicação” (Pilla, 1954, p. 2). A contraparte da Universidade à Prefeitura seria destinar os docentes estagiários do CAP a “atenderem [...] às necessidades dos atuais e futuros Ginásios do Município” (Pilla, 1954, p. 2). Entretanto, apesar do acordo firmado, o novo edifício de mais de três mil metros quadrados, como solicitado pelo Diretor da Faculdade, professor Luiz Pilla, não foi construído. Em seu lugar, em 1959, dois pavilhões de madeira, ao estilo Brizoletas³⁸, foram erguidos onde hoje é o estacionamento atrás da Rádio da Universidade. O Colégio transferiu-se mais uma vez, saindo dos galpões e ocupando as duas brizoletas. Apesar desta edificação representar certa melhoria, se comparada com o galpão da manutenção, essas salas de madeira ainda estavam aquém do almejado pela Direção da Faculdade e do Colégio.

38 Durante o governo de Leonel Brizola no Estado (1959 a 1963), o projeto educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” construiu inúmeros prédios escolares que ficaram conhecidos como Brizoletas (Quadros, 2003).

Figuras 1 e 2 – As brizoletas no Campus Central da UFRGS (anos 1960)



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

Figuras 3 e 4 - Estudantes nas salas das brizoletas (anos 1960)



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

O CAp permaneceu nas brizoletas até a conclusão de um novo edifício que, em 1960, começou a ser erguido por força de um convênio firmado entre a Universidade e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Documentos localizados no Centro de Memória da FACED demonstram que este convênio estabelecia que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) fosse “mantido e administrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul” (INEP, 1959, p. 1) e a Faculdade deveria providenciar o local³⁹ para instalação do CRPE, junto ao seu Departamento de Ensino.

Como o CAp pertencia ao Departamento de Ensino da Faculdade de Filosofia e era um órgão voltado à pesquisa para inovação educacional, novamente se delineava uma oportunidade para a construção de um espaço adequado ao Colégio. Cerca de dois anos após o término da construção, em 1966, o Colégio de Aplicação foi transferido para o edifício de nove pavimentos, mas o CRPE/RS não foi ali instalado. Até o momento, os documentos não indicam o motivo que levou à desistência do Centro em ocupar as novas instalações. O prédio possui janelas envidraçadas e, até a década de 1980⁴⁰, era apenas sustentado por pilotis no térreo, uma concepção arquitetônica mais moderna e arrojada, em meio às outras construções do Campus Central.

39 Antes da construção do edifício de nove pavimentos, a Faculdade de Filosofia não possuía uma sala para abrigar a coordenação do CRPE. Por esse motivo, viu-se obrigada a alugar um imóvel na avenida João Pessoa próximo ao campus da Universidade, para sediar o CRPE (INEP, 1959).

40 Nos anos 1980, foram erguidas paredes entre os pilotis resultando no fechamento da sala de atividades múltiplas, sala 102, e na sala de aula da turma Alfa do CAp.

Figura 5 - Estudantes do Colégio de Aplicação em atividade no pátio (anos 1980)



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

Em 1970, após a criação da Faculdade de Educação da UFRGS, pelas reformas educacionais, esta foi instalada nos últimos andares do prédio do CAp. Eram duas instituições de ensino cujas práticas, à época, se complementavam, uma formando professores e discutindo teorias educacionais, a outra formando crianças e adolescentes ao realizar a experimentação de inovações pedagógicas que, após avaliadas, eram disseminadas para outras instituições de ensino. Apesar da importância do Colégio de Aplicação, sua própria manutenção foi questionada nos anos 1980, pela Reitoria da Universidade, tendo em vista que os estágios das licenciaturas não eram mais realizados exclusivamente nas suas dependências.

O colégio resistiu e depois de tantos anos, em 1996, ganhou uma sede própria localizada no campus do Vale da UFRGS, no Bairro Agronomia. Sua mudança não deixou marcas físicas de sua passagem pelo Campus Central, apenas memórias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.092**, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77860&norma=104544>. Acesso em: 16 ago. 2014.

INEP. [Ofício] **Acordo**: encaminhado ao Colégio de Aplicação da UFRGS sobre a criação do Centro Regional de Estudos Pedagógicos. 1959

LIMA, Valeska Alessandra de. **O Colégio de Aplicação da UFRGS**: práticas educativas adormecidas entre o arquivo e a memória oral (1954-1981). 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PACHECO, Graciema. No Colégio de Aplicação perseguimos a excelência. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 5 maio de 1974.

_____. Colégio de Aplicação: A busca da espontaneidade, da comunicação e da interação social criadora. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 10-16, jan./dez. 2004.

PAES, Isolda Holmer. Colégio de Aplicação: naqueles primeiros dias. **Educação & Realidade**, Porto Alegre Vol. 8, n. 1 (jan./abr. 1983), p. 75-81. 1983.

PILLA, Luiz [Ofício] **Correspondência do Diretor da Faculdade de Filosofia ao Prefeito de Porto Alegre solicitando construção de um edifício**. 1954

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: UFSM, 2003.

REGNER, Anna Carolina Krebs Pereira. IFCH: Origens e trajetórias. Da criação da Faculdade de Filosofia à década da Reforma Universitária. In: **50 anos da Faculdade de Filosofia : publicação comemorativa**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. 133 p.

SQUINSANI, R. S.; PAES, I. H. **Anísio Teixeira**: traços biográficos e uma entrevista com Isolda Holmer Paes. Revista Espaço Pedagógico, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 87-99, 2023. DOI: 10.5335/rep.v7i2.14614. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14614>. Acesso em: 13 jan. 2025.

7

Danielle Brum Ginar Telles

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GENERAL FLORES DA CUNHA

Ao caminhar pela Avenida Osvaldo Aranha, nas proximidades do Parque da Redenção, nos deparamos com um prédio monumental, datado do ano de 1935 e que foi concebido para abrigar uma instituição escolar. A estrutura arquitetônica convida a admirá-la em sua imponência, através de seus detalhes, além de guardar, do lado interno de suas paredes, memórias de mais de cento e cinquenta anos de história. Nos últimos tempos, a escola esteve constantemente nas pautas da imprensa devido à demora do fim das obras de restauro que deveriam ter durado pouco mais de um ano e acabaram se estendendo por quase nove anos.

Fundada em 1869, a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, hoje denominada Centro Estadual de Formação

de Professores General Flores da Cunha, mas reconhecida como “IE”, é a instituição de formação de professores mais antiga do estado. Em 1931, o prédio em que se encontrava, na Rua Duque de Caxias esquina com a Rua General Auto, não comportava mais o número elevado de alunas matriculadas, ainda que contemplasse os critérios higienistas da Instrução Pública, portanto, foi necessário buscar maiores instalações.

É neste cenário que o então interventor do Estado, o General Flores da Cunha, determinou a construção de um prédio com o objetivo de sediar a escola em questão, localizado no Campo da Redenção, sendo a construtora Azevedo Moura & Gertum a responsável pela obra⁴¹. Estabeleceu-se que a mesma deveria ser realizada em um prazo de 365 dias⁴².

Figura 1 - Vista parcial de Porto Alegre, com o Instituto de Educação ao fundo (anos 1950)



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

41 A construtora tinha como engenheiro responsável Fernando Azevedo Moura, e a obra foi assinada pelo arquiteto Fernando Corona. O custo da Instituição ficou em exatos 2 contos e 200 mil réis, tal como combinado inicialmente com Flores da Cunha, e que foram pagos à vista pelo Estado.

42 Livro: Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha: a história do Rio Grande passa por aqui. Possui pesquisa e textos realizados pela historiadora Regina Portella Schneider, coordenação e edição de Maria José Vasconcelos, diagramação e projeto gráfico de Jonathas Costa. Produzido pelo Estado do Rio Grande do Sul.



Em 1935, o Estado estava às voltas com a comemoração do centenário da Guerra Farrroupilha e, além do planejamento de um parque, pavilhões para os eventos celebrativos foram erguidos.⁴³ Findada a construção da escola, em 1935, esta passou a fazer parte das comemorações sediando um pavilhão cultural com exposições sobre o centenário. Por este motivo, a instituição só ocupou efetivamente o novo prédio em 1936. Em março de 1937, sob a direção de Florinda Tubino Sampaio, primeira mulher a ocupar este cargo na escola, as aulas iniciaram com inauguração solene e contou com a presença de figuras políticas.⁴⁴

O IE está localizado em um terreno de 12 mil m² de área, deste total 8,5 mil m² são de área construída, dividido em três pavilhões: o principal, com acesso para a avenida Osvaldo Aranha; o ginásio de esportes, com entrada para a avenida Setembrina; e o pavilhão da Educação Infantil, que fica voltado para o largo central do Parque Farrroupilha na rua Paulo Gama. Segundo informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE, a fachada principal foi desenhada a partir da visão neoclássica austera e simplificada, em que se destacam as imponentes colunas jônicas no pórtico de entrada e as pilastras de mesma linha nos blocos em projeção nas extremidades⁴⁵. Seguindo os padrões higienistas aplicados à Educação, o novo edifício contava com peças amplas, com muitas janelas e pé direito alto, características encontradas inclusive nos sanitários. Esses traços arquitetônicos permitiram a existência de ventilação e iluminação nos diferentes espaços da escola.

43 Para maiores informações ver Monteiro (1995).

44 Ver nota 28

45 Dados completos sobre o tombamento disponíveis no site do IPHAE.

Figura 2 – Saguão e escadaria do Instituto de Educação (2025)



Fonte: acervo pessoal da autora.

Ainda sobre o espaço, ao adentrar no IE, o visitante se depara com uma escadaria monumental, própria da concepção discursiva que enfatizava a força do ensino público naquela temporalidade (Faria Filho; Vidal, 2000). Nas paredes da escadaria, existem três pinturas a óleo importantes e grandiosas: *Garibaldi e A Esquadra Farrroupilha* (5,45 m x 3,42 m, 1916), de Lucílio de Albuquerque; *Combate da Ponte da Azenha* (5,46 m x 3,76 m, 1923) e *A Chegada dos Casais Açorianos* (6,3 m x 5,5 m, 1923), ambas de Augusto Luiz de Freitas. Originalmente, essas obras foram encomendadas pelo Presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, e seriam colocadas no Palácio Piratini, mas tiveram outro destino: as paredes do IE, possivelmente para valorizar ainda mais a arquitetura da escola.

Em 1997, a prefeitura de Porto Alegre tombou o Parque da Redenção, inserindo o Instituto de Educação como parte deste espaço tombado. Quase uma década depois, em 2006, o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul expediu nota sobre o tombamento do prédio pelo IPHAE que passou a reconhecê-lo como patrimônio gaúcho e, por fim, em 2011, as telas também foram tombadas.

Como escola de formação docente, desde seus primórdios, era vista com lugar de excelência, modelo de instituição a ser seguido pelas demais. De acordo com Guacira Louro (1986), durante muitas décadas, foi considerada uma escola padrão, a ser seguida tanto em tradição quanto em modernidade, nos seus novos métodos e práticas de ensino. Mesmo em se tratando de uma escola pública, o Instituto de Educação, muitas vezes, não era acessível às classes trabalhadoras, cenário comum da educação pública ao longo do século XX. Segundo Louro (1986), as filhas da classe média eram o público preferencial desta escola.

Figura 3 - Alunas do Curso de Formação de Professores, década 1950



Fonte: acervo da Associação de Ex-alunos do IE.

Ao longo de sua trajetória, o IE sempre procurou estar atento aos movimentos da educação, sobretudo no que diz respeito aos princípios escolanovistas, tornando-se uma escola difusora de novas teorias e métodos educativos já experimentados no centro do país e no exterior. Segundo Regina Schneider (2024, p. 56)⁴⁶, "escola padrão significa ser uma escola aberta à observação permanente de seu trabalho e ser capaz de manter suas atividades em nível elevado de modo a servir de exemplo e fonte de inspiração".

Figura 4 - Formatura do Curso de Formação de Professores Primários do Instituto de Educação de 1951



Fonte: acervo da Associação de Ex-alunos do IE.

O Instituto de Educação destacou-se por constituir vários setores que incluíam entidades associativas, atividades de ensino e cuidados médicos: Grêmio dos professores; Associação de

Ex-alunos; Centro de Línguas Estrangeiras; Centro de Alunos do IE; Teatro permanente do IE de Olga Reverbel⁴⁷; Orfeão Artístico; Coro Falado; Laboratório de Matemática, criado por Esther Grossi; Laboratório de Linguagem e de Ciências; Gabinetes Médico, Odontológico e de Nutrição; Creche; Escola Maternal; Jardim de Infância; Biblioteca Clemente Pinto; Biblioteca Infantil; Classes Experimentais.

Na década de 1980 é possível perceber o papel ativo da escola nas lutas por democracia e participação política, por melhores salários, condições de ensino e valorização da categoria docente. Enquanto escola de formação docente, consolidou-se como espaço de construção de lideranças nos quadros do Centro dos Professores (CPERS) e ativa participação nas greves do magistério, que iniciaram em 1979. Muitas reuniões dos grevistas ocorreram nos auditórios do Instituto de Educação, não apenas por ser ponto central favorável para deslocamentos, mas por toda sua história diante da comunidade porto-alegrense, uma escola centenária de visibilidade nacional (Ozorio e Almeida, 2019).

Nesse caráter participativo, cabe um destaque à Associação de Ex-alunos, fundada em 1960, composta por ex-alunos e alunas, além de professores que compunham o Conselho Diretivo da Associação. Este grupo que tinha um lugar dentro da escola, durante muitas décadas desempenhou função ativa na instituição, procurando auxiliar em questões diversas e necessárias para o bom funcionamento da mesma, envolvendo-se em assuntos administrativos, pedagógicos, memorialísticos e culturais, tais como: apresentações do coral, empréstimo de livros, promoção de encontros de ex-alunos, homenagens aos professores e professoras que pelas salas do Instituto lecionaram.

A Associação⁴⁸, ao longo de toda sua existência, salvaguardou memórias, tanto suas como da escola, além de preocupar-se em preservar reportagens e produções que tivessem relação com a Educação no Estado do Rio Grande do Sul, e atuou dentro das dependências do IE até o ano de fechamento para a reforma. O governo estadual, em 2021, determinou que a escola não mais deteria posse de todo o espaço predial, e, em 2023, firmou acordo de cooperação técnica internacional para a criação de um Centro de Referência em Educação e um Museu da Educação para o Amanhã (MUSEDUCA).

Por mais de 150 anos, este prédio vem servindo para a comunidade como berço de uma educação de qualidade. As paredes do IE foram erguidas para serem lar de uma instituição pública de formação de professores, de excelência, e hoje devem ser reconhecidas como estruturas que abrigam, além da escola, um espaço de memórias escolares. A historicidade que percorre os seus corredores não fala apenas da história de uma escola, mas de tantas outras que se inspiraram e seguiram seus moldes. Fala, por exemplo, de mudanças na forma de educar, nos meios de formar educadores, nas lutas que foram travadas por melhores condições de trabalho e salários, na união da comunidade em se manter existindo após saída do prédio para reforma. Trata-se de um lugar em que pulsam memórias sobre a Educação de um Estado e todas as transformações pedagógicas que ocorreram a partir de sua fundação. A escola faz parte do patrimônio do Estado e da Educação, não só por ser um prédio tombado, mas por toda a contribuição prestada a esta comunidade, necessitando de conservação adequada. É perceptível, ao longo de toda sua trajetória, a vontade do IE em seguir existindo, contribuindo na formação docente, sendo uma escola inspiração.

48

O acervo da Associação de Ex-alunos do IE encontra-se no CEME-Faced/UFRGS.

Figura 5 – Fachada do Instituto de Educação após restauro (2025)



Fonte: acervo pessoal.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa. Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. **Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha: a história do Rio Grande passa por aqui**, [2024].

GOLDSCHMIDT, Cristiano. Olga Reverbel e o teatro na Educação no Brasil. [in] ALMEIDA, Dóris Bittencourt; HINTERHOLZ, Marcos; COSTA, Fabiana Pinheiro; MEINERS, Carla B. (Org.). **Doze histórias sobre a UFRGS: a memória como resistência ao esquecimento**. Porto Alegre: Letra 1, 2022. v. 1. 287p.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. Faculdade de Educação da UNICAMP, 1986, 283 f. Tese de doutorado.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre:** Urbanização e Modernidade – a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

OZORIO, Maria Beatriz Vieira Branco; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Professoras em Greve: memórias de lutas em defesa do magistério (1979-1987 - Porto Alegre/RS). **Educação UNISINOS**, v. 23, p. 1-19, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, 2000.

8

Frederico Duarte Bartz

ESCOLA DA UNIÃO DOS PEDREIROS

O movimento socialista surgiu em Porto Alegre a partir do crescimento da classe operária e do aparecimento de propostas que reivindicavam uma maior independência de classe em relação à burguesia e ao governo republicano. Entre as décadas de 1890 e 1900, os militantes social-democratas procuraram construir associações para agregar o operariado. Também havia o desejo de construir partidos que representassem os interesses de classe, como existia na Europa. Em 1892, surgiu a Allgemeiner Arbeiter Verein, que era uma sociedade de operários alemães que se orientava pelas idéias social-democratas. Em 1895, foi criada a Liga Operária Internacional e, em 1897, o Partido Socialista Riograndense. A atuação dos socialistas nas greves e nos protestos públicos foi bastante ativa, mas estes não se empenharam, ao menos em Porto Alegre, na criação de escolas para operários, sendo mais recorrente a defesa de uma

educação pública mais democrática, que pudesse incluir as crianças das famílias operárias. Algumas exceções foram a Escola de Formação Profissional e a Escola da União dos Pedreiros, que pretendo abordar neste texto de forma mais extensa.

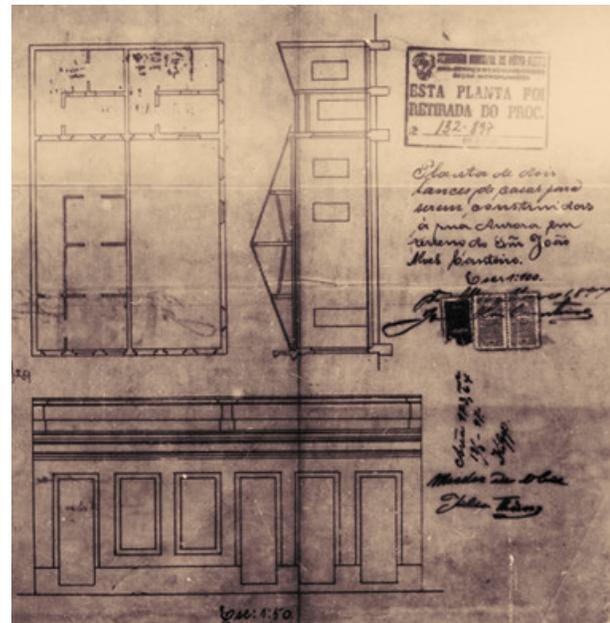
A Escola de Formação Profissional (Fortbildungsschule) foi criada pela Allgemeiner Arbeiter Verein e instalada no mês de agosto de 1892, oferecendo aulas de Matemática e Caligrafia, mas também disciplinas sobre Desenho Técnico e Técnicas Construtivas, o que demonstrava uma preocupação com a qualificação para o trabalho. A iniciativa parece não ter tido uma vida muito longa, pois suas informações não aparecem com muita frequência no jornal *Deutsche Zeitung*, onde as atividades dos socialistas eram veiculadas. Uma explicação possível é a situação difícil em que se encontrava o Estado, à beira de uma guerra civil entre republicanos e federalistas, o que certamente impactou o trabalho organizativo das associações de classe. Alguns anos depois, em setembro de 1897, a Liga Operária Internacional fundou uma Caixa de Propaganda e Instrução, com a finalidade de criar aulas noturnas para os filhos dos trabalhadores, mas este projeto acabou não indo à frente.

Além destas tentativas isoladas, a educação aparece nos programas partidários, a partir da defesa da escola pública e que ela fosse acessível às famílias operárias. O Partido Socialista de 1897 defendia a instrução geral e profissional gratuita, bem como o custeio do material escolar pelo Estado. O Partido Operário, de 1905, também defendia a instrução pública em seus estatutos, incluindo a obrigatoriedade dos tutores de matricular as crianças e adolescentes de 8 a 15 anos, a ampliação da oferta do ensino, o custeio do material e a criação de liceus de Artes e Ofícios.

Em 1 de julho de 1907, os militantes socialistas inauguraram a Escola da União dos Pedreiros, na Rua da Aurora, n.168 (atual Rua Dr. Barros Cassal, n.790), uma aula operária para os associados e seus filhos menores. Conforme o jornal *A Democracia*, a instalação

das aulas contou com a participação de militantes destacados no meio operário, que fizeram doações de diversos livros didáticos. As matrículas foram feitas por Francisco Xavier da Costa, que era o principal líder socialista de Porto Alegre e era sócio honorário da União dos Pedreiros. Estavam presentes também João Perazzoni e José Gonçalves, Presidente e Vice Presidente da União; este último, inclusive, doou para a associação um tinteiro dourado em forma de martelo de pedreiro (trabalho de sua própria lavra), duas canetas douradas e um pote de tinta. A partir desta descrição, se percebe que a primeira aula se revestiu de grande imponência, se convertendo em uma cerimônia cheia de simbolismo, que reforçava os laços entre as lideranças do movimento operário e os alunos trabalhadores.

Figura 1 – Planta da edificação que se tornaria a sede da União dos Pedreiros.
O prédio em questão é o salão de três portas à direita



Fonte: Planta de dois lances de casas para serem construídas na Rua da Aurora em terreno de João Alves Canteiro. Processo 132 de 1897. Arquivo Municipal de Porto Alegre.

A sede da União dos Pedreiros ficava em um lugar bastante humilde, chamado Salão Santa Catarina, que era administrado por uma família de mesmo nome. Tratava-se de uma casa construída em 1897 por João Alves Canteiro, um imóvel que contava com um vasto salão, que era propício para reuniões sociais ou bailes, mas para as funções escolares tratava-se de um espaço improvisado. Assim como outras iniciativas educacionais da classe trabalhadora, a Escola da União dos Pedreiros ocupava o mesmo endereço que a associação que representava a categoria.

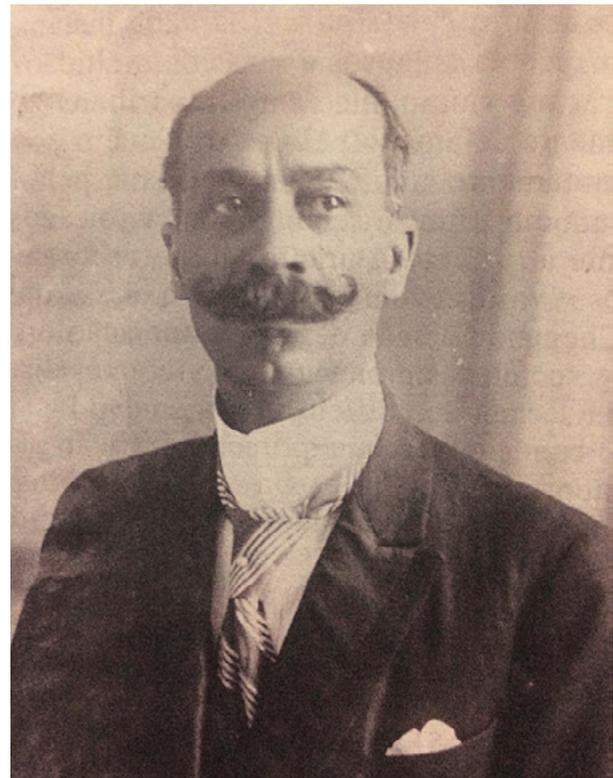
Figura 1 - Endereço atual onde se localizava a União dos Pedreiros no começo do século XX



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

A primeira aula teve como professor o socialista espanhol José Francesch, que ministrou lições de Geometria e Desenho Linear. Além dessas matérias, também estavam planejadas Português, Caligrafia, Aritmética e Álgebra. O Professor Raul B. de Souza, que dava aulas particulares de Matemática, se ofereceu para ensinar gratuitamente Aritmética e Álgebra para os alunos. O fato do jornal *A Democracia* não divulgar mais horários de aulas, nem o nome de mais professores, pode significar que este era um projeto ainda muito embrionário, sem uma estrutura que desse suporte para sua continuidade.

Figura 2 - Francisco Xavier da Costa, tipógrafo e líder socialista, era sócio honorário da União dos Pedreiros e realizou as primeiras matrículas da Escola



Fonte: Arquivo Histórico Moyses Vellinho.

A Aula da União dos Pedreiros não deixou registros posteriores, indicando que (assim como a Escola de Formação Profissional) deve ter sido uma experiência breve. Além da efemeridade desses projetos educacionais dos socialistas, uma das características que chama a atenção é um currículo voltado para o trabalho: o ensino de Desenho, Geometria, Aritmética e Caligrafia poderiam ser trunfos importantes na busca por um emprego melhor ou mesmo para desempenhar melhor alguma atividade no qual o trabalhador já estivesse inserido. A ascensão dos anarquistas no movimento operário de Porto Alegre trouxe inovações em relação a estas propostas anteriores. Mesmo que a qualificação profissional continue importante, os militantes anarquistas introduziram elementos novos, como a necessidade de dotar suas propostas educacionais de um caráter crítico mais explícito quanto à dominação de classe.

REFERÊNCIAS

Aulas operárias. **A Democracia**. Porto Alegre, 7/7/1907, p. 4.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**. Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895- 1926)**. 1987. Dissertação (Mestrado) - PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, 1987.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária Seja Nossa Pátria!”**. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

LUCAS, Maria Elisabeth e PETERSEN, Sílvia R. F. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora Tchê, 1991.

9

Dóris Bittencourt Almeida

IDICHESCHULE (COLÉGIO ISRAELITA BRASILEIRO)

Os primeiros judeus *azhenazim* habitaram, em Porto Alegre, a região que hoje compreende o Bairro Fim. Trata-se de uma área que começou a ser loteada em fins do século XIX, em um momento de expansão urbana da cidade, ocupada, inicialmente por imigrantes portugueses, italianos, e, logo em seguida, por judeus e seus descendentes, pessoas que mantinham pequenos comércios e pequenas fábricas.

A primeira sinagoga de Porto Alegre é a União Israelita, como espaço de congregação, que também promovia festas e celebrações, onde se falava o Ídiche, se dançava e se fazia teatro (Scliar, 1985). Neste sentido, observa-se que a preocupação com a educação das

crianças fomentou o aparecimento de vários grupos de estudo entre os judeus, os “cheder”. O primeiro deles, na Sinagoga União, seria o germe da Escola Ídiche, sendo difícil separar as fronteiras entre o lugar de rezar e o lugar de escolarizar, pois ambas, sinagoga e escola, podem ser definidas como instituições educativas.

A Sociedade Mantenedora da escola foi fundada em 1922 e, no mesmo ano, a escola iniciou suas atividades. Funcionou, inicialmente, junto à Sinagoga União Israelita, na Rua Barros Cassal. Em 1938, a escola transferiu-se para a sede do Centro Israelita Porto-Alegrense, na Rua Henrique Dias e, em 1942, ocupou uma casa na principal avenida do bairro Bom Fim, a Osvaldo Aranha, número 1006, alterando o nome para Sociedade de Educação e Cultura.

A escola oferecia o Curso Primário e assim se manteve até a década de 1950, em uma espécie de turno integral. Pela manhã, eram ensinados conteúdos básicos, à tarde Ídiche, Hebraico e Cultura Judaica para um pequeno grupo de estudantes (Eizirik, 1984). Nos primeiros anos, a Sociedade contratou um casal de professores vindos da Palestina. Kleimann (1992) explica que, logo após a fundação, não foi nada fácil para o colégio conseguir manter um número alto de matriculados. Segundo a autora, apesar das pessoas judias sentirem necessidade de uma escola no bairro, muitas crianças eram filhas de pais com poucas posses ou já frequentavam as escolas públicas da cidade.

Havia também a situação de crianças judias que demoraram a ingressar na escola. Em depoimento, Luis Glock (1991) indica as dificuldades que havia para custear a ÍdicheSchule, no entanto, em suas memórias, reconhece o capital cultural de sua família e valoriza a formação ética que recebeu. Lembra quando faltava até mesmo o dinheiro para o aluguel. E assim, o início de sua escolarização esteve atrelado aos ensinamentos de um “shoichet que vinha em casa nos ensinar. Todos os dias. Você pensa que ele vinha uma vez, de vez em

quando, tá? Nós estudávamos Ídiche em casa” (Luis Glock, 1991). Explica que seus irmãos iam na residência do “shoichet”, pois eram maiores, andavam pela cidade sozinhos. Para Luis, essa pessoa apresentou os primeiros contatos com a instituição judaica.

Outras crianças, como José Blumenthal (1992), tiveram passagem pelos Grupos Escolares e depois migraram para a Escola Ídiche. Conta que quando iria ingressar no primeiro ano do Curso Primário, sua mãe esteve doente e uma amiga de sua mãe o matriculou no Grupo Escolar Uruguai, que se localizava na Rua Esperança, hoje Miguel Tostes, atualmente, Bairro Rio Branco, que faz limite com o Bom Fim. Segundo Blumenthal, quando estava no terceiro ano primário, outra amiga judia de sua mãe havia condenado o fato dele não estar matriculado na Escola Ídiche, assim foi transferido para lá. Como lembranças da infância, comenta a importância da educação familiar que permitiu a ele conhecer com maior liberdade outras concepções de vida e de religião, para além do Judaísmo.

Neste sentido, Moyses Eizirik (1988) explica que frequentou a ÍdicheSchule, entre os anos de 1923 a 1930, tendo sido, portanto, um de seus primeiros alunos. Assim, prossegue:

Em 1923, estive apenas como ouvinte, pois não tinha a idade mínima necessária (...). Naquela época, a coletividade era muito pequena e havia duas a três dezenas de alunos. No turno da manhã, eram ministradas as matérias básicas como Português, Aritmética, Geografia e História, enquanto que, no turno da tarde, estudávamos Ídiche, Hebraico e História Judaica. Quando estive no segundo ano, nossos professores no ensino judaico foram o Moré Glambotzky, de Hebraico e sua esposa Morá Glambotzky de Ídiche. Eles vieram da Palestina (Moyes Eizirik, 1988).

Segundo Eizirik (1988), esses professores palestinos dominavam o Ídiche e o Hebraico, mas pouco conheciam a atividade



pedagógica, sendo esta uma questão recorrente entre as narrativas examinadas, que parece ter atravessado por décadas a história da escola. Suzana Starosta, em depoimento para Kleimann (1992) apresenta uma outra situação de inserção na escola. Diz que seu irmão teria sido um dos primeiros alunos da instituição e lá ia buscar a formação judaica, pois estudava em outra escola. Explica que as famílias não tinham tempo de transmitir um judaísmo formal, desse modo, buscavam apoio para isso na *ÍdicheSchule*. Percebem-se os múltiplos significados dessa escola, por um lado, a importância da formação do estudante do ponto de vista intelectual, por outro, o significado de construir uma identidade ao judaísmo em Porto Alegre, por meio do ensino do *Ídiche* e da Cultura Judaica.

Outras memórias comparecem na entrevista de Moyses Eizirik. Afirma que “imperava o castigo físico, se o aluno não sabia a lição ou conversava na aula, a professora batia com a régua na cabeça ou nas mãos. Lembro os nomes das professoras Dona Rina e Dona Estela” (1988). Continua declarando que, por qualquer ato de desobediência, a professora colocava o aluno em um “canto da aula, onde ficava de pé ou de joelhos”, tanto nas aulas do turno da manhã, quanto nas vespertinas. Recorda duas expressões em Hebraico recorrentes no cotidiano escolar, “*lechlapina*”, que, segundo ele, significa “vai para o canto”, e “*leclazazel*”, com tradução de “vai para o diabo”, utilizadas em situações de irritação da professora em sala de aula. Contudo, o fato de ter ficado órfão de mãe parece ter sensibilizado as docentes, conta que, a partir do momento em que perdeu a mãe, quando fazia algo de errado, não era mais punido, a professora Estela dizia “neste não, o coitado não tem mãe” (Moyses Eizirik, 1988).

Ainda na esteira dessas narrativas, observa-se que o tema da higiene corporal comparecia às práticas escolares. A saúde do corpo é um elemento importante da educação escolarizada daquele

contexto dos anos 1930 e 1940, considerada determinante no processo formativo das crianças. De acordo com Eizirik (1988), a professora, sem avisar, “dava uma incerta e examinava as unhas dos alunos. Os que estavam com as unhas sujas, apanhavam de régua nas mãos e ainda tinham que escrever em casa, como castigo, cem ou duzentas linhas *devo manter as unhas limpas*”. Essa descrição associa a questão dos preceitos higiênicos às punições, ambos elementos constitutivos dos parâmetros da modernidade pedagógica, traduzidos pelas memórias dos antigos estudantes. A *ÍdicheSchule*, mesmo guardando determinadas especificidades, não estava distante das concepções higienistas que vigiam para a escola no Brasil naquela temporalidade.

Na entrevista de Dora Berger (1990), observa-se que, apesar de ter estudado alguns anos depois de Moyses Eizirik na mesma escola, comparecem lembranças semelhantes em relação aos castigos. Menciona “uma professora muito braba, uma solteirona, eu já te contei que ela era muito braba, ela dava com a régua na cabeça da gente. O meu primo estudava comigo, ela pegou um estojo e quebrou na cabeça dele” (Dora Berger, 1990). Além disso, descreve outras lembranças envolvendo ela e Moishe, seu colega, de mesma idade, “eu me lembro ele tão quietinho, ele não fazia nada, não sei porque a professora dava castigo. Eu mesma ia muito de castigo, ela me botava atrás da porta. Sabe aquelas portas que tinham dois metros de altura, antigas, né? (...) Eu devia ser...” (Dora Berger, 1990).

Marcos Iolowich (1991), que, como Dora Berger, estudou na escola em meados dos anos 1930, recorda que também nas aulas de Cultura Judaica havia punições, o professor indicava um aluno para iniciar a leitura e tradução do Torá, e outros continuavam a leitura, sucessivamente, todos deveriam acompanhar em silêncio, mas “às vezes a lição era tomada saltadamente. E aquele que colhido de

surpresa, não encontrasse logo o fio da leitura, apanhava, impiedosamente⁴⁹ (Marcos Iolowich, 1991).

Ao observar as narrativas de Dora Berger, Marcos Iolowich e Moyses Eizirik, percebe-se uma confluência entre *aprender e obedecer*, como condições para escapar de ser punido. Nota-se também, diferente de outras pesquisas, que não eram apenas os meninos os alvos das reprimendas, pois os relatos indicam que aquele ou aquela que não seguisse os padrões disciplinadores da escola, seria penalizado de diferentes modos.

Para além dessas memórias, apresentam-se aqui outras, relatadas por Eizirik. Diz que o momento do recreio era aguardado com ansiedade pelas crianças, era quando se fazia “a esperada pelada de futebol” (1988). Acrescenta que, no final do ano, aconteciam os exames, escritos e orais, referentes às disciplinas comuns e às disciplinas de cultura judaica, tendo banca examinadora formada por três professores e a Direção do Colégio. E, ao terminar o ano letivo, havia uma solenidade de encerramento das aulas, no salão de festas do Centro Israelita, com apresentação de peças de teatro em Ídiche e declamação de canções, “me lembro de uma peça na qual foi apresentada a vida de Moisés, eu fui ele” (Moyes Eizirik, 1988). Em 1929, concluiu o Curso Primário e fez o Exame de Admissão ao Ginásio para estudar no Colégio Júlio de Castilhos. Entretanto, mesmo estudando em outra instituição de ensino, continuou, no turno da tarde, frequentando o ÍdicheSchule, segundo ele, formou-se uma turma extra para continuar o ensino da cultura judaica, o que indica o prestígio da instituição entre os judeus.

José Blumenthal (1992) avalia a escola como uma instituição de “bom nível”, em função da quantidade de estudantes aprovados no Exame de Admissão ao Ginásio, afirma que muitos prosseguiram

49 É possível entender os castigos físicos e morais como elementos da cultura escolar daquela temporalidade, presentes naquele estabelecimento e em tantos outros. Para tanto, consideram-se estudos desenvolvidos nessa temática (Grazziotin e Almeida, 2013) que evidenciam a constância dessas práticas em diferentes épocas, em distintas instituições de ensino, públicas, particulares e étnicas, por vezes trazidas pelas memórias dos discentes.

os estudos no Colégio Júlio de Castilhos e no Instituto de Educação Flores da Cunha, segundo ele, “não era fácil entrar nessas duas na época”. Lembra das orientações da Diretora Nair Magalhães, “uns dias antes do Admissão, ela nos falava em relação ao que nós íamos encontrar, as dificuldades, mais ou menos fazia um prognóstico: esse entra, esse não entra”.

Essas pessoas de origem judaica que chegavam à cidade de Porto Alegre com o intuito de ali permanecer carregavam consigo, em suas *bagagens*, o apreço pelos livros. O que é a escola senão um lugar importante de assentamento da cultura escrita? De tudo o que se investigou, pode-se inferir que a construção de um lugar para estudar, era tão importante quanto um lugar para rezar. É nessa interface que se constitui a *ÍdichSchule*. As *poeiras* desse passado *murmuram* nas narrativas dessas pessoas, salvaguardadas no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, que representam histórias de vida de sujeitos que compartilharam suas memórias e, nelas, houve espaço para falar da escola em que estiveram como estudantes e/ou como professores.

Figura 1 – Colégio Idish, Av. Osvaldo Aranha, 1004 – Turma do Jardim de Infância



Fonte: acervo Fotográfico Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

Figura 2 – Curso primário no prédio antigo da escola, Av. Osvaldo Aranha, 1004



Fonte: acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

Figura 3 – Atividade na Semana da Pátria – estudantes aguardando o Fogo Simbólico – Escola Av. Osvaldo Aranha, 1004



Fonte: acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

REFERÊNCIAS

EIZIRIK, Moyses. **Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

GRAZZIOTIN, Luciane; ALMEIDA, Dóris B. Os castigos nas escolas étnicas da região colonial italiana do RS: memórias de escolarização (1896-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 12, p. 591-598, 2013.

GUTFREIND, Ieda. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2004.

KLEIMANN, Luiza Helena Schmitz. **Que eu me lembre foi assim...** Porto Alegre: Riocell, 1992.

SCLIAR, Moacyr. **A nossa frágil condição humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

10

Frederico Duarte Bartz

COLÉGIO BERLESE E O CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO POPULAR

Narciso Berlese foi um educador e defensor da alfabetização popular que viveu em Porto Alegre na primeira metade do século XX. Entre os anos de 1900 e 1910, ele fez parte do grupo de militantes anarquistas que atuavam na capital gaúcha, participando do Congresso Operário Brasileiro de 1912, como delegado da Federação Operária do Rio Grande do Sul, onde criticou duramente a orientação reformista de seus organizadores. Neste período, ele também esteve em contato com a Escola Moderna organizada pelos anarquistas de Porto Alegre, que propunha, a partir das elaborações teóricas e práticas de Francisco Ferrer, criar um ambiente que pudesse acolher ao mesmo tempo meninos e meninas, pessoas de diferentes origens

étnicas e classes sociais, com uma forte perspectiva libertária. É muito provável que este ambiente intelectual tenha influenciado sua decisão de ser professor.

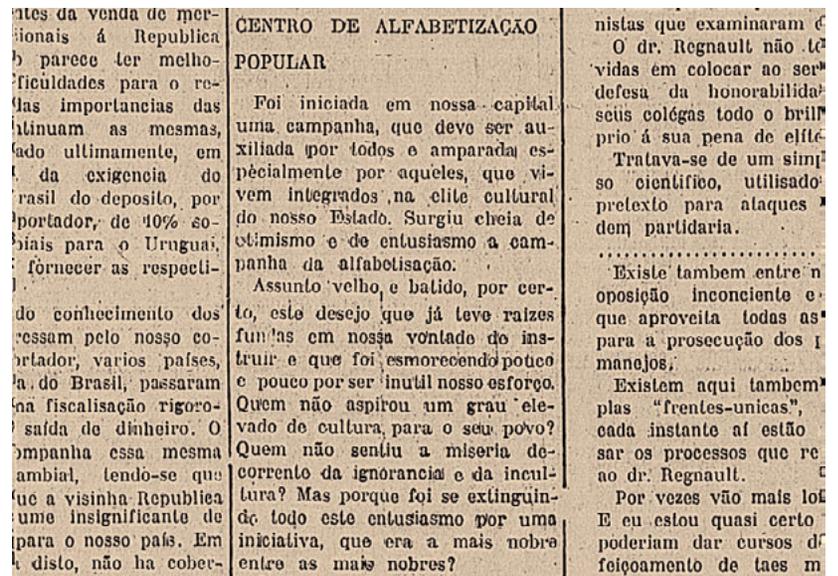
No fim dos anos 1910, Berlese integrou-se aos meios intelectuais e literários de Porto Alegre, tornando-se muito próximo de Zeferino Brasil. Na década seguinte, Narciso fundou o Colégio Berlese, que teve sua sede inicial no interior do Estado e depois mudou-se para Porto Alegre, onde funcionou em diferentes endereços até se instalar de forma definitiva, em 1933, na Rua Dr. Barros Cassal, n.526. Esta escola oferecia a educação básica e secundária para meninos e meninas e também o curso comercial, com aulas especializadas.

Durante a década de 1920, Narciso Berlese produziu diversas reflexões sobre a educação, como na obra “Fronde esparsa: moral, educação, psicologia, sociologia, literatura e arte”, de 1926. Nesta obra, o autor se afasta dos antigos preceitos libertários, defendendo uma educação que fosse voltada a uma moral conservadora, uma perspectiva nacionalista, visando a preparação dos sujeitos para o trabalho e o fortalecimento da pátria. A Revolução de 1930 desencadeou uma série de mudanças na estrutura do estado e nas relações sociais, que também impactaram os projetos educacionais. Neste contexto, Narciso Berlese criou o Centro de Alfabetização Popular (CAP) em agosto de 1933, que deveria, a partir de seu Colégio, liderar uma forte campanha de alfabetização com o objetivo de atingir principalmente a classe trabalhadora.

Em conjunto com essa iniciativa, Berlese enviou panfletos informativos para diversas cidades do Brasil e também fez palestras semanais na Rádio Gaúcha. Em julho, ele já havia publicado um livro intitulado “O Problema Fundamental do Brasil”, em que identificava a alfabetização como o grande desafio a ser vencido pelo Governo Provisório. A criação do Centro de Alfabetização foi acompanhada de outras ações, que objetivavam a propaganda da

luta contra o analfabetismo. Seu idealizador, inclusive, pretendia que esta campanha se espalhasse por todo o Brasil.

Figura 1 – Lançamento do Centro de Alfabetização Popular, em agosto de 1933



Fonte: *A Federação*. Porto Alegre, 24/8/1933, p. 3.

Em setembro de 1933, o jornal *A Federação* divulgou a existência de núcleos do Centro de Alfabetização Popular no Colégio Berlese, na Rua Dr. Barros Cassal, funcionando às segundas, quartas e sextas-feiras, das 14 às 16 horas, com a direção de Nilva Berlese; na Rua Vasco da Gama, n.536, às terças, quartas e sábados, das 19h30 às 20h30, sob a responsabilidade de Diva Lopes; na Rua da Azenha, n.1039, às segundas e quintas-feiras, das 14h às 16h, com o próprio Narciso Berlese; na Rua Sebastião Leão, n.111, às segundas, quartas e sextas-feiras, das 16h30 às 18h30, com Maria Silva e no Passo da Capivara (atual Bairro Ipanema), segundas, quartas e sextas-feiras, das 19 às 21 horas, com Doracy Benitz.

Figura 2 – Antiga sede do Colégio Berlese e Centro de Alfabetização Popular



Fonte: arquivo pessoal (Frederico Bartz em maio de 2023).



O projeto contava com o apoio do Governo Estadual, possuía um grupo de cooperadores e uma direção que se reunia na Biblioteca Pública. Não foi possível saber se as professoras que davam aulas no Centro trabalhavam no Colégio Berlese ou eram pessoas abnegadas que procuraram se juntar ao projeto pela importância de sua missão, mas é notável que, em pouco tempo, se criaram diversas aulas inseridas em bairros populares, para estarem próximas dos locais de moradia de trabalhadores e trabalhadoras. As notícias também dão conta de aulas em fábricas da área industrial, mas não foi possível saber quando e onde foram instaladas.

Assim como outros projetos similares, o Centro de Alfabetização Popular não teve muito tempo de vida. Em abril de 1934, havia notícia da retomada de suas atividades, mas depois as informações não são mais encontradas. Um efeito positivo deste projeto foi a inclusão dos adultos analfabetos como público alvo da educação primária, que resultou da pressão da bancada gaúcha durante a elaboração da Constituição de 1934. Observando o histórico do Centro de Alfabetização Popular, é possível enquadrá-lo na perspectiva nacionalista que Berlese defendia nos 1930, do desenvolvimento da nação através da educação e do trabalho, mas talvez exista um pouco da perspectiva libertária, que via nos trabalhadores um público necessário para um projeto específico de educação.

Durante os anos 1930, Narciso Berlese manteve a sua escola em funcionamento, da qual se tem notícias até o início dos 1940. Durante a década, o Professor Berlese fez parte da União dos Professores do Rio Grande do Sul e tornou-se membro da Academia Rio Grandense de Letras, mais tarde ele foi nomeado como Inspetor Federal do ensino secundário em Porto Alegre. A partir de sua trajetória, podemos pensar a fundação do Centro de Alfabetização Popular em consonância com sua história, como parte de uma carreira marcada pela defesa da educação, como elemento da construção da nacionalidade e das mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

BERLESE, Narciso. Problema Fundamental do Brasil. **A Federação**. Porto Alegre, 29/7/1933. p. 3.

Centro de Alfabetização Popular. **A Federação**. Porto Alegre, 24/8/1933, p. 3.

Centro de Alfabetização Popular. **A Federação**. Porto Alegre, 5/9/1933, p. 2.

Centro de Alfabetização Popular. **A Federação**. Porto Alegre, 30/5/1934, p. 4.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895- 1926)**.1987. Dissertação (Mestrado) - PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, 1987.

TASSO, Rosana Dutra. "Fronde Esparsa" (1926), de Narciso Berlese: leitura e formação moral para os jovens das primeiras décadas do século XX. **Cadernos Literários**, Rio Grande, n. 26, v. 2, p. 43-54, jul. 2020.

11

Lucas Costa Grimaldi

COLÉGIO METODISTA AMERICANO

A história do Colégio Americano inicia dez anos antes de sua fundação. Desde 1875, missionários da Igreja Metodista já atuavam no Rio Grande do Sul em ações de evangelização (Dreher, 2008), que culminavam na criação de instituições educativas. Na década de 1870, a superintendência da Igreja Metodista transferiu a sede da missão do Uruguai para Porto Alegre/RS, designando o reverendo João Corrêa para dirigir as novas atividades na cidade.

Com a chegada da missão uruguiaia, veio a professora Carmen Chacon⁵⁰, responsável pela fundação de uma escola exclusiva para o público feminino na cidade. No dia 19 de outubro de 1885,

50 Nascida no Uruguai, Carmen Chacon veio morar e lecionar em Porto Alegre aos dezesseis anos em missão da Igreja Metodista na América Latina, sob coordenação do Reverendo João Correa. Tornou-se diretora do Colégio Evangélico Misto por três anos. "Professora dedicada, de caráter forte e incansável" (Rio Grande do Sul, 1935, p. 274).

em um imóvel alugado, de arquitetura luso-brasileira, situado na Praça General Marques⁵¹ n. 9125, é inaugurado o Colégio Evangélico Misto n.1. Em 1885, possuía apenas três alunas, após um ano de funcionamento já detinha 186 matrículas. No mesmo ano, foi criada uma escola noturna para meninas de baixa renda, que contava com 84 alunas matriculadas. No ano de 1885, houve a criação de uma pequena escola dominical, com um corpo discente composto por 20 alunas. A demanda de matrículas foi tão grande que houve um desdobramento da escola em três, criando o Colégio Evangélico Misto 1, 2 e 3. Em novembro de 1889, a professora Carmen Chacon regressou, com problemas de saúde, para o Uruguai. A partir de 1900, a manutenção da escola ficou a cargo da Divisão de Mulheres da Igreja Episcopal do Sul dos Estados Unidos.

Em 1905, o reverendo João Correa escrevia suas memórias no jornal "O Testemunho", e comentava o fato da escola e da igreja não possuírem uma sede própria:

[...] estranhamos, na política agressiva da Superintendência, não ter jamais esta procurado suprir a obra de um local próprio e deixar estas salas alugadas, que sempre na marcha do trabalho foram um obstáculo, visto dependermos dos proprietários a quem cedemos as mais absurdas pretensões, pois, quando melhor estávamos localizados, tínhamos de mudar-nos para outro lugar, às vezes bem distante do último onde estávamos, contraindo novos e onerosos gastos, e aumentando distâncias, que os membros da Igreja têm de percorrer. Com o que temos gasto com aluguéis durante cerca de 20 anos de labor, tínhamos um soberbo edifício e livres de tantos incômodos e pretensões da parte dos proprietários (Correa, 1905, p. 32).

Até o ano de 1900, a Igreja e a Escola não possuíam sede própria, o que permitiu a ação dos reverendos nos arrabaldes, com a criação de pequenas Igrejas para propagar a fé para outros espaços

51

Atualmente, Praça Conde de Porto Alegre, situada entre as ruas Duque de Caxias e Riachuelo.

além do centro. O reverendo John Price (1905) afirma a ação evangelizadora da Igreja Metodista no arrabalde da Floresta e, posteriormente, na chamada Colônia Africana:

[...] os nossos trabalhos naquele lugar deram muito fruto, como nas outras partes onde houve escolas. É bom lembrar aqui a escola da Colônia Africana, organizada e dirigida pelo irmão Silvério de Jesus, e depois pelos irmãos Ruiz e Santos; a escola da Rua da Margem e do colégio de D. Paulina Ladeveze; das escolas nas residências dos irmãos Mathias de Jesus e Ventura Quintans – cada uma das quais contribuiu com sua cota para a prosperidade da Igreja (Price, 1905, p. 28).

Com o excerto acima, podemos perceber que, no final do século XIX, a Igreja Metodista já tinha a intenção de propagar sua fé e ensinar fora dos limites da cidade. A existência de escolas dominicais na região da Colônia Africana⁵² pode ser uma das pistas que justifica a transferência das duas escolas da Igreja Metodista (Porto Alegre College e Colégio Americano) para esta região, na primeira metade do século XX. A administração do Colégio Americano, a partir de 1901, ficou a cargo da missionária Mary T. Pesend e de sua assistente, Miss Della V. Wright. No ano de 1919, chegaram duas missionárias dos Estados Unidos, Mary Sue Brown e Sara Stout, encarregadas de analisar a situação da escola. A partir do parecer, houve a doação de uma quantia para a ampliação da instituição. Com o montante recebido da Divisão de Mulheres da Igreja Episcopal, compraram um antigo palacete da Av. Independência⁵³, no ano de 1917 (Figura 1).

52 A Colônia Africana foi o espaço demarcado pelos libertos do regime da escravidão, na área atualmente denominada Rio Branco, bairro onde se encontram as ruas Cabral (antes Bela Vista), Casimiro de Abreu, Castro Alves, Mariante e Esperança (Miguel Tostes)⁵⁴ (Barroso, 2010, p. 29).

53 Para Franco (1988), a av. Independência tornou-se um dos locais favoritos de moradia da elite porto-alegrense no início do século XX. Houve a criação de diversos palacetes, escolas e lojas, em uma rua que prosperava. Após o surgimento de outros arrabaldes, houve uma migração dessa região, em fins dos anos 1930.

Figura 1 – Colégio Americano em 1920



Figura 2 – Colégio Americano em 1926



Figura 3 – Edifício Ypiranga (Prédio das salas de aula do Colégio Americano em 1926)



Fonte das figuras 1 a 3 – acervo do Museu Bispo Isaac Aço (MMEBI).

A nova sede foi inaugurada em janeiro de 1921. Com o aumento das instalações, a escola passou a funcionar em regime de internato e recebeu inúmeras alunas vindas do interior do estado. Nas figuras 1 e 2 podem-se observar diversas mudanças elaboradas na fachada do prédio. No terreno da escola, foram construídas outras instalações, para aumentar a estrutura e oferecer mais atividades às alunas. Em 1922, o prédio Ypiranga (figura 3) foi inaugurado e o pavilhão principal passou por reformas para receber o internato da instituição.

No editorial de *O Crisol*, de setembro de 1926, as estudantes fazem uma retrospectiva sobre o prédio do Americano na Av. Independência:

Com o maravilhoso impulso comprava-se em 1920 uma excelente propriedade na rua principal da capital riograndense. O terreno é espaçoso, esplendidamente



situado num ponto acessível de toda parte da cidade. O edifício adquirido é um confortável palacete, que com algumas reformas bem se adaptou às necessidades do collegio para o anno de 1921. Em 1922 inaugurava-se a construcção do novo edifício e a reforma geral do velho. Completada a obra em 1923, passou o primitivo Collegio a servir para dormitórios e os refeitórios e o novo prédio, Ipyranga a comportar as aulas, audictorium, etc. Em 1925 foi construído mais um edifício para o departamento de música. [...] Grande número de jovens brasileiras vem avidamente procurar as luzes da instrucção neste estabelecimento. (Crisol, 1926, set. n. 4, p. 2)

A partir do novo espaço, houve expansão das atividades escolares e foi feito o pedido para regulamentação do Curso Ginasial, reconhecido no ano de 1932. A escola permaneceu vinte e quatro anos no endereço da Av. Independência. Em uma reportagem da *Revista O Globo*, no ano de 1935, se tem um panorama das atividades oferecidas, “o Ginásio tem um vasto pátio com pista de tennis, basket-ball, volly-ball e outros jogos. Cultiva-se entre as alunas a ginástica rítmica. Periodicamente realiza-se no salão nobre do colégio uma festa em que tomam parte as alunas, com números de dança, canto, recitais comédia, etc. [...]” (Revista do Globo, 1935, p. 25).

A reportagem atua como espaço de divulgação da instituição para a comunidade porto-alegrense. Com intenção de continuar elogiando o Colégio Americano, a revista continua: “alie-se tudo isso a outros fatores importantes como sejam: ensino de primeira ordem, higiene absoluta, bom ar, muita luz, acomodações modernas, alimentação sadia e abundante, e teremos compreendido o sucesso de ensino” (Revista do Globo, 1935, p. 26). Durante a década de 1940, verificou-se que o prédio não seria suficiente para atender as demandas de novas matrículas. Dessa forma, outra doação da entidade mantenedora foi realizada com a finalidade da construção da nova sede do Colégio Americano.

O terreno escolhido foi adquirido pela mantenedora da escola, no ano de 1926. Segundo Franco (1998), o Americano criou o Curso Colegial no ano de 1943, conjuntamente com a construção do novo Colégio Americano no Bairro Petrópolis, sob a administração da diretora Mary Sue Brown. Optou-se por um terreno próximo ao Instituto Porto Alegre, vinculado à mesma entidade mantenedora. Em 07 de junho de 1943, realizou-se a cerimônia de colocação dos alicerces do novo prédio. Localizava-se em um ponto alto do atual Bairro Rio Branco, na rua Dr. Lauro de Oliveira n. 71.

Figura 4 - Colégio Americano no Bairro Rio Branco (1945-)



Fonte: Museu do Colégio Americano.

A partir de 1945, a comunidade do Americano se muda para a nova edificação (ao centro da fotografia). Ao longo dos anos 1950 e 1960, outros prédios e estruturas foram construídos no terreno da escola. Em 19 de outubro de 1949, há a construção de uma quadra de tênis e, posteriormente, de uma piscina para as alunas. Além de novas estruturas, o aumento de espaço possibilitou a criação de outros cursos. Em 1955, a escola possuía os seguintes cursos: Jardim de Infância, Curso Primário e Admissão, Ginásio e Científico, Curso de Secretariado, Curso de Formação de Professores Primários, Curso de Economia do Lar, Curso de Dietista, Conservatório de Música e Curso de Pintura.

No ano de 1956, a escola possuía 934 alunas matriculadas em sete cursos. Uma grande mudança, em comparação às 300 alunas que estudavam na sede da Av. Independência. A escola continuou crescendo e houve a necessidade de construir mais um prédio para

a Educação Infantil e as primeiras séries. Com uma campanha para arrecadação de fundos, entre as alunas do Grêmio Estudantil e as ex-alunas, houve a colocação da pedra fundamental em outubro de 1958, sendo o prédio inaugurado no dia 19 de outubro de 1960. Para Almeida (2013, p. 274), o Colégio Americano “tem sua história atrelada às mulheres e foi assim que se destacou no contexto educacional dos anos 1950 e 1960. [...] Foi muito além do Curso Normal e oportunizou às moças outras perspectivas de vida, incluindo o acesso a diferentes formas de profissionalização, legitimadas pela escola e pela sociedade”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Crisol: periódico das alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/RS, 1945-1964). **História da Educação**. Porto Alegre; v. 17 n. 40 Mai./ago. 2013, p. 267-290.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel. Porto Alegre: funções e papéis de uma cidade polo. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

COLÉGIO AMERICANO: educar é ensinar a viver. 1885-1955 Porto Alegre: Tipografia Líder, 1955.

CORREA, João. A Propaganda. **O Testemunho**. Ano II. 15 de Abril de 1905. Porto Alegre: Livraria do Globo.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Ufrgs, 1988.

GRIMALDI, Lucas Costa. **Espaço Urbano e Educação**: o papel das instituições escolares particulares na urbanização de Porto Alegre (1940-1970). 2014. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2014. 60f.

GRIMALDI, Lucas Costa. **Na sensibilidade da memória estudantil**: prédios e espaços escolares nas narrativas de estudantes de Porto Alegre/RS (1920-1980). 2016. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PRICE, John W. A Igreja Metodista. **O Testemunho**. Ano II. 15 de Abril de 1905. Porto Alegre: Livraria do Globo.

REVISTA DO GLOBO. Ginásio Colégio Americano. Porto Alegre: Globo, 1935.

RIO GRANDE DO SUL. Directoria Geral da Instrucção Publica. **Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1935.

12

Lucas Costa Grimaldi

COLÉGIO MARISTA ROSÁRIO

A história do Colégio Rosário está ligada à chegada da Congregação Marista ao Brasil. O Instituto dos Irmãos Maristas foi fundado por Marcelino Champagnat, em 1817, na França. A história da congregação, no Brasil, vincula-se a um esforço da Igreja Católica em recuperar fiéis e recatolicizar a população, além de difundir a importância do ensino religioso nas escolas brasileiras. No sul do Brasil, este projeto de revitalização e renovação católica teve auxílio fundamental dos Bispos da arquidiocese do Rio Grande do Sul, desde a metade do século XIX (Moura, 2000). Em 1848, assumiu a arquidiocese o Bispo D. Sebastião Dias Laranjeira, responsável por um primeiro contato com as congregações europeias. Em 1890, após a Proclamação da República, a relação Estado x Igreja já passava por dificuldades frente à laicização do Estado e ficou a cargo

de D. Cláudio Ponce de Leão gerir a arquidiocese. Dom Cláudio seguiu com veemência o plano abordado por D. Sebastião e percorreu diversas congregações europeias no intuito de trazê-las para a zona de imigração.

No caso da província Marista Meridional, seus membros vieram oriundos da região de Beaucomps na França, a partir de esforços do Bispo de Porto Alegre, José Gonçalves Leão. Os Irmãos chegaram para trabalhar em zonas de imigração, alemãs e italianas, especialmente na área de educação e assistência aos doentes. Chegaram em 20 de Julho de 1900, em um primeiro momento ficaram responsáveis por um Ginásio Municipal em Bom Princípio⁵⁴. Segundo Rodrigues (2000), havia um plano por parte da administração superior Marista para a criação de uma Escola Normal Alemã para as colônias. Inicialmente, a sede provincial dos Maristas localizava-se em Bom Princípio, porém, devido à expansão da Congregação pelo Estado, transferiu-se para Porto Alegre.

O Colégio Marista Rosário iniciou suas atividades em salas alugadas na sacristia da Igreja do Rosário, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre, no ano de 1904, sob a direção de dois Irmãos Maristas que assumiram a escola existente no espaço, lecionando, exclusivamente, para o público masculino (Azzi, 1997). A instituição se mudou três vezes passando pela Rua Riachuelo e pelo edifício da Cúria Metropolitana, até se estabelecer fora dos limites da região central⁵⁵, na Praça D. Sebastião, no ano de 1925.

54 Município do Rio Grande do Sul, que se localiza a 60km de Porto Alegre, no vale do Rio Cai.

55 O Colégio Rosário ao contrário de diversas escolas particulares que migraram para outras regiões de Porto Alegre ao longo dos anos 1960 e 1970 situa-se na região administrativa chamada de Centro Histórico, porém, na época da mudança, o limite do centro se estendia até o prédio histórico do Hospital Santa Casa de Misericórdia. A escola permaneceu nessa região, e atualmente, necessita expandir-se verticalmente devido à falta de espaço para construção de novos edifícios.

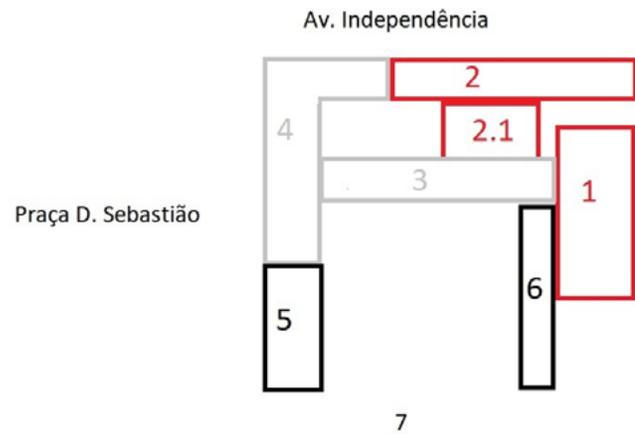
Figura 1 - Colégio Nossa Senhora do Rosário, no ano de 1925,
na Av. Independência



Fonte: Bulletins (1927).

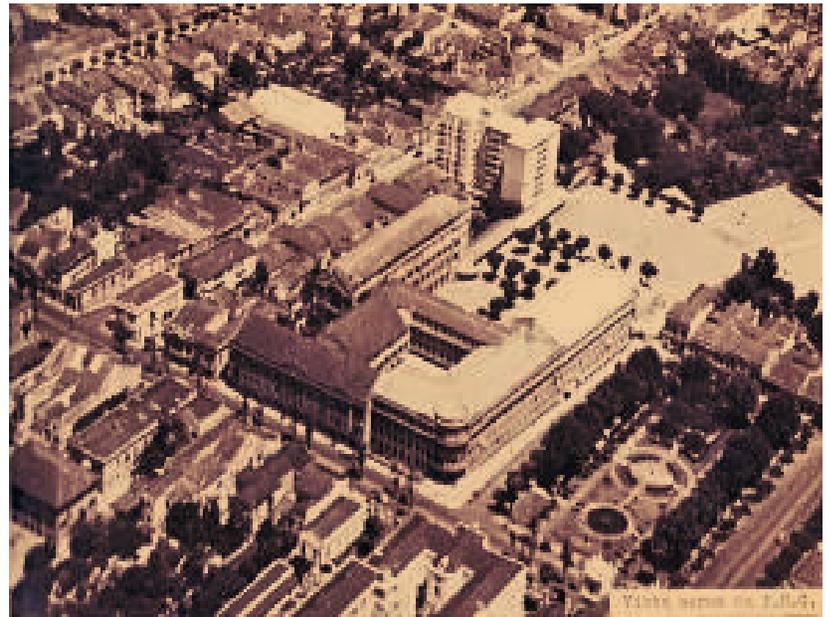
O conjunto das 5 edificações que existiram no terreno do Colégio Rosário foram erigidos no período de 1925 a 1970, abrigando o Curso Ginásial, o Internato do Estado do Rio Grande do Sul e a criação do Instituto Superior de Comércio, em 1928, destinado à formação de contadores. Desse instituto, depois denominado Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, originou-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que funcionou em edifícios anexos ao Colégio Rosário, construídos ao lado da Praça Dom Sebastião nos anos 1940.

Figura 2 - Esquema das construções do Colégio Rosário



Fonte: elaborado pelo autor em (Grimaldi, 2022).

Figura 3 - Conjunto de edificações do Colégio Rosário na década de 1960



Fonte: Memorial do Colégio Rosário.

Na figura 2, apresento uma planta de identificação sobre a dinâmica espacial do Colégio Marista Rosário. Nota-se a arquitetura com estilo em “U”, que valorizava a fachada e resguardava seu interior, tendo suas atividades concentradas no espaço interno da instituição, não foi construído imediatamente após a ocupação do terreno pelos Irmãos. A edificação 1 é a mesma da figura 1, a primeira construída, um grande pavilhão com quatro pavimentos. Abrigou inicialmente o internato da instituição. Consta na documentação a autoria da edificação ser de Simão Gramlich, porém poucas são as informações encontradas sobre esse construtor.

A edificação 2 e 2.1 corresponde ao prédio construído para o internato da instituição e a capela. Construídos a partir do projeto do arquiteto Hermínio da Silva Lima, o conjunto permaneceu até 1968, quando foi demolido conjuntamente com o edifício 1. As edificações 4 e 5 foram construídas para abrigar a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul até a década de 1960 quando a universidade foi para o campus da Av. Ipiranga. As edificações 3 e 6 foram construídas ao longo da década de 1960 para abrigar novas salas de aula. Na figura 4, pode-se identificar a proximidade com a Praça D. Sebastião que, até os anos 1970, permaneceu distante dos estudantes visto que a congregação restringia suas atividades ao complexo interno de pátios.

Figura 4 - Vista da fachada do Colégio Rosário (1964)



Fonte: Memorial do Colégio Rosário.



Na figura 4, tem-se uma fotografia da fachada do Colégio Rosário. Podemos perceber nesta foto a existência de três prédios em planos diferentes. No prédio em primeiro plano, localizava-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que ocupava o mesmo terreno do Colégio até o ano de 1967. No canto esquerdo, havia o prédio do Curso Primário, que posteriormente foi demolido. No canto direito, o prédio que servia como entrada para os estudantes dos Cursos Científico e Ginásial. Neste, havia o acesso à praça D. Sebastião. Esta fachada rente à rua possibilita que a escola não pode ser vista do lado externo e age como uma espécie de proteção. Porém, esta característica não foi dada a priori, o conjunto de edificações foi sendo construído ao longo do século XX.

Em 1967, a universidade migrou para o recém-inaugurado campus da Av. Ipiranga e o Colégio Marista Rosário se estabeleceu nas edificações outrora pertencentes à PUC (Grimaldi, 2022). Além disso, até o final da década de 1960, a instituição permanecia com o regime de internato, externato e exclusiva para o público masculino. Em 1969, as instituições maristas de Porto Alegre permitiram o ingresso de meninas nas suas dependências como desdobramento das ações empreendidas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) que descentralizou as decisões para as mãos dos bispos (Maristas, 2002).

No final da década de 1960, as escolas maristas experienciaram diversas mudanças estruturais e pedagógicas. O fim do regime de internato, ingresso de meninas, o encerramento dos espaços escolares para fins de moradia dos Irmãos e os discursos advindos do Concílio Vaticano II anunciam mudanças espaciais e curriculares.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: Simar, 1997.

GRIMALDI, Lucas Costa. **Por uma história de espaços escolares maristas no Rio Grande do Sul e São Paulo (1920-1980)**: arquitetura, sensibilidades e patrimônio. 2022. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MARISTAS. **Guia das Escolas**. Guadalajara: Cepam, 2002.

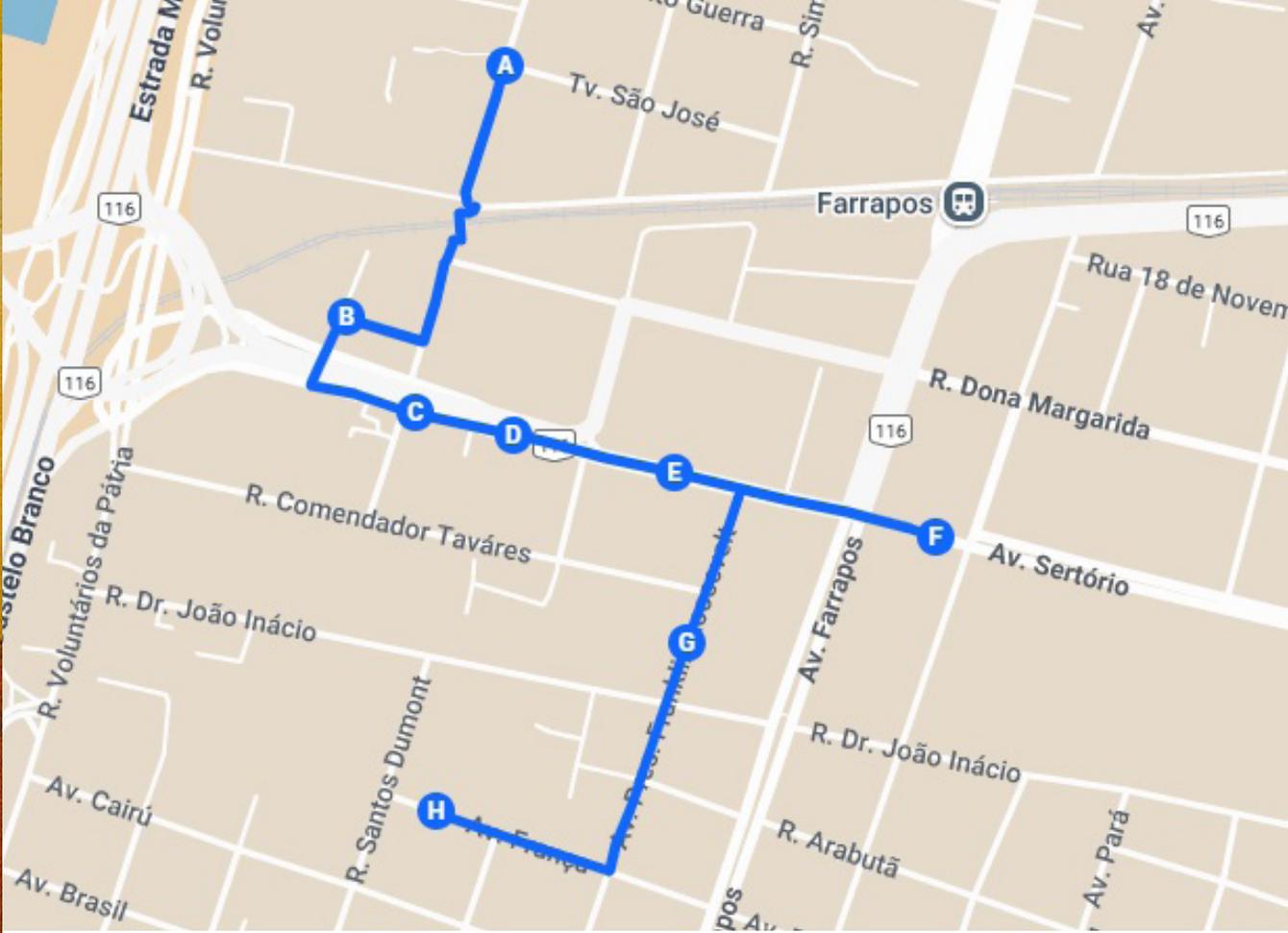
MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Loyola, 2000.

RODRIGUES, Nadir Bonini. **Colégio Marista Rosário**: Lições para a vida inteira (1904-2004). Porto Alegre: CMC, 2004.

Caminhada

3

**BAIRRO
NAVEGANTES**



- A. Creche Renner
- B. Creche Navegantes
- C. Colégio Navegantes
- D. Ginásio da Paz
- E. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
- F. Escolas Modernas de Navegantes
- G. Escola Normal Primeiro de Maio
- H. Ginásio Estadual Cândido José de Godói



Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor, nem espectador, formada de fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível (Certeau, 1994, p. 171-172).⁵⁶

NOTA INTRODUTÓRIA

Durante o século XIX, a região do atual Bairro Navegantes era uma zona rural, onde existiam pequenas chácaras, casas isoladas em ruas de chão batido e solares próximos à beira do Guaíba. Em meados da década de 1870, se iniciou a construção da Capela de Nossa Senhora dos Navegantes, em terras de Margarida Teixeira de Paiva, constituindo um arraial em volta do templo, onde foram abertas as primeiras ruas como a Sertório, a São José (atual Frederico Mentz) e a Dona Margarida. Para além deste núcleo inicial, outras ruas foram abertas mais ao sul, como a Rua do Parque e a Rua São Pedro, iniciando uma tímida urbanização da Zona Norte da Capital.

De forma concomitante ao nascimento do arraial no extremo norte de Porto Alegre, os fluxos comerciais também foram um incentivo para a povoação desta região: a estrada de ferro entre Porto Alegre e Novo Hamburgo foi inaugurada em 1874 e a primeira grande empresa de navegação fluvial, de Jacob Arnt, foi fundada em 1875. As rotas comerciais das colônias alemãs e italianas com Porto Alegre passavam pela região dos Navegantes, o que resultava em um maior dinamismo econômico e no aumento do número de moradores.

A República foi proclamada em 1889 e o novo regime implementou algumas políticas de incentivo à industrialização, com a multiplicação do crédito e diversas facilidades para a abertura de novas empresas. O impulso industrialista deixou um saldo positivo para Porto Alegre, com o surgimento de fábricas como a Fiação e Tecido Porto-Alegrense, a Neugebauer, a Fábrica de Vidros, a Cervejaria Christoffel e a Fábrica de Pregos Pontas de Paris, que

foram instaladas ao longo da Voluntários da Pátria, nos arrabaldes da Floresta e dos Navegantes.

A estrada de ferro e as companhias de navegação intensificaram as trocas com as regiões coloniais. Nesta conjuntura, Porto Alegre acabou se tornando um grande polo de atração para colonos pobres e para novos imigrantes que procuravam começar uma nova vida. Muitos recém-chegados se dirigiam para a zona norte da cidade em busca de emprego em fábricas, cujos donos também eram imigrantes ou descendentes. Desta forma, ao longo das primeiras décadas do novo século, foram se constituindo comunidades de falantes de Alemão, Italiano, Polonês, Árabe, Espanhol etc, responsáveis pela criação de grupos de canto, jornais, escolas e clubes esportivos.

Este também era um bairro operário e a presença dos trabalhadores industriais foi marcante neste período de expansão fabril. As famílias operárias se espalharam por toda a parte, encontrando moradia nas pequenas casinhas de porta e janela, nos chalés de madeira, em algumas vilas operárias e conjuntos habitacionais. A classe trabalhadora dos Navegantes também foi protagonista de grandes mobilizações, como a Greve dos 21 Dias em 1906, a Greve Geral de 1917 e as greves do final dos anos 1920. Estas ações coletivas eram organizadas por sindicatos, por uniões operárias e por militantes de diferentes correntes políticas, como os social-democratas, anarquistas e comunistas.

A multiplicação das fábricas e das moradias na região setentrional da cidade fez com que o Governo Municipal criasse o Quarto Distrito de Porto Alegre em 1915, uma subdivisão administrativa que abrangia uma vasta área existente ao norte da Avenida Almirante Barroso e da Avenida Cristóvão Colombo, demarcando, com este nome, a região que se tornaria quase sinônimo de parque industrial na capital gaúcha. Esta nova divisão correspondia (grosso modo)

ao norte do bairro Floresta, aos atuais São Geraldo, Navegantes, Humaitá, Vila Farrapos, São João, Higienópolis e outros que compõem a zona norte da capital.

No Quarto Distrito, a presença das fábricas, da classe operária e das comunidades imigrantes influenciou a formação de escolas a partir de uma lógica diferente do que no restante da cidade. Havia escolas alemãs, como o Colégio Concórdia e o Ginásio da Paz; italianas, como a Umberto I, e também polonesas, como a Escola da Sociedade Águia Branca. Havia instituições que estavam vinculadas ao mundo do trabalho, como a Escola Moderna, a Creche Renner e a Creche Navegantes; nesta categoria também pode ser inserida a Gewerbeschule, uma escola de Artes e Ofícios que tinha como objetivo formar uma mão-de-obra qualificada para a indústria. Por fim, também existiam iniciativas públicas de educação, como a Escola Souza Lobo e a Escola Normal Primeiro de Maio.

Em 1941, ocorreu a trágica enchente que desalojou milhares de famílias e deixou boa parte da região norte sob as águas. Esse desastre teve um duro impacto sobre a comunidade, que sofreu com as perdas materiais, com as doenças e com o isolamento. Alguns meses após o fenômeno climático, a comunidade se reergueu através do esforço coletivo dos moradores e da solidariedade de pessoas que viviam em outras cidades. Mesmo que a produção industrial se mantivesse a todo vapor (inclusive por conta das demandas advindas com a Segunda Guerra Mundial), algumas empresas passaram a cogitar a mudança de suas unidades para áreas mais afastadas, como o Passo da Areia, o Passo da Mangueira e o Sarandi.

Em 1959, ocorreu uma nova subdivisão administrativa na cidade de Porto Alegre e os antigos e informais “arrabaldes” serviram de base para a delimitação dos novos bairros. Com isso, o

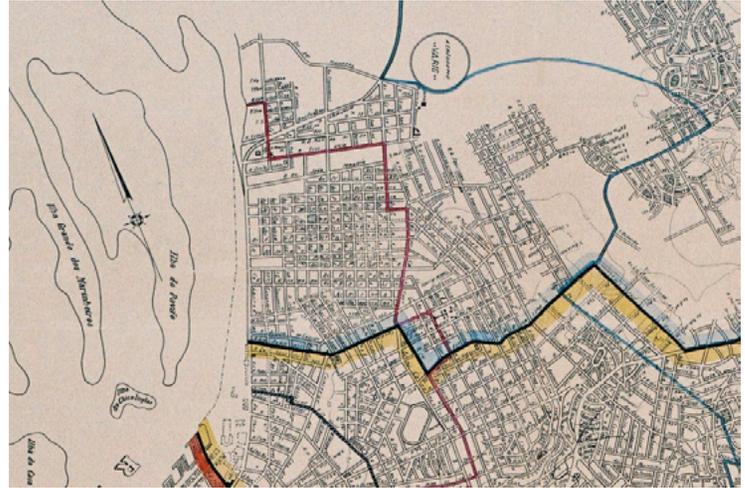


Quarto Distrito desapareceu oficialmente, permanecendo apenas na memória coletiva de seus moradores. No começo dos anos 1960, a administração municipal aprovou algumas medidas que limitavam a atividade industrial nas áreas urbanas. Aliado a isso, novas modalidades de transporte de carga se impuseram sobre os antigos modais ferroviário e fluvial, tirando dos Navegantes o papel de porta de entrada e saída da cidade. A abertura de novas estradas facilitou o acesso aos municípios do entorno, que se tornaram destinos atrativos para a instalação de novas fábricas, o que fez com que esta parte da cidade passasse por um longo processo de desindustrialização e diminuição populacional.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, tornou-se bastante comum falar sobre a revitalização do antigo Quarto Distrito. As ideias defendidas são diversas e muitas vezes contraditórias, desde a possibilidade de fomentar projetos culturais, aproveitando das condições arquitetônicas e da história dos bairros, até planos de implementar um “bota abaixo”, e, assim, entregar tudo aos desejos e arbítrio das grandes construtoras. A enchente de 2024 atingiu novamente a zona norte de Porto Alegre e deixou muitas destas possibilidades de futuro em aberto.

Nas próximas páginas, apresentamos diversas instituições educativas que marcaram a cultura do Quarto Distrito da capital. A caminhada foi dividida em dois momentos, pois a região é tão grande e sua história é tão diversa (assim como o apagamento de sua memória é tão forte) que não conseguimos cobrir a história escolar em apenas um trajeto. Esperamos que, com esta contribuição, elas se tornem mais conhecidas, por sua importância, não somente para a antiga zona industrial, mas também considerando a história de Porto Alegre. Desta maneira, a divulgação de histórias das escolas talvez ajude na preservação das memórias do bairro, o que é fundamental para qualquer projeto de futuro.

Figura 1 – Mapa de Porto Alegre de 1932 com recorte onde se destaca o Quarto Distrito que está ao norte da linha tênue em azul/amarelo



Fonte: planta da Cidade de Porto Alegre de 1932.

Figura 2 – Igreja Nossa Senhora dos Navegantes no final do século XIX



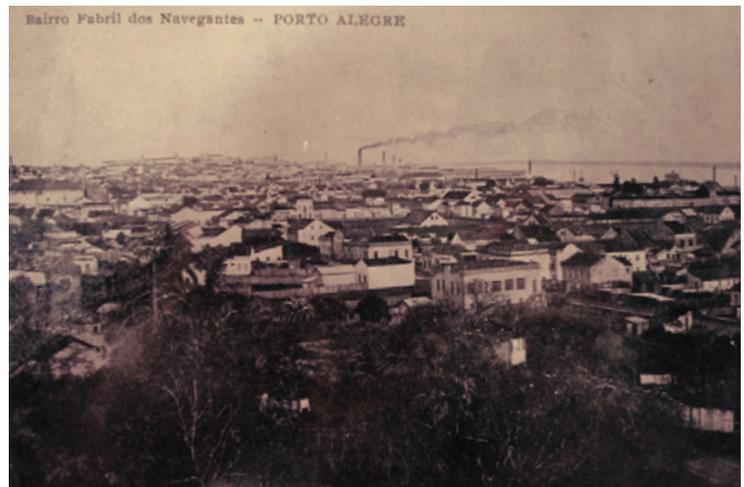
Fonte: Licht, 2007, p. 80.

Figura 3 – Avenida Voluntários da Pátria em 1922, em que se observam a Companhia Wilson e Sons e o Moinho Rio Grandense à direita. Observa-se, também, os trilhos da estrada de ferro e os depósitos, tendo o Rio Guaíba à esquerda



Fonte: Mattar, 2010, p. 117.

Figura 4 – Perspectiva do Arrabalde dos Navegantes no começo na primeira metade do século XX, com suas chaminés ao fundo



Fonte: Mattar, 2010, p. 321.

REFERÊNCIAS

MONDIN, Guido. **Burgo sem água**: reminiscências do 4º Distrito. Porto Alegre: Editora Feplam, 1987.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MATTAR, Leila Nesralla. **A Modernidade de Porto Alegre**: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais na área do 4º Distrito. 2010. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Doris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

LICHT, Henrique. **Nossa Senhora dos Navegantes. Porto Alegre. 1871-2006**. Santa Maria: Pallotti, 2007.

1

Diana Patrícia Mauer

CRECHE RENNER

A Creche da Fábrica A. J. Renner & Cia foi criada na década de 1930 para atender os filhos das operárias da indústria têxtil. A fábrica, que iniciou seu trabalho em Porto Alegre em 1917, era considerada a maior do seu ramo. Na década de 1950 tinha 2500 funcionários, enquanto a segunda maior, a Rio Guahyba, tinha pouco mais de 500 (Fortes, 2004). Grande parte destes funcionários eram mulheres. Neste sentido, Fortes (2004) destaca que, na década de 1940, 59,79% do operariado das fábricas têxteis da capital eram mulheres, consideradas importantes para a manutenção e o aumento da produtividade devido às habilidades manuais exigidas na produção. Entretanto, apesar desta importância, elas

apresentavam um alto índice de rotatividade, devido ao casamento e filhos, que as afastava do trabalho fora do lar.

A indústria produzia e divulgava entre seus trabalhadores o Boletim Renner, com publicações mensais, trazia diversos textos do empresário A. J. Renner. Também era apresentado o trabalho assistencial realizado pela fábrica, como o oferecimento aos trabalhadores de consultas médicas, dentárias e realização de exames. A creche fazia parte deste trabalho assistencial e auxiliava a manter as mulheres por mais tempo no trabalho na fábrica.

A creche, localizada nas dependências da Assistência Social, atendia crianças de poucos meses até um ano de idade, para que as mães pudessem continuar trabalhando. A esposa de A. J. Renner, Matilde Renner, foi a madrinha da instituição, e Hermínia Trein, cunhada de A. J. Renner, era a diretora, mostrando como a família do proprietário, principalmente as mulheres, se envolviam nessas ações em prol do bem estar de seus funcionários.

Nas edições do Boletim Renner é possível acompanhar o número de crianças que frequentavam a creche a cada mês. Entre os anos de 1949 e 1958, a média mensal foi de 24 bebês, com o número mais expressivo de 36, em dezembro de 1950. Também eram divulgadas no Boletim as comemorações realizadas pela instituição, como o Dia das Mães e as Festas de Natal.

Figura 1 – Festa de Natal nas páginas do Boletim Renner



Fonte: Boletim Renner, janeiro 1950.

Em janeiro de 1953, o Boletim passou a publicar fotografias das crianças, chamadas de “hóspedes da creche”. Eram escolhidos para estampar a capa ou as demais páginas, os bebês “que se destacam por sua sanidade física e desenvolvimento psíquico”. Segundo o Boletim Renner (jan/fev. 1953, n. 93), para garantir essa formação sadia, seriam necessários alguns fatores decisivos: “Mãe verdadeira, cujo zelo e carinho garantem uma ação da orientação

médica higiênica, e a Creche, eficiente em todos os sentidos, constituindo um lar feliz para o seu desenvolvimento". Assim, a creche era divulgada como eficiente em tudo que se propunha a realizar.

As crianças recebiam acompanhamento médico na instituição, e durante as décadas de 1940 e 1950 o Dr. Lupi Duarte era responsável por este atendimento. Outro médico presente na história da creche na década de 1950 foi o Dr. Roberto Marroni, que depois veio a ser diretor do Colégio Farrroupilha, o que evidencia as redes de sociabilidade entre a burguesia alemã de Porto Alegre. Havia, ainda, na creche enfermeiras que realizavam os cuidados diários. O Boletim Renner de outubro de 1950 (n. 67) destaca quando foi inaugurado na creche um aparelho ultra-violeta, considerado no período um moderno equipamento para a saúde das crianças, principalmente com a falta de sol no inverno.

De acordo com Fortes (2004), além de poderem deixar seus filhos em um lugar adequado, as mães operárias também tinham pausas para amamentá-los, prática que iniciou ainda antes da criação desse espaço de cuidado dos bebês. Julieta Battistioli, operária da Renner e tempos depois primeira vereadora mulher de Porto Alegre, ao ser entrevistada, destaca que a creche era modelo, pois "a criancinha entrava lá, com a roupinha dela, eles vestiam a roupinha da creche, tinham os bercinhos, tinha aquelas que já se sentavam, andavam, tinha os carrinhos, tinham as coisas e tinha lugares [onde] as mães sentavam, amamentavam os filhos" (Carvalho Jr., Garcia, 2008).

Entretanto, o atendimento somente até um ano de idade dificultava a permanência das mulheres na fábrica. Portanto, estabeleceu-se uma parceria entre a fábrica e a Creche Nossa Senhora dos Navegantes, localizada próxima à fábrica e mantida pelo Círculo Operário Porto-alegrense. As crianças, depois de saírem da creche da fábrica, iriam com prioridade para esta creche parceira. Assim, mesmo com essa interrupção no atendimento após um ano de idade, a instituição criada dentro das dependências da Renner foi

importante para as operárias manterem seus empregos e para as crianças terem um local seguro onde passar o período diurno.

Figuras 2 e 3 – Bebês em destaque no Boletim Renner




Uma criança da Creche A. J. Renner

Inicia o BOLETIM RENNER a apresentação mensal das crianças que frequentam a Creche A. J. Renner. Tem como finalidade cooperar na educação social e médica das mães operárias, pois as crianças que vão sendo apresentadas aos leitores são aquelas que se destacam por sua sanidade física e desenvolvimento psíquico. São crianças onde se conjugam fatores decisivos para a formação de uma geração mais sadia: Mãe verdadeira, cujo zelo e carinho garantem uma ação da orientação médica higiênica, e a Creche, eficiente em todos os sentidos, constituindo um lar feliz para o seu desenvolvimento.

A criança deste mês, que aparece na foto nos braços de sua mãe, é o robusto e sorridente Ivan Carlos, com 11 meses de idade, pesando 8,925 gra. Ivan Carlos é filho de nossa colaboradora sra. Célia e sr. Ivo Wingist.

Fonte: Boletim Renner, outubro de 1950/ fevereiro 1953.

Figura 4 – Fábrica A. J. Renner



Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/2023/12/14/especial-a-historia-de-a-j-renner/>.

REFERÊNCIAS

Boletim Renner. Ano 6, n. 67, outubro de 1950.

Boletim Renner. Ano 7, n. 70, janeiro de 1951.

Boletim Renner. Ano 9, n. 93, janeiro/fevereiro de 1953.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito:** A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO JUNIOR, Francisco; GARCIA, Eliane Rosa. **Adorável Camarada:** Memórias de Julieta Battistoli. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

2

Diana Mauer

CRECHE NAVEGANTES

A Creche Nossa Senhora dos Navegantes, fundada em 1935, é uma instituição mantida pelo Círculo Operário Porto-alegrense (Copa). O Círculo Operário, movimento de origem católica que iniciou no Estado em 1932, tinha como “objetivo central auxiliar de forma espiritual e material os trabalhadores, para que não estivessem vulneráveis às ‘tentações’ do comunismo e do socialismo” (Santos, 2010). A creche foi uma das primeiras ações do Copa e seu primeiro local de funcionamento foi ao lado da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, em frente à Praça dos Navegantes. A direção era realizada pelas Irmãs da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus.

Figura 1 – Casa Paroquial ao lado da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: acervo pessoal (Diana Mauer).

A ideia da Creche surgiu de uma necessidade da comunidade que vivia no seu entorno: no início dos anos 1930, o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus tomou conhecimento de um grupo de operárias tuberculosas que necessitavam de ajuda e cuidavam de crianças pequenas. Desta forma, se organizou um serviço de cuidados e distribuição de remédios, enquanto as crianças de pais e mães que sofriam de tuberculose passavam o dia na Casa Paroquial da Igreja de Navegantes aos cuidados das irmãs (Licht, 2007).

Figura 2 - Inauguração da creche no prédio alugado



Fonte: Correio do Povo, 25 de outubro de 1935.

No ano de 1938, com a expansão do atendimento, iniciou-se a construção de uma sede própria. De acordo com o Boletim Renner de maio de 1957 (n. 135), em uma reportagem sobre o jubileu de prata dos Círculos Operários, em 1º de maio de 1938 foi lançada a pedra inaugural da construção da creche na Av. Sertório, próximo ao local em que já atuava. A construção foi uma parceria entre o Copa, a Legião Brasileira de Assistência e o Departamento Estadual de Saúde, com colaboração também da Fábrica A. J. Renner.

A obra foi inaugurada em 1943, quando a instituição passou a se chamar Centro de Puericultura Nossa Senhora dos Navegantes, com capacidade para atender 250 crianças. O prédio de dois andares, ainda existente, possui um pátio central, uma capela, salas de aula, refeitório, consultórios médicos e longos corredores em que as

crianças brincavam. Assim, sob a chefia do Dr. Mario de Assis Brasil e com a colaboração intensa de Odila Gay da Fonseca, enfermeira e uma das fundadoras da Cruz Vermelha no estado, a creche contava com uma estrutura eficiente para a proteção sanitária e educacional das crianças.

Figura 3 – Prédio próprio da Creche na Av. Sertório



Fonte: acervo da instituição.

Julieta Battistioli, operária da Renner e depois vereadora do município, destaca que havia uma parceria entre a fábrica e a Creche Navegantes, priorizando o ingresso dos filhos das trabalhadoras que, depois de completarem um ano de idade, não podiam mais ser atendidos pela Creche Renner (Carvalho Jr. e Garcia, 2004).

A instituição permaneceu no prédio da Av. Sertório até 2017, quando foi vendido para a Igreja Católica. Hoje, a creche atua no prédio da Policlínica Santo Inácio, construído também na década

de 1940 pelo Copa, no bairro São Geraldo. Este espaço é dividido entre a creche, a policlínica e a sede do Copa. A creche, que ainda atua no cenário porto-alegrense atendendo em torno de 100 crianças, como conveniada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi fortemente atingida pela enchente de maio de 2024, assim como havia sido atingida pela enchente de 1941. Após mais de um mês sem acesso ao prédio devido à altura da água, a instituição passou por reformas no primeiro andar e pode voltar a atender a comunidade porto-alegrense.

REFERÊNCIAS

Boletim Renner. Ano 13, n. 135, maio de 1957.

Correio do Povo. Ano XLI, n. 251, 25 de outubro de 1935.

JUNIOR, Francisco Carvalho; GARCIA, Eliane Rosa. **Adorável Camarada:** Memórias de Julieta Battistoli. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

LICHT, Henrique. **Nossa Senhora dos Navegantes:** Porto Alegre. Santa Maria: Pallotti, 2007.

SANTOS, Carla Xavier dos. **"Eu vos farei pescadores de homens":** Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). In: *Historiæ*, Rio Grande, n. 1, v. 3, p. 91-106, 2010.

3

Dóris Bittencourt Almeida

COLÉGIO NAVEGANTES

O Colégio Nossa Senhora dos Navegantes foi criado no início da década de 1950, como iniciativa da Igreja Católica para oferecer escolarização à comunidade que vivia no Bairro Navegantes, onde se destacava a presença expressiva das famílias operárias. Essa escola estava inserida em um complexo maior de instituições vinculadas à Igreja Católica que existiam no seu entorno, como a Paróquia dos Navegantes, a Creche Navegantes e o Círculo Operário. Todas essas mantinham estreitas relações com os empresários da região, interessados na oferta escolar, como os proprietários das indústrias Renner e Neugebauer, ambas localizadas nas proximidades do Colégio.

O fundador e primeiro Diretor do Colégio foi o Padre Augusto Wickert, pároco da Igreja dos Navegantes. Durante anos, o religioso empenhou a receita da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes,

importante festividade religiosa da cidade que ocorre no dia 02 de fevereiro, para a construção do Colégio.

Outra personagem relevante é a Irmã Maria Augusta Ghisleni, que em suas memórias, nos oferece informações sobre o Colégio entre 1951 e 1962, período em que esteve como “Diretora Técnica” da instituição. Pertencia à Formação Religiosa do Sagrado Coração de Jesus, ordem religiosa que estava à frente do Colégio e da Creche Navegantes. No início da década de 1950, foi designada pelo Diretor, Pe. Augusto Wickert, para essa função que deveria assemelhar-se a uma coordenação pedagógica da escola. Seus depoimentos, publicados em livro (Felix e Oliveira, 2019) constituem-se em documento inestimável para uma maior aproximação das memórias dessa instituição.

Nos primeiros anos, ainda não havia uma sede definitiva da escola, de acordo com a Ir. Maria Augusta:

não havia o prédio, lecionavam no salão da Igreja, havia umas paredes de madeira, separando as salas de aula, de uma sala se ouvia o barulho da outra. Havia também uma casa de madeira, onde agora está o Colégio Navegantes e mais aquela casa do Círculo Operário que fica nos fundos da creche. Nestes três locais a gente lecionava (Felix e Oliveira, 2019, p. 45).

Portanto, vê-se que a escola começou de modo improvisado, nas dependências de um salão anexo à Igreja dos Navegantes. A casa a que a religiosa se refere ficava no mesmo terreno em que depois o edifício da escola seria erguido, localizada na esquina da Avenida Sertório, com a Avenida Frederico Mentz, ao lado da Creche Nossa Senhora dos Navegantes. Atrás da creche, localizava-se a sede do Círculo Operário.

A instituição oferecia os Cursos Pré-Primário, Primário e Ginásial e, a partir de 1963, houve autorização para o funcionamento de um Curso Normal. Assim, em 1966, a instituição foi



reconhecida também como Escola Normal Nossa Senhora dos Navegantes. Observa-se que, mesmo com o Curso Normal na Escola Estadual Primeiro de Maio, localizado a poucas quadras do Colégio Navegantes, havia demanda para formar mais professoras, somado ao interesse da Igreja Católica em viabilizar o acesso a uma escola que preparasse as normalistas, tendo por base os princípios do catolicismo. Irmã Maria Augusta explica que, apesar de ser uma instituição particular, aquele era o colégio mais acessível às famílias operárias. Ainda, diz que foi o primeiro colégio misto da Congregação e que muitas religiosas se sentiam constrangidas em trabalhar com os meninos, mas ela não pensava assim: “minha mãe educou meus cinco irmãos, por que eu não posso trabalhar com esses rapazes?” (Felix e Silveira, 2019, p. 45).

Segundo sua narrativa (Félix e Silveira, 2019), o religioso costumava ter atitudes ríspidas e autoritárias com as Irmãs que atuavam na escola e na paróquia dos Navegantes. Em suas palavras: “o padre entrava nas salas de aula e humilhava as professoras” (p. 47) Diante de tantos abusos, Irmã Augusta fez uma denúncia do Padre ao Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Logo depois, foi afastado da diretoria do colégio, que ficou sob a responsabilidade exclusiva das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. O padre passou a concentrar suas atividades apenas na paróquia e no envolvimento com a Festa de Navegantes. A religiosa teve, nesse tempo em Porto Alegre, um forte envolvimento com a juventude católica. A Juventude Estudantil Católica tinha espaço de encontro nas dependências do Colégio Navegantes.

A partir da década de 1970, a instituição assumiu a nomenclatura de Colégio Navegantes, mantendo o Curso Normal e os primeiro e segundo graus de ensino, além da educação infantil. Em 1980, cessaram as atividades do Curso Normal. Ao longo das décadas seguintes, o Colégio Navegantes foi perdendo seu público, em grande parte devido às mudanças estruturais no bairro Navegantes. Entre 2004 e 2005, encerrou suas atividades na Educação Infantil,

no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por conta da inviabilidade financeira. Naquele momento, restavam apenas 105 alunos e alunas que frequentavam o Ensino Fundamental.

Figura 1 – Fachada da Escola, o prédio encontra-se desocupado



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

REFERÊNCIAS

FELIX, Loiva Otero e SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Por que as ditaduras não duram para sempre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

4

*Gabriela Kohlrausch Henkel
Ketlen Figueiró Schlotefeldt*

GINÁSIO DA PAZ

No início do século XX, no Bairro Navegantes, em uma rua não asfaltada, localizava-se a Deutsche Volksschule (Escola Primária Alemã). Naquele bairro industrial, com a presença de grandes fábricas e uma parcela significativa de trabalhadores luteranos de origem alemã, com o objetivo de oferecer escolarização a seus filhos e filhas, foi fundada em 1913 a Escola da Paz⁵⁷. Mantida pela Igreja da Paz, e vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a instituição, inicialmente, oferecia os cursos pré-primário e primário, em turmas mistas e em regime de externato. Com o avanço do tempo, a

57

As informações apresentadas neste texto foram consultadas no site www.luteranos.com.br e no livro "Paróquia da Paz: 100 anos testemunhando o evangelho de Jesus Cristo". [Organização e textos de Jean Carlos Corrêa de Andrade].

partir de 1952, foram sucessivamente acrescentados os quatro anos do curso secundário ginasial.

Figura 1 – Escola comunitária da Igreja da Paz - Junho de 1921



Fonte: acervo institucional.

A equipe pedagógica e a maior parte do alunado era composta por membros da Igreja da Paz, uma vez que a escola tinha como objetivo a formação espiritual, moral e intelectual de seus estudantes. Para ingressar na instituição de ensino era necessário contribuir financeiramente, visto que a escola não era mantida pelo estado. Em entrevista⁵⁸, a ex-aluna Suely Haag conta que quando ingressou na escola, por volta de 1944, seus pais contribuíam com a quantia de dez cruzeiros. É possível que este não fosse um valor expressivo, considerando que seu pai era operário e a mãe dona de casa.

58

Entrevista concedida ao Centro de Memórias da Faculdade de Educação (CEME-Faced/UFRGS) em março de 2025.

A estrutura física da escola passou por transformações ao longo de seus mais de 60 anos. A população do bairro crescia juntamente com a expansão das fábricas e, em 1923, um dos maiores industriais da região, A. J. Renner, tomou a iniciativa para a construção de um novo prédio para a Escola da Paz, que passou a contar com três salas de aula.

Em 1941, o Bairro Navegantes foi um dos mais atingidos pela primeira enchente de grande impacto em Porto Alegre. A escola, assim como a moradia dos alunos e professores, foram castigadas duramente pelas águas. Entretanto, superado esse momento difícil, a escola conseguiu retomar suas atividades e ampliar o número de alunos. Sendo assim, a partir de 1946, foi necessário aprimorar a estrutura da escola com a construção de um pavimento superior, com vistas a oferecer o curso ginásial.

Figura 2 – Fachada do Ginásio da Paz



Fonte: Luteranos, 1966.

Com turmas seriadas, o Ginásio da Paz ofertava, na década de 1960, as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Iniciação à Ciência, Inglês, Alemão, Desenho, Música, Organização Social e Política Brasileira; assim como as práticas educativas: Educação Física, Doutrina Cristã e Educação Econômica. Ainda, há registros de que às segundas-feiras, no primeiro período da manhã, era celebrado um culto semanal para alunos e professores, atendendo à expectativa das famílias luteranas que buscavam uma instituição de ensino que valorizasse o crescimento intelectual e espiritual de seus filhos.

Para chegar à escola, que se localizava na rua Comendador Tavares, paralela às ruas Dr. João Inácio e Avenida Sertório, muitos dos alunos enfrentavam percalços, reconhecidos inclusive pelos professores. Aqueles que residiam ao sul do Ginásio da Paz, para encurtar o trajeto até a escola, precisavam percorrer um estreito caminho ao lado de um valão na rua Dr. João Inácio. Além disso, na esquina da escola, havia um banhado e, para atravessá-lo, precisavam caminhar por cima de uma única tábua de madeira. Neste ponto do percurso, por volta de 1945, como relatado por Suely Haag, um professor orientava os estudantes para que evitassem o atalho pelo risco de caírem na água. Já os estudantes que residiam em áreas mais afastadas da instituição, podiam optar pelo transporte coletivo, o bonde, que os deixava na Avenida Sertório.

Na entrevista com Suely Haag, ela rememorou algumas práticas do cotidiano escolar. Conforme sua narrativa, o Ginásio da Paz contava com um grande pátio onde crianças de diferentes níveis de ensino tinham recreios separados, uma vez que as maiores poderiam derrubar as menores. Sobre os castigos, ela diz que não eram comuns punições físicas, relatou apenas que havia uma medida disciplinar de exclusão temporária como correção, em que o aluno deveria se colocar atrás da porta, expondo-se aos colegas. Também falou sobre a prática de punição através da repetição de uma determinada frase em uma folha de papel, como: “Tenho que

ser obediente”. Outro hábito do Ginásio da Paz, comentado por Suely, era a utilização, em épocas especiais ou datas comemorativas, de um uniforme branco composto por uma saia com pregas ou calça e uma blusa com as iniciais GP (Ginásio da Paz) bordadas.

Quanto ao número de matrículas, não se localizou ainda o número exato, porém há registros de que no ano de 1926 a escola contava com quatro classes e, em 1928, já eram oito. Por volta de 1967, eram cerca de 500 estudantes, o que indica o crescimento da instituição em uma região da cidade de grande concentração de famílias operárias.

Assim como diversos outros estudantes, Suely relata que, quando estava prestes a terminar seus estudos, recebeu uma oferta de trabalho na Renner, importante indústria têxtil do Rio Grande do Sul. Desse modo, inseriu-se no meio industrial. Ela destaca que, no contraturno de suas aulas, no próprio Ginásio da Paz, aprendeu datilografia e também a prática estenográfica, habilidades essas valorizadas no mercado de trabalho da região.

Conforme indicado no início do texto, a escola estava localizada em um bairro industrial, bastante ativo, com um fluxo constante de trabalhadores, crianças e jovens que se deslocavam para as fábricas, escolas, igrejas ou comércios. Entretanto, por volta da década de 1960, o bairro passou por grandes mudanças em decorrência da migração de indústrias para outras regiões do Estado, com isso houve um declínio do número de habitantes. Tendo em vista que os operários dependem do trabalho remunerado para sobreviver, não é uma surpresa que tenham abandonado a região à procura de novas oportunidades de trabalho. A escola não esteve imune a esses problemas, tentou diferentes formas de manter-se ativa durante os anos em que sérias dificuldades ameaçavam a sua sobrevivência. Uma

solução que se oferecia e que no início era boa, foi alugar-se o prédio para o turno da tarde a um ginásio estadual. Aconteceu, porém, que o aluguel, por causa

da inflação, tornou-se em pouco tempo obsoleto. O fato de haver dali por diante duas administrações e não dispondo o Ginásio da Paz de recursos financeiros nem para a sua condigna conservação, veio prejudicar enormemente o funcionamento (Luteranos, 1966, p. 65).

Outra tentativa de mobilizar recursos financeiros para a escola se deu por meio da instituição de bolsas de estudo provenientes das indústrias, comércios e Rotary Clube Norte⁵⁹, com apoio do poder público. Com a entrada destes recursos financeiros, durante um tempo, foi possível ter novamente turmas com número suficiente de alunos, em que muitos tinham seus estudos parcial ou totalmente gratuitos.

No ano de 1966, a comunidade escolar demonstrava expectativa de manter o Ginásio em pleno funcionamento, apesar das dificuldades crescentes. Contudo, a escola passou a ter cada vez menos alunos, o que, juntamente com a falta de recursos financeiros, resultou no encerramento das atividades em dezembro de 1980, após o término do ano letivo. Visando preservar e manter o significativo patrimônio, em 17 de abril de 1983, foi decidido em Assembleia Geral Extraordinária da Igreja da Paz a locação do prédio da escola para terceiros, assim preservando, de certa forma, indícios da trajetória e organização dos operários alemães luteranos quanto à educação que almejavam para a próxima geração.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DA PAZ EM PORTO ALEGRE.
Paróquia da Paz: 100 anos testemunhando o evangelho de Jesus Cristo. Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 2014.

59

Rede global que tem o intuito de promover e apoiar causas relacionadas às necessidades comunitárias.

HAAG, Suely Haag: **depoimento**. (20 de março 2025). Porto Alegre, Paróquia da Paz. 2025. Entrevista para a equipe do Centro de Memórias da Faculdade de Educação (CEME-FACED) da UFRGS.

EXPOSIÇÃO de Motivos para a Concessão da Comenda Porto do Sol à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana da Paz em Porto Alegre – Paróquia da Paz (Vereador Airton Ferronato). PROC. N° 0417/14. PR N° 006/14.

GINÁSIO da Paz festeja cinquenta anos. **Diário de Notícias** (4º Caderno). Porto Alegre, 17/9/1967, p. 8.

LUTERANOS, Portal. **Estabelecimentos de Ensino Médio**: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 1966. Disponível em: https://legado.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/arquivo-historico-da-ieclb/estabelecimentos-de-ensino-medio-igreja-evangelica-de-confissao-luterana-no-brasil. Acesso em: 07 abr. 2025.

MONDIN, Guido. **Burgo sem água**. Porto Alegre: Feplam, 1987.

5

Frederico Duarte Bartz

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

O Centro de Formação Profissional Visconde de Mauá foi a primeira Escola do Senai no Brasil. Ela surgiu em 1942, diante da necessidade de formar rapidamente uma mão-de-obra qualificada para atender a demanda das indústrias, que estavam pressionadas a produzir um número cada vez maior e mais variados de produtos em um momento em que a importação era cada vez mais restrita devido à Segunda Guerra Mundial. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) havia sido criado em janeiro de 1942, e, no mês de maio, alguns alunos já eram encaminhados pelas empresas para

aprender Aritmética, Geometria e Desenho na Escola Voluntários da Pátria; no mês de novembro, foram instalados cursos emergências nas dependências da Escola Técnica Parobé, voltado para o mesmo público operário.

Como havia necessidade de estender uma formação qualificada para um grande contingente de trabalhadores, foi necessário construir uma escola própria. Para esta finalidade, foi doado um grande terreno na Avenida Sertório pelo industrial A. J. Renner. O Senai possuía um corpo técnico qualificado, em que se destacavam nomes como Aroldo Silveira, Otelo Marc, José Lacerda de Azevedo, Oscar Fatinni e Líbio Maciel, responsáveis pela organização dos cursos. As atividades no novo prédio escolar se iniciaram em abril de 1944, com 790 alunos matriculados, que começaram a estudar e se aperfeiçoar em oficinas de fundição, soldagem, serralheria, ferraria, marcenaria, tecelagem, tipografia, encadernação e serzição.

Os Cursos de Formação Rápida, no horário noturno, que eram frequentados por operários enviados pelas empresas, funcionavam bem, mas ainda havia um grande problema de atração para os cursos diurnos, que estavam voltados para a formação de jovens e crianças carentes. Uma das estratégias para a atração deste público foi a divulgação feita pelo pároco da Igreja da Vila Dona Teodora, que resultou em um aumento na procura pelos Cursos de Aprendizes de Ofício. Mesmo que em um primeiro momento os cursos não tenham atraído o público que vivia imediatamente no entorno, a presença católica nas vilas populares serviu como caixa de ressonância do Senai, garantindo um público maior para suas aulas.

Figura 1 – SENAI Visconde de Mauá nos anos 1940



Fonte: Fonseca (1986).

Figura 2 – SENAI Visconde de Mauá em uma foto recente



Fonte: Andreola (2018).

Como pode ser visto, o processo de surgimento e consolidação da Escola Visconde de Mauá contou com a colaboração da Igreja Católica e da participação ativa de representantes da burguesia industrial (especialmente A. J. Renner). Essa relação com as Indústrias Renner parece não ter se esgotado em sua fundação, como mostra a realização da primeira Olimpíada do SENAI em 1952, que foi realizada nas dependências da Escola e também no Estádio Tiradentes, que pertencia ao Grêmio Esportivo Renner. Essa era uma ocasião em que as diversas escolas disputavam campeonatos esportivos, mas também havia a congregação de alunos e alunas vindos de diversos lugares.

Figura 3 – Alunos em processo de aprendizagem na década de 1940



Fonte: Senai (2002).

Ao longo do tempo, a Escola Visconde de Mauá serviu também como espaço de criação de equipamentos que seriam usados pela indústria local, como máquinas de serrar madeira, motores

elétricos, plainas limadoras e tornos mecânicos. A própria formação dos alunos e alunas não ficou restrita à Escola, mas expandiu-se para além das fronteiras nacionais: os Acordos de Cooperação Técnica Internacional, firmados entre o governo brasileiro e governos estrangeiros, permitiram o intercâmbio de alunos e alunas, a diversificação do aprendizado e a transferência tecnológica.

Nos dias de hoje, a Escola Visconde de Mauá continua vinculada ao Senai e ainda é responsável pela formação técnica de qualidade, mantendo-se como um centro importante de formação profissional, especialmente para alunos e alunas que vivem na Zona Norte de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ANDREOLLA, Felipe. **Análise das contribuições dos cursos do PRONATEC para seus egressos**: estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS (2012 - 2016). 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FONSECA, Celso Suckrow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (DN), 1986.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SENAI. Site Institucional. Disponível em: https://www.facebook.com/SenaiViscondedeMaua1/?locale=pt_BR. Acesso em: março 2024.

SENAI 50 anos de Rio Grande do Sul: 1942-1992. Porto Alegre: CEP SENAI de Artes Gráficas, 1992.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (DN). **SENAI 60 anos de criação**: Publicação comemorativa. Brasília, 2002.

6

Frederico Duarte Bartz

ESCOLAS MODERNAS DO NAVEGANTES

Durante as primeiras décadas do século XX, o anarquismo teve uma forte presença entre o movimento operário e sindical, principalmente na Europa e nas Américas. Os anarquistas defendiam a autonomia da classe trabalhadora em relação aos patrões e aos partidos políticos, e também faziam uma forte crítica à religião, ao militarismo e à educação tradicional. Além da organização sindical, um dos principais vetores de luta dos militantes anarquistas foi a organização de escolas modernas, que eram estabelecimentos escolares onde se desenvolvia uma pedagogia colaborativa, racionalista e crítica. A maior influência para este modelo foram as ideias do professor catalão Francisco Ferrer.



A ideia de uma educação libertária remonta à criação do Comitê para o Ensino Anarquista, na década de 1880, que criticava os efeitos da educação organizada pelo Estado e pela Igreja, defendendo que os militantes criassem centros sociais e escolas para atender a classe trabalhadora. No final do século XIX, o francês Paul Robin influenciou muito o pensamento dos militantes anarquistas no que tangia à educação, pois ele criticava o ensino simplificado e voltado apenas ao trabalho que era oferecido à classe operária, defendendo uma abordagem integral, que articula dimensões físicas, intelectuais e morais. A influência mais significativa, no entanto, veio do pedagogo catalão Francisco Ferrer. Ele também defendia uma educação integral, era um defensor do racionalismo contra a doutrinação religiosa e destacava o papel da solidariedade como um elemento fundamental da formação humana. Nas Escolas Modernas criadas por Ferrer, meninos e meninas, de diferentes classes sociais, estudavam juntos, experimentando, na prática, a quebra das barreiras sociais.

Francisco Ferrer foi condenado à morte em 1909, acusado injustamente de ser um dos instigadores das revoltas operárias que varriam as cidades da Espanha. Seu fuzilamento o transformou em um grande exemplo de injustiça, fazendo com que seu nome se espalhasse e seu modelo educacional ganhasse um forte impulso em diferentes locais onde havia uma militância anarquista. Em Porto Alegre já havia a Escola Eliseu Reclus, que talvez não fosse suficiente para o projeto educacional dos libertários. Desta forma, em 1913, a União Operária Internacional entrou em contato com o Professor Jean Heffner para organizar a primeira Escola Moderna no Arrabalde dos Navegantes. Este havia sido um destacado militante anarquista na Alemanha durante a década de 1890, organizando atos de protesto, criticando a monarquia e distribuindo literatura revolucionária entre os trabalhadores. Por conta da repressão, a família Heffner mudou-se para o Brasil e se instalou em Porto Alegre, na Avenida Sertório. No início dos anos 1910, a presença deste militante se tornou um trunfo para os anarquistas, garantindo o acesso àquela área da cidade.

Figura 1 – Propaganda da Escola Moderna em janeiro de 1915



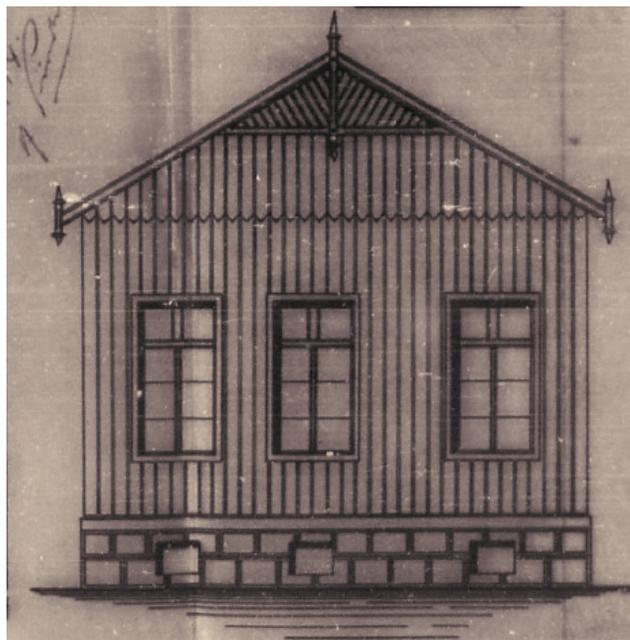
Fonte: Deutsche Zeitung, Porto Alegre, 29/1/1915, p. 3.

A Escola Moderna foi aberta na Rua Voluntários da Pátria, n.711 (atual n.3641), próximo à Igreja dos Navegantes, contando com 116 alunos matriculados, que se dividiram em turnos da manhã, tarde e noite. A Professora Katherine Heffner era responsável pela 1ª e 2ª Classes e o Professor Rudolf Staffen era responsável pela 3ª, 4ª e 5ª Classes. As atividades escolares ocorriam de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 10:30 horas e das 14:00 às 16:00 horas. As matérias ensinadas eram Escrita, Leitura, Aritmética, História e História Natural, mas também havia aulas de Trabalhos Manuais para as meninas e outras atividades como Ginástica, Desenho e Esperanto (estas últimas sob a responsabilidade dos Professores Frederico Lanus e Jacob Gawronski).

A Escola Moderna dos Navegantes tinha uma forte ligação com a família Heffner, pois seu diretor e sua principal professora eram casados, enquanto Rudolf Staffen era genro do casal. Aqui também existia uma vinculação com a comunidade de origem teuta,

que era muito numerosa no bairro. As aulas eram ministradas em Português e Alemão e entre os 30 alunos aprovados no final do ano, 26 tinham sobrenomes germânicos. Outro elemento a ser destacado era a precariedade econômica dos alunos e da própria Escola, que foi descrita assim em uma reportagem do jornal *A Federação*: “Impossível encontrar-se aula mais modesta no seu preparo material que a Escola Moderna dos Navegantes. É que ela serve aos pobrezinhos que não tem calçados, nem roupas custosas. Os alunos são filhos dos operários!”

Figuras 2 e 3 - Planta do chalé onde funcionou a Escola Moderna da Avenida Sertório, construído em 1914



Fonte: planta para a construção de um chalé de taboas à Av. Sertório para o Sr. João Heffner. Responsável: Arthur Fenselau. Processo 913/1914. Arquivo Municipal de Porto Alegre.

Talvez por conta das dificuldades materiais (as aulas não funcionam em um prédio próprio), uma nova Escola Moderna dos



Navegantes entrou em funcionamento, desta vez na Avenida Sertório, próximo à Avenida Pernambuco. Este novo endereço aprofundava os vínculos com a família Heffner, pois o edifício escolar era um chalé de madeira que havia sido mandado construir por Jean Heffner, ao lado da casa onde a família vivia desde 1903. As aulas eram ministradas pela Professora Katharina Heffner, de segunda à sexta-feira, pela manhã e pela tarde, com ensino de Trabalhos Manuais e de Disciplinas Elementares, das 8 às 11 horas da manhã e das 2 às 4 da tarde. O curioso é que no anúncio publicado pelo jornal *Deutsche Zeitung* havia a ressalva que, entre as disciplinas, estava incluído o Português, o que indica que seu público alvo continuava sendo os filhos e filhas de trabalhadores alemães.

Em 1920, esta mesma escola aparece com o nome de *Freie Schule* (Escola Livre), com horário noturno para Lições Elementares e Aulas de Alemão e Português. O que pode ter ocorrido nesse meio tempo foi uma mudança de orientação, privilegiando operários jovens e adultos, que teriam apenas o horário noturno para estudar. Depois deste ano, as referências desapareceram dos jornais, até que, em 1923, foi criada a última Escola Moderna dos Navegantes, com sede na Avenida Italiana (atual Arabutã), próximo à Avenida Ceará. Desta vez, no entanto, ocorreu uma mudança na motivação política, pois Jean Heffner havia aderido ao comunismo. Por conta disso, o ressurgimento da escola se perdeu nas disputas entre anarquistas e comunistas, fazendo com que o projeto tivesse uma duração mais curta.

A Escola Moderna dos Navegantes foi uma opção para aqueles que desejavam encontrar um espaço de aprendizado libertário, laico e racionalista na zona industrial de Porto Alegre. A sua existência esteve intimamente ligada aos Heffner, fazendo desta escola um projeto quase familiar. O fato de estar inserida em um bairro fabril, com forte presença de imigrantes, determinou sua forma e conteúdo, como uma escola operária orientada para a comunidade alemã.

REFERÊNCIAS

BARTZ, Frederico Duarte. As Escolas Libertárias em Porto Alegre: propostas educacionais e relação com a territorialidade do movimento anarquista (1906-1936).

Revista da História da Educação. Porto Alegre, v. 29, mar. 2025.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. 1987 Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 01 (1912 - 1919). **Educação e Sociedade**, São Paulo/Campinas, n. 24, p. 18-47, ago. 1986.

MONDIN, Guido. **Burgo sem água**. Porto Alegre: Feplam, 1987.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **Educação Libertária no Brasil**: Acervo João Penteadó - Inventário de Fontes. São Paulo: EDUSP, 2013.

7

Sibila Francine Tengaten Binotto

ESCOLA PRIMEIRO DE MAIO

A trajetória histórica da Escola Primeiro de Maio⁶⁰ teve início em uma modesta *Aula Isolada*, instalada nos fundos da antiga fábrica A. J. Renner, no Campo dos Maia. Esse momento marcou o início das atividades educativas da instituição. Com o tempo, a escola passou a ser chamada de *Escolas Reunidas*, voltadas ao atendimento dos filhos de operários das indústrias da região dos Navegantes.

Em 1927, em consonância com as diretrizes das políticas públicas educacionais da época, a escola foi oficializada como Grupo Escolar de Navegantes (figura 1), sendo transferida para um prédio na Avenida Sertório, próximo à Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.

60

As informações históricas foram obtidas por meio de documentos da Escola e por um blog criado pela comunidade escolar.

Anos mais tarde, foi fundada por meio do Decreto nº 5.703, de 4 de outubro de 1934, e passou a se chamar Grupo Escolar Primeiro de Maio, em homenagem ao Dia do Trabalhador e aos operários locais (Silva, 2015).

Em 1936, a precariedade do prédio — com pisos danificados, umidade excessiva, pátio alagadiço e ausência de instalações sanitárias — levou a comunidade escolar a se mobilizar. Por meio de visitas domiciliares e contato com as indústrias, buscou-se conscientizar a população sobre a urgência de melhorias.

Como resposta a essas mobilizações, o industrial A. J. Renner doou, em 5 de dezembro de 1938, um terreno para a construção de um novo edifício escolar, conforme a certidão nº 2112. A pedra fundamental foi lançada em 4 de setembro de 1939 e a obra foi concluída dois anos depois, em 1941. No entanto, a vistoria final identificou falhas estruturais que precisaram ser corrigidas. Em 1941⁶¹, uma enchente danificou o prédio recém-construído, ocasionando perdas materiais, incluindo documentos e uniformes para a cerimônia de inauguração. Apesar dos obstáculos, a escola foi oficialmente inaugurada⁶² (figura 7).

Após a enchente, a instituição passou a contar com apoio da comunidade por meio de doações para a merenda escolar e da implantação do programa “sopa escolar”. Nesse período, surgiram várias iniciativas, como a Associação de Ex-Alunos, o Clube Agrícola e a Cooperativa Escolar. Instituições próximas — como o Posto de Saúde nº 1 (Centro de Saúde Navegantes, Av. Presidente Franklin

61 O colégio sofreu a segunda enchente da história do bairro, em maio de 2024, muitos documentos que foram produzidos ao longo dos anos posteriores à primeira enchente foram perdidos, bem como móveis e artefatos da cultura escolar que se encontravam no primeiro piso da escola.

62 Na ocasião o prédio situava-se na Avenida Eduardo, que posteriormente passou a ser chamada na Avenida Presidente Roosevelt (nº 149, bairro Navegantes, Porto Alegre-RS). Este prédio continua sendo a sede atual da Escola.

Roosevelt, nº 5) e o SENAI Visconde de Mauá (Av. Sertório, nº 473) — também contribuíram. Nesse contexto de colaboração, nasceu o Clube de Mães, liderado pela Sra. Margarida Machewki.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a escola serviu como campo de estágio para estudantes do Curso Normal do Instituto de Educação General Flores da Cunha. Em 1954, o então Secretário de Educação, Mariano Beck, implantou os Cursos Ginásial e Normal. O Decreto nº 4.856, de 8 de fevereiro de 1954, oficializou a criação da Escola Normal Primeiro de Maio (figura 6). Ainda em 1954, a Portaria nº 837, de 31 de agosto, autorizou provisoriamente o funcionamento do Ginásio da Escola Normal, oferecendo a primeira etapa do ensino secundário exclusivamente para moças, conforme o Decreto-Lei nº 4.244/1942.

Entre 1954 e 1957, os cursos Normal e Ginásial funcionaram nas mesmas instalações. Com o Decreto Estadual nº 7.654/1957, o Curso Ginásial foi desvinculado da Escola Normal. Em 1958, o Decreto nº 8.803, de 11 de março, conferiu ao Ginásio o nome de Ginásio Estadual Cândido José de Godói, formalizando a separação administrativa entre as instituições. Nesse mesmo ano, a Escola Normal passou por sua primeira reforma curricular, introduzindo o estágio supervisionado. A implantação enfrentou resistências de ordem pedagógica e administrativa. A direção da escola atuou para integrar os diferentes níveis de ensino (primário, ginásial e normal), unir docentes antigos e novos, e fortalecer a participação da comunidade escolar. Segundo Silva (2015), esse processo consolidou a autonomia administrativa e pedagógica do Ginásio Primeiro de Maio, que já contava com mais de quatrocentas alunas e cinquenta e cinco professores.

Diversas entidades escolares foram criadas nesse período, como o Orfeão, o Grêmio de Alunos e o Centro de Tradições. Contudo, a limitação de espaço físico dificultou a consolidação

dessas iniciativas. Em 18 de agosto de 1958, a Associação de Pais e Professores foi registrada oficialmente pela Certidão de Criação nº 2078, embora já atuasse desde 1954. Seu primeiro presidente foi Adolfo Suchocky, e a entidade teve papel central no apoio à escola, inclusive prestando homenagens ao industrial A. J. Renner (figura 5).

Também nesse período, associações vinculadas à Escola Normal e ao Ginásio uniram esforços para pleitear melhorias junto ao governo estadual. Na década de 1950 também foi criada a Revista 1º de maio, e em 1957 foi fundado o Grêmio de Professores, cuja primeira presidente foi a professora Suely Tavares da Silva. Melhorias estruturais foram realizadas, como a ampliação da cozinha, a reforma do pavilhão esportivo e a instalação de drenagem no pátio, sempre com significativa contribuição da comunidade.

A instituição ao longo de sua trajetória promoveu diversas celebrações e atividades de cunho sociocultural e recreativo, tais como a festa de Páscoa, os chás de integração entre os alunos, bailes festivos, encontros com ex-professores, desfiles cívicos realizados durante a Semana da Pátria (figura 3), apresentações de dança folclórica, (figura 4), o tradicional baile para a escolha da rainha da escola, a festa junina e as apresentações do coral masculino, entre outras ações⁶³.

Além de cumprir seu papel educativo, por meio de eventos e atividades que estimulavam a integração e o fortalecimento dos vínculos comunitários, a escola também buscava aprimorar sua proposta pedagógica e ampliar as oportunidades de formação prática para suas alunas. Nesse contexto, a partir de 1965, foram criadas quatro unidades auxiliares de estágio destinadas às estudantes do Curso Normal, localizadas no Parque Residencial Sarandi, no Bairro Anchieta, junto à Caixa Econômica Estadual e na Rua Visconde do

Herval. Essas unidades, entretanto, foram desativadas gradualmente entre os anos de 1968 e 1984.

Em 1965, a Associação de Pais e Professores lançou o jornal "Piazito". Já em 1968, foi implantado o Curso Normal Ginásial, destinado à formação de docentes sem habilitação completa. Com a promulgação da Lei nº 5.692/1971, novas séries do ensino de 1º grau e habilitações técnicas, como Técnico em Turismo e Comunicação e Expressão, foram implementadas.

Em 1975, tiveram início obras de recuperação dos prédios e adequações ao Regimento Escolar, em conformidade com a Resolução nº 111/74 do Conselho Estadual de Educação. Isso exigiu uma reorganização interna da escola. Em 1978, a instituição passou a se chamar Escola Estadual de 1º e 2º Graus Primeiro de Maio, conforme o Decreto nº 27.268. O Círculo de Pais e Mestres foi reorganizado, e as ações entre docentes dos dois níveis de ensino foram intensificadas.

Em 1979, com a construção de um novo prédio, o Curso Supletivo foi desativado. Apesar de atrasos, o novo edifício foi inaugurado em 1981, ainda sem rede elétrica. Nesse mesmo ano, foi implantada a habilitação de Auxiliar de Escritório. Em 1983, iniciaram-se os preparativos para a comemoração do cinquentenário da instituição com o nome "Primeiro de Maio", marcados pela fundação da Associação de Ex-Professores, em 7 de dezembro.

A Escola Estadual de Ensino Normal Primeiro de Maio consolidou-se como referência educacional no estado e, especialmente, no Quarto Distrito de Porto Alegre. Entre alicerces erguidos com esforço coletivo e paredes que preservam memórias de gerações, a escola firmou-se como instituição de ensino e patrimônio educativo da comunidade dos Navegantes.

Figura 1 - Sede do Grupo Escolar



Figura 2 - Sala de aula do Grupo Escolar



Figura 3 - Desfile cívico na semana da pátria



Figura 4 - Apresentação do clube de flauta



Figura 5 - Placa em homenagem ao A.J.Renner



Figura 6 - Brasão da escola



Fonte das Figuras 1 a 6: acervo da Escola Primeiro de Maio.

Figura 7 – Sede atual



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

REFERÊNCIAS

ACERVO FOTOS. Porto Alegre. Dez. 2023. Facebook: **Escola Normal 1º de Maio.** Disponível em: <https://m.facebook.com/people/Escola-Estadual-Normal-1%C2%BA-De-Maio/100063752370239/>. Acesso em: dez. 2023.

ESCOLA ESTADUAL 01 DE MAIO: de 1934 a 2014, 80 anos de história. Disponível em: <http://escola01demaiors.blogspot.com/2014/09/historia-da-escola-estadual-normal-1-de.html>. Acesso em: abr. 2025.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **E. E. de 1º e 2º graus 1º de maio:** 50 anos 1934-1984. (Livro do cinquentenário). Porto Alegre. 1984.

SILVA, BARBARA VIRGINIA GROFF DA. **Grand Finale? A conclusão do ensino médio no Colégio Estadual Cândido José de Godói (Porto Alegre/RS, 2014).** 2015. 195 f. Mestrado (Dissertação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

8

Sibila Francine Tengaten Binotto

GINÁSIO ESTADUAL CÂNDIDO JOSÉ DE GODÓI

A história do Colégio Estadual Cândido José de Godói, em Porto Alegre, reflete, de maneira significativa, os processos de urbanização e as transformações sociais e educacionais ocorridas na cidade ao longo do século XX. O estabelecimento educacional, como muitas instituições na capital gaúcha, acompanhou o crescimento e as mudanças da cidade, representando demandas sociais e evidenciando os avanços nas políticas educacionais que marcaram a região.

Segundo Bárbara Virgínia Groff da Silva⁶⁴ (2015), o colégio foi fundado em 1954 e teve sua origem vinculada à Escola Normal

64

Em Dissertação vinculada à História da Educação, onde a autora analisa as trajetórias históricas do ensino secundário, do bairro onde está localizada a escola, bem como os percursos que o Colégio Godói percorreu ao longo de suas décadas de existência.

Primeiro de Maio, sob a denominação de Ginásio Estadual Primeiro de Maio. Ambas as instituições coexistiram no mesmo espaço até 1957, quando, por meio do Decreto Estadual nº 7.654/1957, o ginásio foi desanexado, passando a constituir-se como unidade autônoma (Silva, 2015).

Em 1958, a instituição foi rebatizada como Ginásio Estadual Cândido José de Godói, em homenagem do governador do Estado, Ildo Meneghetti, a seu antigo professor e engenheiro Cândido José de Godói, ex-docente da Escola de Engenharia da UFRGS, por ocasião do centenário de seu nascimento (1858–1958). No mesmo ano, o Decreto nº 9.209, de 5 de agosto de 1958, declarou de utilidade pública uma área de terras situada no bairro Navegantes, desapropriada pelo Estado com a finalidade de abrigar a sede definitiva da escola. Os terrenos estavam localizados na Avenida França, próximos à fábrica Neugebauer (Figura 1), símbolo da força industrial do Quarto Distrito da capital gaúcha (Silva, 2015).

Figura 1 – Fábrica da Neugebauer e a localização do terreno desapropriado



Fonte: acervo da Neugebauer.

Durante o período de transição, enquanto a sede própria ainda estava em fase de implantação, o colégio funcionou provisoriamente em outros espaços do bairro Navegantes. Entre os anos de 1957 e 1959, a escola ocupou as instalações do Ginásio Nossa Senhora dos Navegantes e, posteriormente, do Ginásio da Paz, onde permaneceu até 1965. Somente em 1966 foi inaugurada a sede definitiva do colégio, na Avenida França, nº 400⁶⁵. Nesse mesmo ano, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961), o colégio passou a ofertar também o Curso Colegial, ampliando sua atuação no ensino secundário.

Figura 2 - Prédio construído no final da década de 1960



Fonte: Silva (2015).

Segundo Silva, (p. 183, 2020).

O primeiro prédio do Colégio Godói foi construído em L, com o térreo e um primeiro andar. Posteriormente, devido a quantidade de alunos matriculados, foi construído outro prédio, nos fundos do terreno, que ficou pronto em 1978. Conhecido como "Anexo", é formado também por um térreo e primeiro andar. Com o passar dos anos e a diminuição nas matrículas, esse "Anexo"

passou a ser cada vez menos usado. Entretanto, entre os dois prédios e o muro que cerca o terreno, há um pátio interno extenso, com duas quadras de futebol de cimento, bancos, árvores [...].

A configuração inicial da instituição atendia exclusivamente alunas do sexo feminino. No entanto, alterações significativas ocorreram nas décadas seguintes, refletindo mudanças mais amplas nas políticas públicas e nas dinâmicas sociais. Em 1969, os cursos ginásial e colegial passaram a ser oferecidos no turno da noite, com matrícula mista. Já o turno diurno manteve-se exclusivo para moças até 1972, quando todos os turnos foram unificados sob o regime de coeducação, consolidando a presença de meninos e meninas em todos os períodos (Silva, 2015).

A autora aborda a consolidação do colégio como uma instituição de referência na Zona Norte de Porto Alegre. Mesmo diante das profundas transformações urbanas — como a desindustrialização do Quarto Distrito e o esvaziamento demográfico do bairro Navegantes — a escola permaneceu ativa, adaptando-se às novas configurações sociais e atendendo a uma população estudantil diversa. Sua localização estratégica, próxima a importantes vias urbanas e com fácil acesso por transporte coletivo, passou a atrair estudantes de diferentes bairros da capital e de municípios da Região Metropolitana, como Eldorado do Sul e Cachoeirinha. Isso contribuiu para uma significativa heterogeneidade no perfil dos alunos (Silva, 2015).

A valorização da memória da escola intensificou-se nos anos 2000, com a criação do Acervo Histórico do Colégio Godói⁶⁶. Localizado no saguão da escola, esse espaço passou a abrigar fotografias, documentos, uniformes e convites de formatura que testemunham diferentes momentos da trajetória da instituição. O acervo

66

Em maio de 2024, uma enchente atingiu o primeiro andar da escola, onde estava guardado o acervo que foi destruído quase em sua totalidade, restando apenas algumas peças em metal e outros materiais.

é fruto do esforço coletivo da comunidade escolar para preservar e divulgar sua memória.

Além de sua atuação acadêmica, a escola também se destacou pelas práticas culturais desenvolvidas pelos estudantes. Os chamados “dias temáticos”, o uso de casacos personalizados pelos concluintes e os rituais de despedida — como a celebração com tintas ao final do ano letivo — constituem experiências simbólicas que expressam o encerramento de um ciclo e a transição para novas etapas da vida. Tais práticas, organizadas pelos próprios alunos, integram-se à cultura escolar da instituição, evidenciando a agência juvenil na construção de significados sobre a escola e a experiência educacional (Silva, 2015).

A história do Colégio Estadual Cândido José de Godói revela não apenas um espaço educacional, mas também um espaço social e de memória. Nele, entrelaçam-se políticas públicas, transformações territoriais, manifestações culturais e experiências de diferentes gerações. Sua continuidade e capacidade de transformação ao longo de mais de seis décadas demonstram a importância da escola como instituição pública de ensino, marcada por momentos de resistência, adaptação e construção de significados na vida da comunidade escolar.

As celebrações escolares, a participação de alunos em atividades solenes cívicas, as exposições escolares abertas para o público em geral, as formaturas, podem ser considerados ritos escolares, pois expressam simbolicamente a instituição escolar e quem está envolvido nesse processo de escolarização: alunos, professores, funcionários e direção (Silva, 2015, p. 94).

Assim como outras escolas do bairro, o Colégio participava de desfiles em comemorações cívicas, marcados por uma banda feminina e uniformes personalizados. As figuras 3 e 4 corroboram a análise da pesquisadora Bárbara Silva, apresentando registros fotográficos de eventos da época em que a escola esteve presente.

Figura 3 – Grupo de alunas com o estandarte da instituição na década de 1960



Fonte: acervo da instituição.

Figura 4 – Banda do colégio em desfile na Av. Cristóvão Colombo em 1975



Fonte: acervo da instituição.

Figura 5 – Fachada do Colégio



Fonte: acervo histórico do Colégio Estadual Cândido José de Godói.

REFERÊNCIAS

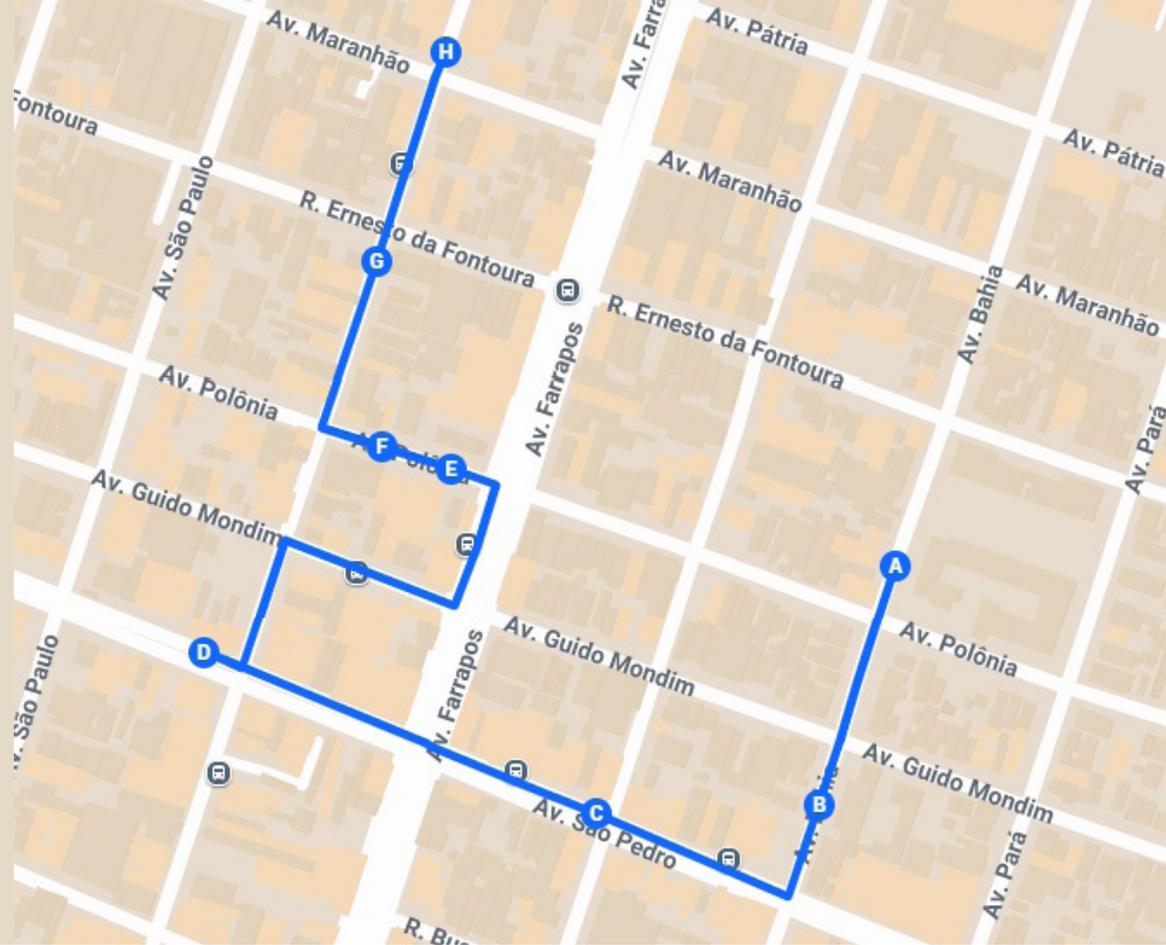
SILVA, Bárbara Virgínia Groff da. **Grand Finale? A conclusão do ensino médio no Colégio Estadual Cândido José de Godói (Porto Alegre/RS, 2014).** 2015. 195 f. Mestrado (Dissertação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da. **Terminei a escola, e agora? : trajetórias dos jovens egressos do Colégio Estadual José de Godói (Porto Alegre/RS, 2010-2016)** 2020. 347 f. Tese (doutorado) Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FACEBOOK: Colégio Godói- POA, RS. **Acervo Fotos.** Porto Alegre. Jan. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/colegiogodoipoars>.

Caminhada **4**

**BAIRRO
NAVEGANTES**



- A. Colégio Santa Família
- B. Colégio Elementar Souza Lobo
- C. Escolas Polonesas - Sociedade Polônia
- D. Escola Metodista Institucional
- F. Colégio La Salle Navegantes e São João
- G. Centro de Educação São Vicente de Paulo
- H. Colégio Concórdia e Gewerbeschule

*Por tratarem do mesmo bairro, o texto de apresentação da Caminhada 4 é o mesmo da Caminhada 3



É até provável que, nesse exercício de reconhecimento do passado, os sujeitos comecem a ponderar acerca do papel e do valor da memória, na construção do sentido comunitário da vida, interrogando-se sobre a necessidade de olhar, de vez em quando, pelo espelho retrovisor, como faz todo bom motorista, para saber de onde viemos e para onde vamos, e desse modo podermos orientar, com a aconselhável prudência histórica, o rumo e os significados de nossa marcha pessoal e coletiva, no contexto histórico em que nos movemos (Escolano Benito, 2017, p. 200)⁶⁷.

1

Sibila Francine Tengaten Binotto

COLÉGIO SANTA FAMÍLIA

No primeiro dia de março de 1907, um novo capítulo na história da educação foi iniciado. As irmãs Maria Ivo e Inês Vogel lançaram-se à missão de ensinar meninos e meninas pobres, filhos de operários que habitavam a região dos bairros Navegantes e São João. Com o encerramento da antiga Aula Paroquial — fundada por Madre Ludgera no bairro Menino Deus — a congregação transferiu suas atividades para o bairro Navegantes. Iniciava-se, assim, uma nova etapa: a fundação do Colégio Santa Família, destinado a tornar-se uma das instituições de ensino mais tradicionais da cidade.

Erguida sobre os alicerces da fé e do compromisso social, a escola surgiu sob a orientação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, uma congregação de origem holandesa. Inspiradas pelos ensinamentos do Evangelho, as religiosas abraçaram uma proposta pedagógica baseada na justiça e na

libertação, acreditando na educação como um ato de transformação e inclusão.

Desde seus primeiros dias, o Colégio Santa Família não se limitou ao ensino formal, mas buscou romper padrões e instaurar um pensamento crítico profundo, cultivando, em cada aluno, a semente da fraternidade e da mudança. Visionárias do saber e da criatividade, as irmãs (figura 1) teceram, com palavras e gestos, um legado que atravessa gerações, sustentando a esperança de uma sociedade mais justa e solidária.

Figura 1 – Irmãs da Congregação Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã



Fonte: acervo do Colégio Santa Família.

Em 1908, com o crescente número de alunos, tornou-se evidente a necessidade de um espaço maior. Para suprir essa demanda, alugou-se uma casa no local onde, atualmente, encontra-se a Escola Souza Lobo. O edifício, originalmente construído pelo Governo Estadual para funcionar como hospital, passou a servir ao propósito educacional.

Em 1911, um novo capítulo começou com a aquisição de um terreno na Avenida Pará, para onde a escola foi transferida (figura 2).

Treze anos depois, em 1924, a estrutura foi ampliada para melhor acolher alunos e educadores. No ano seguinte, em 1925, sete novas irmãs chegaram para integrar a comunidade, fortalecendo os laços de fé e dedicação que sustentavam a instituição. Juntas, formaram uma grande família religiosa, unida pelo compromisso com a educação e os valores que norteavam sua missão.

Figura 2 - Primeiro prédio da Instituição em 1920



Fonte: acervo do Colégio Santa Família.

Figura 3 - Antigo prédio da década de 1920, ainda preservado no pátio da escola, embora com algumas modificações ao longo do tempo



Fonte: acervo do Colégio Santa Família.

A fundação do Colégio Santa Família surgiu como resposta a uma necessidade latente da época: o acesso à educação em meio a uma cidade em plena transformação. Porto Alegre vivia um de seus períodos mais efervescentes de crescimento populacional, impulsionado pela expansão industrial e pela chegada constante de pessoas vindas da Europa e do interior do Estado, em busca de trabalho nas fábricas.

No início do século XX, a região escolhida para abrigar o colégio — entre a Avenida Eduardo (atual Franklin Roosevelt) e a Avenida Benjamin Constant — ainda mantinha traços de sua paisagem rural. No entanto, já se percebia o avanço das fábricas entre as casas modestas das famílias operárias que, pouco a pouco, redeseñavam o cenário urbano.

Ainda sobre a região onde o colégio foi implantado, é possível imaginar as dificuldades que a população enfrentava para acessar as igrejas mais próximas (Navegantes, São Pedro e São João). É curioso observar que entre os imigrantes havia muitos seguidores de religiões protestantes, como o luteranismo. A criação de uma escola administrada por católicas holandesas talvez tenha facilitado uma aproximação com os imigrantes de língua alemã, reforçando a presença da Igreja Católica junto a esses novos sujeitos.

O memorialista Guido Mondin, em seu livro *Burgo Sem Água* (1987), ao narrar histórias e anedotas da região entre as décadas de 1920 e 1930, menciona um fato revelador: antes da criação da Paróquia de São Geraldo, a única celebração religiosa disponível aos moradores da área era realizada na Capela do Colégio Santa Família. Esse registro evidencia a importância que a instituição teve desde seus primeiros anos, não apenas como centro de ensino, mas também como referência espiritual para a comunidade que ali se estabelecia.

Esse registro evidencia a importância que a instituição teve desde quando foi criada em 1900, não apenas como um centro de

ensino, mas também como um farol espiritual para a comunidade que ali se estabelecia.

A partir das décadas de 1910 e 1920, a paisagem do Quarto Distrito começou a se transformar de forma acelerada. A urbanização avançava, trazendo consigo novas demandas educacionais. Sensível a essa necessidade, o Colégio Santa Família expandiu-se, inaugurando, em 1930, seu Jardim de Infância, abrindo as portas para os primeiros anos de aprendizado das crianças da comunidade.

No entanto, em 1941, a grande enchente que assolou Porto Alegre deixou marcas profundas. O bairro foi duramente atingido, e o colégio perdeu inúmeros registros que guardavam fragmentos preciosos de sua memória. Ainda assim, a missão educacional seguiu firme. Em 1953 foi implantado o Curso Ginásial Misto, conforme a Portaria nº 307 de 23 de março daquele ano, recebendo sua primeira turma de 41 alunos.

Os anos seguintes trouxeram novas conquistas e desafios. Em 1963, foi inaugurada a ala onde se encontra a entrada principal da escola e, no ano seguinte, foi concluída a área coberta. Mas, em maio de 1975, a instituição enfrentou uma de suas maiores provações: um grande incêndio consumiu boa parte de suas instalações (figura 3). O desastre, contudo, não desfez laços — ao contrário, fortaleceu a união da comunidade escolar, que se mobilizou para reconstruir o que as chamas haviam levado.

A década de 1990 marcou um período de expansão significativa. Em 1995, novas áreas foram destinadas ao Ensino Médio e à Educação Infantil, ampliando as possibilidades de formação. Três anos depois, em 1998, foram criados os cursos técnicos, impulsionando ainda mais a instituição e abrindo novos caminhos para seus alunos.

Já nos anos 2000, o colégio celebrou um marco histórico: os 500 anos da presença franciscana no Brasil. Em 1º de março

de 2007, o Santa Família comemorou seu primeiro centenário, consolidando-se como instituição educativa na cidade.

A década seguinte trouxe mudanças estruturais. Em 2011, iniciaram-se as tratativas para uma nova parceria entre a Rede São Francisco e as Irmãs Franciscanas. Em setembro daquele ano foi firmado um acordo de cessão, passando a instituição a se chamar Instituto São Francisco – Santa Família, sob a direção do Padre José Luiz Schaedler. Em 2015, a Rede de Escolas São Francisco adquiriu definitivamente as instalações do colégio, assegurando a continuidade de sua história, que permanece viva até os dias de hoje.

Figura 4 – Prédio que foi incendiado (1975), hoje restaurado



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

Figura 5 – Fachada do Instituto São Francisco - Santa Família (2024)



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

REFERÊNCIAS

FLESCH, Benícia (irmã). **Seguindo, passo a passo, uma caminhada**: história da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil. Blumenau: Editora Metrópole, 1998.

GUIA Escolar 2024. Porto Alegre: Rede de Escolas São Francisco, 2024.

MONDIN, Guido. **Burgo sem água**: reminiscências do 4º Distrito. Porto Alegre: Editora Feplam, 1987.

ZAVASCHI, Olyr. Os cem anos do Santa Família. **Zero Hora**, Almanaque Gaúcho. Túnel do tempo. 01 de março de 2007.

2

Tatiane de Freitas Ermel

COLÉGIO ELEMENTAR SOUZA LOBO

Uma das adaptações de prédios escolares mais significativas da cidade de Porto Alegre e que permaneceu em atividade por cinco décadas foi a do Colégio Elemental Souza Lobo⁶⁸, criado a partir do Decreto n.1.197, de 20 de janeiro de 1913. Instalado na Avenida Bahia, n. 948, no Arrabalde de São João, a escola foi adaptada de uma antiga fábrica. O bairro operário, no início do século XX, integrava

68

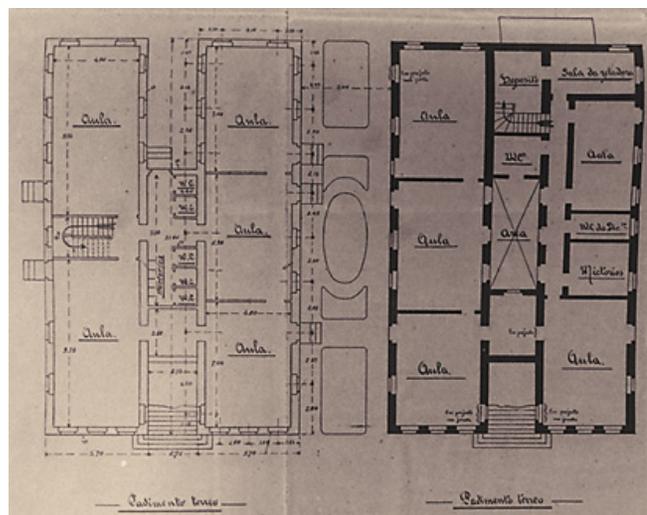
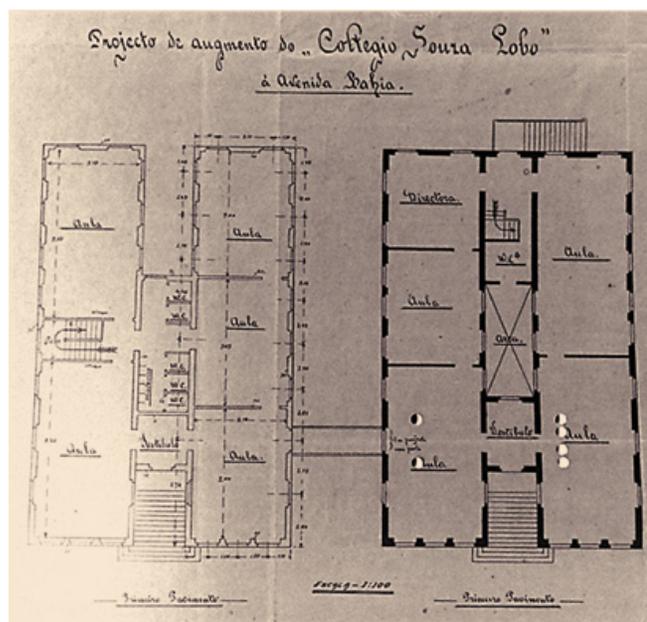
O nome da escola é uma homenagem ao professor José Theodoro de Souza Lobo (1846-1913), que fez seus primeiros estudos no *Colégio Caraça*, em Minas Gerais; formou-se em engenheiro-geógrafo na Escola Central do Rio de Janeiro. De volta ao Rio Grande do Sul começou a lecionar Matemática na Escola Normal de Porto Alegre. Em 1877 fundou o Colégio Particular Souza Lobo e um internato, este último esteve em funcionamento por 6 anos. Publicou obras didáticas, como por exemplo: a "Primeira e Segunda Aritmética" e "Compêndio de Geografia". É patrono de uma das cadeiras da Academia Riograndense de Letras. Sobre, ver Kraemer Neto (1969).

uma área industrial em pleno desenvolvimento, ao lado do Arrabalde Navegantes. Neste contexto, algumas obras viárias buscavam soluções ao acesso dessa zona da cidade ao Centro e ao porto, como foi a abertura da Avenida Júlio de Castilhos e o calçamento da Rua Voluntários da Pátria. Era de interesse dos poderes públicos criarem escolas e moradias em zonas de intensa atividade fabril, condição considerada necessária para alcançar o progresso econômico e o desenvolvimento harmônico da sociedade (Possamai, 2009).

Após o início das aulas, em março de 1914, a Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul salienta os serviços realizados para a sua conservação, tais como: a caiação interna e externa, consertos no telhado, nos esgotos e outras pequenas reparações, que foram fiscalizadas pelo Engenheiro Antônio de Siqueira (Alves, 1916, p.28). No ano de 1918, foi aberta a concorrência para a construção de mais dois pavilhões semelhantes aos que existiam, a fim de duplicar a capacidade de alunos.

O projeto de ampliação estava composto por duas edificações de dois pavimentos de proporção idênticas, seguindo o mesmo do antigo edifício e, supostamente, a mesma planta das duas primeiras edificações originárias da antiga fábrica. A ampliação estava ligada através de uma passagem no primeiro pavimento e o andar térreo de uma delas era composto por uma escadaria central e cinco (5) salas de aula, com sanitários e mictórios. O primeiro pavimento possuía o mesmo número de salas de aula, além de sanitários e um vestíbulo. No projeto 2, com as mesmas dimensões, temos igual número de salas de aula (5), sendo duas (2) em tamanho reduzido, pois previa a sala da zeladora, o depósito, um sanitário para alunos e outro sanitário da diretora, e mictórios. No primeiro pavimento estava previsto 4 salas de aula e a sala da diretora, um sanitário e um vestíbulo (figura 1). A ampliação será concluída em 1919, sendo neste complexo de 4 pavilhões onde se desenvolveram as atividades escolares até a década de 1960.

Figuras 1 e 2 – Projeto de aumento do Colégio Souza Lobo (s/d)



Fonte: acervo do Delfos – PUCRS.

Figura 3 - Colégio Elementar Souza Lobo (1919)



Collegio Elementar "Souza Lobo" (Arrabalde de São João)

Fonte: relatório da Diretoria de Obras Públicas/RS, 1919, s/p.

Figura 4 - Colégio Elementar Souza Lobo - Capital: zona suburbana (1924)



Collegio elementar "Souza Lobo" — Capital — (Zona sub-urbana).

Fonte: relatório da Diretoria de Instrução Pública, 1924, s/p.

A aluna Argemira Strano (14 anos, 5º ano C), no ano de 1938, apresenta uma detalhada descrição do colégio, que foi publicada no jornal escolar, "A Voz da Escola"⁶⁹:

O nosso colégio

Situado no arrabalde de São João, com uma matrícula superior a mil alunos, o colégio "Souza Lobo" é um dos principais estabelecimentos de ensino de Porto Alegre. Consta de quatro pavilhões rodeados por um vasto terreno. Neste, brincamos e fazemos exercícios físicos, à sombra de velhos eucaliptos. Veem-se, no andar térreo do prédio, doze janelas gradeadas, de forma retangular. Duas escadas levam-nos ao primeiro andar. Este também apresenta doze janelas, um pouco maiores que as outras. Quase todas são gradeadas e arejadas. Estão confortavelmente mobiliadas com classes, armários, quadros negros e mesas. Nas paredes estão mapas, quadros de sistema métrico, de ciências, etc.... A biblioteca possui livros úteis e interessantes, que muito gostamos de ler. Existe no colégio um moderno gabinete dentário. Tudo isso é conservado com ordem e asseio. Gostamos do nosso colégio e, com prazer, o freqüentamos diariamente. Aqui encontramos bons colegas e aprendemos muita coisa, que mais tarde, nos será útil (*A Voz da Escola*, n. 2, abril de 1938, p. 3).

De acordo com a planta atualizada do Grupo Escolar Souza Lobo, do ano de 1955, é possível conhecer alguns espaços que foram sendo incorporados ao longo de sua história, tais como: sala para Jardim de Infância, cozinha, refeitório, dormitório, cooperativa, secretaria, gabinete dentário, gabinete médico, sala de música e canto e sala dos professores. No início dos anos 1960, uma nova edificação foi construída no local e a antiga totalmente demolida. Os diretores que vivenciaram essa primeira etapa foram (1914-1962): Odorico

69

O Jornal Escolar "A Voz da Escola", escrito com a participação de alunos do colégio Elemental Souza Lobo, foi localizado pela professora Maria Helena Camara Bastos em uma loja de livros antigos da cidade de Porto Alegre. Posteriormente, em visita à escola foram localizados mais alguns exemplares, totalizando 11 números, entre 1934 e 1940. Sobre, ver Bastos; Ermel (2013).

Álvaro Xavier (1914 – 1918); Branca Diva Pereira de Souza (1918 – 1939); Carmela D’Aloia Jamardo (1939 – 1948); Mary Mabilde (1948 – 1951); Amália Faerman Soares (1951 – 1956); Iolanda Gomes Klettner (1956 – 1959); Helena Przylski (1959 – 1966).

Pelo decreto número 17.312, de 18 maio de 1965, é criado o Ginásio Estadual no prédio onde se encontrava instalado o Grupo Escolar Souza Lobo. Em 1976, com o Decreto de unificação número 24.881, de 08 de setembro, passa a denominar-se Escola de Ensino Fundamental de 1º Grau e, desde dezembro de 2000, segue suas atividades sob a nomenclatura de Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo.

Figura 5 – Grupo Escolar Souza Lobo (s/d)



Fonte: acervo da Escola Estadual Souza Lobo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Protásio. (1916, 09 de setembro). **Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado vice-Presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’ A Federação, 1916.

BASTOS, Maria Helena Camara; ERMEL, Tatiane de Freitas. O jornal A Voz da Escola: escritas dos alunos do Colégio Elemental Souza Lobo (Porto Alegre/RS - 1934/1940). **História da Educação**, ASPHE. v.17, n. 40, p.143-173, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38094>. Acesso em: 10 mai. 2025.

KRAEMER NETO. **Nos tempos da velha escola**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

POSSAMAI, Zita. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. **História da Educação**, ASPHE, Pelotas, v. 13, n. 29 p. 143-169, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29009>. Acesso em: 10 mai. 2025.

3

Frederico Duarte Bartz

ESCOLAS POLONESAS - SOCIEDADE POLÔNIA

A educação básica teve um enorme impulso entre os imigrantes poloneses. No interior, ela era organizada e financiada pelos próprios agricultores, sendo que os governos municipais contribuíram pouco para ela. Nas cidades, os poloneses, que muitas vezes eram operários fabris, também construíram suas escolas em cidades como Porto Alegre e Rio Grande.

Na cidade de Porto Alegre, a colonização polonesa tomou impulso a partir da década de 1890. Assim que os imigrantes chegaram, começaram a criar sociedades beneficentes e escolas anexas a elas. A mais antiga sociedade seria a Wladislaw Jagielo; em

1898 surgiu a Zgoda (Concordia), que funcionava na Rua General Netto; neste endereço, passou a funcionar a partir de 1900 a Sociedade Tadeusz Kosciusko, que depois mudou-se para a Rua Comendador Azevedo.

Figura 1 - Alunos da Escola Sociedade Tadeusz Kosciusko em 1904



Fonte: Malinoski (2014).

Na esquina das Rua São Pedro com Pernambuco, se organizava a Sociedade Águia Branca, criada no ano de 1904. Desta forma, podemos afirmar que existiram duas associações principais (Tadeusz Kosciusko e Águia Branca), com suas respectivas escolas, que se localizavam nos Arrabaldes da Floresta e nos Navegantes, coincidentemente os dois maiores núcleos industriais da cidade. A Sociedade Águia Branca era considerada mais progressista que a Tadeusz Kosciusko (pois esta era mais próxima do catolicismo), abrigando em sua sede reuniões de grupos socialistas e livre-pensadores.



Apesar das escolas servirem à comunidade polonesa, alguns relatos apontam que estas instituições estavam abertas a uma maior pluralidade étnica, levando em consideração os territórios onde elas estavam inseridas. Bernard Puchalski, que foi Professor da Tadeusz Kosciuszko entre 1919 e 1923, conta que estudou em um sistema triangulado entre Polonês, Alemão e Português para traduzir livros de ensino e que, a pedido das famílias do bairro, também ensinava gramática de Língua Alemã aos alunos mais adiantados. Em relação à escola da Sociedade Águia Branca, o ex-aluno Jozef Pradzinski afirmou que não havia discriminação em relação à admissão de novos alunos e que crianças de outras etnias também frequentavam as mesmas aulas.

A instituição da República Polonesa como Estado independente, no fim da Primeira Guerra Mundial, teve um forte impacto sobre as escolas da comunidade. Entre 1920 e 1921, foi criada no Paraná a Sociedade Kultura e a Associação de Professores Poloneses de Escolas Privadas, como resultado da ação da Sociedade Kultura de Varsóvia, com o objetivo de centralizar as escolas dispersas, fornecer material e aperfeiçoamento didático. Em 1921, por iniciativa dos Padres Vicentinos, foi criada também no Paraná a Sociedade *Oswiata*, reunindo as escolas polonesas católicas. Durante os anos 1930, o Consulado Polonês vai agir no sentido de tentar unificar as diferentes tendências das organizações educacionais.

O centro de articulação das comunidades polonesas estava no Paraná, para onde haviam se dirigido o maior contingente desses imigrantes. O Rio Grande do Sul também tinha uma presença forte de poloneses, principalmente no interior do Estado, em colônias como Guarani das Missões e Dom Feliciano. A comunidade urbana de Porto Alegre também era importante, por isso houve um esforço no sentido da reunião das sociedades (e das escolas), para facilitar a comunicação e a organização.

Figura 2 – Alunos e alunas da Sociedade Águia Branca em 1926



Fonte: Malinoski (2014).

Ao longo do tempo, as associações étnicas polonesas apresentaram uma tendência a se fundir: a Zgoda juntou-se à Águia Branca em 1904 e, em 1930, Águia Branca e Tadeusz Kosciuszko se reuniram na Sociedade Polônia: um pouco antes de sua fusão, em 1927, a escola da primeira sociedade tinha 75 alunos e da segunda 55 alunos. Pode-se dizer que a Escola da Sociedade Polônia foi a herdeira das duas mais importantes escolas polonesas de Porto Alegre. Um dos objetivos da entidade era, inclusive, manter um Jardim de Infância, uma Escola Elementar e criar uma Escola de Ensino Secundário para a comunidade.

O Estado Novo acabou desorganizando todas estas iniciativas, pois, com a campanha de nacionalização, as principais federações étnicas polonesas foram fechadas. Em Porto Alegre, a Sociedade Polônia foi compulsoriamente fechada em 1938, com os Professores Wilhelm Mazurek e P. Gonet, importantes

organizadores educacionais da entidade, retornando à Polônia. Esse momento encerra a trajetória das escolas étnicas polonesas de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GARDOLINSKI, E. **Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Caxias do Sul: UCS, 1977.

MALINOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939)**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

4

Marco Antônio de Andrade Ribeiro

ESCOLA METODISTA INSTITUCIONAL

A atividade das Escolas Metodistas está diretamente ligada à ação de seus pastores e missionários. “Não raro, os próprios pastores são professores” (Dreher, 2008, p. 74). Essa é a maneira como se fizeram presentes as escolas Metodistas, uma correlação entre a igreja e a atividade educativa. Suas atividades iniciam em 1885 com o Colégio Evangélico Misto nº 1 (um dos mais antigos da cidade), depois chamado de Colégio Metodista Americano. Como outras escolas em Porto Alegre, iniciou em um prédio alugado no centro da cidade. Em 1921, o Colégio Americano passou a funcionar em um prédio próprio na Avenida Independência e, em 1945, mudou-se para

sua sede atual no bairro Rio Branco. Em 2002, o Colégio Americano foi integrado à Rede Metodista de Educação IPA, junto a outras instituições metodistas no Brasil.

O Colégio Metodista Americano era o carro chefe do projeto educacional desta igreja na capital gaúcha, mas ele não era o único. Ao longo do tempo, algumas escolas simplesmente acabaram esquecidas dentro do processo de transformações da cidade. Isso se deve ao fato de tais instituições atuarem por um tempo relativamente curto e/ou atenderem grupos pequenos e, também, por mudanças no modelo educacional. Esse é o caso do Escola Metodista Institucional, que ficava no Quarto Distrito, a zona industrial e operária de Porto Alegre, próximo da Igreja Metodista Institucional (fundada em 1902), na Rua São Pedro, quase esquina com a antiga Avenida Eduardo (hoje Presidente Roosevelt).

De acordo com dados publicados pelo jornal *A Federação*, em 10 de dezembro de 1926, a Escola Metodista do Quarto Distrito era mista, havia sido fundada em 1904 e, no ano de 1926, contava com aproximadamente 200 alunos. Ela estava situada na Avenida São Pedro (próxima à Igreja Metodista Institucional) e era coordenada por Mary Sue Brown, que também dirigia o Colégio Americano do centro da cidade. Infelizmente, temos pouquíssimos registros das atividades dessa escola, mas podemos depreender que as duas instituições (a da zona central e a do bairro industrial) estivessem umbilicalmente vinculadas.

A forte presença étnica germânica na região, que pode ser comprovada por dados apresentados pelos próprios metodistas, pode ter dificultado o estabelecimento da escola. De acordo com Dalla Chiesa (2024), o idioma ilustra a complexidade e a presença e uso do Alemão na vida social das pessoas da região. Ao ser designado para assumir o cargo de pastor metodista em Porto Alegre,



em 1899, o americano John Price também atendeu essa comunidade nascente, e nela proferiu seu primeiro sermão em Língua Alemã, sendo a pregação bilíngue a regra, naqueles anos, a julgar pelos seus registros e de sua esposa, nos diários mantidos por ambos. A filha mais nova do casal, por sinal, frequentava o *kindergarten* mantido pela Igreja Luterana (Dalla Chiesa, 2024). Apesar desta presença marcante dos imigrantes, a Igreja Metodista Institucional se caracterizou por não ser uma igreja vinculada a uma comunidade específica, estando aberta a uma maior pluralidade étnica, o que a diferenciava de outras confissões religiosas que atuavam na região.

Talvez pela falta de vinculação com as comunidades imigrantes e também pelos laços históricos com os Estados Unidos, é provável que a escola não tenha sofrido os reveses que outras instituições sofreram no período da Segunda Guerra Mundial, pois ela continuou existindo com o mesmo nome nos anos que se seguiram ao conflito. Em 1961, conforme anunciava o *Diário de Notícias*, a instituição abria suas matrículas para o Maternal, Jardim de Infância, Pré-Primário, Primário Completo, Admissão ao Ginásio, Alfabetização de Adultos e Supletivo (estes dois últimos tinham funcionamento noturno). Essa chamada oferece algumas pistas sobre a Escola, que podia ter como público principal famílias operárias que buscavam um nível básico de instrução para seus filhos ou jovens e adultos que procuravam suplementar sua formação.

A Escola Metodista fechou suas portas nas décadas seguintes, o que pode ser associado (por analogia a outros casos) ao fenômeno da desindustrialização e perda populacional do bairro. Esta é outra instituição escolar pouco conhecida, cuja reconstrução histórica ajudaria na construção da história educacional dos antigos bairros operários de Porto Alegre.

Figura 1 – Escola Metodista do Quarto Distrito



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

REFERÊNCIAS

DALLA CHIESA, Vicente Martins. **A igreja metodista e os teutos no Rio Grande do Sul**. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 166, 2024.

DREHER, Martin. **Breve história do ensino privado gaúcho**. Editora Oikos: São Leopoldo, 2008.

Educação e Cultura. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 8/2/1961, p.12.

Os que estudaram em Porto Alegre em 1926. **A Federação**. Porto Alegre, 10/12/1926, p. 3.

5

Marco Antônio Andrade Ribeiro

COLÉGIO LA SALLE NAVEGANTES E SÃO JOÃO

A presença católica protagonizada pelos arcebispos de Porto Alegre, especialmente Dom Cláudio José Ponce de Leon (1890 - 1912) e Dom João Batista Becker (1912 - 1946), representou um esforço estratégico e político para a vinda de educadores estrangeiros das ordens confessionais católicas para atuar na cidade. Essas relações mobilizaram diferentes atores sociais e exigiram negociações, ajustes, tensões e adaptações de todos os seus participantes. Entre as ordens que responderam às convocações de arcebispos e padres estão os Lassalistas. Em 1907, doze Irmãos, chamados de pioneiros, chegaram em Porto Alegre que se hospedaram numa casa próxima à Igreja Nossa Senhora das Dores, na Rua Riachuelo.

Dois irmãos, Franz (Francisco) e Martyr-Bernard (Bernardo), ambos de origem germânica, instalaram-se em 1908 na Avenida Voluntários da Pátria, formando o Colégio Lassale que funcionou como “quartier” (uma espécie de filial) da sede na Rua Riachuelo. Esse período corresponde a um importante ciclo de desenvolvimento (econômico, financeiro e social) da cidade, incluindo a região industrial chamada de Quarto Distrito, da qual o Navegantes era o bairro mais destacado. A população da região, formada por imigrantes e por deslocamentos populacionais internos, crescia vertiginosamente e a necessidade por infraestrutura pública, de saneamento à educação, tornou-se uma prioridade.

Durante os anos 1910, o Colégio São João Batista de Lassale instalou-se em um corredor de casas de madeira na Avenida Industrial (atual Polônia) com a Rua Minas Gerais (atual Farrapos). Este grupo de casas foi modificado, derrubando-se as divisórias internas até restarem apenas grandes salas de aula, que correspondiam aos anos do Curso Primário. Do antigo cortiço, sobrou apenas um poço, que servia ao pátio interno da escola lassalista. O memorialista Guido Mondim (1987), que estudou nesta escola, lembra que havia atividades culturais, como o teatro, que mobilizaram os alunos e também atraíam a atenção da comunidade do entorno.

Nas primeiras décadas do século XX, o bairro passou por rápidas transformações urbanas e a escola de madeira ficou pequena para a demanda de alunos. No final da década de 1920, o Lassale estabeleceu-se definitivamente no bairro de São João. Primeiramente, como uma escola paroquial, depois como um chalé ao lado da igreja São João e a sede clube Sogipa (*Tunerbund*).

O arrabalde São João (depois bairro) era formado por pequenas propriedades rurais que tinham como principal produção sua bacia leiteira. Com o crescimento dos bairros Navegantes e São



Geraldo, o que representou, também, o aumento da especulação financeira dos imóveis do Quarto Distrito, a urbanização do arrabalde São João foi inevitável. O bairro estabeleceu-se como a alternativa para o crescimento industrial e residencial da cidade, formado por trabalhadores assalariados, pequenos empresários e prestadores de serviço (classe média), numa época em que a educação estava restrita às classes mais altas. Rapidamente, empreiteiras adquiriram terras e lotearam o bairro.

Por diversas razões, incluindo o fato de que havia muitas indústrias de propriedade de teuto-gaúchos, nas proximidades da Igreja São João e do Clube Sogipa, havia uma identidade conectada marcada fortemente por essa etnia. Nessa época surge, também, o colégio luterano Pastor Dohms (ensino bilingue Português e Alemão) e, na década de 1940, o colégio salesiano Dom Bosco (Casa do Pequeno Operário) na mesma região.

É preciso destacar o papel da escola neste contexto étnico local (o predomínio de católicos de origem teuta), a consolidação de uma classe trabalhadora na cidade e as questões que envolvem o crescimento urbano do bairro São João. Vale ressaltar a identidade étnica como elemento presente na cultura escolar local e a forma como historicamente os Lassalistas construíram a ponte para uma multiplicidade étnica que formam a região, entre elas, os teuto-brasileiros da região do bairro São João. Ao longo dessa trajetória, o Brasil passou por diferentes sistemas políticos e políticas educacionais que exigiram da escola a capacidade de relacionar a cultura local e as diretrizes impostas por diferentes formatos de governo. De certa forma, a relação entre o colégio e a comunidade é bastante perceptível. Na Igreja São João, inclusive, existe a imagem de São João de Lasalle para culto.

Figura 1 – Alunos do Colégio La Salle Navegantes (provavelmente nos anos 1920)



Fonte: acervo da Universidade La Salle.

Figura 2 – Time de futebol formado pelos alunos do Colégio La Salle São João em 1935



Fonte: acervo da Universidade La Salle.

REFERÊNCIAS

COMPAGNONI, Ivo Carlos. **História dos Irmãos Lassalistas no Brasil**. Canoas: La Salle, 1980.

MONDIN, Guido. **Burgo sem água**: reminiscências do 4º Distrito. Porto Alegre: Editora Feplam, 1987.

NERY, Irmão. **A saga dos pioneiros lassalistas no Brasil**. Niterói, RJ: La Salle, 2007.

6

*Thaise da Silva
Camila Casaril Arboite*

CENTRO DE EDUCAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO

“Contar” a história das instituições de ensino é falar sobre a cultura de uma comunidade, seus valores, suas crenças e as questões sociais que a constituíram em um determinado tempo e espaço. A história do Centro de Educação São Vicente de Paulo é um exemplo disso, sua existência se confunde com as questões que envolvem o processo de imigração de poloneses, que acabaram por criar uma forte comunidade nos terceiro e quarto distritos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e tiveram como instituições de preservação de sua cultura as igrejas, as escolas e as associações.

Segundo Franco (1988), estes dois bairros receberam, entre o fim do Século XIX até meados dos anos 1960, mais de duas centenas

de famílias de imigrantes poloneses que se instalaram nesta região para trabalharem como operários da indústria e a escola acima referida prestou um trabalho tanto de preservação da cultura quanto de assistência social aos moradores da região.

O Centro de Educação São Vicente de Paulo é uma instituição que carrega consigo uma história de 174 anos de educação e tradição. Em sua origem, na Polônia, as escolas geridas pela Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição da Virgem Maria – Servas de Maria (nome popular) - denominadas “Pequenas Escolas”, tinham como objetivo oferecer educação às crianças polonesas, especialmente as mais pobres. As “Pequenas Escolas” surgiram especialmente no meio rural. Elas foram estabelecidas nos locais onde havia maior necessidade e contavam com o apoio da comunidade local. As primeiras Irmãs atuaram diretamente nessas escolas.

Estas instituições seguiam os princípios da Pedagogia de Edmundo Bojanowski, filósofo e pedagogo polonês do século XIX, fundador da Congregação. Sua pedagogia enfatizava o cuidado amoroso com as crianças, o desenvolvimento integral (físico, emocional, cognitivo e espiritual) e a promoção da dignidade humana. As escolas que seguiam essa pedagogia buscavam formar cidadãos conscientes, solidários e comprometidos com a transformação social, através de práticas que se pautavam no estímulo da imaginação, da criatividade e da autonomia dos pequenos. Este educador defendia a importância da educação infantil na formação das crianças. Segundo ele, esta etapa educacional deveria ser pensada de forma específica, levando em consideração as características e necessidades dessa faixa etária. Bojanowski destacava a importância do brincar e da interação social no desenvolvimento das crianças, defendendo que a educação infantil deveria ser pautada no respeito e no carinho, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para seu desenvolvimento (Centro de Educação São Vicente de Paulo, 2024).

Edmundo era um defensor da educação como um meio de promover a justiça social, a paz e a solidariedade entre as pessoas.

Ele acreditava que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica, e que os professores deveriam ser dedicados e compassivos em seu trabalho de ensinar e orientar os alunos.

O trabalho deste educador teve início na Polônia, e ganhou destaque durante a epidemia de cólera⁷⁰ de 1849, quando dedicou seus esforços ao cuidado dos doentes e mais necessitados, preparando remédios em sua própria casa e distribuindo-os pessoalmente aos mais pobres. Além disso, fundou um instituto em Gostyń, que servia como orfanato e hospital para os desfavorecidos, em sua maioria crianças órfãs, cujos pais haviam morrido por conta da doença. A história das instituições criadas na Polônia se repete na realidade porto alegreense, tanto com a preocupação social com a acolhida dos desamparados, quanto com o cuidado com as crianças pequenas.

A origem do Centro de Educação São Vicente de Paulo tem início com a vinda da Polônia, em 1954, de quatro Irmãs da Congregação Servas de Maria para trabalhar em um hospital em Ilópolis, pequeno município de imigração italiana, por solicitação do bispo Dom Vicente Scherer.

Devido ao número crescente de poloneses que chegaram ao Rio Grande do Sul, no final do século XIX e a comunidade que formaram no Terceiro e Quarto Distritos⁷¹ de Porto Alegre, surge a necessidade de criação de uma instituição educacional para atender os filhos destes imigrantes, assim, em 1965, parte do grupo vem para Porto Alegre para trabalhar no Jardim de Infância do bairro.

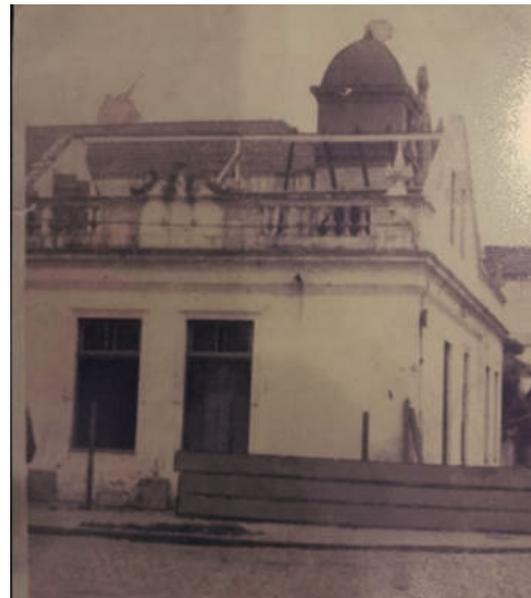
70 No século XIX, a Polônia enfrentou várias ondas de cólera, especialmente durante as pandemias globais que ocorreram entre 1817 e 1860. As condições de saneamento precárias nas cidades polonesas da época contribuíram para a rápida disseminação da doença, que causava desidratação severa e alta mortalidade.

71 Muitos imigrantes poloneses se estabeleceram nessa região, trazendo consigo suas tradições, cultura e religião. Uma das instituições mais importantes dessa comunidade é a Sociedade Polônia, que preserva a cultura polonesa por meio de eventos, atividades culturais e a manutenção de um acervo histórico. Essa associação desempenha um papel fundamental na salvaguarda da herança polonesa em Porto Alegre.

Segundo Stephanou, Kauer e Severo (2019), as associações que surgiram em maior número entre os poloneses que moravam no Brasil foram as instituições escolares, o que demonstra uma ação “enérgica educacional”, considerando tratar-se do fundamento principal de manutenção do polonismo no Brasil.

Neste ano, se iniciou o atendimento às crianças nesta instituição, em uma casa de madeira. No princípio, o atendimento ocorria em regime de internato, acolhendo algumas crianças da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), sem referência de família, e semi-internato, de segunda a sexta, atendendo aos filhos de trabalhadores que vinham da região metropolitana que, sem condições de retornarem para suas casas, permaneciam no bairro durante a semana de trabalho. Com o tempo, a instituição passa a se destinar apenas a Educação Infantil, atendendo às crianças desta faixa etária.

Figura 1 – Antiga instalação do Centro de Educação São Vicente de Paulo



Fonte: acervo do Centro de Educação São Vicente de Paulo.

A construção do atual prédio onde funciona a Instituição teve seu início em 1969. Este prédio pertencia à Congregação da Missão Província do Sul, dos padres Vicentinos, Mantenedora da Casa São Vicente de Paulo. A prestação de serviços era realizada pelas Irmãs.

Durante muito tempo, este espaço educacional era conhecido na comunidade como Creche do Padre Leon, devido à relação que se estabelecia entre a Congregação da Missão chefiada pelo padre polonês Leon Piotr Lisiewicz, que cedia o espaço.

Em 2009, a Congregação Missão Província do Sul, que administrava a Casa São Vicente de Paulo, mudou o seu foco de atendimento, passando o prédio e o gerenciamento para a Congregação das Irmãs Servas da Imaculada Conceição da Virgem Maria, que recebe o nome de Centro de Educação São Vicente de Paulo.

Figura 2 - Prédio construído na década de 1969



Fonte: acervo do Centro de Educação São Vicente de Paulo.

O Centro de Educação São Vicente de Paulo é um marco histórico na educação infantil de Porto Alegre, mantendo viva a missão de formar crianças com base em valores humanos, sociais e cristãos, assim como preconizavam os ideais teóricos e filosóficos de seu mentor Edmundo Bojanowski.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

IRMÃS SERVAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO DA VIRGEM MARIA. **Fundador - Edmundo Bojanowski**. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://servasdemaria.com.br/fundador/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

IRMÃS SERVAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO DA VIRGEM MARIA. **Centro de Educação São Vicente de Paulo (2024)**. Projeto Político Pedagógico [PPP]. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://servasdemaria.com.br/centro-de-educacao-sao-vicente/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SOUZA, Irmã Lurdes Vargas de. História do Centro de Educação São Vicente de Paulo. [Entrevista cedida a] Thaise da Silva. **Livreto dos Caminhos da Educação em Porto Alegre**: entre o consagrado e o esquecido. Porto Alegre. VI, novembro, 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ceme-faced/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

STEPHANOU, Maria; KAUER, Amanda Backes; SEVERO, Cláudia. Percursos e presenças: pistas acerca das iniciativas escolares de imigrantes poloneses no sul do Brasil (1893-1938). **III Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos**. I Encontro de Egressos do PPGE - UNESC, maio de 2019.

7

Natália Gil

COLÉGIO CONCÓRDIA

A criação do Colégio Concórdia integra as ações da *Lutheran Church-Missouri Synod* (Igreja Luterana-Sínodo Missouri dos Estados Unidos) na evangelização do sul do Brasil. Em 1901, o pastor Carl Wilhelm Gustav Mahler assumiu as atividades missionárias que resultariam na criação do Sínodo de Missouri em Porto Alegre/RS. De passagem pela cidade naquele ano, em uma viagem que tinha por destino final Pelotas, Mahler identificou o bairro Navegantes como uma região propícia ao projeto de instalação da “Congregação Evangélica Luterana Alemã de Porto Alegre”.

No final de 1902, então, Mehler instalou-se no bairro para iniciar atividades de assistência religiosa e ensino de primeiras letras. Nos primeiros anos de funcionamento, a *Deutsche Evangelische*



Konkordia Schule ocupou uma edificação alugada no Caminho Novo, local em que atualmente se encontra a esquina das Avenida Voluntários da Pátria e Avenida Brasil. Poucas semanas após a instalação, a escola registrava matrícula de 42 alunos no diurno e 24 no noturno. Naquele primeiro ano, H. Wilke assumiu a condução da instituição como professor e diretor, tendo se mantido no cargo até 1906. De modo articulado à escola funcionavam as atividades religiosas e, portanto, em horários distintos, as aulas e os cultos aconteciam no mesmo prédio.

Em 1907, a instituição se mudou para o endereço em que funciona até os dias atuais, na Avenida Presidente Franklin Roosevelt. Nesse período, o professor C. Noukukatz assumiu a função de diretor. Nesse local foi construída a igreja da comunidade, na qual foram instaladas estruturas móveis para divisão do espaço interno de acordo com a necessidade de uso, de modo a acomodar adequadamente as atividades religiosas e de ensino. Assim, nos dias de culto, as divisórias eram removidas.

A instituição de ensino foi ampliando progressivamente seu atendimento e, em 1922, já oferecia o curso elementar distribuído em seis séries, sendo designado na região como Colégio Concórdia. Naquele ano, o Rev. Johannes Furchtegott Kunstmann (1922-1942) assumiu como diretor e instalou o curso livre de Comércio, que tinha como propósito preparar os alunos para o trabalho.

Figura 1 – Antigo Seminário Concórdia, comprado para instalação do colégio em 1922, na Av. União (hoje Av. Maranhão)



Fonte: <https://colegioconcordia.com.br/concordia2019/historia/>.

Figura 2 – Turma de alunos ao lado do prédio escolar por volta de 1922



Fonte: <https://colegioconcordia.com.br/concordia2019/historia/>.

Em 1928, havia seis professoras atuando na escolarização das crianças, entre as quais estava a professora Joana Rauter, que lecionou no colégio durante 44 anos. Naqueles anos, as crianças eram alfabetizadas em português e em alemão. Em 1931, foi instituído o uniforme escolar e, em 1932, foi criado o Jardim de Infância, com 26 crianças educadas aos cuidados da professora Maria Brepel.

O aumento constante de matrículas determinou a necessidade de construção de duas novas salas de aula no chalé que ficava na Avenida Maranhão e, em 1935, foi construído um prédio novo no mesmo local. Os jornais da época atestam que o colégio contava com o apreço da população porto-alegrense naqueles anos. Por exemplo, em 30 de novembro de 1934, aparece publicada no jornal "A Federação" (1934, p. 2) a seguinte notícia:

Com início sabbado e domingo, o Collegio Concordia realizará este anno, os tradicionaes festejos populares, em seu vasto edifício, o que vem despertando geral interesse nos meios sociaes de São João e Navegantes, onde aquelle estabelecimento de ensino goza de grande sympathia.

Figura 3 - Fachada do prédio novo, construído na Av. Maranhão em 1935



Fonte: <https://colegioconcordia.com.br/concordia2019/historia/>.

Em 29 de abril de 1935, o jornal noticia a inauguração do novo prédio fornecendo as seguintes informações:

Realizou-se ontem, com início às 15 horas, na Avenida União, esquina com São Pedro, a festividade da inauguração do novo edifício do Collegio Evangelico Lutheranico Concordia.

O programma da festa, executado com brilho, foi o seguinte:

1º – Canto: “Lobt froh kien Herr” pela subdiretora Elsa H. da Silva; 3º – Hymno Nacional; 4º – Canto: “A escola”, 5º – 8º [ilegível], 5º – “Concordial!” – Dir. prof J. F. Kunstmann; 6º – Hymno Nacional Allemão; 7º – Canto: “Herr, Deine Gute”, 5º – 8º classes; 8º – Saudação às autoridades por todos alunos; 9º – Exercicios phisicos; 10º Hymno do Collegio Concordia (A Federação, 1935, p. 4).

Nesse trecho, também fica evidente a importância da língua e da cultura alemã nas festividades escolares. Havia canções em português e em alemão na programação e foram entoados o hino nacional brasileiro e também o hino nacional alemão. No final dos anos 1930, essa característica da instituição vai estar no alvo das ações de nacionalização das escolas executadas pelo governo ditatorial do Estado Novo. Entre 1938 e 1940, uma série de decretos assinados pelo presidente da República, Getúlio Vargas, determinaram, entre outras coisas, que todo material didático usado nas escolas elementares fosse em português, que os professores e diretores fossem brasileiros natos, que ficasse proibida a comunicação em língua estrangeira nas escolas, que fosse dado lugar de destaque à bandeira brasileira nas festividades (Kreutz, 2000). Como consequência dessas ações repressivas, nesse período, traços que remetiam à cultura germânica foram retirados do uniforme escolar do Colégio Concórdia e foi colocada uma foto de Getúlio Vargas em cada uma das suas salas de aula.

Nas décadas de 1930 e 1940, o colégio participou ativamente das Paradas da Mocidade, evento importante em Porto Alegre que acontecia em setembro, na Semana da Pátria, quando as escolas desfilavam na Avenida Borges de Medeiros dando visibilidade ao entusiasmo da sociedade porto-alegrense quanto à formação do segmento da juventude que tinha acesso à escolarização no período. O Colégio Concórdia destacava-se em sua apresentação, os alunos e alunas sendo comandados pela professora Martha Kadisch, que foi por mais de 20 anos promotora e incentivadora dos esportes na instituição. Em 1941, o colégio teve expressivo êxito nas competições esportivas e venceu a Parada da Pátria na categoria colégios particulares.

Com o falecimento de Johannes Kunstmann, em 1942, seu filho, Walter Gerhard Kunstmann (1942-1953), passou a responder pela direção do colégio e da Comunidade Luterana Cristo. Nesse período, foram criados os cursos ginásial e colegial. Em 1944, o ginásio contava com 700 alunos e foi oficializado, seguindo as determinações da então recente Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Em 1949, o colégio passou por nova expansão do prédio e, em 1952, foi inaugurado o internato com capacidade para 50 rapazes e 20 moças, vindos do interior do estado para frequentar os cursos ginásial e colegial. Naquele mesmo ano, o colégio criou também o curso colegial científico noturno.

No período seguinte, foi Martim Carlos Warth (1954-1964) que esteve à frente da direção da instituição de ensino. Assiste-se, então, a mais um momento de forte expansão e a escola chega a ter em torno de mil alunos. Em 1956, foi criada a Escola Técnica de Comércio Concórdia, que oferecia curso técnico em contabilidade, para rapazes e moças.

Esse é também o período de construção do novo prédio, projetado para ter quatro andares, com espaços e mobiliário adequados

aos ideais de modernidade pedagógica que circulavam por aqueles anos. Os recursos para sua construção foram angariados junto às famílias e à comunidade, mas a instituição recebeu também fomento dos governos estadual e federal, além de uma contribuição substancial da Central Evangélica para a Promoção do Desenvolvimento, cuja sede era na Alemanha.

O prédio novo foi inaugurado apenas em 1967, quando Bruno Rieth (1964-1968) esteve na direção do colégio. Naquela ocasião, a instituição mantinha o Jardim de Infância, os cursos primário e de admissão, o curso ginásial e cursos técnicos (contabilidade, datilografia, estenografia e línguas).

Em 1971, a Lei Federal 5.692 procedeu à reforma do ensino, fundindo o primário e o ginásio em um único curso com duração de 8 anos, chamado Ensino de 1º Grau, e estabeleceu que os três anos finais da escolarização básica, o Ensino de 2º Grau, teriam compulsoriamente que ser profissionalizantes. O Colégio Concórdia, como já tinha a escola técnica, procedeu aos ajustes necessários para estender tais saberes profissionais a todos os estudantes de 2º Grau. À frente dessas adaptações esteve como diretor Roberto G. Seide (1968-1977). Em seguida, assumiram a direção da instituição Wagner Sonntag (1978-1987), Silvia Regina King Jeck (1988-1994), Sonia Maria da Silva Widholzer (1995-1998) e Valdir Bernardo Feller (1998-2000). Nos anos 1990, a escola se modernizou, acompanhado a tendência do período, instituindo por exemplo uniforme composto de moletom e camiseta e realizando alterações no projeto pedagógico.

As décadas de 1980 e 1990 foram anos economicamente difíceis para as escolas particulares, em função das altas taxas de inflação e da recessão econômica, que diminuíram o poder de compra da população, comprometendo muito a capacidade de as famílias de classe média manterem o compromisso de pagamento das mensalidades escolares.

A enorme dificuldade em sustentar a saúde contábil do Colégio Concórdia levou à decisão de estabelecer outro modo de gestão. Assim, em 2000, foi fundada a Cooperativa Educacional de Ensino Básico COOPEEB Ltda., que passou a ser, oficialmente, a mantenedora da instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

COLÉGIO Concórdia, 115 anos de uma história de amor e serviço à comunidade. Disponível em: <https://colegioconcordia.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Historia-Colegio-Concordia-Porto-Alegre.pdf>

Collegio Concórdia. **A Federação**, Porto Alegre, n. 273, 30 de novembro de 1934, p. 2.

Collegio Concórdia. **A Federação**, Porto Alegre, n. 100, 29 de abril de 1935, p. 4.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 347-370.

MATTE, Hubert. **O luteranismo desbotado: um estudo sobre as escolas luteranas na região metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

8

Frederico Duarte Bartz

GEWERBESCHULE

Em 1913, o arquiteto Theo Wiederspahn, em associação com empresários de origem germânica, como Alberto Bins, criaram a Gewerbeschule, uma Escola de Formação Profissional que tinha como finalidade formar uma mão-de-obra qualificada para atender à expansão do mercado de trabalho local. Porto Alegre vivia um momento de crescimento no setor industrial e de serviços. O surgimento de novas fábricas e outros negócios demandam a contratação de desenhistas, arquitetos, trabalhadores de escritório, especialistas em diferentes ramos de artesanato etc. Para tentar sanar a falta de mão-de-obra técnica através de uma formação específica, a Gewerbeschule foi instalada nas salas de aula da Escola para Meninos do Deutscher Hilfsverein, na Rua São Rafael (atual Alberto Bins).

A Gewerbeschule oferecia um curso técnico com ênfase em conhecimentos aplicados na construção civil e na indústria e um curso de línguas e negócios, que estava voltado principalmente para

o comércio. As aulas ocorriam durante a semana no período da noite e aos domingos pela manhã. Também havia estágios em oficinas, o que possibilitaria a aquisição de conhecimento prático em áreas diversas com mestres experimentados nas artes da vidraçaria, marcenaria, carpintaria e eletrotécnica.

O público alvo era especialmente masculino e formado por imigrantes alemães, mas algumas mulheres e pessoas de outras origens étnicas também foram aceitas na nova escola. Os professores eram arquitetos (como Theo Wiederspahn) ou trabalhadores especializados, que participavam da associação mantenedora da escola. Desde cedo a instituição recebeu o apoio da Federação das Sociedades Alemãs e de negociantes como Alberto Bins, A. J. Renner, Rudolf Ahrons, Martin Bromberg e Peter Wallig, que ajudavam a escola visando a incorporação dos alunos e alunas em seus próprios negócios. A Gewerbeschule viveu um período de expansão até que a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e o clima anti-alemão que se seguiu, impediram sua continuação.

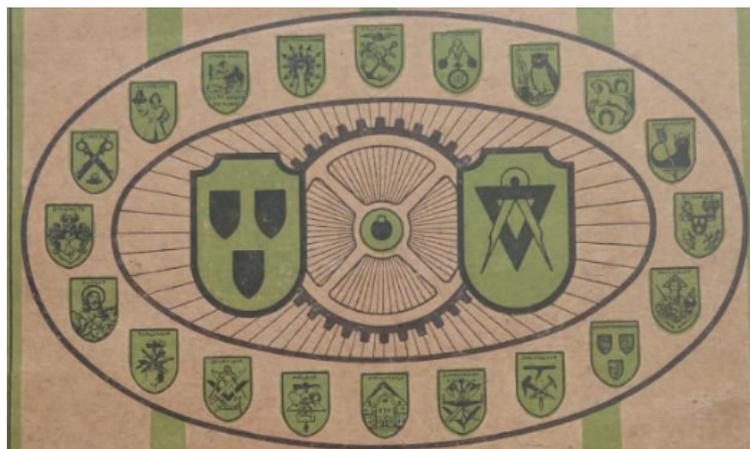
A ideia da Gewerbeschule foi retomada em 1921, buscando reativar a escola e reverter os anos perdidos de desorganização do pós-guerra. Em um primeiro momento, as aulas ocorreram no escritório de Theo Wiederspahn, mas em 1922 as aulas foram transferidas para seu local definitivo: o novo endereço seria a Escola da Comunidade Luterana Cristo, na Avenida Eduardo (atual Presidente Franklin Roosevelt), esquina com Avenida União (atual Maranhão). A mudança era estratégica, pois a escola saía da região central da cidade e seguia para a zona norte, no Quarto Distrito, onde estava ocorrendo um grande aumento populacional, vinculado à instalação de diversas indústrias. Naquela parte da cidade estava não apenas o público que buscava qualificação profissional e especialização no trabalho, mas também as empresas que tinham potencial capacidade para empregar os recém-formados.

Em 1930, a Gewerbeschule parecia estar passando por algumas dificuldades, pois desenvolveu-se um debate através de

jornais alemães sobre a melhor forma de fortalecer a sua atuação e sua abrangência. Destas reuniões, surgiu uma nova associação, a Handwerk Verband, a Associação de Artesãos de língua alemã de Porto Alegre. Assim como aconteceu com a Gewerbeschule, seu principal animador foi Theo Wiederspahn; sua finalidade era associar (e valorizar) os trabalhadores técnicos e especializados, que no Brasil não tinham a mesma rede de proteção em comparação com a Alemanha.

A Gewerbeschule continuou existindo durante os anos 1930, voltada para a formação de trabalhadores especializados, em um contexto em que a indústria do Rio Grande do Sul continuava crescendo. No ano de 1939, no contexto da nacionalização do ensino, a escola encerrou suas atividades, assim como aconteceu com outras instituições das comunidades imigrantes. O surgimento e desenvolvimento da Gewerbeschule deve ser compreendido a partir da expansão industrial, o que impactou nos projetos educacionais desenvolvidos em Porto Alegre, que também deviam responder às necessidades de um mundo do trabalho cada vez mais complexo.

Figura 1 - Brasão da Gewerbeschule publicado no livro comemorativo aos dez anos da Associação



Fonte: Fest-Schrift (1923).

Figura 2 - Grupo de professores em 1923



Fonte: Fest-Schrift (1923).

Figura 3 - Grupo de alunos de desenho em 1923



Fonte: Fest-Schrift (1923).

REFERÊNCIAS

Fest-Schrift zum 10 Jährigen Vereinsjubiläum des Gewerbe-Schulvereins zu Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia Mercantil, 1923.

GRIENEISEN, Vera. **Arquiteto Wiederspahn: olhares contemporâneos sobre sua obra.** Porto Alegre: UNISINOS, 2022.

WALTZ, Emil. Zur Geschichte der Gründung des Deutschen Handwerkverbandes. ***Das Handwerk.*** Porto Alegre, 1/1931. p.6-9.

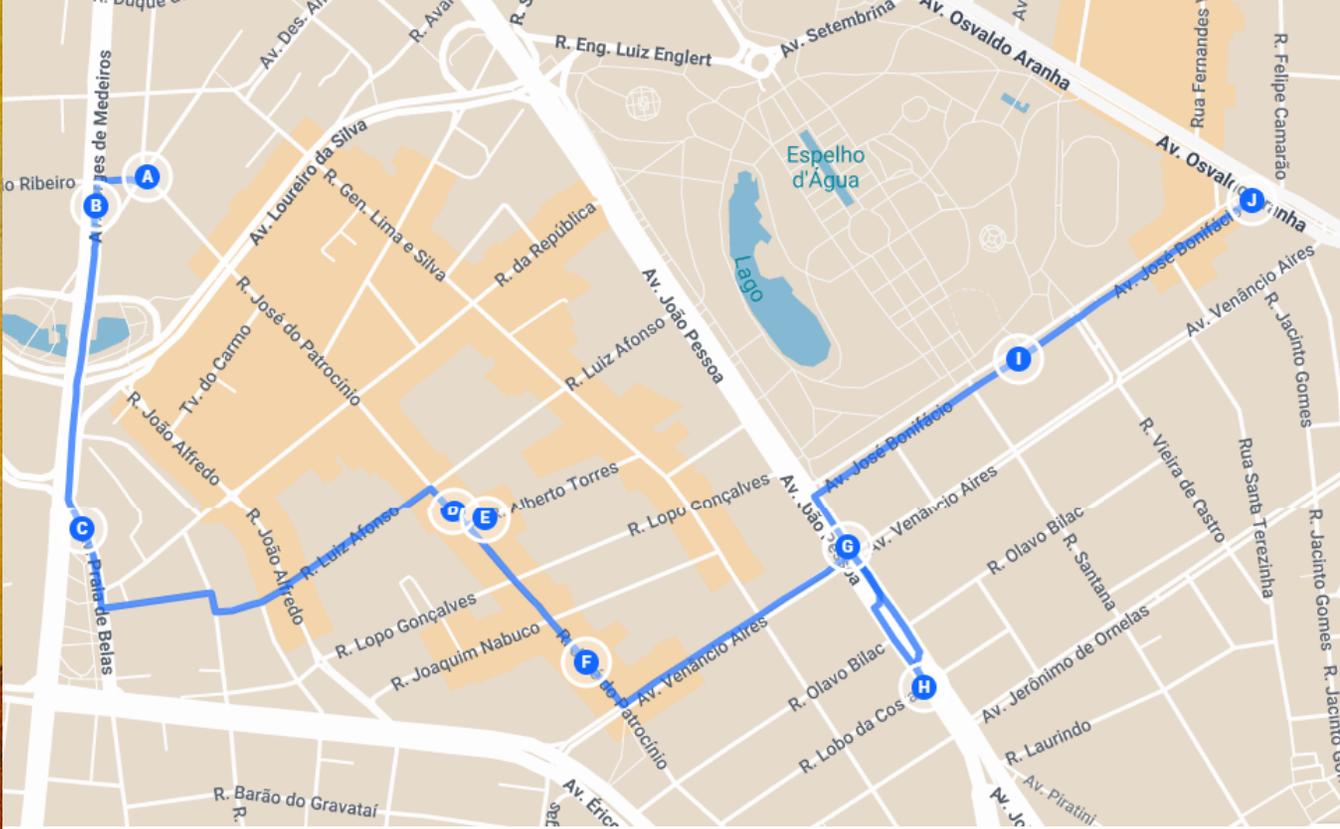
WEIMER, Günter. **Theo Wiederspahn arquiteto.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

WEIMER, Günter. O arquiteto Theo Wiederspahn. **Boletim informativo do museu de artes do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, n. 21, jun - jul. 1984, p. 1-3.

Caminhada

5

**BAIRROS
CIDADE BAIXA
E FARROUPILHA**



- A. Escola Noturna do jornal "O Exemplo" e Atheneu Popular
- B. Casa do Estudante Pobre
- C. Pão dos Pobres de Santo Antônio
- D. Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre (CEUPA)
- E. Creche São Francisco de Assis
- F. Escola da APAE - Instituto Educacional Nazareth
- G. Aula Isolada Campo da Redenção
- H. Colégio João XXIII
- I. Colégio Militar de Porto Alegre
- J. Atheneu Operário



Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do tremó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão de gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, lugares nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe. Esse olhar em volta já é suficiente para que se perceba a impossibilidade de traduzir, de forma imediata, a universalidade de um tempo mensurável e natural – mesmo que esse tempo tenha uma história própria – para um conceito de tempo histórico (Koselleck, 2006, p. 13-14).⁷²

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cidade Baixa foi o primeiro bairro popular de Porto Alegre, nascido a partir da ocupação do lado sul da colina sobre a qual foi construída a Igreja Matriz e o Palácio do Governo. Diferente da Cidade Alta, onde se concentravam as moradias dos dignitários e pessoas ricas de Porto Alegre, a Cidade Baixa foi, inicialmente, o lugar para onde se dirigiram as pessoas mais pobres, os trabalhadores manuais e a comunidade negra, como os libertos da escravidão. Esta ocupação inicial, nos fundos da Igreja e do Palácio, foi avançando durante o século XIX, em direção à região alagadiça pontilhada por sítios que ficava entre o Campo da Várzea (atual Parque Farroupilha) e o Arroio Dilúvio, que corria em paralelo com a rua da Margem (atual Rua João Alfredo). Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, esta região se notabilizou pela forte ligação com a comunidade negra. Na Cidade Baixa, foi onde nasceram os primeiros batuques de Porto Alegre, próximos da Rua Avaí e do antigo Beco do Oitavo (atual Rua Professor André da Rocha). Foi a região onde durante muito tempo esteve o principal clube social negro da capital, a Sociedade Floresta Aurora. Também era nesta parte da cidade que se localizava o Areal da Baronesa e a Ilhota, dois dos principais territórios negros de Porto Alegre. A Cidade Baixa também era o bairro onde viviam muitos dos empregados da Companhia Carris Porto Alegrense (cuja garagem dos bondes ficava onde hoje está o Largo Arquimedes Fortini), dos operários das olarias e fábricas de cerâmica e também das lavadeiras, que aproveitavam da proximidade do Riacho para exercer seu ofício.

Figura 1 - Vista aérea do Bairro Cidade Baixa no início do século XX



Figura 2 - Travessa dos Venezianos que mantém o estilo das casas dos moradores, construídas no início do século XX



Fonte: figuras 1 e 2: www.flickr.com.

Durante o século XX, a Cidade Baixa se destacou por ser um bairro populoso e popular, com uma intensa vida cultural, onde podiam

ser encontrados diversos clubes sociais, sindicatos, times de futebol, cordões carnavalescos e também escolas. Em nossa caminhada pelo bairro, conseguimos ter uma pequena amostra da diversidade de projetos educacionais que marcaram a vida escolar da região: o Atheneu Popular, da comunidade negra; a Aula Isolada Campo da Redenção; a Escola no Casarão da Várzea (Colégio Militar de Porto Alegre); o Pão dos Pobres, da Igreja Católica, a Creche São Francisco de Assis; o Colégio João XXIII, escola comunitária. E havia também parceria da Igreja Católica com instituições sociais, que deram espaço à APAE de Porto Alegre, na época conhecida como Instituto Educacional Nazareth de Educação Especial. Além disso, uma das marcas da região foi a proximidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazendo com que muitos universitários vivessem no bairro, justificando a presença das casas de estudantes, como a Casa do estudante Pobre e a Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre - Ceupa.

Figura 3 - Bairro Cidade Baixa, década de 1930



Fonte: acervo Museu Joaquim Felizardo.

Frederico Duarte Bartz

REFERÊNCIAS

WERNER, Gilberto. **Antiga Cidade Baixa**: a história. Porto Alegre: PMPA/Cidade Baixa em Alta, 2013.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Doris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1880-1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Porto Alegre: PPG em Geografia da UFRGS, 2017 (Dissertação de Mestrado)

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

1

Frederico Duarte Bartz

ESCOLA NOTURNA DO JORNAL “O EXEMPLO” E ATHENEU POPULAR

O jornal *O Exemplo* surgiu no ano de 1892, na barbearia de Espiridião e Florêncio Calisto, na Rua dos Andradas. O objetivo do jornal era defender os direitos da população negra e lutar contra o preconceito racial, servindo de instrumento para a formação política e intelectual desta comunidade. Neste período (logo após a Proclamação da República), havia uma crença bastante disseminada no papel da educação como fator de promoção social, por essa razão, no começo do século XX, esse mesmo jornal organizou uma escola que estava voltada principalmente para crianças pobres, negras e filhos da classe trabalhadora.



A primeira sede do jornal *O Exemplo* ficava no centro da cidade, na Rua dos Andradas, entre a Travessa Paysandu (atual Caldas Júnior) e a Rua Gen. João Manoel, onde esteve em funcionamento até 1897. Em 1902, o jornal foi recriado, sob a gerência de Vital Baptista e a direção de Esperidião Calisto e Tácito Pires (que havia sido uma liderança importante no movimento socialista da capital). Nesta nova fase, seus princípios de combate ao racismo e incentivo ao progresso social da comunidade negra permanecem vigentes, mas sua localização mudou. Sua nova sede ficava na Rua Fernando Machado, quase esquina com a Rua do Espírito Santo. Neste mesmo ano, o periódico mudou novamente, localizando-se desta vez na Rua Concórdia (José do Patrocínio), quase esquina com a Rua Coronel Genuíno.

Estes novos endereços estavam inseridos na Cidade Baixa, um bairro que havia começado a se formar na metade do século anterior, quando famílias pobres (muitas delas negras) começaram a construir suas casas nos terrenos íngremes que desciam para trás da Igreja Matriz e do Palácio do Governo Provincial. Durante a segunda metade do século XIX, este bairro popular cresceu paralelo ao riacho, avançando em direção à várzea (atual Parque Farroupilha). Desde um período bem avançado no tempo, existem registros de manifestações religiosas e de festividades da comunidade negra na Cidade Baixa, como o Candombe da Mãe Rita (uma das primeiras Mães de Santo que se tem notícia em Porto Alegre), que ficava na Rua Avaí. Desta forma, a mudança para a Cidade Baixa se reveste de grande importância, pela proximidade geográfica de um território tradicional da comunidade negra.

Figura 1 - Localização dos dois endereços do jornal *O Exemplo*, durante a vigência de seu projeto escolar



Fonte: planta da Cidade de Porto Alegre de 1906.

Em outubro de 1902, *O Exemplo* anunciou a organização de sua Escola, justificando o empreendimento pela grande dificuldade dos trabalhadores e seus filhos terem acesso à instrução. Por conta da pobreza, da falta de recursos materiais, os mais pobres eram "atirados às oficinas" ainda muito jovens, o que os privaria da instrução e do acesso a uma gama maior de possibilidade de escolhas durante a vida. O autor do texto (não identificado) também apontava uma contradição do período em que estava vivendo, pois, no tempo do Império e da escravidão, existiam algumas aulas noturnas que eram abertas aos mais pobres, enquanto na vigência do "regime democrático" (republicano), elas não haviam sido criadas. Desta forma, o grupo editor do jornal tomava para si a responsabilidade de abrir esta possibilidade de instrução.

O horário de funcionamento da nova Escola seria das 8 às 11 horas da noite, justamente para atingir a classe trabalhadora que não dispunha de tempo para estudar durante o dia. O ensino seria dividido em níveis primário, médio e secundário. Em seu primeiro nível, estavam previstas a 1ª e 2ª Classes, com ensino de Leitura, Escrita e Aritmética e a 3ª Classe, com Leitura, Aritmética e Gramática. O nível médio estava dividido em 1ª e 2ª Seções, com ensino de Português, Gramática, Aritmética, Geografia Prática, Geografia e Ciências (esta última apenas na 2ª Seção). Para além destes, também estava previsto o nível secundário, com o ensino de línguas e outras variações de matemática, mas este não poderia ser oferecido imediatamente. Entre as matérias ensinadas, chama atenção a “Geografia Prática”, que era o estudo de linhas, ângulos, avaliações de áreas e volumes, que era um conhecimento que serviria para a qualificação do trabalho.

Figura 2 - Jornal *O Exemplo*, dando grande destaque ao lançamento das aulas noturnas e seu programa de ensino



Fonte: *O Exemplo*. Porto Alegre, 12/10/1902, p. 1.



Em seu regulamento, no primeiro artigo, o grupo editor do jornal anunciava que a escola era aberta para todos e todas, independente de cor, sexo, nacionalidade, religião e profissão, ou seja, mesmo que fosse um projeto criado dentro da comunidade negra e voltado para a classe trabalhadora, sua abertura era universalista. A contribuição era voluntária e a vida econômica da Escola iria ficar a cargo de uma comissão composta de um membro do jornal e os tesoureiros das associações mantenedoras; disto se depreende que o desejo dos proponentes do projeto era ampliar o apoio à escola para além do jornal, buscando, talvez, a ajuda de clubes sociais, sindicatos ou irmandades religiosas, que eram espaços de organização da comunidade negra.

Em dezembro de 1902, o jornal publicou dois artigos com o título de “Atheneu Popular”, que ampliava a crítica sobre os efeitos da falta de instrução, ao mesmo tempo em que procuravam sensibilizar o público para se engajar na obra que já havia começado. No final do segundo texto, era avisado que “dentro em breve [vamos] oferecer aos nossos um estabelecimento de horticultura capaz de satisfazer a necessidade do meio em que vivemos e digno de figurar a par de outros que são tidos na conta dos bons”. Pelo título e também pelo desejo exposto, parece que o grupo editor do jornal *O Exemplo* pretendia transformar sua Escola Noturna em algo maior, uma instituição com finalidade cultural que acolheria a classe trabalhadora e a comunidade negra de Porto Alegre.

Apesar dos apelos, o projeto parece ter tido pouca adesão. Os organizadores não tinham grandes recursos para investir em uma instituição escolar, o que fez com ela tivesse uma vida breve. A importância da Escola do jornal *O Exemplo* deve ser percebida a partir da força de sua proposta e da ideia de uma escola democrática, que permitisse a inclusão da comunidade negra e dos filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

Nossa Escola. **O Exemplo**. Porto Alegre, 12/10/1902, p. 1.

Atheneu Popular. **O Exemplo**. Porto Alegre, 11/12/1902, p. 1.

Atheneu Popular. **O Exemplo**. Porto Alegre, 18/12/1902, p. 1.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1897). Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2018 (Tese de Doutorado).

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Escola Noturna “O Exemplo” educação e emancipação dos trabalhadores na imprensa negra do pós-abolição (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Revista Brasileira de História da Educação**. Porto Alegre, V.22, n. 1, p. 1-25, 2022.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Porto Alegre: EST, 2019.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1880-1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Porto Alegre, 2017.

2

*Marcos Luiz Hinterholz***CASA DO ESTUDANTE POBRE**

Foi a primeira residência para estudantes formalmente instituída no Rio Grande do Sul. Sua gênese remonta à Porto Alegre do início dos anos 1930, tempo de grandes agitações no meio estudantil, quando esteve em discussão o modelo de universidade que viria a ser implementado no estado. A Federação Acadêmica (Fapa), então entidade representativa dos estudantes das escolas superiores, participou ativamente desse debate, sob a influência de figuras como Waldemar Ripoll (1906-1934)⁷³ e Aparício Cora de Almeida (1906-1935)⁷⁴. Ambos estiveram entre os idealizadores do *Movimento Pró-Universidade do Rio Grande do Sul*, do qual derivaria o *Movimento*

73 Waldemar Ripoll (1906-1934) foi jornalista, advogado, militante e dirigente do Partido Libertador.

74 Aparício Cora de Almeida (1906-1935) foi advogado, militante do PCB e Secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio Grande do Sul.

Pró- Casa do Estudante Pobre, que ganhou corpo em 1931, no interior do Centro Acadêmico do Direito, da Faculdade Livre de Direito⁷⁵.

Em 1933, esse Centro assumiu as mobilizações para edificar, no Campo da Redenção (hoje Parque Farroupilha), o que então pretendiam chamar de *Casa do Estudante Pobre*. A doação do terreno inclusive já havia sido obtida junto à prefeitura de Porto Alegre. Com a finalidade de angariar fundos para a obra, organizaram uma caravana que percorreu diversas cidades do interior do estado encenando a peça teatral *Revista...ou coisa parecida*, de autoria dos próprios estudantes⁷⁶. A campanha ampliou-se e outros segmentos sociais saíram em favor da causa. Ao longo daquele ano era possível ler nos jornais convites para o “Grande Concerto da Casa do Estudante Pobre” no palco do Teatro São Pedro. Igualmente podem ser encontradas na imprensa notas sobre os chás promovidos pelas senhoras da alta sociedade porto-alegrense, mobilizadas pela causa. Muitas festas, almoços e outras promoções seguiram no curso daquele ano e no seguinte (Hinterholz, 2023).

Mesmo com todos esses esforços, o objetivo de construir uma sede própria não foi alcançado e as obras sequer iniciaram. Porém, uma comissão formada pelo Centro dos Estudantes de Direito, conseguiu junto à Prefeitura de Porto Alegre, “a título precário” (Maciel, 1994), a cedência de um imóvel, situado na Rua Demétrio Ribeiro nº 1145 (então Rua da Varzinha), onde hoje se localiza a praça Daltro Filho, em frente ao Cinema Capitólio. Ali foi provisoriamente instalada a Casa do Estudante, inaugurada em 1º de agosto de 1934. Todas as doações e recursos arrecadadas na caravana foram empregados para limpar, reformar e mobiliar esse prédio, que possuía dois pavimentos

75 Faculdade Livre de Direito foi fundada em Porto Alegre, em 17 de fevereiro de 1900. No ano de 1934, passa a integrar a Universidade de Porto Alegre (UPA). Em 1950 é incorporada ao Sistema Federal de Ensino Superior, com a criação da Universidade do Rio Grande do Sul.

76 A mesma peça havia sido anteriormente apresentada em Porto Alegre, no Teatro São Pedro (Correio do Povo, 1934).

e capacidade para abrigar não mais que 10 estudantes. Apesar de diminuta, contava com uma biblioteca. A parte térrea serviria como sede da Federação Acadêmica de Porto Alegre (Fapa) que, em virtude da criação da Universidade naquele ano, passou a chamar-se Federação dos Estudantes da Universidade de Porto Alegre (Feupa). Note-se que na fachada do edifício (Figura 1) o qualificativo *pobre* foi suprimido da designação da Casa. A palavra, estratégica na campanha de arrecadação de fundos, não foi assumida no nome oficial da entidade, possivelmente em função dos estigmas e ela relacionados.

Figura 1 – Primeira sede da Casa do Estudante (Rua Demétrio Ribeiro, nº 1145)



Fonte: Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quinz. Nov. 1935, p. 58.

Figura 2 - Dependências internas - Biblioteca (1935)



Fonte: Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quin. Nov. 1935, p. 58.

Figura 3 - Dependências internas - Dormitório (1935)



Fonte: Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quin. Nov. 1935, p. 58.



É importante frisar que a Casa do Estudante e a Feupa estiveram intimamente ligadas, tanto institucionalmente quanto fisicamente. Como dito, já na inauguração do prédio dessa residência estudantil, a Federação, que não tinha sede própria, lá se instalou. Isso acabou tornado a Casa uma referência não apenas para os seus moradores, mas para uma comunidade acadêmica bem mais ampla. O espaço, embora pequeno, passou a sediar uma série de reuniões e eventos universitários. Além das próprias reuniões da Federação Acadêmica, há registros de encontros do Clube Americano Universitário⁷⁷, agremiação esportiva gerida pela Federação. São indícios de que a Casa do Estudante, desde os seus primórdios, funcionou como ponto de encontro e sociabilidades diversas, um espaço estendido da vida acadêmica.

Em 1938, a despeito dessas diretrizes e dos esforços empenhados, a instituição sofreu o seu primeiro grande revés: a Prefeitura Municipal de Porto Alegre preparou um plano de remodelação da cidade, e entre as ações previstas estava a abertura de uma praça⁷⁸, em frente ao Cinema Capitólio, justamente onde ficava o prédio da Casa do Estudante, que seria demolido. Num primeiro momento, a Casa foi transferida para um imóvel na então chamada Lomba do Cemitério⁷⁹ (atual Av. Oscar Pereira), período sobre o qual não foi possível encontrar maiores informações. Logo em seguida, ainda em 1938, e após negociações com o então prefeito José Loureiro da Silva, os estudantes foram realocados para o Parque da Redenção, no pavilhão construído para expor os produtos típicos do estado do Paraná, utilizado na Exposição de 1935, por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha. Tratava-se de uma estrutura precaríssima, feita de estuque, com iluminação mal distribuída e sem água

77 A criação do Clube Americano Universitário remete a 1935, quando a Federação Acadêmica de Porto Alegre firma um acordo com o então já existente Clube Americano a fim de transformá-lo em "centro de cultura física da mocidade estudantil" (A Federação, 15/10/1935).

78 Hoje Praça Daltró Filho.

79 Machado (1955).

encanada. A Casa permaneceu nesse local até 1942, quando um incêndio consumiria o pavilhão, tornando o que era precário, inabitável. Com o ocorrido, a Feupa, através de mobilizações, alugou um prédio na Rua Duque de Caxias nº 1707, para onde a Casa se transferiu.

Em 1944, acontece nova mudança de sede, dessa vez de modo definitivo. Naquele ano, o casal Israel Almeida e Maria Antônia Cora, pais de Aparício Cora de Almeida, doaram ao estado gaúcho um amplo prédio de propriedade da família, localizado na Rua Riachuelo, 1355, para que ali fosse sediada aquela que então passou a chamar-se *Casa do Estudante do Rio Grande do Sul*. O gesto foi em homenagem à memória de Aparício, líder estudantil da segunda metade da década de 1920 e princípios de 1930. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), acabou morrendo em outubro de 1935, sob indícios de assassinato político. Com o novo prédio, a Casa passou a contar com um número muito maior de vagas de moradia e toda uma estrutura de assistência estudantil, originando aquela que ficou conhecida como Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca). Mas essa já é uma outra história...

REFERÊNCIAS

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **Entre artes de fazer e experimentações**: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021). 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MACHADO, Raul. **Breve Histórico da Casa do Estudante, 1955**. Arquivo Ceuca/AHRS.

MACIEL, Rubens Mário Garcia. **Nós, os alunos que já estávamos lá**. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETI, Yvonne (Org). UFRGS: identidade e memória (1934-1994). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

3

Luciane Sgarbi S. Grazziotin

PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO

Segundo Desaulniers (1997), o Pão dos Pobres⁸⁰ foi fundado em 15 de agosto de 1895, pelo Cônego Marcelino de Souza Bittencourt, com o objetivo de dar esmolas e distribuir o pão de Santo Antônio para as pessoas carentes⁸¹. O orfanotrófio, criado para

80 Para saber sobre instituição "Pão dos Pobres" relacionadas a esse capítulo consultar: Grazziotin, L. S. S., 2024 (A). Grazziotin, L. S. S., 2024 (B).

81 A pedra fundamental foi colocada em 1904, e a Obra se chamava "Abrigo das Famílias Pobres do Pão dos Pobres de Santo Antônio". A institucionalização da escolarização ocorre em 1910, por meio da fundação de duas escolas, com o propósito de educar as crianças abandonadas: a Dom Sebastião, para meninas, e a Dom Feliciano, para meninos. Em 1911, falece o fundador da Obra, que caminhava em franco processo de expansão. No momento, não se encontrou quem quisesse dar continuidade. Em 1915, mediante solicitação do Arcebispo Metropolitano Dom João Becker, a Congregação Religiosa dos Irmãos das Escolas Cristãs ou Lassalistas assume a Instituição, a qual é inaugurada em 02 de abril de 1916 (Staub, 2013).

abrigar meninos órfãos, foi construído somente em 1916, duas décadas depois. As décadas subsequentes à construção do orfanatório, se caracterizaram, no Brasil, por um processo de industrialização bem significativo. Tais mudanças acarretaram como consequência novas demandas sociais, principalmente no campo educacional.

Figura 1 - Orfanatório Pão dos Pobres - década de 1930



Fonte: divulgação⁸²

Em uma sociedade cada vez mais competitiva, era essencial as pessoas terem um ofício com o qual pudessem enfrentar as dificuldades de viver em um contexto industrial que já mostrava indícios de uma crescente exclusão social (Desaulniers, 1997). No campo religioso, as instituições empreenderam iniciativas a fim de permanecerem consoantes com o momento social e de qualificarem os habitantes da sociedade nesse processo desenvolvimentista. Começaram, portanto, a surgir as escolas de ofício católicas, com o objetivo de prepararem seus alunos para viverem em sociedade,

82

https://www.google.com/search?q=orfanato+p%C3%A3o+dos+pobres+porto+alegre&sca_esv=4204840b24fada1f&hl=pt-br&sxsrf=AHTn8zpQPxF7P1y_4KGoagRGaZeJdGU.

dando-lhes uma formação profissional e, mais que isso, uma formação para a vida⁸³. Tais instituições passaram, então, a formar um novo cidadão de acordo com os preceitos do catolicismo. Seu Barbosa⁸⁴, ao relembrar essa instituição, comenta:

Foi minha Mega-Sena, foi aquele colégio [...] estudava Matemática, Geografia, História do Brasil, é Matemática, História do Brasil, Ciência, Conhecimentos Gerais, tinha que ler, era matéria normal. No final saí com uma profissão a de torneiro mecânico, com ela sustentei minha família. (Entrevista seu Barbosa, 2021).

Considero que o Pão dos Pobres de Santo Antônio foi uma escola que, como tantas outras de sua época, associou o ensino básico ao aprendizado de um ofício, na própria instituição. A esse respeito, a maioria das chamadas instituições totais abrigavam os órfãos e mantinham uma escola de forma concomitante, como é o caso do Amparo Santa Cruz⁸⁵. Com essa concepção, começava, então, a ser construído um “novo cidadão”, nos moldes da sociedade que ora se organizava.

Na perspectiva desenvolvida, sobretudo no campo da Sociologia, o conceito de “instituições totais” refere-se a um espaço em que vive um certo número de sujeitos separados da sociedade,

83 A história do compromisso social e assistencial do Pão dos Pobres enquanto instituição começou como contraponto a uma sangrenta guerra civil, de cunho político, entre os anos de 1893 e 1895. A disputa ocorrida no ano de 1893 chamou-se de Revolução Federalista e dizimou mais de 10.000 pessoas, deixando viúvas e seus respectivos filhos órfãos abandonados à própria sorte. Nesse cenário, surgiram algumas iniciativas com o objetivo de amparar as viúvas e dar proteção, educação e profissionalização aos órfãos. Uma das poucas instituições a ter sucesso nessa empreitada, subsistindo até hoje (2023), foi o Pão dos Pobres de Santo Antônio (Corpassi, 2018).

84 José Clério Barbosa de Moraes, “seu Barbosa”, foi um morador da instituição Pão dos Pobres, permaneceu interno dos 9 aos 18 anos, entre as décadas de 1940 e 1950. Ele foi entrevistado para o estudo que se encontra na íntegra em: GRAZZIOTIN, L. S. S., 2024 (B).

85 Amparo Santa Cruz foi um dispensário, uma instituição que recebia os filhos dos pacientes do Hospital Colônia de Itapuã, entidade essa que foi criada exclusivamente para o tratamento de pessoas com hanseníase na década de 1940. Para aprofundamento, ler Linberger (2022).

espaço que tem como característica o fechamento (Goffman, 2015). A esse propósito, Linberger (2022, p. 30) esclarece que algumas dessas instituições “podem ser consideradas com aspectos mais fechados que outras”, havendo uma diversidade de formas de fechamento, “como muros altos, envoltos em arames farpados, espaços divididos por paredes altas e portas trancafiadas, bem como espaços envoltos pela natureza”.

As instituições de acolhimento de órfãos, de modo geral, e o Pão dos Pobres de forma específica, sofreram mudanças com relação à função. Entre as décadas de 1980 e 1990, sobretudo, com a constituição de 1988 e a LDB 9394/96, as formas de assistência social foram se transformando, a educação e os direitos de crianças e adolescentes conferiram diferentes contornos às chamadas instituições totais. Nesse processo, o “Pão dos Pobres” entra em outra fase, mas com propósito semelhante, auxílio e assistência aos necessitados.

Atualmente, a Fundação continua sendo administrada pelo Lassalistas e atende em torno de 1,4 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com idades de zero a 18 anos incompletos. Desse total, 120 residem em casas de acolhimento da Instituição. Eles recebem todas as condições de proteção e desenvolvimento pessoal, conforme suas faixas etárias, como alimentação adequada, acompanhamento de equipes multidisciplinares, compostas por psicólogos, assistentes sociais e educadores, além de inserção na escola regular, atividades culturais e esportivas (<https://www.paodospobres.org.br/>, 08/04/2025).

Figura 2 – Fachada do Pão dos Pobres no final do processo de restauração – década de 2023



Fonte: Divulgação. Disponível em: <https://estanciadecorrs.com.br/pao-dos-pobres-completa-128-anos-e-apresenta-primeira-etapa-do-restauro-do-seu-predio>

REFERÊNCIAS

CORPASSI, Amanda. **A preparação para captação de recurso à luz do novo MROSC:** um estudo de caso da Fundação Pão dos Pobres. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. **Formar cidadãos:** uma proposta de escola católica. *Veritas*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, pp. 313-331, 1998.

GRAZZIOTIN, Luciane. Sgarbi. "With Faith and Knowledge, All Can Be Overcome": Memories of an Orphanage and of Vocational Education for Abandoned Children (Porto Alegre/RS 1947 to 1955). In: MEDA, J.; PACIARONI, L.; SANI, R. (Orgs.). **The School and Its Many Pasts**. 1 Ed. Macerata: EUM Edizioni Università di Macerata, 2024. pp. 01-1090. (A).

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 312p

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Educação profissionalizante para menores abandonados: orfanatório Pão dos Pobres - Porto Alegre (1947-1955). **Cadernos de Educação/UFPel**, v. 68, p. 01-19, 2024. (B).

LINBERGER, Rafaela. **Educandário Amparo Santa Cruz: “o lugar onde os filhos choram e as mães não escutam”, Porto Alegre (1940-1950)**. Dissertação de Mestrado. Escola de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

STAUB, Gilmar. **Projetos de vida e emancipação: constituindo o ser-sujeito cidadão no Pão dos Pobres**. Dissertação de Mestrado. Escola de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

4

Marcos Luiz Hinterholz

CASA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA DE PORTO ALEGRE (CEUPA)

A Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre - Ceupa foi criada por iniciativa de um grupo da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Sinodal (AEACS), de São Leopoldo-RS, que, em 1950, decidiu alugar um prédio em Porto Alegre-RS, na Rua General Vitorino, e fundar a Casa do Ex-Aluno do Colégio Sinodal, que tinha por objetivo abrigar os estudantes oriundos deste estabelecimento de ensino. No princípio, era uma entidade diminuta, contando com apenas 20 vagas de moradia. Em 1954, adquiriu prédio próprio, onde hoje fica uma das atuais sedes, na Rua Sarmento Leite nº 1053, por meio de uma campanha de arrecadação de fundos, numa ação entre amigos que contou com o sorteio de um automóvel (Almeida, 2018).



Com o tempo, a entidade sofreu algumas transformações, passando a chamar-se Casa do Estudante Evangélico do Rio Grande do Sul (CEERGS), abrigando a partir de então não somente os ex-alunos do Colégio Sinodal, mas estudantes de todos os estabelecimentos evangélicos do estado. Em 1960 passa por novas alterações, denominando-se a partir de então Centro Evangélico Universitário do Rio Grande do Sul (CEURGS). Neste mesmo ano, com o aumento da demanda por moradia estudantil, foi locado um prédio na Rua Sarmento Leite, n. 631, que funcionou como uma extensão da Casa original, ampliando a capacidade da instituição em 21 vagas.

Em decorrência de uma ação de despejo movida contra os moradores da Casa II (Rua Sarmento Leite, n. 631), e a necessidade de uma residência para as estudantes mulheres, em 1968 foram adquiridos dois novos prédios, que passaram a abrigar a Casa II, na Rua José do Patrocínio, n. 648 e a Casa III, na Rua Luiz Afonso, n. 347. Os recursos foram obtidos por intermédio do Sínodo Rio-Grandense (ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), e tiveram origem na *Brot fur die Welt*, uma organização de ajuda e desenvolvimento ligada à Igreja Evangélica na Alemanha, que atua no combate à pobreza, promoção da justiça social e defesa dos direitos humanos em várias partes do mundo, especialmente em países do Sul Global.

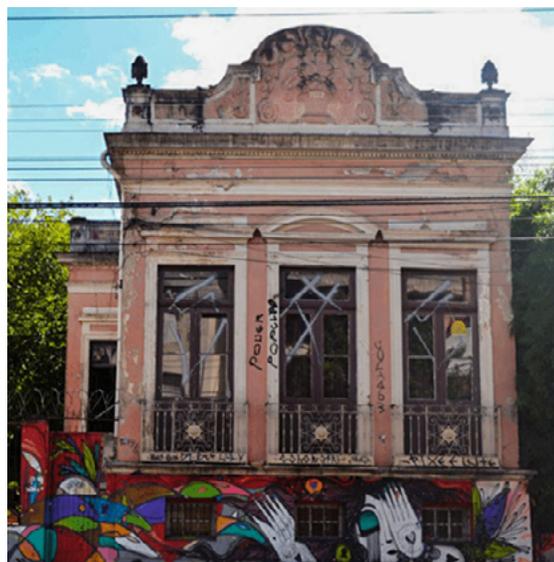
Assim, o ano de 1968 foi um importante marco na história da Ceupa. Além de ver aumentada significativamente sua capacidade de atendimento aos estudantes, com uma casa para as estudantes mulheres, houve a sua fundação como Associação, congregando os moradores das três casas, ex-moradores, professores universitários e profissionais liberais de nível universitário e evangélicos. O registro oficial como entidade civil de personalidade jurídica viria em 1969.

Ainda sobre a presença das mulheres na Casa, o estudo de Almeida (2018) com narrativas de memórias de ex-moradoras da Ceupa evidenciou percursos de estudantes que romperam com modelos femininos vigentes, ocuparam posições de liderança na Casa e construíram estratégias que lhes permitiram o exercício de autonomia e de solidariedade no espaço de convivência estudantil. Do mesmo modo, a investigação demonstrou ainda os modos como essa experiência foi incorporada nas biografias das entrevistadas e o quanto a instituição foi central para a sua permanência no ensino superior.

Atualmente, a Ceupa mantém a estrutura de três casas localizadas em Porto Alegre, com capacidade para abrigar 65 moradores efetivos, possuindo ainda espaço para alojar temporariamente cerca de 20 moradores que estejam na cidade para participação de congressos ou seminários. Os moradores do Ceupa são estudantes oriundos das mais diversas instituições de Ensino Superior da região metropolitana de Porto Alegre e cursinhos pré-universitários, independente de filiação religiosa. Neste sentido, é importante destacar o papel que as residências estudantis autônomas passaram a desempenhar a partir de programas governamentais como o Universidade Para Todos - Prouni, acolhendo estudantes que vivem a contradição de serem de baixa renda e estudarem em instituições privadas, não contando com nenhum tipo de assistência estudantil.

O fato de a Ceupa constar como um ponto de parada do *Caminhos da Educação* deve-se a uma compreensão ampliada deste projeto sobre o que seja uma instituição educativa, buscando os patrimônios educativos muitas vezes escondidos ou pulverizados, às margens das instituições consagradas. As residências estudantis constituem uma singular forma de habitação, na qual a função de alojamento é transcendida. São espaços praticados, apreendidos, experienciados e, por essa razão, educativos.

Figuras 1 e 2 – Casa I da Ceupa, rua Sarmento Leite e Casa II da Ceupa, rua José do Patrocínio



Fonte: ceupa.com.br

Figura 3 – Casa III da Ceupa, rua Luiz Afonso



Fonte: ceupa.com.br

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Doris Bittencourt. “Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre”: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 259-278, set./out. 2018.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **Entre artes de fazer e experimentações**: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021). 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

5

Diana Mauer

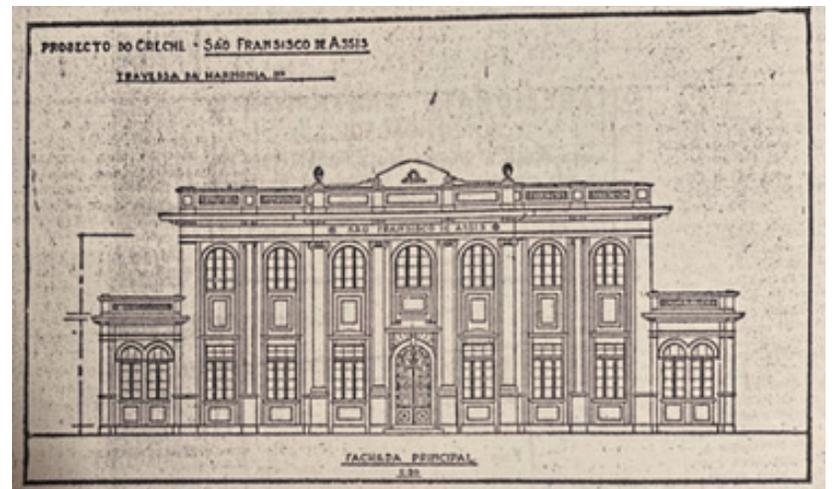
CRECHE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A Creche São Francisco de Assis foi a primeira instituição creche em Porto Alegre. “Era a assistência real à infância desvalida em marcha” (Moreira, 2012, p. 140), afirmava o Dr. Raul Moreira, um dos principais responsáveis por sua construção. Inaugurada em 1932, a instituição foi construída pela Associação Beneficente de Senhoras São Francisco de Assis, presidida por Carolina Annes Dias, esposa do médico e professor Annes Dias. A associação já realizava um trabalho de assistência em prol das crianças desvalidas, como a distribuição de roupas e arrecadação de fundos. Por meio desta arrecadação, conseguiu iniciar a construção da creche.

Esta instituição foi pensada para atender os filhos das mulheres trabalhadoras da região da Cidade Baixa, o que auxiliaria a evitar o abandono na Roda dos Expostos. A Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia funcionou em Porto Alegre até a década de

1950, e, apesar de não se ter indícios de uma ligação direta entre a creche e a Santa Casa de Misericórdia, muitos médicos pediatras estavam presentes na inauguração da creche. Inclusive o médico que iniciou o movimento de construção e depois veio a ser o médico-chefe da creche, o Dr. Raul Moreira, trabalhava no Hospital em questão. Para complementar a relação entre as duas instituições, as esposas dos médicos participavam da associação mantenedora.

Figura 1 - Projeto da Creche São Francisco de Assis



Fonte: *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 1929.

Além do investimento da Associação, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre também auxiliou doando o terreno para a construção e o arcebispo metropolitano D. João Becker patrocinou a obra. O projeto do edifício foi de autoria do engenheiro Dr. Oswaldo Coufal, também responsável por fiscalizar a obra. Em 1929 foi lançada a pedra fundamental da construção, um momento aguardado pela comunidade. O periódico *Diário de Notícias* publicou uma reportagem convidando para o evento e demonstra a preocupação que havia na capital gaúcha com a infância empobrecida na década de 1920.

A assistência às crianças pobres, principalmente na primeira infância, constitui um dos mais sérios problemas sociais nos nossos dias. Amparar a infância, suavizando-lhe as asperezas decorrentes da desigualdade das condições da fortuna, não é simples dever de caridade mas um imperativo categórico do patriotismo. Com efeito, preservando-se as fontes do cabedal humano, promove-se a defesa eficiente da saúde física e moral da raça, base de toda a vitalidade nacional. E no seio das classes menos bafejadas pela sorte que essa defesa exige uma vigilância permanente, uma dedicação constante por parte dos poderes públicos e da cooperação privada. (Diário de Notícias, 25 de dezembro de 1929).

A inauguração da creche, em julho de 1932, foi reconhecida pela sociedade como um importante evento. Estiveram presentes autoridades médicas, como o Dr. Raul Moreira e o Dr. Mário Totta, que se destaca por ter sido homenageado, dado nome à maternidade do Hospital da Santa Casa. Além de políticos, como Getúlio Vargas e o Major Alberto Bins.

Quando a creche iniciou seu trabalho, o atendimento das crianças era realizado pelas Irmãs de São José, que atuavam também no Colégio Sévigné. Elas permaneceram nesta atividade até a década de 1980, quando o Estado assumiu a responsabilidade financeira da instituição. O médico Raul Moreira, em seu livro de memórias, lembra como foi o início do atendimento na São Francisco de Assis: “em vários dias de trabalho, conseguimos organizar o serviço de assistência e um fichário moderno, além de aparelhagem médica e cirúrgica. Mais tarde instalou-se o consultório dentário” (Moreira, 2012, p. 141).

Além de proporcionar um atendimento com cuidados pensados para a saúde e higiene das crianças, a creche promovia um aprendizado para as mães. Raul Moreira destaca como “as mães operárias e serviçais aprendem, com os cuidados alimentares e corporais do filho que receberam na creche, a pouco e pouco, noções básicas de puericultura, a melhor arma com a hecatombe da mortalidade



infantil" (Moreira, 2012, p. 138). Assim, as mães eram ensinadas a cuidar de seus filhos quando eles retornavam para os lares à noite. As crianças eram atendidas de segunda à sábado, e, na década de 1970, podiam lá permanecer das 6h às 20h, apesar do horário oficial ser até às 18h. As famílias pagavam uma contribuição mensal proporcional à renda familiar, mas que, muitas vezes, não era o suficiente para cobrir os custos da criança.

Junto à creche, funcionava também uma Escola Maternal, para crianças de 2 a 4 anos, e um Jardim de Infância, para os 4 aos 6 anos. Estas modalidades tinham um currículo a ser seguido, expresso em regimento, com atividades relacionadas à: saúde; convívio com os outros; comunicação; ambiente natural; relações quantitativas; habilidades criadoras; relações com o Criador; formação moral e cívica. Este mesmo documento apresentava os deveres das crianças.

Art. 52- São deveres dos alunos:

- a) reconhecimento da escola como seu segundo lar;
- b) observância da pontualidade no horário;
- c) atendimento às determinações da jardineira;
- d) assiduidade e uso correto do uniforme;
- e) respeito e obediência ao lema: "cada coisa no seu lugar e um lugar para cada coisa". (Regimento da Escola Pré-primária São Francisco de Assis, 1970).

A obra da creche foi considerada pelo *Diário de Notícias* como uma "cruzada", devido à necessidade de contribuição de muitos órgãos e por ser uma novidade no atendimento à infância empobrecida. O periódico, em sua reportagem sobre o lançamento da pedra fundamental, destacou: "A essa obra tão nobre, tão humana, a sociedade porto alegre não poderá ser indiferente e é com o seu poderoso concurso que contam os illustres senhores directores da Associação S. Francisco de Assis, para o êxito completo de sua

cruzada" (Diário de Notícias, 25 de dezembro de 1929). Essa "cruzada" levou alguns anos, até a construção e inauguração da creche. Hoje, a instituição funciona no mesmo prédio no Bairro Cidade Baixa, conveniada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e atendendo as crianças da região.

Figura 2 - Crianças na fachada da Creche São Francisco de Assis (década 1940)



Fonte: acervo da Creche São Francisco de Assis.

REFERÊNCIAS

Diário de Notícias, 28 de dezembro de 1929.

Folha da Manhã, 09 de abril de 1973.

MOREIRA, Raul. **Uma vida pela criança**: cinquenta anos de pediatria. Porto Alegre: Profit Consultoria, Comunicação e Marketing, 2012.

Regimento da Escola Pré-Primária São Francisco de Assis, 1970.

6

Liliane Giordani

ESCOLA DA APAE - INSTITUTO EDUCACIONAL NAZARETH

A Apae de Porto Alegre foi fundada em 22 de agosto de 1962. No entanto, apenas em 10 de março de 1966 foi criada sua primeira escola, instalada na Igreja Sagrada Família, no Bairro Cidade Baixa. Naquela época, a instituição era chamada de Instituto Educacional Nazareth. Atualmente, está localizada no Bairro Glória e se chama Escola de Educação Especial Nazareth. No entanto, a primeira escola de educação especial em Porto Alegre foi a Escola Estadual Especial Renascença, fundada em 1956, no Bairro Azenha. Ela foi o primeiro estabelecimento público de ensino do Rio Grande do Sul a oferecer Educação Especial e, em 1988, foi inaugurada a Escola Municipal Especial Elyseu Paglioli⁸⁶, no Bairro

Cristal, que é uma das instituições de ensino especial municipal mais antigas de Porto Alegre.

A escolha do local na Igreja Sagrada Família se deu pela convergência de diversos fatores. A Apae tinha uma vinculação com o Rotary Clube e o Padre responsável pela paróquia também fazia parte desta entidade, oferecendo o lugar para sediar o projeto educativo. Além disso, os nove pais que fundaram a Apae de Porto Alegre estavam ligados à Igreja Católica. A Igreja Sagrada Família era um ponto de referência importante na Cidade Baixa, que era um bairro central e de mais fácil acesso, o que possivelmente foi levado em conta naquele momento.

No período da fundação do Instituto Nazareth, no porão da Igreja Sagrada Família, a educação das pessoas com deficiência tinha como objetivos uma organização pedagógica que buscasse minimizar os efeitos da deficiência do sujeito tornando-o mais próximo possível do sujeito normal. Trabalhava-se por agrupamento de deficiências e o planejamento era fundamentado no modelo clínico. Na época, procurava-se oferecer, às pessoas com deficiência mental, noções das atividades do dia-a-dia, não havendo preocupação em oferecer conhecimentos de leitura e escrita, mas hábitos para se levar uma vida normal na sociedade. No final da década de 1970, surge o movimento das pessoas com deficiência no Brasil, um movimento social que buscava a inclusão, os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, promovendo a participação social e a autonomia. Este movimento contou com a crescente organização e luta das próprias pessoas com deficiência, que buscavam ser agentes da própria história e romper com o modelo segregacionista.

Na atualidade, a Inclusão é um paradigma que deve pautar as ações de toda uma sociedade. Portanto, ela não pode ser discutida apenas vinculada às políticas escolares e sim percebida como uma prática que envolve uma mudança na forma de olhar para as pessoas com diferenças na sua forma de SER e ESTAR no mundo, na



valorização de suas potencialidades como cidadão de uma nação e na viabilização de Políticas Públicas que lhes garantam direitos efetivos de acesso aos diferentes serviços, em uma política de Estado e não apenas de um Governo. Incluir é muito mais que respeitar as diferenças, é conviver entre elas, entre nossas múltiplas subjetividades. Um sistema educacional pensado para todos, acolhe as diferenças em sua plenitude, reafirmando a importância do convívio para impulsionar o desenvolvimento do ser humano e para a constituição de cada sujeito de forma recursiva com parâmetros onde ser diferente é considerado um valor.

As políticas educacionais para a inclusão têm promovido, mais fortemente nos últimos 20 anos, espaços de discussão sobre o ensino e aprendizagem em um contexto da Pedagogia da Diferença. Na educação para alunos, público alvo da educação especial, esta discussão tem movimentado formações e articulações para a qualificação da oferta de um currículo que atenda a tempos e formas de aprender, vencendo as impossibilidades ditadas por um currículo que prevê etapas fixas e respostas precisas. Temos que, permanentemente, reafirmar em rodas de professores que nenhum estudante poderá ser menos aluno quando não puder dar conta do que a escola destinou para ele, e este é o maior ensinamento compartilhado pela experiência, pela pesquisa e pela amorosidade do trabalho de professores. E nunca esquecer do slogan “Nada sobre nós sem nós” da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, quando pensarmos na construção de políticas públicas. Temos muitas tarefas pela frente no combate ao capacitismo e a promoção da equidade em todas as esferas da nossa sociedade.

Compreender o estar na escola como ato de cidadania é muito mais do que frequentar suas turmas, avançar no conteúdo e receber o diploma de conclusão. Estar na escola é cidadania, na medida em que as políticas de acolhimento e pertencimento afinem seus discursos com as práticas de escuta e valorização do princípio da *diferença*.

Os fatos e fenômenos sociais são acompanhados pelo tempo, e se tornam indicadores para testemunhar os movimentos e as mudanças transcorridas no interior da sociedade. O Movimento Apaeano, como parte deste contexto, absorve as transformações ocorridas com o passar do tempo e busca acompanhar o processo de mudança. Hoje, a Escola de Educação Especial Nazareth atua diretamente nas áreas de assistência social, educação e saúde, com atendimentos especializados, prevenção, apoio à família e profissionalização. Este trabalho intenciona a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, proporcionando aos alunos o desenvolvimento de suas potencialidades para que possam viver plenamente sua cidadania.

Figura 1 - Igreja Sagrada Família



Fonte: acervo institucional.

REFERÊNCIAS

GIORDANI, Lilians; WUDER, Karla. Incluir, produzir e acolher as diferenças. **Braz-Tesol Newsletter**. 2020. p. 33-35.

GIORDANI, Lilians. Gestão de políticas educacionais na educação de surdos: o que cabe do paradigma da diferença na prática da normalidade inclusiva? **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: 91 - 106, maio/agosto 2010

KRAEMER, Graciele Mariana; GIORDANI, Lilians Ferrari Giordani; Brescian, Luciane. **Educação Inclusiva: Tessituras do Fazer Pedagógico**. Porto Alegre, Livraria Cirkula, 2021.

KRAUSE, Geana Taisa Machado. **Uma redoma no Bairro Cristal: os primeiros percursos da Escola Especial Elyseu Paglioli (1988-1997)**. 2024. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 2024.

SALABERRY, Neuza T. Machado **A APAE educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SAMPAIO, Carmen Sanches; Esteban, María Teresa. Provocações para pensar em uma educação outra conversa com Carlos Skliar. **Revista Teias**, v. 13, n. 30 - 311-325 - set./dez. 2012

SKLIAR, Carlos. Entrevista com Carlos Skliar. **Website Folha Dirigida**, 02 de Agosto de 2012

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação 2020: América Latina e Caribe. **Inclusão e Educação: Todos, Sem Exceção**, UNESCO, 2020.

7

Tatiane de Freitas Ermel

AULA ISOLADA CAMPO DA REDENÇÃO

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, os espaços adequados para o funcionamento das aulas públicas, tanto no meio urbano e rural, consistiram em uma das principais necessidades do governo do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à melhora da educação primária em diferentes regiões (Ermel, 2017). Na tentativa de solucionar esse problema, a Diretoria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul elaborou, em 1899, um projeto tipo de construção escolar, com capacidade para acolher 60 alunos⁸⁷. O projeto, elaborado pelo executivo estadual,

87

Elaborado pelo engenheiro Francisco de Ávila Silveira, funcionário da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

indica uma prática encontrada também em outras províncias brasileiras, na qual um único projeto embasa a construção de vários edifícios (Possamai, 2009).

Com base neste modelo, mas com significativas alterações, foi iniciada a construção de uma escola urbana na cidade Porto Alegre no ano de 1907, denominada “Campo da Redenção”, com capacidade para receber 60 alunos em duas salas de aula⁸⁸. A edificação possuía também espaço para o gabinete do professor, uma sala de espera e um espaço coberto no piso térreo, que poderia ser utilizado para recreio dos alunos em dias de chuva ou para a habitação do professor (Gonçalves, 1907). Os sanitários, não mencionados na descrição do projeto, provavelmente estavam localizados nos fundos do terreno, em formato de latrinas. O prédio, localiza-se na esquina da Avenida da Redenção⁸⁹ e Venâncio Aires, sendo que esta última rua delimitava o Campo da Redenção (Franco, 2012). No ano de 1908, foram inaugurados os Bondes Elétricos na cidade de Porto Alegre, sendo uma de suas vias a esquina onde se localizava a escola.

88 Escola isolada aparece nos relatórios de Instrução Pública apenas como edifício próprio do Estado ou como “Aula Isolada – Typo de construção”.

89 O Decreto municipal de 04 de outubro de 1930 determinou a mudança de nome de Avenida da Redenção para Avenida João Pessoa, em homenagem ao presidente da Paraíba que havia sido aliado de Vargas na campanha da Aliança Liberal, em julho deste mesmo ano (FRANCO, 2006, p. 229).

Figura 1 – Instalação dos bondes elétricos em Porto Alegre, ao fundo é possível ver a construção do prédio da Aula Isolada (1908 - data aprox.)



Fonte: <http://bondesemportoalegre.zip.net/>

A escola foi entregue para as aulas em março de 1908, tendo como primeira professora Chrispiniana Antonia de Campos, que permaneceu na instituição até 1933. De acordo com o histórico da instituição existente na Secretaria de Educação do Estado, em 1922 a instituição passa a denominar-se “Escola Pública” (Ato n. 358, de 05/10/1922) e, através do Decreto número 3.898, de 04/10/1927, passa à nomenclatura de “Escolas Reunidas”. No entanto, foi através do Decreto n. 5.555, de 24/03/1934 que a instituição é elevada à categoria de Grupo Escolar (GE), com uma matrícula de 500 alunos. Neste mesmo ano, lhe foi conferido o nome de “Grupo Escolar Luciana de Abreu”⁹⁰

90

Luciana de Abreu nasceu em 1847 e foi a primeira aluna da Escola Normal de Porto Alegre, no ano de 1869. Após obter o seu diploma, em 1872, foi nomeada professora em uma aula pública da mesma cidade. Foi educadora e poetisa, como primeira mulher membro do Paternon Literário, defendia ideias emancipadoras feministas. Foi casada com João José Gomes de Abreu, com quem teve dois filhos. Faleceu em 13 de julho de 1880, aos 30 anos, vítima de tuberculose.

(Decreto n. 5.614, de 1º/06/1934). O primeiro grupo de professoras do Grupo Escolar foi composto por: Enequina Perez, Eugenia Seligman, Talaia de Moura, Ligia Dias, Alda Peres, Adilia Souza, Nilsa Silveira, Zulmira Guimarães Cauduro. A primeira diretora do grupo escolar ficou a cargo da professora Eugênia Seligman⁹¹. No início da década de 1940, devido o aumento do número de matrículas, o governo do Estado autorizou a escola a funcionar nos três turnos (Rio Grande do Sul, de 1943).

Figura 2 – Aula Isolada – Typo de construção (1924)



Fonte: relatório da Diretoria de Instrução Pública/RS, 1924, s/p.

Após tratativas com o governo do Estado, a diretora, Anésia Pereira, solicitou junto à Prefeitura de Porto Alegre a construção de um novo edifício, que ocorreu durante o governo de Thompson Flores (1969-1975). O novo edifício da Escola Luciana de Abreu foi construído em outro terreno, localizado na Rua Jacinto Osório, n. 60, Bairro Santana. As obras foram realizadas em duas etapas,

91 Podemos destacar outras diretoras, como Anália Nunes Feijó (1936-1939); Pepita Leitão (1939-1940); Lydia Oliveira de Sá e Cunha (1940-1943); Dorotéia Chaves (1943-1956); Constancia Goultart (1956-1964); Anésia Pereira dos Reis (1964-1981); Celina Verran Faillace (1982-1984); Nair Pain Nora (1984-1988).

e entregues para as aulas em março de 1972 e finalizadas em 1973, totalizando 606,06 metros quadrados.

Após a transferência da escola para o novo local, o edifício da antiga Aula Isolada Campo da Redenção passou por diferentes atividades, sendo a sede do 1º Escritório Regional de Obras do Estado por 25 anos (Zero Hora, 2001).

No local, também foi instituída a sede do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Mars), entre 2000 e 2005, sendo apresentado um projeto de reforma e ampliação do Museu, que não foi concretizado. Com a troca de governo e a inviabilidade de seguir com as negociações para ampliação do Mars, outra iniciativa de atividade no edifício do antigo Grupo Escolar Luciana de Abreu foi a instalação do Memorial Brizola, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul. Em reunião no Palácio Piratini, entre o Governador Germano Rigotto e os familiares do político, o prédio do antigo Grupo Escolar Luciana de Abreu é mencionado para acolher o acervo (Zero Hora, 31 de março de 2005, p.10). Ainda, a partir de janeiro de 2005, o edifício foi cedido para receber o Centro de Cultura Negra do Rio Grande do Sul, com base em um acordo firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) e a Organização Não-Governamental (ONG), que lidera o projeto, a Associação Cultural de Mulheres Negras do Estado (Correio do Povo, 25 de janeiro de 2005, p.21). Contudo, não houve uma publicação no Diário Oficial e a ONG não poderia solicitar o envio de recursos federais para utilização do prédio.

Finalmente, em 2009, o governo do Estado transferiu o prédio para o município, que o destinou à instalação da Casa de Conselhos Municipais (EdificaPoa, 2009), atividade que permanece até hoje. Em 2010, foram realizados novos projetos de reforma e ampliação e, assim como o caso do Mars, não foram concretizados. A edificação, incluída na lista de imóveis tombados pelo poder municipal em 02 de abril de 1993, está sob a responsabilidade

da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da prefeitura de Porto Alegre (Epahc) e é considerada uma área de especial interesse cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

- EDIFICAPoa. (2002, 24 de julho). **Processo (002.297.983-007)**.
- EDIFICAPoa. (2004, 05 de maio). **Processo (002.297.983-007)**.
- EDIFICAPoa. (2009). **Termo cessão de uso número 160/2009**. Processo (002.297.983- 007).
- ERMEL, Tatiane de Freitas. Transfigurações no Tempo e no Espaço: Aula Isolada Campo da Redenção em Porto Alegre/RS (1907-2015). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18 (48), 2-31. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e006>
Acesso em 10 mai. 2025.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica 1732/1950**. Porto Alegre. Editora: 2012.
- GONÇALVES, Carlos Barbosa, Secretário de Estado e Negócios das Obras Públicas. (1907, 24 de agosto). **Relatório da Secretaria de Obras Públicas apresentado ao Presidente do Estado Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros**. Porto Alegre, RS: Livraria do Globo.
- POSSAMAI, Zita. A cultura fotográfica e a escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919 – 1940). In: **Anais [...] II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. 12 a 14 de maio de 2009, Londrina/PR, p. 930-948, 2009.
- Rio Grande do Sul. Governo do Estado. **Decreto n. 5.555 (24 de março de 1934)**, 1934a.
- Rio Grande do Sul. Governo do Estado. **Decreto n. 5.614 (1 de junho de 1934)**, 1934b.
- Rio Grande do Sul. Governo do Estado. **Decreto n. 32.621, de 1943)**, 1943.
- Zero Hora**. (2001, 04 de janeiro).
- Zero Hora**. (2005, 31 de março).

8

Dóris Bittencourt Almeida

COLÉGIO JOÃO XXIII

O ano era 1964, o mês, agosto. Iniciava em Porto Alegre a trajetória de uma escola comunitária, que apostava na parceria com as famílias. Este é o Colégio João XXIII, fundado na esteira da difusão das classes experimentais no país, inspiradas nas *classes nouvelles francesas*⁹².

O colégio esteve sediado, em seus primeiros anos, em uma casa no Bairro Cidade Baixa, relativamente próximo ao Centro Histórico e logo houve a necessidade de ampliação. No ano seguinte à fundação, 1965, incorporou outras casas nas proximidades da sede original. Cinco anos mais tarde, foi comprado o terreno para a construção do lugar definitivo da escola, no Morro Santa Teresa.

92

Sobre as classes secundárias experimentais, consultar Dallabrida, 2017.

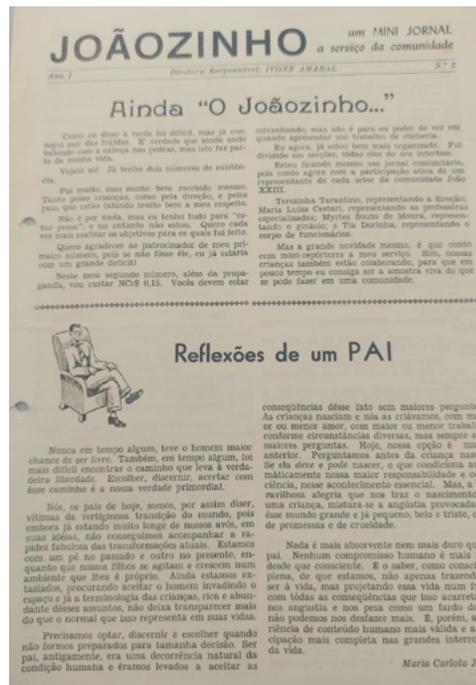
Figura 1 - Primeira sede do Colégio João XXIII, na Avenida João Pessoa



Fonte: <https://www.colegiojoao23.com.br/>

Nos arquivos da instituição estão exemplares dos periódicos escritos por estudantes, em diferentes temporalidades. Foram guardados três jornais: um exemplar (n.1) da *Gazeta Joãozinho* (1966), quatro exemplares do *Joãozinho, um mini-jornal a serviço da comunidade*, (1967); e, por fim, dez exemplares de *A voz do morro* (produzido entre os anos 1976 e 1978), este com forte presença dos discentes e características semelhantes aos periódicos de grande circulação. Tomados como documentos, esses impressos nos oferecem uma rara possibilidade de identificar vestígios da presença dos estudantes na escola.

Figura 2 – Periódico estudantil - “O Joaõzinho” (anos 1970)



Fonte: acervo do Colégio João XXIII

Zilah Totta, uma das fundadoras do Colégio, era uma entusiasta, tanto dos postulados da Escola Nova, quanto das classes experimentais secundárias. No início dos anos 1960, foi diretora do Colégio Pio XII, quando da adoção desse modelo de ensino em uma turma de meninas⁹³ e, em seguida, levou essa experiência para o João XXIII. A localização dos periódicos que datam de 1966 e 1967, anos em que esteve à frente da direção da instituição, indica suas intenções pedagógicas de introduzir a prática de produção de impressos

93

As memórias da classe secundária experimental de meninas, entre 1962 e 1965, foram trabalhadas por Bastos e Almeida, 2023.

na escola recém criada. Trata-se de uma mulher inquieta. Entre tantas atividades nas quais se envolveu ao longo de sua existência, foi nomeada, em 1963, como Secretária de Educação do Estado, uma importante função política, em uma temporalidade ainda difícil para as mulheres nos espaços públicos e de poder. Entende-se que ela manteve seu papel de Secretária da Educação, mas nunca deixou de ser professora, justamente por isso, não conseguiu permanecer no cargo político por muito tempo, pois não se curvou às determinações que penalizavam as docentes, seus pares.

Ato seguinte à demissão, em pleno início da Ditadura Civil-Militar no país, ela, juntamente com Lilia Rodrigues, que havia sido diretora do Colégio Pio XII, Leda de Freitas Falcão, professora de Música, e Frederico Lamachia Filho, colega na Secretaria de Educação, fundaram uma escola, o Colégio João XXIII. Nas memórias da instituição, fala-se que os quatro idealizadores do João XXIII costumavam dizer “O João é o melhor filho do Golpe” (Duarte, 2014, p.15). E Zilah acrescenta uma frase que até hoje está inscrita no mural da escola: “Nós não fundamos um colégio, mas uma obra em educação” (2014). De caráter comunitário, afinava-se aos postulados das classes experimentais, inspiradas nas *classes nouvelles francesas*⁹⁴.

Entende-se que a criação da escola está diretamente relacionada a alguns acontecimentos prévios na vida de Zilah Totta: entre 1956 e 1962, foi Diretora do Grupo Escolar Paula Soares

94 As classes secundárias experimentais, inspiradas no modelo das “classes nouvelles” da França, foram implantadas oficialmente no Brasil em 1959, com o “objetivo de ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos, processos escolares e tipos de currículo, objetivando ensino menos acadêmico, mais funcional” (Portaria nº1 de 3 de janeiro de 1959. Como princípios básicos, destacam-se: a importância de sólidos currículos, considerando diferentes aptidões individuais; articulações entre os vários componentes curriculares, classes no máximo de 30 alunos; classes iniciais do ginásio com número de professores reduzido, no sentido de evitar uma transição abrupta do primário para o secundário; reuniões periódicas dos professores de cada classe, para análise de aspectos psicológicos e pedagógicos, entre outros aspectos (Cunha e Abreu, 1963).

e, em 1962, implementou uma classe experimental secundária de meninas no mesmo edifício que, à tarde, chamava-se Pio XII (Bastos e Almeida, 2023).

Figura 3 – Fundadores do Colégio João XXIII – década de 1970



Fonte: <https://www.colegiojoao23.com.br/>

Zilah esteve à frente da direção do Colégio entre os anos 1964 a 1973, tempo de implementação e fortalecimento da instituição na cidade. No livro de memórias da escola, consta que este grupo de professores “ousou sonhar com uma educação capaz de contrariar o modelo tecnicista e dogmático implantado pelos ditadores. Filho deste sonho nasceu o Colégio João XXIII, destinado a educar com liberdade, solidariedade e respeito” (Duarte, 2014 p.40).

Entre os guardados de Zilah, em seu arquivo pessoal⁹⁵, identifiquei um cartão de apresentação da escola à sociedade, assinado, primeiramente, por Frederico Lamachia, como Diretor Administrativo e, ao lado, por Zilah Totta, como Diretora Técnica.

95

O arquivo pessoal da Professora Zilah Totta faz parte do acervo do Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.

Ilmo sr.

Pelo presente, desejamos comunicar aos nossos amigos a instalação do INSTITUTO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, ocorrida a 23 de agosto de 1964. O Instituto funcionará das 8 às 17h, diariamente, exceto aos sábados, em regime de escola mista com o curso MATERNAL e JARDIM DE INFÂNCIA, no corrente ano, e ainda com o Curso PRIMÁRIO, a partir de 1965.

Sua visita à nossa escola será, para nós, motivo de imensa alegria e sua presença será um estímulo para o prosseguimento das atividades educacionais, em seu sentido comunitário.

Cordialmente, agradecemos sua acolhida ao convite que ora lhe formulamos e nos colocamos à sua inteira disposição.

E como entender a escolha do nome de um Papa para uma instituição laica? Teria sido um consenso entre os quatro fundadores? Ou iniciativa de Zilah, tendo em vista sua identificação com os princípios do catolicismo, na perspectiva da liberdade e solidariedade, ideias essas que, de certo modo, encontravam eco na pessoa do Papa João XXIII? Sobre essas relações de Zilah com setores progressistas da Igreja, em consulta ao seu arquivo pessoal, encontra-se uma página do Jornal Zero Hora (10/07/1972), da seção "Gente", que traz a notícia do convite que a mesma recebeu do Conselho Episcopal Latino-Americano para "expor a experiência educacional que a sua equipe vem realizando há oito anos no Seminário sobre a Comunidade Educacional na América Latina, acontecido em Bogotá". A professora representou o Brasil naquele evento. Defendeu a importância da construção de escolas comunitárias, inspirada na "Doutrina Social da Igreja, seguindo o exemplo do Papa João XXIII". Para Zilah, "liberdade, justiça, a realização do outro, somente são possíveis dentro de uma ação norteada pelo princípio comunitário".

Por meio de uma pesquisa inicial acerca da memória da escola, visualizam-se dimensões do João XXIII, que podem ser aprofundadas. A história dessa comunidade escolar teve suas condições de emergência no ano de 1964, quando quatro educadores, entusiasmados do modelo das classes experimentais, ousaram criar uma escola comunitária em Porto Alegre, em pleno início da ditadura civil-militar. Em pouco tempo, a instituição cresceu e as primeiras instalações tornaram-se acanhadas para acolher a quantidade de estudantes que aumentava, ano a ano. Assim, nos anos 1970, construiu-se uma sede própria, no Bairro Santa Teresa. Lá, investiram em um conceito de arquitetura escolar horizontal que estivesse em harmonia com a exuberância da vegetação local. Trata-se de uma instituição que, há mais de sessenta anos, continua seguindo os postulados de seus fundadores, buscando o aprimoramento constante na educação oferecida aos estudantes e manter-se fiel aos princípios de democracia, respeito às diversidades e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt e GRAZIOTIN, Luciane Sgarbi: A voz do morro: um jornal para “os que ficam” – cultura escrita e práticas cotidianas presentes no Colégio João XXIII (Porto Alegre/RS – 1976-1978). In. OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixao (org.). *Escritas estudantis na imprensa periódica da Educação (séculos XIX e XX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024, p. 261 - 276.

BASTOS, Maria Helena e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Tempo passado, tempo presente: memórias de alunas da classe experimental secundária do Colégio Pio XII (Porto Alegre/RS – 1962-1965). In. DALLABRIDA, Norberto (org.). **“Brechas no monopólio educacional”: classes secundárias experimentais e inovação do ensino secundário nos anos 1950 e 1960**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

CUNHA, Nádia; ABREU, Jayme. Classes Secundárias Experimentais – Balanço de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XL, Jul.-set, nº 91, 1963. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

DALLABRIDA, Norberto. As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, n. 3, 2017.

DUARTE, Rosina (org.). **O mundo do João: uma obra educacional**. Porto Alegre: Fundação Educacional João XXIII, 2014.

9

Sibila Francine Tengaten Binotto

COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE

O Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), fundado em 22 de março de 1912 por meio do Decreto nº 9.397, assinado pelo então presidente Marechal Hermes da Fonseca, constitui-se como uma das instituições de ensino mais tradicionais do Brasil, notadamente no campo da educação militar. Sua criação esteve vinculada a uma estratégia do Exército Brasileiro voltada à formação educacional dos filhos de militares, em um contexto de crescente valorização das Forças Armadas no início do século XX (Silveira, 2014; Mangeon, 2018).

Desde sua inauguração, o colégio estabeleceu-se no edifício conhecido como Casarão da Várzea, localizado na Avenida José Bonifácio, em Porto Alegre, junto ao Parque Farroupilha. O prédio,

de grande valor simbólico e arquitetônico, já havia abrigado outras instituições militares: a Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul (1883–1888), a Escola Militar do Rio Grande do Sul (1889–1898), a Escola Preparatória e de Tática (1898–1905) e a Escola de Guerra (1906–1911), o que conferiu continuidade histórica à vocação educacional e militar do local (Mangeon, 2018; Escobar, 2011).

Figura 1 - Escola de Guerra (1910)



Fonte: acervo Museu Joaquim Felizardo.

Ao longo de sua trajetória, o CMPA consolidou uma proposta pedagógica que alia rigor acadêmico à disciplina e aos valores militares (Escobar, 2011; Pineda, 2009). Essa combinação tem permitido a formação de milhares de alunos que, além de alcançar êxito em exames de admissão às universidades mais concorridas do país — especialmente à UFRGS —, também ingressaram com sucesso em academias militares de prestígio, como a AMAN, EspCEX, ITA, IME e AFA (Mangeon, 2018).

A história do CMPA é marcada por dois momentos distintos. Entre 1912 e 1939, funcionou como colégio militar tradicional, sendo então transformado em Escola Preparatória de Cadetes. Após um período de inatividade, foi reaberto em 1962, retomando sua identidade original (Silveira, 2014).

Entre suas particularidades institucionais, destaca-se a manutenção do sistema de internato para filhos de militares transferidos para localidades remotas — uma prática que, atualmente, é exclusiva do CMPA entre os colégios militares do Brasil (Escobar, 2011; Mangeon, 2018). Também se destacam tradições como a gravação dos nomes dos formandos nas lajes do pátio, a cerimônia de juramento perante o estandarte e a publicação anual da revista *Hyloea*, dedicada à memória das turmas e às atividades escolares (Pineda, 2009; Mangeon, 2018).

A revista *Hyloea* foi criada por alunos em 1922 e tornou-se um espaço de expressão literária e cultural. Entre 1922 e 1938, constituiu-se como meio de manifestação acadêmica, chegando a contar com colaborações femininas — algo incomum para a época. Com o fechamento do CMPA em 1939, a publicação foi descontinuada. Retomada em 1962, passou a ter caráter de anuário estudantil, registrando as principais atividades acadêmicas e extracurriculares da instituição (Becker, 2019).

O CMPA também é reconhecido por sua cultura institucional sólida, reforçada por símbolos e ritos que promovem o sentimento de pertencimento e a memória coletiva. Entre eles, destacam-se: a Boina Garança — símbolo da incorporação dos alunos ao colégio; o grito de guerra “Zum Zaravalho” — marca registrada da identidade institucional; e o mascote Nicodemus — um carneiro conduzido por alunos durante cerimônias solenes, tradição que remonta a 1922 (Becker, 2019).

A influência do CMPA na formação de lideranças nacionais é amplamente reconhecida. Um nome de destaque nessa trajetória é o do Capitão João José Pereira Parobé. Ele estudou na Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul e, em 1881, já como tenente de infantaria, formou-se em Ciências Físicas e Naturais. No ano seguinte, iniciou sua carreira docente como professor interino

na mesma escola, onde lecionou até 1886. Em 1887, por motivos de saúde, foi reformado do Exército com o posto de capitão. Atuando posteriormente como deputado estadual e secretário de Obras do Rio Grande do Sul, Parobé foi figura central na criação da Escola de Engenharia em 1896, que mais tarde daria origem à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da qual foi diretor por dezessete anos. Também fundou o Colégio Júlio de Castilhos, a Escola Técnica Parobé (que leva seu nome em homenagem) e participou da criação de diversos institutos que hoje integram a UFRGS. Em 1896, a própria Escola Militar do RS formou cinco tenentes que se tornaram professores e participaram da fundação da Escola de Engenharia.

Embora pautado por uma rígida disciplina e normas regimentares que regulam aspectos como vestuário e conduta, o CMPA demonstrou capacidade de adaptação e inovação ao longo do tempo. As primeiras professoras ingressaram na instituição em 1982, o que gerou certa tensão inicial, mas não alterou significativamente o funcionamento da escola. Já a chegada das primeiras alunas, em 1989 e 1990, trouxe mudanças perceptíveis no cotidiano escolar, impactando os espaços utilizados, a dinâmica entre estudantes e professores, as atividades extracurriculares e até os uniformes (Carra, 2014).

Atualmente, com cerca de mil alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio, o Colégio Militar de Porto Alegre permanece como um marco na educação brasileira. Sua longevidade e sua reputação se sustentam, entre outros aspectos, por sua excelência acadêmica.

Figura 2 – Prédio Colégio Militar de Porto Alegre



Fonte: Centro de Memórias da Faculdade de Educação - CEME-Faced/UFRGS.

REFERÊNCIAS

BECKER, Caroline. **Um Olhar para as Relações na Introdução da Educação Inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre:** Reflexões a Partir de Buber. 2019. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidade. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre-RS.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. **Baleiros e Baleiras no Velho Casarão:** co-educação ou escola mista no colégio militar de porto alegre? (RS - 1989 a 2013). 2014. (Tese) doutorado Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre-RS.

ESCOBAR, Marcelo dos Santos. **O Projeto Político Pedagógico do Colégio Militar de Porto Alegre e a sua relação com as aulas de educação física.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física, Porto Alegre-RS.

MANGEON, Luiz Henrique. **A questão da (in)disciplina no colégio militar de Porto Alegre pela ótica dos formandos de 1979.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, Porto Alegre-RS.

OLIVEIRA, Patrícia Flasco de. **A construção discursiva da mulher na revista hyloea do colégio militar de Porto Alegre : uma abordagem dialógica.** 2019. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidade. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre-RS.

PINEDA, Silvana Schuler. **O casarão da várzea visto por dentro : trajetórias escolares de alunos do Colégio Militar de Porto Alegre.** 2009. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre-RS.

SILVEIRA, Cristiano da Silva. **A prática de karatê-dô no Colégio Militar de Porto Alegre no período de 1992 a 2007.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física, Porto Alegre-RS.

10

Frederico Duarte Bartz

ATHENEU OPERÁRIO

O Atheneu Operário foi um grande projeto cultural e educacional que mobilizou os trabalhadores organizados de Porto Alegre durante a década de 1910. A ideia original era a construção de um grande sobrado, no Campo da Redenção. O planejamento era que fosse um prédio amplo, que reunisse várias atividades, como sala de reuniões, biblioteca, alojamento, mas um dos principais objetivos era criar uma escola. Nos anos anteriores, haviam sido criadas algumas Aulas Isoladas, como a União dos Pedreiros e a Escola Eliseu Reclus, mas o Atheneu ofereceria um espaço muito mais bem estruturado para as atividades desejadas.

A ideia de criar um "Ateneu" como um espaço cultural voltado para a classe trabalhadora surgiu em Barcelona, no ano de 1862, com a fundação de L'Ateneu Català de la Classe Obrera.



Os seus fundadores eram intelectuais e políticos da burguesia liberal progressista da Catalunha, cujo objetivo era oferecer instrução e qualificação para o trabalho. Em seus primeiros anos, o Ateneu esteve sob a direção de liberais e republicanos, mas, a partir do período revolucionário, que começou em 1868 e se estendeu até 1874, existiu uma mudança de orientação de seus dirigentes em direção ao internacionalismo socialista. Depois de passar alguns anos fechado, o Ateneu foi reaberto, afirmando-se como um centro de cultura popular com forte vinculação aos anarquistas. Desta forma, o Ateneu não se limitava a ser uma escola, mas também era um centro de palestras científicas, de debates e outras formas de difusão de conhecimento, que tinham na classe trabalhadora seu principal público.

Os Ateneus se espalharam pela Catalunha no final do século XIX, chegando a outros países onde a presença da militância anarquista, cooperativista e sindicalista revolucionária era importante. Em Porto Alegre, a ideia foi proposta em 1910 pela Comissão Central da Federação Operária do Rio Grande do Sul, que, à época, estava sob influência dos socialistas. Em relação a isso, é importante frisar que a influência anarquista vinha se fortalecendo desde a Greve Geral de 1906. Entre as suas principais bandeiras, estava a criação de escolas para os trabalhadores e a importância da cultura para a conscientização operária. Não é descabido pensar que a ideia do Atheneu Operário pode ter surgido como uma resposta socialista ao crescimento dos libertários e a influência cada vez maior de suas ideias.

Figura 1 – Desenho projetando o futuro Atheneu Operário de Porto Alegre

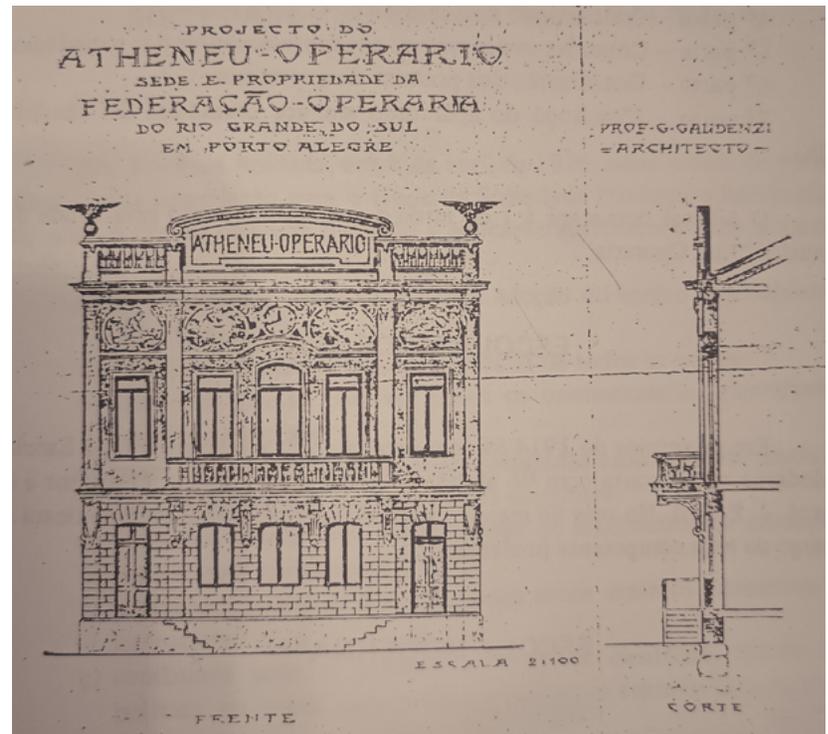


Fonte: O Independente. Porto Alegre, 1/5/1910, p.1-2.

O terreno onde seria construído o edifício foi comprado pela Intendência com recursos vindos do Conselho Municipal e ficava no Campo da Várzea, mais ou menos onde hoje estão o Hospital de Pronto Socorro e a Igreja do Espírito Santo. O projeto era do italiano Giuseppe Gaudenzi, prevendo dois andares e uma açoteia. No térreo, ficariam duas salas de aula, salas de reunião da diretoria, salão para reuniões gerais e um grande salão para conferências e espetáculos. No segundo andar, outro grande salão, sala dos professores, museu e duas salas de aula e na açoteia, salão de leitura, biblioteca e mais duas salas de aula. O custo da construção, de 60 Contos de Réis,

seria coberto com a mão de obra gratuita oferecida pelas associações operárias através de um rodízio e os materiais seriam comprados com listas de subscrições, renda de espetáculos e bônus pagos pelos trabalhadores ao custo de 200 Réis cada. A gestão de gastos e prestação de contas estava a cargo de uma comissão composta por Ernesto Schell, José André Gonçalves, Luiz Derive e Cyrino Santos. A pedra fundamental foi lançada no dia 1º de maio de 1910, com um ato público aberto a todo o operariado.

Figura 2 - Projeto do Atheneu Operário de autoria de Giuseppe Gaudenzi



Fonte: Lucas e Petersen (1991).



Em 1911, a hegemonia sobre a Federação Operária mudou de mãos, com os militantes anarquistas passando a ser os mais influentes entre as organizações sindicais. O principal líder socialista, Francisco Xavier da Costa, se afastou das lutas sindicais e aderiu ao Partido Republicano, sendo escolhido Conselheiro Municipal em 1912. Essa mudança não alterou os rumos do projeto, pois os anarquistas mantiveram os esforços para a construção do prédio, promovendo festivais culturais e outras atividades para angariar fundos para a obra. O local onde estava sendo construído o Atheneu tornou-se também um ponto de encontro para atividades públicas, como no 1º de maio de 1912, onde os trabalhadores foram até o canteiro de obras para ouvir discursos das lideranças sindicais, marcando aquele espaço como simbolicamente importante para o movimento operário.

A partir de 1914, com a crise econômica que se abateu sobre o Brasil diante da eclosão da Primeira Guerra Mundial, houve aumento do desemprego e a diminuição das atividades sindicais. Tornou-se mais difícil para as associações, assim como para operários comuns, doar seu tempo e seus recursos para o projeto do Atheneu Operário, de modo que o projeto ficou paralisado durante alguns anos. Durante o inverno de 1917, uma grande onda de greves operárias varreu o país e Porto Alegre viveu sua Greve Geral entre julho e agosto daquele ano. No âmbito das mobilizações grevistas, promovidas principalmente por anarquistas, a questão do Atheneu Operário reapareceu como um ponto na pauta dos trabalhadores e um ponto de discórdia política.

Depois que a Greve Geral acabou, Francisco Xavier da Costa (que havia se tornado vereador pelo Partido Republicano), resolveu apresentar uma proposta para terminar a construção do Atheneu Operário e, desta forma, ganhar legitimidade ante os trabalhadores. Sua ideia era que a Intendência Municipal completasse a construção

do edifício e, em troca, seriam oferecidas aulas noturnas para trabalhadores. O militante anarquista Friedrich Kniestedt oferece outra versão para os fatos: no lugar de uma escola, a proposta de Xavier da Costa seria a instalação de um Tiro de Guerra no andar térreo do Atheneu, provocando um escândalo entre os libertários.

Seja uma Escola Noturna ou um Tiro de Guerra, a proposta de Xavier da Costa acabou acendendo ainda mais as tensões dentro do movimento operário. Ao final, o prédio acabou sendo vendido ou mesmo entregue (isso não é muito claro), encerrando esta polêmica. O sonho de um grande centro cultural aberto à classe trabalhadora acabou se dissolvendo nas intrigas e oposições que marcaram a história do nosso sindicalismo.

REFERÊNCIAS

O Atheneu Operário. **O Independente**. Porto Alegre, 1/5/1910, p. 1-2.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1987 (Dissertação de Mestrado).

LUCAS, Maria Elisabeth e PETERSEN, Sílvia R. F. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora Tchê, 1991.

IZQUIERDO, Juan Vicente. L'Ateneu catalá de la Clase Obrera i la seva Escola (1862-1874). **Educació i Història**: revista d'història de l'educació. Barcelona, n. 2, p. 169-174, 1995.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **"Que a União Operária Seja Nossa Pátria!"**. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

POSFÁCIO

UM POSFÁCIO OU ESCRITOS PARA PENSAR NOS TORTUOSOS “CAMINHOS DA EDUCAÇÃO” QUE FORAM/SÃO CONSTRUÍDOS NO BRASIL

O que ainda podemos escrever depois de “caminhar” por tantas páginas de muita aprendizagem sobre escolas “consagradas” e “esquecidas” de Porto Alegre? Depois de tanto aprender com cada “parada” e retorno ao percurso traçado? Certamente, a esta altura do trajeto, o leitor já está mais do que convencido da qualidade do trabalho escrito a várias mãos, a partir do que foi pensado por muitas mentes e executado por muitos pés que se aventuraram nas ruas da capital gaúcha. Ou seja, foi justamente no movimento dos sujeitos que histórias de diferentes escolas ganharam corpo e forma no livro de tão agradável leitura.

A obra *Caminhos da educação em Porto Alegre: entre o consagrado e o esquecido (séculos XIX e XX)*, que acabamos de ler, nos mostra que os “caminhos” aqui expostos proporcionam a abertura de outras estradas que precisam ser perscrutadas com perspicácia. Os “caminhos” já trilhados possibilitam tomar outras direções e chegar a outros lugares, quiçá até conhecermos mais sobre aqueles e aquelas que ingressaram e permaneceram nas escolas, os que foram excluídos, ou mesmo as pessoas que só passaram pela frente dessas instituições de ensino, e nem mesmo ingressaram, ou até não cogitavam entrar ali. Talvez até pessoas que olharam para algumas dessas escolas e suas impressões coadunavam com o que cantou Zé Ramalho na clássica música *Cidadão*:



Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar⁹⁶

Ao terminar a leitura da obra, fico a me perguntar: entre o “consagrado” e o “esquecido”, quantos filhos de pedreiros estudaram nessas instituições que eles ajudaram a erguer? Quantas “crianças de pé no chão” estudaram em algumas delas? Caso sim, por que exatamente em alguma/s dela/s e não em outra/s? Fico a refletir como nós, militantes da educação e pesquisadores da história da educação, precisamos cada vez mais pensar no “cidadão” brasileiro e retomar os estudos de Cynthia Veiga⁹⁷ que mostram como a maior parte das crianças negras, indígenas e pobres, durante o século XIX, como também no início do século XX, raramente tinha sua escolarização realizada nas escolas primárias comuns, e, quando acontecia, sua frequência era irregular, tendo em vista a pobreza e o trabalho.

Com esta perspectiva, “após” a leitura da obra, é possível pensarmos sobre aproximações, distanciamentos, entrecruzamentos e (re)leituras, a partir de vários ângulos. Assim, os “caminhos” escolhidos pavimentam diferentes estradas fundamentais, não só sobre as pesquisas de escolas de Porto Alegre, mas também sobre

96 Cidadão. Composição de Lúcio Barbosa. 1992. Cantada por Zé Ramalho. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ze-ramalho/75861/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

97 VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.



a história de escolas do vasto Brasil, pois o livro tem, entre outros méritos, a capacidade de lançar o olhar do leitor para novas direções e novos rumos que o “patrimônio a céu aberto”⁹⁸ pode alcançar. Entre eles, podemos destacar: a história da cidade; a história de instituições educacionais; da arquitetura escolar; da cultura escolar e suas materialidades, presentes ou ausentes em tais espaços; de docentes e discentes; mais do que isso, de espaços que, durante um curto ou longo período, foram responsáveis por dias, semanas, meses e anos, abrigarem sujeitos, com suas vivências, aprendizagens, sonhos, projetos, brincadeiras, disputas, namoricos, exposições, amizades, ou mesmo que vivenciaram processos de indisciplina, exclusão, transgressão às regras e contestação das normas vigentes.

São muitas vezes histórias “esquecidas” que precisamos (re)pensar para compreender como a escola brasileira tem se configurado nos últimos séculos, compartilhando da compreensão que tais instituições educacionais integram o patrimônio cultural educativo que:

constitui-se do legado tangível e intangível relacionado à história da educação e faz referência às dinâmicas de ensino-aprendizagem, de desenvolvimento de ideias e práticas pedagógicas, à memória e ação dos indivíduos em espaços de saber escolarizado. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural⁹⁹.

98 Utilizei tal expressão em um trabalho que traçamos um percurso por escolas centenárias de Aracaju/SE, penso que existem relações entre as propostas e talvez seja um dos motivos de ter a honra de escrever o presente posfácio. Para quem tiver interesse em saber mais, segue a referência do trabalho: OLIVEIRA, J. P. G.; OLIVEIRA, R. T. M. Patrimônio educativo a céu aberto: itinerários pelos Grupos Escolares em Aracaju (Sergipe). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; OLIVEIRA, R. T. M.; COSTA, Rosemeire Marcedo (org.). *Educação primária: instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2024, p. 261-287.

99 Carta de Natal sobre o Patrimônio Educativo – Grupo de Trabalho sobre o Patrimônio Educativo (SBHE, ANPED, ASPHE). 14 de agosto de 2024. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/gt-02-i-carta-de-natal-rn-sobre-o-patrimonio-educativo/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Quantos bens de “valor cultural” vemos emergir nas acuradas pesquisas expostas nas páginas anteriores. A obra em si é um contributo para a urgente necessidade de refletirmos acerca da patrimonialização de espaços e saberes escolares, ao mesmo tempo que precisamos debater sobre como selecionamos “lugares para lembrar”¹⁰⁰ e quais “esquecemos”, com quais critérios algumas escolas são patrimonializadas, tudo isso sem perder de vista os interesses do presente e as “vontades de memória”¹⁰¹.

Sublinho, por fim, as aprendizagens sobre o “consagrado” e o “esquecido” e o quanto “caminhamos” conduzidos por argutos pesquisadoras e pesquisadores, por ruas e bairros de uma cidade, com significativas imagens, problematizando memórias. Estudiosos que trouxeram à baila uma série de documentos e nos permitiram uma aproximação tanto de histórias de escolas que ainda pulsam no cotidiano das pessoas até aquelas quase, ou mesmo, relegadas ao esquecimento. Que venham outros escritos, outros “caminhos” e muitas outras histórias que mostrem não só o “consagrado”, mas, sobretudo, o “esquecido” de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Sul ao Norte, do Oiapoque ao Chuí, de um país tão díspar, que repercute diretamente nos tortuosos “caminhos da educação” que foram/ são construídos no Brasil.

João Paulo Gama Oliveira

Universidade Federal de Sergipe

Aracaju/SE, 3 de junho de 2025.

100 Pensando com ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 154.

101 HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano. 2000.

SOBRE OS AUTORES

Alice Rigoni Jacques

Doutora e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Memorial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS. Integrante dos Grupos de Pesquisa/CNPQ: EBRAMIC e GARPE. Temáticas de pesquisa: cultura material escolar, acervos pessoais, patrimônio educativo.

E-mail: alice_rigoni@hotmail.com

Camila Casaril Arboite

Bacharel em Educação nas Organizações (ULBRA), e estudante de Pedagogia (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/FAPERGS. Temática de pesquisa: estudos sobre alfabetização e livro didático.

E-mail: ka.casaril@gmail.com

Danielle Brum Ginar Telles

Doutoranda em Educação (PPGEDU/UFRGS), Mestranda em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa/UFRGS). Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS), Bacharel em Arquivologia (UFRGS). Integrante dos Grupos de Pesquisa/CNPQ: EBRAMIC e GARPE. Bolsista PDI (FACED) no Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Temática de pesquisa: patrimônio histórico-educativo, lugares de memória, arquivos, museus.

E-mail: daniellebgt@gmail.com

Diana Patrícia Mauer

Doutoranda em Educação (PPGEDU/UFRGS), Mestre em Educação (UERGS), Graduada em Pedagogia (UNISINOS). Professora de Educação Infantil. Temática de pesquisa: história do atendimento à infância.

E-mail: dianapmauer@gmail.com

Doris Bittencourt Almeida

Doutora e Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS), Graduada em História (PUCRS). Professora Associada IV de História da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS. Líder do Grupo GARPE/CNPq - Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação, Bolsista Produtividade - Pq2/CNPq. Temáticas de Pesquisa: patrimônio educativo, arquivos pessoais, história das instituições educativas, memórias docentes/discentes.

E-mail: almeida.doris@gmail.com

Fabiana Pinheiro da Costa

Doutoranda e Mestra em Educação (PPGEDU/UFRGS), Coordenadora do Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Temáticas de pesquisa: História da Educação, sobretudo nas investigações que tematizam a história das mulheres, feminismos, arquivos e história das instituições educativas.

E-mail: fabiana.pinheirodc@gmail.com

Frederico Duarte Bartz

Doutor e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Técnico em Assuntos Educacionais na Faculdade de Arquitetura (UFRGS). Coordenador do curso de extensão Caminhos Operários em Porto Alegre. Temáticas de pesquisa: história do movimento operário gaúcho e brasileiro, organização da classe trabalhadora em Porto Alegre e patrimônio histórico.

E-mail: fredericoduartebarz@gmail.com

Gabriela Kohlrausch Henkel

Graduada em Pedagogia (UFRGS). Bolsista de Extensão UFRGS. Temáticas de pesquisa: Colégio de Aplicação, instituições educativas.

E-mail: gabrielakhenkel@gmail.com

Juliana Mercedes Rheinheimer

Doutora em Educação (UNISINOS) Mestre em Ensino de Matemática (UFRGS), licenciada em Matemática (PUCRS). Professora no Instituto Federal de Santa Catarina - IfeSC, Campus de Lages. Temáticas de pesquisa: história da educação matemática e cultura escolar.

E-mail: jurheinheimer@gmail.com

Ketlen Figueiró Schlotefeldt

Graduanda em Pedagogia (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica/FAPERGS. Temáticas de pesquisa: movimento estudantil e instituições educativas.

E-mail: ketlenschlot@gmail.com

Liliane Ferrari Giordani

Doutora e Mestre em Educação (UFRGS). Professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS; Coordenadora Acadêmica do Fórum pela Inclusão. Temática de pesquisa: Educação Especial e Inclusão.

E-mail: liliane.giordani@ufrgs.br

Lucas Costa Grimaldi

Doutor e Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS), Graduado em História (PUCRS). Professor em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da (FURG). Temáticas de pesquisas: memórias discentes, patrimônio educativo, arquitetura escolar, imprensa de educação e cultura escolar.

E-mail: lucascgrimaldi@gmail.com

Luciana Vivian da Cunha

Mestre em Educação (UNISINOS). Graduada em Letras (PUCRS). Professora da Rede Municipal de Porto Alegre/ RS. Temáticas de pesquisa: História da Educação.

E-mail: luciana728@gmail.com

Luciane Sgarbi S. Grazziotin

Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ EBRAMIC e participa do GARPE. Temáticas de pesquisa: História da Educação, memória, história oral, cultura escolar, cultura escrita, instituições e patrimônio histórico educativo. Bolsista Produtividade/CNPq 1D.

E-mail: lsgarbi@unisinis.br



Marco Antônio Andrade Ribeiro

Doutorando em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle), Mestre em Antropologia Social (PUCRS), Graduado em Ciências Sociais (PUCRS). Temáticas de pesquisa: antropologia urbana, antropologia cultural, cultura escolar, memória social, educação, e urbanismo.

E-mail: ribeiromarco@yahoo.com.br

Marcos Luiz Hinterholz

Doutor e Mestre em Educação (UFRGS). Graduado em História (IPA), Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS. Integrante dos Grupos de Pesquisa/CNPQ: EBRAMIC e GARPE. Temáticas de pesquisa: História da Educação, tais como história das residências estudantis, história do movimento estudantil e história das instituições educativas.

E-mail: hinterholz.marcos@gmail.com

Moisés Waismann

Doutor em Educação (Unisinos), Mestre em Agronegócios (UFRGS). Graduado em Ciências Econômicas (UFRGS). Professor da Unilasalle na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ Estratégias Regionais. Temáticas de pesquisa: trabalho e educação, mercado de trabalho, economia da educação, ensino superior, políticas públicas, políticas públicas para educação, economia da cultura, cultura, economia criativa e moda.

E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

Natália Gil

Doutora e Mestre em Educação (USP). Licenciada em Pedagogia (USP). Professora Associada IV de História da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa HISTEB - História da Escolarização no Brasil: políticas e discursos especializados. Temáticas de pesquisa: História da escolarização, história da exclusão escolar e estudos sociais da quantificação.

E-mail: natalia.gil@ufrgs.br

Sibila Francine Tengaten Binotto

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais (UnilaSalle). Graduada em Biblioteconomia (UFRGS). Bibliotecária-Documentalista no Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa/CNPQ: GARPE. Temáticas de pesquisa: História da Educação, memória social, memória sindical, e patrimônio educativo.

E-mail: sibila.binotto@ufrgs.br

Tatiane de Freitas Ermel

Mestre e Doutora em Educação (PUCRS), Graduada em História (PUCRS). Professora da Faculdade de Educação na Universidad de Valladolid/Espanha. Temáticas de pesquisa: Teoria e História da Educação, espaços e arquitetura escolar; cultura, patrimônio e memória escolar; imprensa pedagógica e circulação de ideias pedagógicas.

E-mail: taiane.ermel@gmail.com

Thaise da Silva

Doutora e Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS). Graduada em Pedagogia (UFRGS). Professora Associada de Didática dos Anos Iniciais da Faculdade de Educação/UFRGS. Coordenadora adjunta do Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Temáticas de pesquisa: alfabetização e livro didático.

E-mail: thaisedasilva77@gmail.com

Valeska Alessandra de Lima

Doutoranda e Mestra em Educação (PPGEDU/UFRGS). Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil e primeiro ano do Ensino Fundamental. Integrante dos Grupos de Pesquisa/CNPQ: EBRAMIC e GARPE. Temáticas de pesquisa: história das instituições educativas, Colégio de Aplicação da UFRGS.

E-mail: vlima.crk@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acervos 396
Alfabetização Popular 114, 120, 195, 196, 197, 198, 199, 200
arquitetura 31, 72, 88, 90, 92, 94, 95, 98, 99, 118, 120, 141, 142, 153,
173, 202, 214, 216, 226, 378, 394, 395, 398, 400

C

cadernos escolares 42, 44
Caligrafia 42, 108, 181, 184, 185
caminhada 18, 31, 73, 116, 117, 118, 119, 120, 223, 285, 331
cartografia emocional 16, 18
cidadania 20, 23, 51, 155, 338, 363, 364
creche 228, 229, 230, 233, 235, 236, 237, 239, 356, 357, 358,
359, 360
cultura escolar 41, 43, 68, 155, 191, 261, 273, 304, 394, 397,
398, 399
cultura material escolar 41, 42, 44, 396
curso ginasial 39, 244, 319
cursos noturnos 147, 148

D

disciplinas 44, 64, 84, 154, 181, 191, 245, 258
docência 55, 56, 156
documentação 83, 135, 214

E

educação patrimonial 17
ensino primário 42, 56, 82
ensino público 50, 68, 88, 173
ensino secundário 46, 47, 59, 64, 66, 67, 82, 162, 199, 262, 269,
271, 378
ensino técnico 146, 148, 149, 150, 152
Escola Normal 26, 30, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 68, 69, 73,
82, 119, 170, 211, 218, 222, 240, 262, 263, 268, 269,
286, 368

escola pública 47, 65, 72, 87, 155, 174, 181
esquecimento 18, 23, 24, 81, 94, 178, 395
estratos temporais 20
Ex-alunos 174, 175, 176, 177
experiência 20, 21, 22, 24, 31, 62, 115, 121, 152, 155, 185, 259, 273,
278, 328, 353, 363, 374, 377, 379
extensionista 20, 21

F

feminina 54, 93, 94, 95, 132, 134, 135, 136, 148, 178, 273
formação de professores 47, 56, 75, 118, 171, 177

H

higienismo 51, 72
história da educação 43, 119, 121, 178, 279, 393, 394, 397
história local 103

I

imprensa negra 72, 73, 338
iniciativas 119, 145, 147, 162, 183, 222, 261, 263, 296, 312, 346, 347
instituição laica 377
instituições educativas 16, 20, 21, 23, 116, 120, 187, 201, 223, 397,
398, 399, 400
instituições escolares 35, 96, 137, 208, 310
instituições privadas 83, 125, 353
internato 47, 67, 85, 148, 150, 205, 214, 215, 286, 310, 318, 382

L

livros 43, 92, 176, 182, 192, 290, 295
lugares de memória 21, 396

M

magistério 53, 55, 56, 69, 70, 83, 86, 121, 176, 179
material didático 105, 317
memória coletiva 223, 382

memória escolar 35, 44, 400
modernização 51, 72, 150, 328
moradias estudantis 16, 22
movimento socialista 180, 334

P

patrimônio 17, 19, 20, 21, 23, 24, 31, 41, 75, 96, 97, 101, 115, 160, 174, 177, 216, 247, 264, 394, 396, 397, 398, 400
patrimônio educativo 17, 19, 20, 23, 41, 264, 396, 397, 398, 400
políticas educacionais 96, 269, 304, 363, 365
político 52, 76, 116, 123, 132, 143, 302, 344, 347, 370, 375
práticas educativas 42, 63, 162, 169, 245, 394
práticas escolares 189
práticas pedagógicas 35, 41, 42, 44, 96, 394
preconceitos 72, 73, 107
preservação da memória 96
Projeto de Extensão 16

R

reformulação curricular 155
regulamento 47, 69, 131, 141, 337
religioso 30, 52, 70, 76, 210, 238, 240, 346

S

saberes escolares 395

T

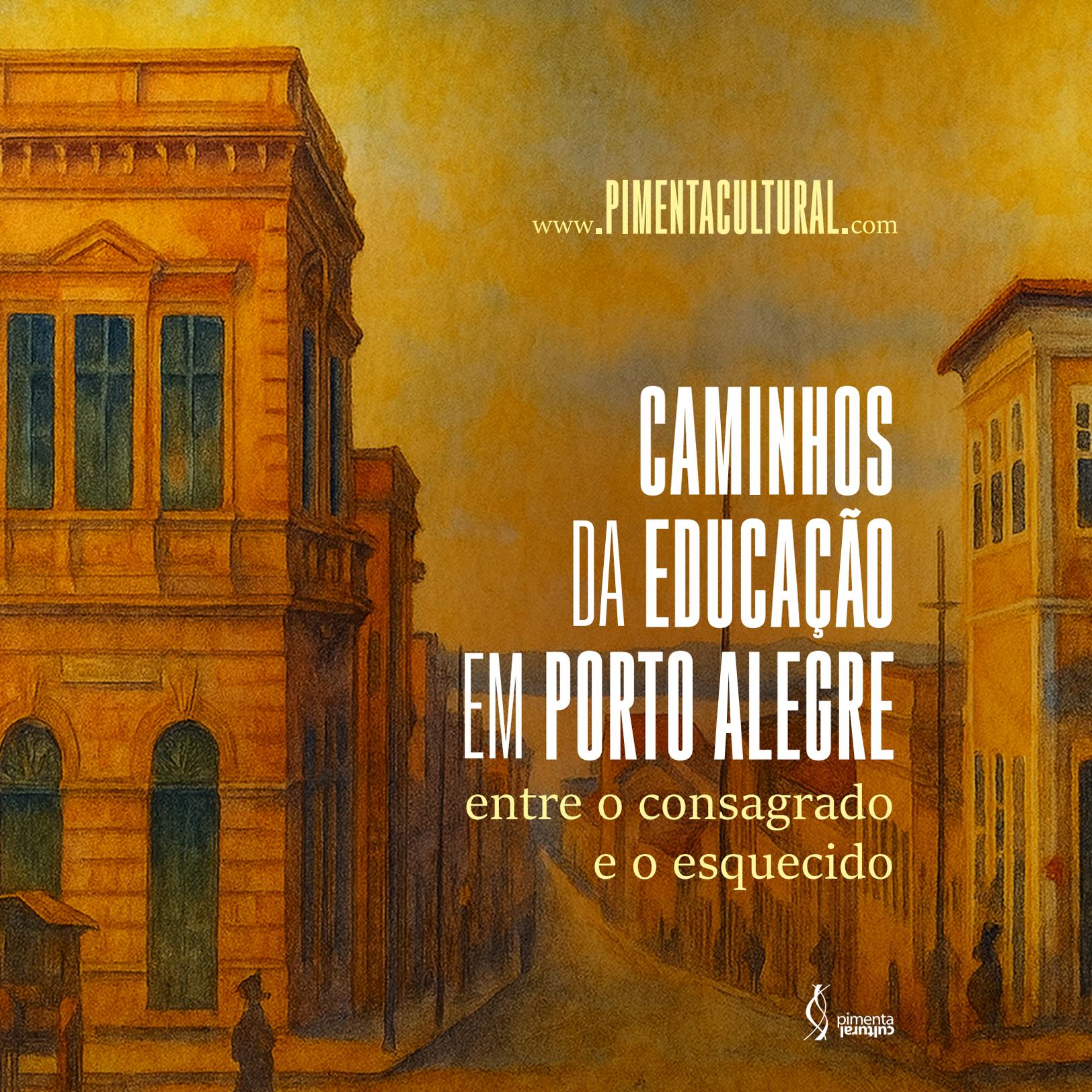
territorialidade 112, 259
tradição 59, 100, 174, 308, 379, 382
trajetória institucional 41

U

uniforme 246, 316, 317, 319, 359
urbana 22, 23, 33, 76, 89, 99, 101, 102, 116, 121, 141, 186, 226, 295, 332, 367, 399
urbanização 31, 55, 208, 220, 269, 283, 304

V

valorização da memória 35, 272
verticalização 22, 31



www.PIMENTACULTURAL.com

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE

entre o consagrado
e o esquecido